



# ORAÇÃO, PENITÊNCIA E TRABALHO

---

O RECOLHIMENTO DE SANTA MARIA MADALENA  
E SÃO GONÇALO DE BRAGA (1720-1834)

---

**Maria Marta Lobo de Araújo**





# ORAÇÃO, PENITÊNCIA E TRABALHO

---

O RECOLHIMENTO DE SANTA MARIA MADALENA  
E SÃO GONÇALO DE BRAGA (1720-1834)

---

Maria Marta Lobo de Araújo

## **ORAÇÃO, PENITÊNCIA E TRABALHO**

O recolhimento de Santa Maria Madalena e São Gonçalo de Braga (1720-1834)

© Autora: Maria Marta Lobo de Araújo

Capa: António Pedro

Fotografias: Museu D. Diogo de Sousa  
Fernando de Jesus  
Fernando Mendes  
José Eduardo Reis

EDIÇÕES HÚMUS, LDA., 2017  
Apartado 7081  
4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão  
Telef. 926 375 305  
humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão  
1.ª edição: Abril de 2017  
Depósito legal: 423584/17  
ISBN: 978-989-755-262-5

## AGRADECIMENTOS

A publicação deste livro só foi possível porque se congregaram várias vontades. A todos que nele estiveram envolvidos, o meu sincero reconhecimento. Agradeço primeiramente à Sra. Dra. Angélica Jorge, do Ministério da Administração Interna, pelo constante incentivo ao meu trabalho. Recordo as palavras amigas, bem como a autorização para poder trabalhar o fundo documental quando este se encontrava à guarda do Museu D. Diogo de Sousa. À Sra. Dra. Isabel Silva, diretora deste Museu, manifesto o meu sincero agradecimento pela sua total disponibilidade para ajudar, colocando à minha disposição a referida documentação que, entretanto, se encontrava sob custódia do citado Museu, e colaborando em tudo o que lhe solicitei com grande diligência, simpatia e cordialidade. A agilidade com que desbloqueou problemas surgidos, constituiu um factor galvanizador. Reconheço ainda a sua amabilidade na cedência de várias fotografias, publicadas neste livro. Ao Sr. Dr. Vítor Hugo Torres, às Sras. Dras. Micaela Duarte e Isabel Marques, técnicos do referido Museu, devo um agradecimento particular pela gentileza e competência demonstradas e ainda por terem respondido a todas as minhas solicitações com prontidão e simpatia. Na conservação e restauro deste fundo estiveram também envolvidas as Sras. Dras. Miriam Callejo, Carla Santos e Rebeca Lopes, a quem se louva a competência e o esforço no trabalho desenvolvido.

Devo ainda referir os Srs. Fernando Mendes e Leonardo Rodrigues pela ajuda prestada em vários momentos deste trabalho. Reconheço também o prestimoso auxílio concedido na procura e seleção das fotografias, algumas delas tiradas pelo próprio Sr. Fernando Mendes. A eles se deve ainda a chamada constante da atenção pública para este património da cidade e a vigilância pela sua preservação. A dedicação que demonstram pelo imóvel e a forma como trabalham para o dignificar e não o deixar cair no esquecimento é digna de realce e demonstrativa de um verdadeiro exercício de cidadania.

Ao Sr. Padre Dr. Paulo César Dias Pereira estou reconhecida pela ajuda prestada em vários momentos deste trabalho. Sou igualmente devedora do mesmo reconhecimento ao Doutor Tiago Ferraz, pela sua colaboração no levantamento de parte das fontes trabalhadas. À Doutora Alexandra Esteves agradeço o entusiasmo demonstrado e a ajuda concedida ao longo do percurso de elaboração deste livro.

Tenho ainda uma dívida de gratidão para com todos os funcionários do Arquivo Distrital e da Biblioteca Pública de Braga, pela forma como sempre me receberam, respondendo com eficácia e cordialidade a todos os meus pedidos. Aos seus diretores, respetivamente, Dr. António Sousa e Dr. Elísio

Araújo devo a amabilidade e a consideração com que sempre fui tratada, mas também o interesse demonstrado pelo trabalho que há anos venho desenvolvendo nestas duas Unidades Culturais da Universidade do Minho.

Os mesmos agradecimentos são dirigidos à Dra. Carla Xavier, do Lab2PT, à Dra. Manuela André e ao Dr. Fernando de Jesus, do ICS, pela cordialidade e disponibilidade demonstradas, respondendo com eficácia a todas as minhas solicitações.

Por fim, agradeço aos patrocinadores, pois sem eles o livro não seria publicado. À Santa Casa da Misericórdia de Braga, na pessoa do seu Provedor Dr. Bernardo Reis; à Câmara Municipal e à CIM Cávado – Comunidade Intermunicipal do Cávado, na pessoa do Presidente de ambas Dr. Ricardo Rio e ainda à Associação Comercial de Braga e à Junta de Freguesia de S. Vítor da mesma cidade, respetivamente nas pessoas dos seus Presidentes Dr. Domingos Macedo Barbosa e Dr. Ricardo Silva estou muito grata pelo financiamento disponibilizado. Gesto inequívoco de apoio à cultura e à divulgação do património, este patrocínio possibilitou dar a conhecer a história muito rica do recolhimento de Santa Maria Madalena e São Gonçalo.

## ABREVIATURAS

ADB – Arquivo Distrital de Braga

AFTUCP-PB – Arquivo da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa – Pólo de Braga

AGCB – Arquivo do Governo Civil de Braga

AISC – Arquivo da Igreja de Santa Cruz

AIPSV – Arquivo da Igreja Paroquial de São Vicente

AMB – Arquivo Municipal de Braga

ASCMB – Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Braga

ASB – Arquivo da Sé de Braga

BA – Biblioteca da Ajuda



## INTRODUÇÃO

As alterações recentes, sofridas pelo imóvel onde funcionou o recolhimento de Santa Maria Madalena e São Gonçalo ou ainda das Convertidas<sup>1</sup>, possibilitaram redescobrir esta instituição e encontrar documentação que se considerava perdida. O edifício está encerrado e sem qualquer atividade desde finais do século XX. Os documentos até então existentes no Arquivo Distrital de Braga, parte deles já sinalizados<sup>2</sup>, revestem-se de grande importância para a análise da instituição, mas faltava a maior parte da informação produzida dentro de portas, pelas próprias recolhidas, e que possibilitou o conhecimento das suas vivências religiosas e espirituais, bem como do seu quotidiano.

Depois de encontrado, o espólio documental da instituição foi conduzido para o Museu D. Diogo de Sousa da cidade e aí sofreu o primeiro tratamento de limpeza e catalogação. Posteriormente, foi levado para o Arquivo Distrital de Braga, onde presentemente se encontra.

Quando iniciamos a nossa pesquisa, este fundo documental encontrava-se no Museu D. Diogo de Sousa, porém quando a terminamos já estava sob custódia do referido Arquivo Distrital, razão que nos levou a uniformizar as referências relativas à sua localização e citarmos somente o Arquivo Distrital de Braga.

A análise que efetuamos a esta instituição só foi possível graças à descoberta de uma parte do seu acervo documental, como referimos. Porém, apesar de termos tido a possibilidade de aceder a uma significativa parcela da sua documentação, sabemos que o espólio não está completo e que a falta de livros de receita e despesa para o século XVIII nos impediu de alargar a nossa abordagem e, em alguns casos, de a aprofundar. Acedemos a vários arquivos locais e nacionais na tentativa de encontrar documentação que nos permitisse novas abordagens e aclarasse alguns aspetos, mas estamos conscientes da existência de outra informação que infelizmente não pudemos estudar. Este trabalho pretende ser apenas mais um contributo para a história das Mulheres, através do enfoque conferido a esta instituição, dando relevo a novas

---

1 Ao longo do livro, e para mais fácil leitura, designaremos a instituição apenas por Santa Maria Madalena, seguindo também o que se verificava mais frequentemente na documentação trabalhada. Muitos recolhimentos de mulheres consideradas perdidas, por terem cometido o pecado da carne, invocavam também Santa Maria Madalena. Todavia, em termos de linguagem oral, a instituição em estudo é vulgarmente designada por “recolhimento das convertidas” ou simplesmente “convertidas”. Sabemos também que no relatório ad limina de 1750, D. José de Bragança assume a denominação de “recolhimento das convertidas” como sendo a mais vulgar. Leia-se Soares, Franquelim Neiva, *Relatórios das visitas ad limina da arquidiocese de Braga (1585-1910)*, vol. II, Braga, Arquidiocese de Braga, 2015, p. 865.

2 Essa informação encontra-se na obra de Oliveira, Eduardo Pires, *O recolhimento de Santa Maria Madalena e São Gonçalo ou das Convertidas [Braga]*, Braga, Governo Civil de Braga, 2002, pp. 105-157.

abordagens, mas não esgota todas as possibilidades de análise, nem era esse o nosso propósito. Trilhar o percurso das Mulheres em Braga na Idade Moderna tem sido um objetivo que perseguimos há vários anos, desvendando vários aspetos do universo feminino, num período marcado pelo poder dos homens e pela submissão das mulheres. Sublinhamos a necessidade de dar continuidade ao nosso estudo e desejamos que ele incentive novos trabalhos, nomeadamente para a Época Contemporânea, quando os objetivos do recolhimento passaram a ser diferentes dos por nós trabalhados.

As novas propostas historiográficas, mais voltadas para a história sócio-cultural e para a história do quotidiano, abriram portas ao tratamento e análise do mundo feminino em diversos formatos, tendo a clausura das mulheres ganho significativo destaque. Era nos conventos e nos recolhimentos que estas residiam sob estrita clausura, muitas vezes contra uma vida que idealizaram. Não esquecemos, porém, que a vida em clausura acrescentava honra pessoal e familiar e, nesse sentido, ser freira ou passar por um recolhimento tornava as mulheres agentes importantes das suas famílias. Mas estes espaços de reclusão constituíram-se igualmente em locais de sociabilidades e poder. Nas últimas duas décadas, quer a história das mulheres, quer a história cultural conheceram um enorme desenvolvimento, consubstanciado num volume muito considerável de trabalhos.

O estudo das instituições de reclusão feminina na Braga Moderna tem sido objeto de trabalho de alguns investigadores quer no que diz respeito aos conventos, quer aos recolhimentos. A análise da vida das mulheres em clausura conheceu avanços significativos nos últimos anos em vários países e também em Portugal, dando visibilidade a muitas facetas até então menos estudadas. Desse investimento resultou a publicação de várias coleções de livros, nomeadamente de História das Mulheres, o que ainda não ocorreu em Portugal. Em alguns países, como aconteceu na vizinha Espanha, existem volumes de História das Mulheres para diferentes regiões, como se verifica para a Galiza<sup>3</sup>. No país vizinho, o estudo das mulheres alcançou um enorme significado, materializado em muitos congressos, monografias, artigos e livros<sup>4</sup>.

Braga conheceu nas últimas duas décadas um considerável investimento nesta temática, embora existam áreas completamente a descoberto, como acontece com a cultura escrita feminina e com o estudo sobre as mulheres

3 Rey Castelao, Ofelia; Rial García, Serrana, *Historia de las mujeres en Galicia. Siglos XVI-XIX*, Galicia, Bretama, 2011.

4 Veja-se a título de exemplo os trabalhos de Díaz P. Domínguez, P., *Las mujeres en la Historia de España (siglos XVIII-XX)*, Madrid, s. e. 1988; López-Cordón, M. V., "Mujer e historiografía: del androcentrismo a las relaciones de género", in *Reflexiones políticas desde los femininos*, Oviedo, s. e., 2004, pp. 1-30; Rial García, Serrana, "Una mirada a la evolución historiográfica de la historia de las mujeres", in *Semata*, 20, 2008, pp. 155-188; Rey Castelao, Ofelia, "La historia de las mujeres en Galicia. Un estado de la cuestión (1988-2008)", in *Minius*, 17, 2009, pp. 191-234; López-Cordón, M. V., "Los estudios históricos sobre las mujeres en la Edad Moderna. estado de la cuestión", in *Revista de Historiografía*, 20, 2015, pp. 147-181.

casadas, para mencionarmos apenas dois casos. A análise tem privilegiado principalmente mulheres viúvas e solteiras, deixando as casadas de lado e não abordando, por exemplo, o envolvimento de todas no mundo do trabalho. Não ignoramos o esforço que alguns investigadores têm desenvolvido nesta área, mas reconhecemos que a maior atenção se tem centrado no campo assistencial e religioso, dando visibilidade à caridade de que estas eram alvo, à vida em clausura nos conventos e nos recolhimentos e, em certa parte, à análise dos quotidianos, dos poderes, da conflitualidade, etc.

Só na cidade existiam na Idade Moderna seis conventos femininos e igual número de recolhimentos<sup>5</sup>. No século XVIII, a propósito destas casas, um memorialista de Braga refere a existência de várias destas instituições, destinadas a receber “matronas e donzelas que fugindo do Mundo, e dos seus enganos, buscão no retiro delles o seu amparo e refugio e são estes o de Dominicanas e Reformadas; o de Santa Maria Magdalena; o de Santo Antonio; e o da Charidade”<sup>6</sup>. Nesta altura, já o recolhimento de Nossa Senhora do Rosário tinha desaparecido e o de Penha de França tinha-se transformado em convento, em 1727, sob a prelatura de D. Rodrigo de Moura Teles. O da Caridade só será fundado na segunda metade de Setecentos.

Todavia, existia apenas um recolhimento para mulheres que tinham manchado a sua honra e que procuravam, através da oração, penitência e trabalho, mudar de vida: o de Santa Maria Madalena. Acrescenta-se ainda que se existem vários trabalhos sobre recolhimentos para mulheres honradas, para os que acolheram as consideradas descaídas são em número mais limitado. Recorde-se também que estas casas tiveram uma expressão menor que os restantes recolhimentos. Conhece-se, por conseguinte, mal estas instituições, apesar da vida em reclusão ter encontrado na historiografia europeia um lugar cada vez mais alargado e consolidado.

Se a vida conventual tinha como maior propósito consagrar as mulheres a Deus, através de um período de noviciado e da aceitação de ordens sacras, só anuladas em condições muito especiais, nos recolhimentos estudados não existiam ordens sacras e as recolhidas passavam, em princípio, aí algum tempo, quase sempre durante a sua juventude. Eram, por isso, lugares de reclusão temporária. Todavia, para muitas mulheres tornaram-se em casas de acolhimento prolongado, mantendo-se nelas até à morte.

Nos recolhimentos estudados não existia um período de noviciado, porém no da Caridade, de Braga, fundado em 1768 por António Pinto de Araújo, as internas tinham um ano de noviciado, à semelhança do que se passava nos conventos e Ordens Terceiras<sup>7</sup>. O recolhimento da Caridade vivia sob a regra

5 Houve, porém a intenção de se fundarem mais três, embora esses projetos não se tenham realizado. Para a Idade Moderna, o Porto contou com cinco recolhimentos.

6 ADB, Ms. 896, fl. 68.

7 ASB, *Livro dos estatutos do recolhimento da Caridade*, 1768, não paginado.

da Ordem Terceira da Santíssima Trindade, destinava-se a recolher raparigas e tinha dois objetivos claramente definidos nas suas constituições: o primeiro consistia na “reforma das suas vidas, aspirando a maior perfeição” e o segundo em “tratarem com todo o cuidado da boa educação das mininas, que hão de ser instruidas, não só na doutrina christã e bons costumes, mas tambem em todo o genero das prendas, e lavor do seu sexo”<sup>8</sup>. A instituição apresentava a novidade de lecionar aulas para meninas internas e externas, permitindo o acesso diário ao espaço interior de raparigas, fazendo-o, todavia, de forma muito controlada. Trata-se, por conseguinte, de um recolhimento com características diferentes dos já conhecidos, chamando a atenção para a multiplicidade de serviços disponibilizados às mulheres por estas casas, demonstrando a sua complexidade e, simultaneamente, a sua importância para a cultura escrita feminina.

Apesar de ter algumas semelhanças com a vida conventual, o da Caridade nunca foi transformado em convento. Todavia, estas instituições configuram um modelo muito rígido e em quase tudo semelhante ao das que seguiam a vida religiosa. Sublinhe-se ainda que contrariamente aos restantes recolhimentos que recebiam regulamentos, esta instituição foi dotada de Constituições, durante a prelatura de D. Gaspar de Bragança.

Quer conventos, quer recolhimentos recebiam porcionistas e educandas. Comparativamente, os conventos tinham um número muito maior de mulheres, embora saibamos que os dois tipos de instituições sofreram enorme pressão para integrar mais mulheres que o número e principalmente no século XVIII cederam a essa crescente procura. Todavia, passar por um recolhimento credibilizava e atestava a pureza das virtudes das que o tinham integrado.

Os estudos existentes sobre recolhimentos permitem conhecer as diversas funcionalidades cumpridas, destinando-se uns a mulheres honradas e outros a descaminhadas, ou mulheres perdidas. Os primeiros recebiam jovens que se queriam preservar até ao momento de casar, permanecendo aí alguns anos, aprendendo, entretanto, a ser donas de casa e preparando-se para ser esposas e mães. Estas instituições funcionavam com critérios de admissão e um deles era o da idade. As que as procuravam sabiam que quando chegava o limite de anos tinham de sair, mesmo que não tivessem ainda conseguido noivo para casar. Como acolhiam porcionistas, nem todas as mulheres que viviam nestas instituições pretendiam casar. Havia as que aí residiam sem esse propósito e quem fosse casada ou viúva. Tratava-se de uma reclusão que tinha como grande objetivo viver uma vida para a oração, afastando-se do isolamento que a sociedade lhes reservava e em alguns casos evitando a “mobilidade social descendente”<sup>9</sup>. Para umas era uma opção de vida, enquanto para outras, uma

8 ASB, *Livro dos estatutos do recolhimento da Caridade*, 1768, não paginado.

9 Sobre este assunto consulte-se o trabalho de Magalhães, António, “Um refúgio de “mulheres nobres principaes”? O recolhimento de S. Tiago na Viana do Castelo do século XIX”, in Santos,

inevitabilidade. Viver em comunidade retirava-as do isolamento e do desamparo. Algumas destas casas tinham destinatários específicos, como, por exemplo, o recolhimento de Santos-o-Novo das Comendadeiras de Santiago, que recebia as viúvas e filhas solteiras dos cavaleiros da Ordem de Santiago<sup>10</sup>. Este tipo de casas tinha vários objetivos, os quais ainda não são totalmente conhecidos, como se comprova com o referido recolhimento da Caridade de Braga. Estamos certos de que o avanço da historiografia trará novidades sobre estas instituições e as suas finalidades. Já os segundos, normalmente sob a invocação de Santa Maria Madalena, a pecadora, estavam destinados a recuperar mulheres que tinham manchado a sua honra e desejavam dar um novo rumo à sua vida. Tanto uns como outros recebiam porcionistas, ou seja, mulheres que pagavam para aí se manterem guardadas durante alguns períodos de tempo. Porém, sabemos que muitas porcionistas permaneciam no recolhimento até à morte, ou porque não tinham família que as recebesse e temiam a solidão e o isolamento ou ainda porque desejavam manter a vida de clausura em que se encontravam. Integram também educandas, meninas e moças que aí passavam algum tempo, aprendendo princípios orientadores de vida.

Em algumas destas instituições eram dados dotes de casamento às mulheres, para que mais facilmente tomassem estado e, sob a tutela do marido, se mantivessem virtuosas<sup>11</sup>.

Casa de reclusão feminina, o recolhimento de Santa Maria Madalena de Braga tinha a particularidade de se destinar a mulheres pecadoras que se quisessem converter, embora desde o princípio admitisse nos seus estatutos aceitar outras mulheres, desde que pagassem o seu sustento. Para as do número, ou seja, as denominadas convertidas (12), regente e porteira (14 ao todo) tudo estava assegurado e pago pela Mitra. Inicialmente o arcebispo mandava dar a cada mulher do número 20 vinténs diários e 40 para a regente e igual montante para porteira. Porém, e com a subida do custo de vida, o valor das convertidas passou em 1765 para o dobro, mas desconhecemos quando se pagava à regente e à porteira.

Foi precisamente esta segunda categoria de mulheres, sem *numerus clausus*, que fez crescer a instituição ao longo do século XVIII e início do seguinte. Este facto demonstra que apesar de se destinar a mulheres perdidas, outras o procuraram em número crescente, evidenciando a sua capacidade concorrencial no universo dos demais recolhimentos femininos da cidade, mas também a grande atração que estas casas constituíam nesse período. A vontade de se resguardarem dos perigos mundanos, a solidão, o isolamento ou a imposição

---

Carlota (Coord.), *Família, Espaço e Património*, Braga, CITCEM, 2011, pp. 223-224.

10 Para esta instituição consulte-se Matos, José Sacramento, "O Recolhimento de Santos-o-Novo das Comendadeiras de Santiago", in *Monumentos*, 2001, p. 10.

11 Sá, Isabel dos Guimarães, "Os espaços de reclusão e a vida nas margens", in Mattoso, José (dir.), *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, p. 288.

dos maridos levavam mulheres casadas, viúvas e solteiras a recolherem-se ao lado das mulheres do mundo, sujeitando-se, pelo menos em teoria, às mesmas normas de vida.

O recolhimento foi fundado pelo arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles em 1720, sendo inaugurado dois anos após, depois de estar concluída a construção do edifício e da capela. Sublinhe-se que a instituição foi colocada numa casa construída de raiz para o efeito.

O projeto saiu da mão de um homem empreendedor e preocupado com a moral feminina e pública, mas foi continuado pelos arcebispos sucessores, que o apoiaram e financiaram. Recordamos que os arcebispos de Braga eram senhores no temporal e no espiritual. Porém, quando em finais do século XVIII viram o seu estatuto alterado, o facto refletiu-se nas instituições a que estavam ligados.

Estudar o programa de conversão das mulheres enclausuradas nesta instituição passa por conhecer o seu quotidiano e assistir ao pulsar de vários comportamentos, uns mais adaptados do que outros e conformados com a vida em clausura e com as duras normas que os vergavam, e outros mais altivos e considerados descompostos, incapazes de se dobrarem com facilidade, sujeitando-se, por vezes, à humilhação pública e ao castigo.

Para se entrar em Santa Maria Madalena era preciso autorização do arcebispo e obter um parecer favorável da regente e, em certos casos, do médico. Nesta instituição não existia limite de idade, nem era estabelecida qualquer outra condição impeditiva de acesso. Porém, na prática não deviam ser aceites mulheres doentes, nem com deficiências físicas que as impedissem de cumprir o programado nos estatutos. Para abandonar era necessário também ter permissão. As convertidas só deixavam o recolhimento quando eram consideradas prontas para viver no século de forma honrada, isto é, depois de terem cumprido o programa a que se sujeitavam diariamente, composto pela oração, penitência, obediência, clausura e trabalho. Podiam sair para casar ou dar outro rumo à vida, mas só após parecer favorável do confessor, da regente e do arcebispo. As que abandonassem a instituição para casar, recebiam um dote. Podiam ainda sair por expulsão ou por fuga.

As porcionistas saíam após o período contratado para aí residirem, mas muitas prolongaram esse tempo, acabando por morrer na instituição.

Decidimos estudar esta instituição desde a sua fundação até 1834, data de implantação definitiva do Liberalismo e período a partir do qual se procedeu a mudanças significativas na admissão de mulheres. Essas alterações esboçam-se, todavia, na segunda metade de setecentos. A data apontada para o fim da nossa análise prende-se também com as mudanças sentidas nos objetivos da instituição. Desde finais de setecentos que o recolhimento é cada vez menos procurado por mulheres descaídas, o que de alguma forma se faz sentir no cumprimento dos seus propósitos. Com a implantação do Liberalismo esta

característica vai acentuar-se, transformando progressivamente a instituição num local de acolhimento de mulheres pobres, muito jovens ou idosas. Esta mudança foi também sentida no recolhimento do Paço do Conde de Coimbra, destinado igualmente a receber mulheres pecadoras. Com o alvorecer do século XIX, a instituição alterou os seus objetivos e transformou-se em “colégio de educação de meninas”, filhas da burguesia<sup>12</sup>.

Para esclarecer os leitores menos avisados, informamos que o recolhimento de Santa Maria Madalena nunca foi um convento, embora não esqueçamos que em Braga, como no restante mundo católico, alguns recolhimentos evoluíram para conventos<sup>13</sup>.

O nosso estudo divide-se em seis capítulos e procura conhecer o quotidiano de uma instituição de clausura feminina, destinada a acolher e converter mulheres consideradas na época perdidas, mostrando de que forma a oração, a penitência e o trabalho contribuía para se converterem.

No primeiro capítulo analisa-se a fundação desta casa, o seu fundador, as recolhidas, a estrutura do poder. Depois analisamos o programa de conversão a que se sujeitavam. Estudamos os primeiros estatutos, o exercício dos cargos e o ritmar do tempo e das atividades que as recolhidas cumpriam.

A dureza das regras, o intenso programa religioso, a clausura e a obediência, mas também a urbanidade eram aspetos muito relevantes nas suas vivências diárias e estudam-se no capítulo dois. Tendo em atenção o papel desempenhado pela primeira regente e a longevidade que manteve no cargo, decidimos conhecê-la melhor, conferindo-lhe maior visibilidade.

Os espaços de penitência constituem o capítulo três. Nele, abordamos os diferentes lugares interiores e exteriores do recolhimento dando a conhecer os locais onde as mulheres passavam o seu dia. Com o percurso que fazemos aos espaços de penitência, procuramos criar ao leitor um itinerário real e virtual da instituição, demonstrando a vida diária destas mulheres.

De seguida, estudamos as fontes de financiamento e o património imóvel, mas também a modalidade de gestão do dinheiro adotada pelas recolhidas. Que fontes de financiamento possuíam, para além dos proventos saídos da Mitra? Quais eram os setores que mais pesavam no orçamento institucional? Como se procedia face aos gastos crescentes de uma instituição que crescia? Estas são algumas das questões a que procuraremos responder.

No quinto capítulo debruçamo-nos sobre as sociabilidades e os conflitos. Os momentos e os locais de sociabilidade são aqui estudados, tendo em atenção a vida interior da instituição. Por isso, as festas e o refeitório constituem

---

12 Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controlo Social. Coimbra (1750-1850)*, vol. I, Viseu, Palimage Editores, 2000, p. 453.

13 A propósito da realidade espanhola leia-se Atienza López, Ángela, “De beaterios a conventos: nuevas perspectivas sobre el mundo de las beatas en la España Moderna”, in *Historia Social*, nº 57, 2007, pp. 145-168.

momentos privilegiados. Apesar de os primeiros estatutos incentivarem o amor fraterno e posturas comedidas e recatadas, em algumas circunstâncias o recolhimento viveu em polvorosa, dando-se neste capítulo voz a mulheres revoltadas, insatisfeitas com a sua vida, transgredindo, conflituando e criando escândalos. As divergências sentiram-se ainda com a confraria de São Gonçalo, mas principalmente no seio do recolhimento. Conhecer os conflitos e o castigo, tentar explicá-los e enquadrá-los é o nosso propósito.

Por fim, estudamos as preocupações com o corpo e a salvação da alma, aspetos importantes da clausura e que mais raramente servem de análise ao investigador. Conhecer as práticas de higiene das recolhidas e do recolhimento numa altura em que o movimento higienista estava ainda a dar os primeiros passos em Portugal, pareceu-nos importante. Assim, o abastecimento de água à instituição constituiu-se como uma das apreensões de algumas regentes, dotando-a de autonomia e facultando o líquido necessário para o seu funcionamento diário. As preocupações com a doença e o seu tratamento fazem eco do crescente valor atribuído à saúde. Também a morte se tornou num momento crucial. Certa, mas com data imprevisível, a morte não deixava ninguém indiferente e preparava-se com antecedência. Neste caso, as mulheres procuravam não estar desprevenidas. Muitas recolhidas não deixaram testamento por morrerem pobres e pouco se sabe sobre este ritual, embora se conheçam os acompanhamentos, o local de sepultura e os sufrágios celebrados para muitas das que pereceram na clausura e ali tiveram a sua última morada. Se a vida as tinha feito iguais dentro de portas, pelo menos aparentemente, a morte vinha novamente separar pobres de ricas, ou mais abonadas. Esta distinção materializava-se no número de padres e confrarias acompanhantes e no volume de missas solicitadas. Para muitas o decesso terminou com várias décadas passadas na instituição, embora lá permanecessem sepultadas no coro baixo ou na capela. Ou seja, tal como acontecia nos conventos, muitas recolhidas ficaram para sempre na instituição, encontrando aí a sua última morada. Outras morreram no hospital, ficando sob o manto protetor da Misericórdia, que as sufragava e sepultava.

# CAPÍTULO I

## 1. A FUNDAÇÃO, O FUNDADOR E AS RECOLHIDAS

### 1.1. A fundação e os seus objetivos

O recolhimento de Santa Maria Madalena foi erigido em 1720 pelo arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728) e abriu portas em 1722, como já mencionámos. Foi a sua preocupação com as mulheres do mundo que o levou a fundar esta instituição, no campo de Santa Ana, na freguesia de São Vítor, da cidade de Braga. Este edifício, mantêm-se até à atualidade, e foi classificado como monumento de interesse público, pela portaria nº 655, de sete de novembro de 2012<sup>1</sup>.

Em 1720, o mesmo arcebispo mostrava preocupação com a situação das mulheres recolhidas, ao ordenar obras de remodelação no recolhimento da Penha de França, situado também no campo de Santa Ana e mandando-lhe construir uma igreja. Esta instituição tinha sido edificada por Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira, pessoas ricas da cidade, em meados do século XVII.

Com o Concílio de Trento aumentou a importância do casamento ao ser transformado num sacramento, permitindo-se apenas relações carnavais dentro do matrimónio e com a função de procriar. Desta forma, recaiu sobre as mulheres e a sua sexualidade um maior controlo, feito não apenas pela Igreja, mas também pela sociedade em geral.

D. Rodrigo de Moura Teles chegou a Braga em 1704 e aqui se manteve até 1728, quando, já com 84 anos de idade, morreu. Foi um homem muito comprometido com a ajuda aos pobres, dedicando particular atenção aos doentes e às mulheres. Tinha 76 anos quando decidiu erigir a instituição em estudo, mas a ideia já lhe andava em mente pelo menos desde 1713<sup>2</sup>.

Para que mais facilmente as mulheres decidissem mudar de vida, pagava da Mitra o internamento a 12<sup>3</sup>, mais à porteira e à regente, 12 carros de lenha anuais, os salários do médico, cirurgião, sangrador, capelão, de uma criada e distribuía dotes de casamento às que decidissem tomar estado. Mas a instituição integrava também supranumerárias.

1 Consulte-se *Diário da República*, 2ª série, nº 215, 2012, pp. 36493-36494.

2 Araújo, António de Sousa, "D. Rodrigo de Moura Teles, Arcebispo de Braga, e a sua segunda visita "ad limina" (1713)", in *Itinerarium*, XLVIII, 2003, p. 394.

3 Estas mulheres eram vulgarmente denominadas como as "do número".



Imagem 1. Recolhimento

Para concretizar o seu projeto, o prelado escolheu o campo de Santa Ana, tendo mandado comprar umas casas no local, bem como usou mais uns metros de terreno público que a Câmara cedeu<sup>4</sup>. As obras decorreram ao longo de dois anos e o novo edifício ficou acoplado à nova capela de São Gonçalo, que também mandou erguer, onde se encontrava a de São Bartolomeu.

O recolhimento foi inaugurado numa cerimónia previamente preparada pelo próprio prelado, que convidou algumas confrarias da cidade para integrarem o cortejo, o qual saiu do Paço Arqueiepiscopal em direção ao recolhimento. A confraria de São Pedro dos clérigos, da Sé, de quem era membro, foi uma das que anuiu ao solicitado por D. Rodrigo, tendo tomado a decisão de integrar o desfile processional numa sessão da Mesa, realizada na capela de São Geraldo, da Sé, onde estava localizada, a 19 de abril do referido ano<sup>5</sup>. Mas estamos certos de que outros corpos religiosos e seculares integraram o cortejo. Infelizmente são pouco conhecidos esses

.....  
4 Leia-se Thadim, Manuel José da Silva, *Memórias de Braga*, vol. I, Ms. 1054, fl. 329.

5 AFTUCP- PB, *Livro de termos da Mesa da irmandade de São Pedro dos clérigos 1712-1728*, não numerado.

momentos para os recolhimentos, já o mesmo não se passa relativamente à abertura de conventos.

Como normalmente acontecia nestas ocasiões, os desfiles integravam membros do clero, do poder local e as próprias penitentes, bem como a regente e a porteira. Tratava-se de um espectáculo oferecido à população da cidade, que não deixaria de o apreciar. Este espectáculo barroco de devoção tinha também como todas as procissões da época um sentido pedagógico que não deve ser esquecido<sup>6</sup>: para as prevaricadoras, existia um remédio. O pecado era combatido com o afastamento do mundo, o arrependimento, a oração e o trabalho.

O prelado pretendeu inaugurar o novo recolhimento com pompa, dando visibilidade a uma obra tão meritória, como era a que agora se abria para retirar mulheres do pecado e colocá-las no caminho da salvação. Esta foi a única instituição existente na cidade até à segunda metade do século XIX com esta finalidade, ou seja, converter mulheres através da oração, da penitência e do trabalho.

No relatório da visita “ad limina” de 1723, D. Rodrigo justifica a fundação do recolhimento com a inexistência na diocese de uma casa para recolher “mulheres prostitutas e de maus costumes”, onde pudessem aprender as virtudes e se tentassem emendar. Na altura, a casa, segundo ele, era composta por 20 celas, oficinas e uma “igreja dedicada a Santa Maria Madalena, Penitente”, estando naturalmente a referir-se à capela de São Gonçalo. Informa ainda as receitas por si consignadas ao funcionamento da instituição, bem como a dotação de estatutos e demonstra alguma satisfação nos resultados obtidos no primeiro ano de vida, ao referir o “efeito que já vejo da referida obra desde o ano passado”.

A instituição foi criada numa altura de exaltação dos princípios pós-tridentinos e de piedade barroca, período em que o controlo da alma e do corpo era levado ao extremo pela Igreja. Piedade para com as pecadoras, mas também para com as mulheres sós, pobres, desamparadas, transformadas em objeto de caridade para não caírem em desgraça. De tal forma foi grande o cuidado posto quer no restauro da honra das mulheres, quer na sua preservação, que por várias cidades e vilas surgiram em Portugal recolhimentos fundados por leigos e pela Igreja.

O recolhimento para pecadoras foi pensado pelo arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles como um lugar de inclusão para as mulheres “descompostas”, “perdidas”, de má vida, que ofenderam a Deus, públicas, que faziam perigar a sua alma, de mau viver, “penitentes” ou “convertidas”, mas simultaneamente de conversão por lhes possibilitar regressar à sociedade, se dese-

6 As procissões da Época Moderna estavam imbuídas de grande simbolismo. Leia-se Furtado, Júnia Ferreira, “Desfilar: a Procissão barroca”, in *Revista Brasileira de História*, nº 33, 1997, pp. 251-252.

jassem, mais tarde. Ao mesmo tempo, ao admitir mulheres que estavam em perigo, por serem pobres e desamparadas, a instituição atuava como mecanismo preventivo e protetor. Todavia, entre as supranumerárias encontravam-se mulheres desavindas com os maridos ou pais, viúvas, solteiras, filhas de mesterais e da pequena nobreza, que, obrigadas ou de livre vontade, e meninas muito jovens, em perigo de se perderem, ingressaram em Santa Maria Madalena.

A fundação de casas para mulheres arrependidas verificou-se em várias cidades do reino e do império<sup>7</sup>. Em Goa, por exemplo, foi o arcebispo D. Frei Aleixo de Meneses o fundador do recolhimento de Santa Maria Madalena da cidade<sup>8</sup>. Mas em Lisboa houve ainda o cunho real nestas fundações, no reinado de D. João III. Todavia, em 1586, Pedro da Fonseca, provincial da companhia de Jesus, fundou um recolhimento para convertidas no Bairro Alto. Também em Coimbra o bispo D. João de Melo instituiu em 1690 o recolhimento de Santa Maria Madalena, mais tarde designado por “recolhimento do Paço do Conde”<sup>9</sup>. Em Espanha a ação de alguns bispos no setor caritativo merece igualmente destaque<sup>10</sup>.

Contrariamente aos outros recolhimentos que encontraram sede em várias cidades e vilas, os de arrependidas estavam sediados em cidades e particularmente associados à vontade dos bispos.

Algumas das casas de penitentes invocavam Santa Maria Madalena como padroeira, culto que registou um grande impulso durante o século XII, relembrando a vida de quem depois de arrependida se santificou<sup>11</sup>. Contrapondo a Maria, imaculada e sem qualquer suspeita, encontrava-se Madalena, a pecadora<sup>12</sup>.

Em Braga, a instituição tinha dois padroeiros: Santa Maria Madalena e São Gonçalo. Os dois patronos eram tidos em igual linha de consideração e assim deviam ser vistos, questão nem sempre pacífica, mas resolvida quando coloca-

7 Veja-se o trabalho de Abreu, Laurinda, *O poder e os pobres. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Gradiva, 2014, pp. 192-196.

8 Coates, Timothy J., *Degredados e órfãs: colonização dirigida pela Coroa no império português 1550-1755*, Lisboa, Comissão para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, 1998, p. 237. Para o Brasil confira-se Almeida, Suely Creusa Cordeiro de, *O sexo devoto. Normatização e resistência feminina no Império Português XVI-XVIII*, Recife, Imprensa Universitária da UFRPE, 2005, pp. 242-259.

9 Sobre a instituição de Coimbra consulte-se Roque, João Lourenço, “Dramas individuais e familiares na biografia de algumas mulheres do Paço do Conde”, in *Biblos*, vol. LXIII, 1987, p. 26.

10 Para este assunto consulte-se Callahan, William, “Caridad, sociedad y economia en el siglo XVIII”, in *Moneda y Crédito*, 146, 1987, pp. 66-67.

11 Leia-se Pilosu, Mário, *A Mulher, a Luxúria e a Igreja na Idade Média*, Lisboa, Ed. Estampa, 1995, pp. 134-147; Barbeito, Maria Isabel, “Mujeres eremitas y penitentes. Realidad y ficción”, in *Via Spiritus*, nº 9, 2002, pp. 191-196.

12 Sousa, de Macedo, Antonio de, *Eva e Ave ou Maria Triumphante Theatro da erudicam e da philosophia*, Christam, Lisboa, 1676.

das as imagens em igualdade de circunstâncias<sup>13</sup>. A paridade devia traduzir-se também em termos visuais. Porém, na documentação a presença de Santa Maria Madalena é mais forte e o recolhimento é frequentemente designado apenas pelo nome desta santa.

Maria Madalena está associada à imagem de uma mulher pecadora, mas também de arrependimento e penitência. Surge na Bíblia várias vezes junto de Jesus, acompanhando-O na última fase da sua vida, na morte e na Ressurreição. No século XVII, este culto ganhou maior visibilidade na Igreja Católica, surgindo como uma santa muito venerada<sup>14</sup> e demonstrando que, mesmo sendo pecadora, o arrependimento podia conduzir à santidade.

Na cidade, a sua imagem ganhou realce na capela da Glória, da Sé, refletindo a veneração feita a este culto.

Pelo recolhimento de Santa Maria Madalena passaram mulheres, solteiras, casadas e viúvas, crianças, meninas, jovens, maduras e já velhas. Conviveram, fizeram amizades, contaram histórias passadas, namorados deixados, amantes que queriam esquecer, casas e famílias abandonadas, mas também azedaram relações e tornaram-se inimigas, cortaram laços, falaram alto, decompueram, afrontaram e insultaram. Foi em espaços muito limitados, de paredes frias, sem aconchegos senão os da alma e do espírito que viveram uma nova “família”, por vezes, ao longo de muitos anos.

A instituição recebia, como dissemos, pecadoras e senhoras e meninas honestas, não existindo nenhum “privilégio” para estas últimas. Os primeiros estatutos determinam o cumprimento das mesmas normas, iguais procedimentos, conduta e obrigações para todas quer no respeitante ao temporal, quer ao espiritual. Apesar de ser destinado a mulheres arrependidas, o facto de receber outro tipo de mulheres, usava pelo menos teoricamente de igual tratamento para todas, fazendo-as conviver lado a lado, sujeitando as supranumerárias, como refere Maria Antónia Lopes “a partilhar espaço e reputação de pecadoras”<sup>15</sup>.

Porém, o arcebispo D. frei Caetano Brandão (1790-1805) discordava da reunião de mulheres com estatuto tão diferente. Em 1790, e a propósito de outras reformas que implementou em instituições religiosas, refere numa carta que

“[...] a separação, que vou agora fazer no Recolhimento da Magdalena e em outro mais! Eu lhe contarei o trabalho que isto me tem dado. Veja que desordem: estarem misturadas prostitutas com Donzelas de 14, 17, 18

13 Leia-se Oliveira, Eduardo Pires, *O recolhimento de Santa Maria Madalena e São Gonçalo ou das Convertidas [Braga]*, Braga, Governo Civil de Braga, 2002, pp. 61-62.

14 Acerca do percurso de Maria Madalena leia-se Martín García, Alfredo; Martín García, Ana, *Las cofradías de la Orden Tercera de Ferrol. Estudio histórico-artístico*, Ferrol, Concelho de Ferrol. Cultura, 2007, pp. 76-77.

15 Lopes, Maria Antónia, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna*, Coimbra, Imprensa Universitária, 2010, p. 100.

annos! Não posso soffrer tal: mas por força quer muita gente, que eu deixe correr as cousas como hião; e ralhão e censurão: deixallos”<sup>16</sup>.

Consciente das dificuldades que enfrentava, mas determinado, o arcebispo, por não concordar com a mistura existente, deve ter procedido à alteração pretendida nesta carta, senão na totalidade, pelo menos em parte.

A clausura a que se submetiam umas e outras guardava-as como se não estivessem no mundo, retirando-as do reboiço do século para sempre ou apenas por períodos de tempo.

Esta carta vem, provavelmente, na sequência da visita que efetuou à instituição nesse mesmo ano e onde encontrou muitas mulheres e crianças. Perante a presença de um volume elevado de recolhidas, decidiu enviar algumas delas para o recolhimento de São Domingos ou da Tamanca, ordenando aí a construção de celas para as novas residentes<sup>17</sup>. Porém, no livro de entradas não existe nenhuma menção à saída de mulheres para a Tamanca nesse ano. As crianças encontradas no recolhimento eram filhas das recolhidas. Seria esta uma das medidas anunciadas na carta? Seriam estas mulheres supranumerárias, que o arcebispo queria separar das do número? Talvez, mas num período em que as supranumerárias eram muitas, o arcebispo não as transferiu todas, porquanto elas sempre existiram na instituição.

O recolhimento de Santa Maria Madalena durante o período em análise nunca mudou de estatuto, apesar de em finais do século XVIII se designarem as recolhidas por “monjas”, sugerindo tratar-se de um convento. Nas primeiras décadas do século XIX há também registos que se referem ao convento, quando se queria mencionar recolhimento. Na verdade, esta instituição nunca foi um convento e nela não existiram freiras durante o período em estudo. Todavia, a vida muito semelhante que levavam, aproximava as recolhidas a uma vida claustral, causando alguma confusão a pessoas menos conhecedoras das distinções existentes entre as duas instituições. Nos recolhimentos, as mulheres não tomavam ordens sacras e podiam passar apenas algum tempo da sua vida nestas instituições, regressando posteriormente ao século.

Embora nos últimos anos, os recolhimentos tenham servido de objeto de estudo a alguns investigadores, o desconhecimento destas casas é ainda grande, mantendo-se um campo de investigação em aberto para estudo de múltiplos aspetos da vida espiritual, mas também da gestão diária da casa, do trabalho feminino, do poder, das relações interpessoais, da cultura, da escrita, dos bens materiais, da higiene, da doença e da morte, entre outros.

Como já referimos, o recolhimento em estudo foi a única instituição na cidade que recolhia mulheres consideradas pecadoras para mais tarde as

16 Amaral, António Caetano do, *Memórias para a Historia da vida do Venerável arcebispo de Braga D. Frei Caetano Brandão*, tomo II, Lisboa, s. e., 1868, pp. 94-95.

17 ADB, Ms. 341, fl. 698.

devolver à sociedade, já convertidas. Porém, quando a sua situação tinha sido alterada, surgiu na cidade em 1869 um novo instituto “por iniciativa d’algumas piedosas senhoras” para receber “[...] as pobres raparigas que tendo cahido na desgraça de viverem desregradamente desejassem sahir de tam miseravel estado; fugir aos perigos e seducções do mundo que as perdêra; e rehabilitarem-se perante Deus e a sociedade”<sup>18</sup>. Esta instituição foi recentemente objeto de um trabalho aprofundado<sup>19</sup>.

Deve esclarecer-se o leitor que o recolhimento de Santa Maria Madalena mantinha-se aberto, mas como asilo para mulheres pobres.

## 2. O FUNDADOR E A ASSISTÊNCIA: BREVE ABORDAGEM

D. Rodrigo de Moura Teles nasceu em Alcácer do Sal, em 1644 e foi batizado na igreja de São Vicente de Fora, em Lisboa. Era filho de Nuno Mendonça e de D. Luísa de Castro. Estudou no colégio de São Paulo em Coimbra, transitando posteriormente para a universidade, onde se doutorou em Cânones, em 1667. Durante os estudos universitários foi nomeado, em 1660, Tesoureiro Mor da Sé de Évora, porém só após a conclusão desses estudos foi ocupar o referido lugar. Em 1667 foi eleito deputado da Mesa da Consciência e Ordens e no ano seguinte membro da Junta dos três Estados. Foi designado submilher da cortina de D. Pedro II, em 1678. Mais tarde, em 1690, foi nomeado reitor da Universidade de Coimbra, cargo em que se manteve mais três anos<sup>20</sup>. Em 1692 foi nomeado bispo de Lamego, dignidade que declinou, aceitando dois anos mais tarde a nomeação para bispo da Guarda, onde chegou em 1695. Em 1697 assistiu às Cortes, quando D. Pedro II foi jurado rei. Desempenhou ainda funções de conselheiro de Estado antes de vir para a Mitra de Braga. Vaga a cadeira arcebispal por promoção do arcebispo D. João de Sousa a arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo foi nomeado arcebispo de Braga em finais de 1703, pelo papa Clemente XI, chegando à cidade em dezembro do ano seguinte<sup>21</sup>.

Filho dos condes de Vale de Reis, D. Rodrigo ocupou os mais altos cargos da cultura, da religião e do poder, sendo-lhe atribuída já no final de vida a importante diocese de Braga, confirmando o que José Pedro Paiva sublinhou sobre as dioceses “mais prestigiadas”<sup>22</sup>.

18 ADB, Ms nº 5705, fls. 1-2.

19 Consulte-se Português, Ernesto, *Monsenhor Airosa- Pedagogo-Empresário. História do Colégio de Regeneração de Braga 1869-1931*, Vols. 1-2, Braga, Instituto Monsenhor Airosa, 2015.

20 A propósito deste seu percurso veja-se Antonio, Manuel, *Panegyrico ao Excelentissimo e Reverendissimo Senhor D. Rodrigo de Mouta Teles*, Lisboa, Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1739, pp. 28-29.

21 Aranha, Boaventura Maciel, *Epitome da vida, e virtudes do excelentissimo senhor D. Rodrigo de Moura Telles, arcebispo de Braga Primaz das Hespanhas*, Lisboa, Officina Pinheirense, 1743, pp. 632-637.

22 Leia-se Paiva, José Pedro, *Os Bispos de Portugal e do Império 1495-1777*, Coimbra, Imprensa Universitária, 2006, p. 450.



Imagem 2. D. Rodrigo de Moura Teles

Os dados biográficos apresentados sobre o fundador de Santa Maria Madalena são necessariamente sucintos e procuram sobretudo traçar o seu perfil assistencial. Nesta breve síntese pretendemos somente contribuir para um maior conhecimento do prelado enquanto “pai dos pobres”, deixando de fora todos os aspetos religiosos e a sua ação reformadora na diocese. Servimo-nos preferencialmente das informações colhidas nos seus biógrafos, no seu testamento e no conhecimento que possuímos do seu desempenho na

Misericórdia e no hospital da cidade. Temos consciência de que a sua vida foi muito mais rica e que a nossa análise é limitada aos objetivos deste estudo.

Repartido entre o trabalho pastoral e a vida privada, D. Rodrigo dedicava os seus dias à oração, à leitura, aos serviços religiosos, à caridade e ao despacho.

Como bom pastor, vivia assistindo a missas ao longo do dia, fazendo diariamente oração mental e vocal, leituras de livros de espiritualidade e usava cilícios. Praticava disciplinas e jejuns em certos dias do ano e na hora das refeições era parcimonioso, fazendo também leituras de espiritualidade. O seu modelo de vida foi transportado para o recolhimento que fundou, exigindo às recolhidas a participação diária na missa, a oração vocal e mental, o jejum e as disciplinas, calendário criteriosamente esboçado nos seus primeiros estatutos. Dedicava uma atenção especial às almas do Purgatório com quem se mostrava particularmente preocupado.

Em termos caritativos, D. Rodrigo deixou uma marca muito assinalável. Tinha todos os dias um pobre à sua mesa, assistia peregrinos e pessoas que habitavam fora da cidade, mandava dar diariamente peças de roupa aos pobres que se juntavam à porta do seu esmoler, assistia mensalmente um número elevado de mulheres, viúvas e solteiras, auxiliava famílias carenciadas e distribuía dotes de casamento a órfãos pobres, assim como a mulheres recolhidas. O arcebispo não assistia de forma esporádica. Atuava de maneira a manter a ajuda enquanto fosse necessária<sup>23</sup>. Neste particular, seguia o mesmo procedimento levado a cabo por muitas Misericórdias que ajudavam os “seus pobres”, por vezes, ao longo de décadas e muitos casos até à morte. Por outro lado, a criação do recolhimento demonstra a fundação de uma linha de apoio a mulheres consideradas perdidas, que se manteria no tempo, muito para além da sua prelatura, como veio a acontecer. A instituição permaneceu em funcionamento até finais do século XX, mas em moldes distintos, que não devem ser confundidos com os objetivos iniciais.

Aos pobres da cidade mandava dar alqueires de pão, matando-lhes a fome, mas ordenava também que o cozessem para enviar aos presos e a rapazes pobres que aprendiam um ofício<sup>24</sup>. Auxiliava muitos pobres envergonhados, pagando em alguns casos o aluguer da casa em que residiam. Na semana santa selecionava 12 pobres, que esmolava com dois vinténs diários ao longo do ano, podendo a ajuda prolongar-se por mais tempo, em caso de necessidade<sup>25</sup>. Lavava os pés a 12 pobres no dia de quinta-feira santa, dava-lhes uma

23 Consulte-se Pontes, Sebastião do Vale, *Oração fúnebre de D. Rodrigo de Moura Telles*, Lisboa, s. e., 1730, pp. 44-45.

24 Sobre a ação assistencial desenvolvida pelo cabido de Évora na Idade Moderna consulte-se Pardal, Rute, *Práticas de caridade e assistência em Évora 1650-1750*, Évora, Universidade de Évora, 2012, tese de Doutoramento policopiada.

25 A sua atitude integrava-se no perfil de bispo benfeitor e segue o caminho dos seus antecessores. Leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “The Archbishops of Braga and their Assistance to the Poor in Early Modern – Portugal”, in *The Journal of the Mediterranean Studies*, vol. XVII, Manchester, Manchester University Press, USA, 2008, pp. 97-117.

esmola e servia-os à mesa no dia seguinte<sup>26</sup>. Era também ele que na sexta-feira das Endoenças distribuía com as suas mãos as esmolas aos pobres que aguardavam à porta do Paço Arquiepiscopal.

Tempo de penitência, arrependimento e caridade, a semana santa era ocasião para aumentar os gestos de bem-fazer, mandando D. Rodrigo esmolas também para conventos de ordens mendicantes, quer em dinheiro, quer em géneros e roupa<sup>27</sup>.

Beneficiou muitos conventos, recolhimentos e confrarias, concorrendo com dinheiro para a reforma dos seus projetos e demonstrando a sua preocupação com estas instituições. A sua ação junto do Bom Jesus do Monte é digna de registo, mas não cabe neste estudo analisá-la. Saliento apenas a construção de casas para os muitos romeiros e peregrinos nacionais e estrangeiros que rumavam a este santuário<sup>28</sup>, sublinhando uma vez mais a sua atenção junto dos que precisavam de auxílio. Dar pousada aos peregrinos constitui uma obra de misericórdia corporal, ainda com muita pujança na Idade Moderna. Em Braga, os peregrinos eram recebidos no hospital de São Marcos, onde existiam locais separados para homens e mulheres, no máximo de 3 dias, mas como se compreende, não chegava para tantos fiéis que se deslocavam em peregrinação aos santuários da sua devoção.

Na hora da morte, solicitou que o seu cortejo fúnebre fosse acompanhado por 12 pobres, os quais deviam transportar 12 tochas, serviço pago a cada um com dois mil réis. Escolhiam-se os primeiros que aparecessem. Deixou ainda aos párocos das freguesias de São Vítor, São João do Souto, Cidade e Adaúfe montantes em dinheiro para serem distribuídos pelos pobres envergonhados que permanecessem em suas casas<sup>29</sup>. As convertidas foram também beneficiadas no seu testamento. No último documento lavrado a nove de abril de 1725, o arcebispo declara “que este meu Testamento he o sexto que tenho feito e Rompi os sinco porque fis por algumas Rezoins que para isso teve e assim só quero digo e assim este só quero [sic] e he minha vontade que valha

26 Sobre os rituais de caridade consulte-se Sá, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 92-94; Araújo, Maria Marta Lobo de, *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003.

27 Aranha, Boaventura Maciel, *Epitome da vida, e virtudes do Excelentissimo Senhor D. Rodrigo de Moura Teles...*, pp. 643-649.

28 Aranha, Boaventura Maciel, *Cuidados da vida e descuidos da morte, representados em varias cartas, que o Author escreveu aos seus Irmãos persuadindo-os a que fação vida benemerita da eterna, nos estados de Sacerdote, Religioso, e Casado, dos quais diffusamente se trata por estilo clarissimo, que se exorna com muitas autoridades da Sagrada Escritura, com copiosos exemplos dos mayores Sãos da Igreja de Deos, e có innumeraveis sentenças, e documentos Espirituais, Moraes e Politicos. Acrescentados com hum Epitome da vida, e da morte do Ecell.mo e Rever.mo Senhor Dom Rodrigo de Moura Telles Arcebispo e Senhor de Braga, Primaz das Espanhas*, Lisboa, Na Oficina Pinheirense da Música e da Sagrada Religião de Malta, 1743, p. 682.

29 ADB, Coleção Cronológica, doc. n.º 2560, fls. 15v.-16.

e tenha seu inteiro cumprimento e satisfação<sup>30</sup>. Com este testamento revogou todos os anteriores e no codicilo que fez a este último documento integrou um legado para a instituição. Deixou “ao recolhimento das convertidas de Santa Maria Magdalena, e Sam Gonçalo, quatrocentos mil reis para fazerem outro dormitório por cima daquelle que agora tem”<sup>31</sup>. O montante tinha um fim específico e decorria da constatação que o prelado já fazia da necessidade de aumentar o edifício, erguendo-lhe um segundo alçado para celas.

O arcebispo foi sepultado na capela de São Geraldo, da Sé, onde se celebraram três ofícios gerais com muito fiéis presentes. Durante dois dias os pobres da cidade foram agraciados com esmolas, oferecendo-se quatro vinténs a cada um<sup>32</sup>.

Entre as muitas funções que desempenhou, foi ainda provedor da Misericórdia de Braga entre 1709 e 1712, período em que a beneficiou largamente. Presidiu durante esse tempo a várias das suas sessões da Mesa e deu um grande impulso ao hospital de São Marcos, promovendo grandes obras no decurso da segunda e terceira décadas de setecentos. Foi também ele que colocou as relíquias de São João Marcos, em 1718, na igreja do hospital<sup>33</sup>. Visitava semanalmente esta instituição, por vezes mais do que uma vez, falava com os doentes, tomava conta do estado em que se encontravam, dava-lhes esmolas e recomendava-os aos profissionais de saúde. Chegou mesmo a reforçar o hospital com outros clínicos para acudir a casos mais complicados. Solicitava aos capelães do coro da igreja do hospital que ajudassem os moribundos a bem morrer, acompanhando-os no momento da passagem e incentivando-os a cumprir o legado de João de Meira Carrilho, instituído em 1682.

Conhecedor das dificuldades que se viviam em São Marcos, devido à grande procura dos seus serviços e à inexistência de verbas por causa da inflação e da falta de pagamento das rendas, D. Rodrigo beneficiou-o em 1710 com uma esmola avultada e em 1712 solicitou ao papa um breve para os legados não cumpridos da diocese reverterem para esta instituição. Acompanhou de perto as obras feitas no hospital e em 1722 pronunciou-se sobre a sua nova planta, autorizando no ano seguinte a ida de água do chafariz do campo de Santa Ana para o seu interior<sup>34</sup>.

30 ADB, Coleção Cronológica, doc. nº 2560, fl. 25.

31 ADB, Coleção Cronológica, doc. nº 2560, fls. 29-29v.; ADB, Thadim, Manuel José da Silva, Ms. 1054, vol. I, fl. 32; Ferreira, Mons. Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (sec. III-sec XX)*, tomo III, Famalicão, Edição da Mitra Bracarense, 1932, p. 255.

32 ADB, Thadim, Manuel José da Silva, Ms. 1054, vol. I, fl. 98.

33 Aranha, Boaventura Maciel, *Cuidados da vida e descuidos da morte...*, p. 657.

34 A ação caritativa de D. Rodrigo na Misericórdia encontra-se em Araújo, Maria Marta Lobo de, “Das origens à atualidade: um itinerário de 500 anos”, in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, pp. 53-55.

Porém, e para aliviar a Santa Casa, ordenou que os seus médicos e cirurgiões curassem os pobres da cidade nos seus domicílios. A esses, quando lhes ia levar o Santíssimo Sacramento, deixava também esmolas, auxiliando-os na doença e na convalescença.

A ação esmolar de D. Rodrigo era inerente à sua função pastoral. O bispo devia atuar como “pai dos pobres”, abeirando-se dos mais débeis e auxiliando-os, nas suas fraquezas<sup>35</sup>.

Com Santa Maria Madalena, o arcebispo alargou os projetos assistenciais da cidade na Idade Moderna, que estavam em curso na Misericórdia, nas outras confrarias, nos conventos, no Cabido, na Mitra e nas casas particulares. A sua fundação associa-se à de outros bispos que tiveram desempenhos semelhantes nas suas dioceses, promovendo uma reestruturação da assistência existente<sup>36</sup>.

Como forma de preparar a morte, D. Rodrigo fez o último testamento três anos antes de falecer, deixando importantes bens à sua família, nomeadamente aos sobrinhos e a irmãs religiosas. Todavia, não esqueceu também os que o serviram nos últimos anos de vida. A todos reconheceu e acarinhou com a sua herança. Não esqueceu várias confrarias de Braga de quem era irmão, mas também outras que tinham obras em curso, bem como algumas de Lisboa, a que também pertencia. Nomeou algumas, mas a muita idade impediu-o de recordar todas, assumindo no seu testamento “outras de que agora não me lembro”<sup>37</sup>. Alguns conventos da diocese foram igualmente beneficiados, assim como instituiu dotes de casamento no valor de 40 mil réis cada<sup>38</sup>, para raparigas pobres da cidade e de fora dela.

Foi sepultado na capela de São Geraldo, da Sé, como referimos, a qual mandou reedificar e ornar, desejando que seu corpo fosse ali depositado “sem mais fausto ou pompa da que depoem o mesmo Serimonial”. Porém, solicitou a presença de algumas irmandades, comunidades religiosas masculinas para o acompanharem e rezarem pela sua alma responsos e missas gerais, deixando-lhes contributos financeiros para este serviço. Para beneficiar a sua alma, porque temia “muito as penas do Purgatorio, e creyo como fiel Catholico, que por meyo delas se mitigão as almas que padessem temporaes naquele lugar”,

35 A propósito da ação caritativa dos bispos leia-se Paiva, José Pedro, “O episcopado e a “assistência” em Portugal na Época Moderna (séculos XVI-XVIII), in Abreu, Laurinda (ed.), *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*, Lisboa, Colibri/CIDHEUS, 2004, pp. 170-177; Vizuete Mendonza, Carlos J., “Caridad episcopal. Arzobispos de Toledo y los pobres”, in *Iglesia Española y las Instituciones de Caridad*, Madrid, Instituto Escorialenses de Investigaciones Históricas y Artísticas, 2006, pp. 33-50.

36 O desempenho de D. Teotónio de Bragança em Évora é digno de realce. Veja-se Abreu, Laurinda “O arcebispo D. Teotónio de Bragança e a reestruturação do sistema assistencial na Évora Moderna”, in Abreu, Laurinda (ed.), *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*..., pp. 156-165.

37 ADB, Coleção Cronológica, doc. nº 2560, fl. 8v.

38 ADB, Coleção Cronológica, doc. nº 2560, fl. 23.

instituiu duas mil missas em altares privilegiados, mais 250 pelas almas do Purgatório, igual número pelas de seus pais, avó, sobrinha e uma irmã, mais 250 pela alma de sua irmã Soror Luísa da Conceição, fundadora do convento da Madre de Deus de Guimarães, e mais 250 pela sua própria alma<sup>39</sup>.

Protetor de pobres, D. Rodrigo de Moura Teles deixou na cidade e na diocese um significativo legado para os que sofriam dos males do corpo e da alma.

### 3. A ENTRADA NA INSTITUIÇÃO

As interessadas em ingressar no recolhimento começavam por fazer a primeira abordagem junto da regente para saberem ou não da sua possibilidade, desde logo para se informarem da existência de cela livre. Depois, tinham de fazer uma petição ao arcebispo. O processo saía do Paço, transitava para o recolhimento, onde a regente prestava informação formal sobre a existência ou não de vaga ou de espaço físico para a acolher, efetuando também muitas vezes considerações sobre o aspeto físico da mulher, facto considerado relevante. Seguia de novo para o Paço, daqui podia ser remetido ao médico, se fosse necessário o seu parecer, regressava ao Paço e daqui podia ser despachado ou não novamente para o recolhimento. Quando necessário, podiam também pedir-se informações ao pároco de residência das peticionárias. Se a candidata fosse aceite, dava-se ordem à regente para a receber. Em caso de insucesso, o processo ficava encerrado com o despacho para informação da interessada. Toda a documentação, mas muito especificamente a ordem do arcebispo para a recolher, era guardada numa arca e o assunto sempre registado no termo do livro de entrada. Porém, em 1727, D. Ana foi recolhida na instituição como supranumerária "sem petição por ordem do Dr. esmolero"<sup>40</sup>. Este caso é demonstrativo de que nem todos os processos tinham o mesmo tratamento e da forma como se ultrapassavam algumas barreiras. Esta mulher manteve-se na instituição pouco mais de dois anos.

Em período de Sé Vacante, os despachos foram efetuados pelo Cabido. Não tivemos acesso a petições que tenham sido rejeitadas, mas o facto de em algumas delas as candidatas referirem já terem feito anterior diligência e não terem sido contempladas, demonstra que nem sempre as mulheres eram bem-sucedidas na primeira abordagem. Na petição, identificavam-se, referiam a sua filiação, no caso de serem órfãs de pai ou de ambos os progenitores, mencionavam o facto e referiam também a sua residência e os motivos que as levavam a aderir a este projeto de vida.

As supranumerárias só tinham acesso ao recolhimento após ser lavrada escritura pública para o pagamento do dote. A instituição cobrava antes da

39 ADB, Coleção Cronológica, doc nº 2560, fl. 20.

40 ADB, Fundo do Governo Civil. Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 13.

entrada, mas este processo vai alterar-se com o decorrer do tempo, passando a ser paga uma mensalidade já em finais do século XVIII, feita muitas vezes em parcelas.

A reflexão, embora não muito alongada da regente sobre o aspeto físico da candidata era muito importante, porquanto se pronunciava sobre os seus atributos físicos e idade. Quase sempre sublinhava ser bem-parecida, facto que podia proporcionar a ruína do século, ou seja, a sua perdição. Sem o afirmar diretamente, a regente estava a defender a candidatura da mulher, porque sabia que a pobreza a podia empurrar para o que considerava ser pecado.

Era, portanto, um processo que demorava algum tempo e requeria quem tratasse do assunto, uma vez que estamos certos de que algumas mulheres não teriam competências para escrever as petições, nem conheceriam os trâmites.

A orfandade, o desamparo e o medo de caírem em perdição eram as razões mais recorrentes no caso das supranumerárias. As que tinham já pecado invocavam esse motivo e a procura da conversão. Cada uma, embora com textos distintos e mais ou menos argumentativos, contava retalhos da sua vida, na tentativa de alcançar a permissão pretendida.

Depois de autorizadas, as mulheres apresentavam-se no recolhimento e eram iniciadas com a assistência à missa, onde todas as recolhidas estavam presentes. A introdução de um novo membro contava com a presença de todas, simbolizando a sua adesão, mas também o acolhimento a mais uma companheira. Em seguida, realizava-se a cerimónia do lançamento do hábito no coro alto. Por vezes, era-lhes determinado um prazo certo para ingressarem na instituição, sob pena do processo caducar e perderem o lugar que tinham alcançado.

Geralmente, as petições dizem respeito apenas a uma mulher, mas houve casos em que várias irmãs fizeram o pedido em simultâneo e no mesmo requerimento. Eram ocorrências em que a mesma situação levava ao internamento.

Tal como em outras instituições de clausura, em Santa Maria Madalena existiam redes familiares: irmãs, tias, afilhadas, sobrinhas, mãe e filhas. O ingresso de filhas jovens acontecia quando ficavam sozinhas e corriam risco de perder a sua virgindade. Nesses casos, era muito ponderada a situação e, normalmente, autorizava-se o ingresso para que fossem protegidas e se mantivessem junto da mãe. Outras eram crianças e requeriam a presença da progenitora.

Depois de entrarem, todas as mulheres passavam a ter uma nova vida e uma nova identidade, desde logo alterada pelo nome e pelo traje. As recolhidas usavam o nome próprio, mas agregavam-lhe o de um santo, normalmente da sua devoção. Esta alteração era marcada também pelo vestuário. O uso de hábito conduzia à uniformização pretendida, exteriorizando, ao mesmo tempo, simplicidade e humildade. Todavia, nem todas eram iguais:

umas usavam apenas o seu nome, outras eram precedidas pela designação de “dona” seguida do nome e de vários apelidos, fazendo-se reportar a um grupo de maior peso e significado social. Umas eram pobres, outras tinham alguns bens, umas vinham do meio urbano, outras do campo. Umas eram da cidade e arredores e outras de mais longe.

A integração na instituição tinha ainda como ritual a celebração de um jantar pago pela recolhida. Estamos certos de que este seria assumido apenas pelas supranumerárias e mesmo dentro deste grupo somente pelas mais abastadas, pois só episodicamente surgem referências a esta cerimónia. De qualquer forma, tratava-se de um ritual de integração, onde uma vez mais se reunia toda a comunidade.

As razões que levaram as mulheres ao internamento neste recolhimento são variadas e quase nunca explicitadas, pelo menos no livro de entradas. Tivemos melhor sorte na consulta de outros documentos, mas quando esperávamos encontrar informação sobre estas mulheres, ela diz respeito genericamente ao seu nome, filiação, naturalidade, ao ingresso e à saída e, por vezes, aos motivos que as levaram a entrar e a abandonar a instituição.

Apesar disso, sabemos que muitas entraram constringidas para o recolhimento, enquanto outras como Maria do Espírito Santo entrou “por sua livre vontade”. Era sustentada pela Mitra, presumindo-se que fosse considerada pecadora. Sobre as mulheres casadas existe mais alguma informação, respeitante às suas razões: maridos ausentes a cumprir serviço militar e ausências temporárias dos cônjuges para Lisboa ou para o Rio de Janeiro. Nestes casos, as mulheres ingressavam sempre a pedido dos respetivos maridos, que reconheciam a necessidade de as deixar guardadas do mundo. Mas Maria Teresa da Cunha foi para Santa Maria Madalena em 1791 “para o fim de hum casamento”, permanecendo na instituição apenas alguns meses<sup>41</sup>. Para preservar a sua honra, e provavelmente durante o tempo em que o conflito foi mais agudo, esta mulher recolheu-se numa instituição considerada segura. Na Idade Moderna algumas mulheres entraram em conflito com os maridos. Porém, nem todas tiveram a coragem de os deixar, quase sempre por não terem apoio familiar e aceitação social. O caso supracitado foi registado nas fontes de forma explícita, mas nem sempre acontece esta situação, por vezes os registos parecem esconder as verdadeiras razões das mulheres, referindo somente que são casadas e estão a ser ajudadas pela Mitra. Como tinham marido, não se consegue perceber porque não lhes pagava a estada na instituição. Seria a pobreza que as impelia para o recolhimento quando estavam em contencioso com os esposos? Algumas delas na hora de regressarem a casa iam para a dos seus pais, parecendo provar que o casamento estava finalizado ou suspenso.

41 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 55v.

### 3.1.O perfil das recolhidas

O recolhimento de Santa Maria Madalena destinava-se a mulheres arrependidas, mas admitia também outras, como verificámos. A cada recolhida do número era pago um vintém diário, e dois à regente e à porteira respetivamente, no momento de abertura como já mencionámos, pois este montante foi posteriormente aumentado. Mas as recolhidas do número que casassem eram beneficiadas com um dote, destinado a encorajar o matrimónio e servindo para facilitar o começo de uma vida conjugal<sup>42</sup>. As pobres sem dote muito dificilmente se casariam. Esta atribuição funcionava como um património que a mulher levava para o casamento e que certificava ainda a sua honra<sup>43</sup>. Não ter dote constituía uma dificuldade que aumentava para mulheres que tinham manchado a sua honra, o que sublinhava o papel dos dotes nesses casos.

Se umas recebiam, outras pagavam para se manterem na instituição. Para as porcionistas, o recolhimento funcionava como um mecanismo de controlo preventivo, ou em alguns casos como abrigo e até mesmo como lugar de recolhimento compulsivo. Eram sobretudo mulheres solteiras, mas também casadas que foram guardadas em Santa Maria Madalena. As viúvas foram em número limitado, atingindo somente 18 casos, o que significou 2,8% do total no período estudado. Já as casadas representaram 17,7%, número que consideramos elevado tendo em conta as características da instituição. Entre 1722 e 1833, foram internadas neste recolhimento 624 mulheres, embora tenhamos algumas dúvidas sobre os registos feitos em certos momentos. As fontes nem sempre nos parecem confiáveis e suspeitamos de subregisto em algumas ocasiões.

Conhecemos também algumas informações sobre as famílias destas mulheres: 8,3% eram órfãs de pai ou de mãe ou ainda dos dois, existiam algumas expostas e ilegítimas, mas estes dois últimos casos possuem pouca relevância. A maioria era proveniente de famílias normalmente constituídas e tinha os seus progenitores vivos, ainda que algumas fossem familiares de clérigos.

Como já tem vindo a ser provado para os conventos, também nos recolhimentos se procurou manter laços familiares, criando redes de mulheres num espaço que lhes era destinado e nem sempre de livre escolha<sup>44</sup>. Em Santa Maria Madalena foram várias as irmãs que entram em simultâneo, como no

42 Veja-se Carboni, Mauro, *Le doti della "povertà". Famiglia, risparmio, previdenza: il Monte del Matrimonio di Bologna (1583-1796)*, Bologna, Il Mulino, 1999, pp. 14-21.

43 Leia-se Groppi, Angela, "Dots et institutions: la conquête d'un "patrimoine" (Rome, XVIIIe-XIXe siècle)", in *Clio. Histoire, Femmes et Sociétés. Femmes, Dots et Patrimoines*, 7, 1998, pp. 139-154.

44 A propósito das redes de poder nos conventos confira-se Atienza, López, Angela, "Nobleza, poder señorial y conventos en la España Moderna. la dimensión política de las fundaciones nobiliarias", in Sarana Sánchez, E.; Serrano Martín, E., (coords.), *Estudios sobre señorio y feudalismo: homenaje a Julio Valdeón*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 2010, pp. 235-269.

mesmo dia ingressaram mãe e filhas. As razões que levaram a que as filhas fossem direcionadas para esta casa estão quase sempre associadas à orfanidade materna ou paterna<sup>45</sup>. Não deixa de ser interessante verificar que as irmãs que entraram em simultâneo pertenciam quase sempre todas a estratos superiores, uma vez que são denominadas por “Donas”. O exemplo de D. Catarina Josefa, D. Teodora Joaquina e de D. Antónia Luísa, que ingressaram em meados de 1803 atesta exatamente o que acabamos de afirmar<sup>46</sup>. Porém, apesar do verificado, aconteceu também, pelo menos uma vez, o ingresso de quatro irmãs, em 1784, filhas de Francisco Oliveira Borges, do termo de Vila Real e que não pertenciam à pequena nobreza. Pensamos, contudo, que seu pai era homem com posses, pois manter quatro filhas na instituição não ficava barato<sup>47</sup>. A realidade é porém, mais complexa e plural. O ingresso das irmãs D. Maria, D. Josefa e de D. Ana, em agosto 1791 não significou qualquer despesa para seu pai, Bernardo António da Costa Barbosa, da vila de Ponte da Barca, porque todas foram sustentadas pela Mitra<sup>48</sup>. Ou seja, as situações são muito variáveis e para as analisar temos de atender aos casos em concreto. Embora as razões não sejam claras, supomos tratar-se de um caso de queda social, que pode hipoteticamente estar associado a orfanidade materna.

Para além de irmãs, mãe e filhas, também se encontravam em simultâneo no recolhimento tias e sobrinhas, mas desconhecemos se ingressaram no mesmo dia, como aconteceu nos exemplos anteriormente referidos. Existiam também mulheres que tinham raparigas suas protegidas consigo, regentes que tinham afillhadas e filhas, ou seja, a casa servia para reunir laços afetivos, proteger e tentar reconstituir a vida que se tinha fora da clausura.

A estratégia de fazer ingressar vários membros da família na instituição, promove a reprodução de redes e cumplicidades, ao mesmo tempo que se reproduzem poderes familiares. As relações de parentesco e de amizade podiam reforçar-se nestes espaços de clausura com a junção de mulheres do mesmo sangue e/ou que tinham interesses comuns.

No começo da centúria oitocentista, a idade das recolhidas como supra-numerárias passou a ser mais baixa, entrando muito jovens e muitas delas apenas para permanecerem na instituição alguns meses, o que sugere uma passagem por esta casa para serem educadas. Porém, algumas depois de cumprirem esse prazo, renegociavam mais tempo, quase sempre um ano, prolongando a sua estada na instituição.

45 Em 1811 ingressaram D. Maria Ana e D. Ana Lourença, filhas do Dr. Domingos José Correia, já defunto, e de sua mulher, Dorita Preciosa. ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 76v.

46 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 69.

47 Rosa Teresa era uma das irmãs, que entrou em outubro de 1784 e faleceu no mês seguinte, permanecendo somente 11 dias na instituição. ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 49v.

48 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 56v.

Percebe-se através das petições que várias delas eram da pequena nobreza local, outras filhas de oficiais e algumas seriam provenientes do mundo rural, onde exerciam várias profissões ou se dedicariam simplesmente à lavoura<sup>49</sup>.

Com o advento do século XIX as que procuravam o recolhimento eram maioritariamente pobres e não tinham caído em ruína, mas temiam que isso lhes pudesse acontecer. Era, por conseguinte, a pobreza que imperava na vontade de se fazer recolher.

Conhecer o perfil das recolhidas nem sempre se apresentou tarefa fácil, porquanto as fontes existentes não detalham com frequência, como gostaríamos, a situação de cada caso. Porém, a documentação disponível permite entender os grandes quadros sociais em que estas se integravam, bem como o controlo sexual, mais apertado sobre as filhas da nobreza do que sobre as camponesas. As meninas nobres ou burguesas, que perdiam a virgindade, tinham maior dificuldade em casar do que as do campo, precisando de um dote mais avantajado para o conseguir<sup>50</sup>. As restantes pertenciam a um mundo dominado pela pobreza, marginalidade, isolamento e desamparo e quase sempre a núcleos familiares muito desagregados<sup>51</sup>.

A utilização que o arcebispo fez dos 12 lugares do número foi variando de acordo com a procura, mas também como a pessoa em causa. Em 1761 Mariana Luísa, da freguesia de Palme, solicitou ingresso no recolhimento para as do número por se encontrar sem possibilidades económicas, apesar de ter “sido bem casada”. O arcebispo diligenciou junto da superiora, a qual informou a existência de um lugar vago na categoria solicitada e defendeu que fosse concedido à suplicante<sup>52</sup>. Como se constata, esta mulher não tinha perdido a honra, e tal como outras no século XIX, alcançaram o estatuto de serem mantidas sem estarem na categoria de mulheres perdidas que se queriam converter.

A passagem entre a cadeia e o recolhimento ajuda-nos também a perceber melhor o perfil de algumas das mulheres recebidas em Santa Maria Madalena. Para além de várias terem descaído moralmente, havia também quem estivesse associada ao crime e que talvez se tenha recebido no recolhimento para continuar o processo de regeneração, de maneira apoiada e num enquadramento que o aljube não oferecia.

49 Porém, com a vida que levavam, davam maus exemplos públicos. Leia-se Torremocha, Hernández, Margarita, “Donde se recogen las mujeres herradas yncontinentes”. Prostitución: acción y repressão social en el Antiguo Régimen”, in Pérez Álvarez, María José; Araújo, Maria Marta Lobo de (coords.), *La respuesta social a la pobreza en la Península Ibérica durante la Edad Moderna*, León, Universidad de León, 2014, p. 301.

50 Veja-se Pérez Molina, Isabel, “La normativización del cuerpo femenino en la Edad Moderna: el vestido y la virgindad”, in *Espacio, Tiempo y Forma. Historia Moderna*, t. 17, 2004, p. 109.

51 Confira-se Rial García, Serrana, “Solos y pobres: las mujeres de las ciudades de Galicia ante la marginalidad y la prostitución”, in *Semata*, nº 16, 2005, pp. 301-331.

52 ADB, Registo Geral, Livro nº 182, fls. 24-24v.

### 3.1.1. A circulação das mulheres entre instituições

Uma das realidades com que fomos confrontados prende-se com a circulação das mulheres entre algumas instituições da cidade. Passar de um recolhimento a outro ou mesmo circular de um recolhimento para um convento ou vice-versa é uma circunstância conhecida, que sem ser corrente, acontecia, por vezes. Estas situações estavam normalmente associadas a freiras e a mulheres leigas experientes, com provas dadas, que iam abrir outros conventos ou recolhidas que iam inaugurar recolhimentos, respetivamente, servindo nos cargos mais importantes. Podia acontecer também que durante o percurso de vida, principalmente as recolhidas, transitassem para outras instituições congêneres. Em Santa Maria Madalena registaram-se alguns casos de mulheres que foram e vieram do recolhimento da Caridade, fundado em 1768, por um particular. O recolhimento da Tamanca ou de São Domingos também foi proveniência de apenas uma mulher, em 1801. Houve ainda quem viesse do convento dos Remédios, instituição franciscana, e quem saísse para o convento do Salvado, instituição beneditina, ambas da cidade<sup>53</sup>. A saída para conventos esteve quase sempre associada à criadagem. Eram mulheres que deixavam a instituição para irem servir noutras instituições de reclusão. Este fluxo de mulheres entre conventos e recolhimentos registou-se na primeira década do século XIX, período muito instável a nível nacional e na cidade, devido às invasões francesas<sup>54</sup>. Foi feito sempre a mando do arcebispo da cidade, que em última instância os tutelava a todos.

Porém, já antes se começou a desenhar uma situação mais particular e que se prendia com a circulação de mulheres entre o aljube e o recolhimento. A partir de 1774 esta última instituição passou a ser lugar de presídio, porque recebeu mulheres vindas do aljube durante algum tempo. Nesse ano, tratou-se de um caso isolado, mandado recolher pelo arcebispo D. Gaspar de Bragança (1758-1789). Nas décadas seguintes foram várias as que transitaram do aljube para Santa Maria Madalena, sempre acompanhadas por oficiais da justiça, a quem se pagava para fazer a sua guarda e entrega. Do recolhimento, algumas delas regressaram novamente ao aljube, passados alguns meses. Em 1822 Josefa Rilha veio do aljube, “por culpas próprias”. Mais tarde, soube-se que estava a ser sustentada pela Mitra em Santa Maria Madalena<sup>55</sup>.

Outras chegaram do mesmo centro carcerário, mas tiveram que pagar a sua estada no recolhimento, por nele viveram na condição de supranumerárias<sup>56</sup>.

53 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fls. 67, 74, 75, 76,

54 Para Braga veja-se o trabalho de Capela, José Viriato; Matos, Henrique; Borralheiro, Rogério, *O heróico patriotismo das províncias do Norte. Os concelhos na Restauração de Portugal em 1808*, Braga, Casa Museu de Monção, 2008, pp. 27-45.

55 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fls. 47v.-48.

56 Como aconteceu a Ana Joaquina, em 1788, filha do ourives Carlos, residente na rua do Souto, da cidade. ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 52.

A ligação com o aljube fez-se também no sentido oposto, como já mencioná-mos. Houve mulheres, que por razões desconhecidas saíram do recolhimento e foram para a referida cadeia, situada, aliás, perto do campo de Santa Ana<sup>57</sup>.

A partida ou o ingresso eram sempre feitas a mando do arcebispo, que curiosamente, como referimos, tutelava as duas instituições. Foi precisamente por sua ordem que em 1800 Maria Josefa, casada e com uma filha pequena, ambas acompanhadas de Teresa Maria, saíram do recolhimento, onde passaram apenas seis dias, e regressaram ao aljube de onde tinham vindo<sup>58</sup>. Este caso não é muito explícito. Que razões explicam este pequeno tempo passado no recolhimento? Houve dificuldades de adaptação a uma vida com regras muito vincadas? Tratar-se-ia de mais um caso de mulheres que não se adaptaram à vida exigente do recolhimento? A presença da criança não era impedimento, porquanto conhecemos alguns casos semelhantes.

A partir de 1802 não existem mais menções relativas à circulação de mulheres entre estas duas instituições.

A utilização do recolhimento como centro de reclusão para crimes civis não ficou associada apenas ao aljube, porquanto algumas mulheres chegaram à instituição por despacho da polícia, como aconteceu a Florência Rosa, em 1803. Os registos de Florência permitem acompanhar a sua vida durante algum tempo. Chegou a mando “do intendente da policia” em dezembro do citado ano. Deixou a instituição em fevereiro de 1805, cumprindo uma vez mais ordem do referido intendente<sup>59</sup>, o que parece indiciar uma permanência que assegurou a sua regeneração.

Embora as razões não sejam claras para se explicar cabalmente este movimento de mulheres, o certo é que estamos perante duas instituições de reclusão. Quer no aljube, quer no recolhimento se pagava pelos crimes cometidos<sup>60</sup>, todavia, estar no recolhimento era muito diferente do aljube, desde logo por poder circular numa cerca e num pátio onde se apanhava ar fresco e se podia espaiar. O espaço era uma questão importante. Se existiam celas no recolhimento, isolando as mulheres à noite, durante o dia usufruíam de mais espaço e liberdade que na cadeia não possuíam. As internadas podiam ainda trabalhar e ganhar algum dinheiro com os trabalhos manuais produzidos, o que lhes conferia certa autonomia financeira. Por outro lado, a alimentação seria melhor do que a da cadeia e tinham ainda assegurada assistência espiritual particular, por disporem de um capelão para a instituição<sup>61</sup>. Existe,

57 Brízida Maria e Maria Clara saíram em fevereiro de 1802 para o aljube, por ordem do arcebispo. ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 68.

58 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 65v.

59 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 70.

60 Para um maior aprofundamento sobre as funções das cadeias leia-se Marston, Edward, *Prision. Five hundred years of life behind bars*, Surrey, The National Archives, 1998, pp. 51-81.

61 Acerca da falta de condições de espaço, arejamento e de ar livre das cadeias leia-se Johnston, Norman, *Forms of constraint. A History of prison architecture*, Chicago, University of Illinois Press,

por conseguinte, alguma “melhoria” das condições de vida para as que transitavam para o recolhimento<sup>62</sup>.

Em Santa Maria Madalena, os “crimes” em consideração eram apenas de origem moral e a conversão de mulheres só se aplicava às que tinham cometido pecados morais, porém, o sentido da punição estava presente em ambas as instituições<sup>63</sup>. Assim, se as semelhanças eram muitas entre ambas, os objetivos a atingir eram igualmente próximos. O recolhimento tinha um tronco destinado às mais rebeldes, ou seja, também privava de total liberdade as infratoras. Existe, porém, uma grande diferença entre as instituições visadas: em Santa Maria Madalena, as mulheres estavam sujeitas a um programa de conversão, inexistente na cadeia, que implicava seguir normas muito rígidas, rezar, trabalhar e penitenciar-se pelos pecados cometidos.

### 3.1.2. Os lugares de proveniência

Como constatamos, o universo de mulheres residentes no recolhimento é plural e de variadas proveniências geográficas. Todavia, como se constata através do mapa, o recrutamento faz-se principalmente no Minho e mais concretamente na cidade e nos arredores. Esclarecemos que quando colocamos o nome da vila ou da cidade, estamos a referir-nos ao concelho e não apenas a uma localidade em particular. Porém, o raio de atração desta instituição alarga-se a outras regiões, nomeadamente às que lhe estão mais próximas, como é o caso de Trás-os-Montes. A Galiza com 4 casos (um deles a residir em Portugal) demonstra que a instituição era conhecida também além-fronteiras. Existe ainda uma mulher do número que veio do Rio de Janeiro e ingressou nos primeiros dias de maio de 1722, ou seja, imediatamente após a abertura<sup>64</sup>.

Os dados que trabalhamos referem-se a 71,6% das mulheres que residiram em Santa Maria Madalena, pois nem todos os registos mencionam a naturalidade de cada uma.

Embora os casos que possuímos para as restantes regiões do país sejam pouco representativos em termos numéricos, em termos qualitativos não são desprezíveis, provando, pelo contrário, que o recolhimento acolhia mulheres vindas de um âmbito geográfico alargado: Coimbra, Lisboa, Castelo Branco e Alentejo. Fica, porém, a certeza de que a instituição integrava muitas mulheres provenientes do concelho de Braga, onde recrutou para o período em questão

.....  
2000, pp. 35-37.

62 Para este assunto veja-se Melossi, Dario; Pavarini, Massimo, *Cárcere e fábrica. As origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)*, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2006, p. 84.

63 Sobre as cadeias enquanto locais de punição conferir o trabalho de Esteves, Alexandra, *Crime e criminosos no Norte de Portugal. O Alto Minho oitocentista*, Lisboa, Caritas, 2015.

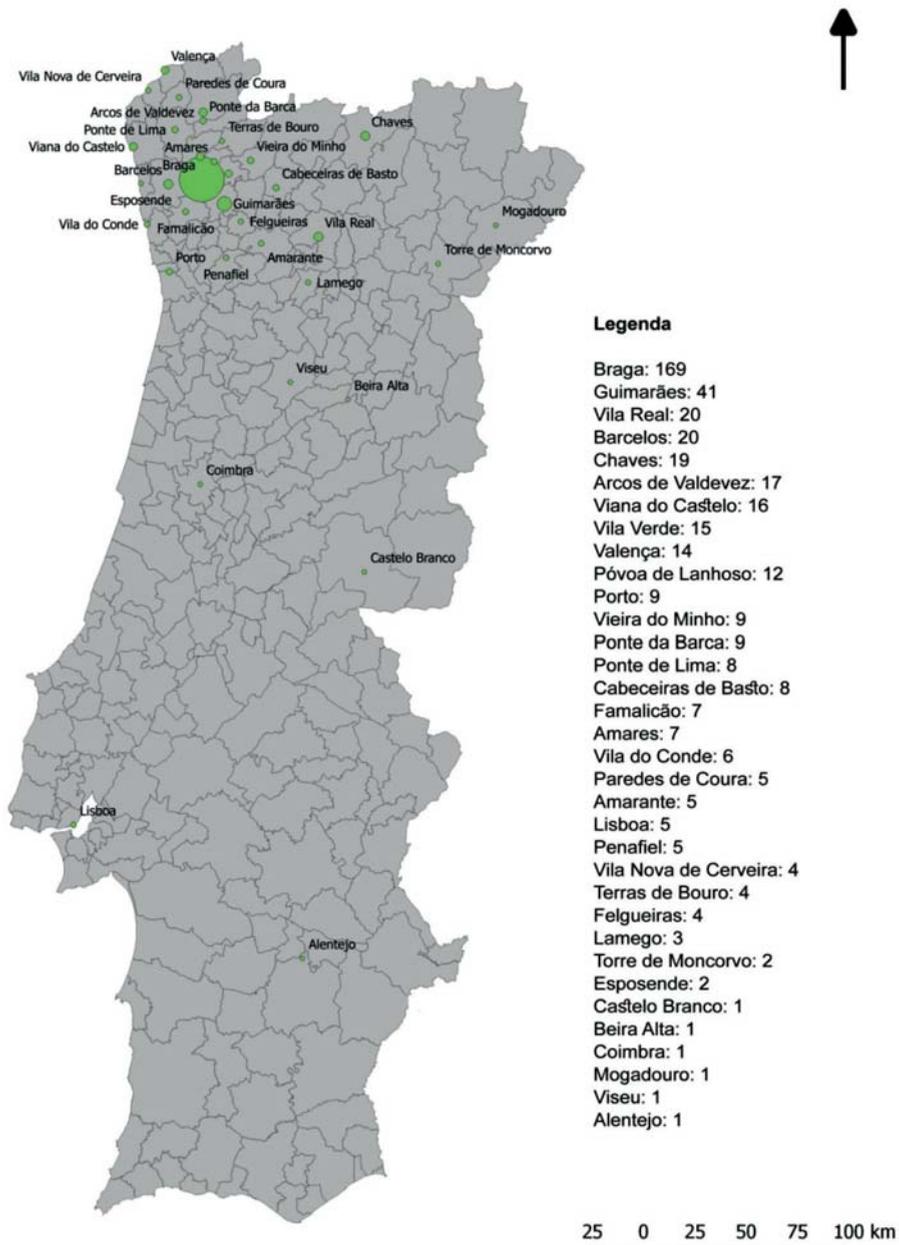
64 Talvez por estar em Braga sozinha só abandonou a instituição em 1731, nove anos após ter ingressado. ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 5.

37,4% do volume de casos em estudo. Se tivermos em atenção que na cidade existiam mais 5 recolhimentos e muitas das mulheres que residiram em Santa Maria Madalena não tinham caído em desgraça, constatamos que a atração era elevada. Para uma melhor avaliação da procura destas casas, precisaríamos de conhecer o preço pago por cada porcionista nas várias instituições, o que, de facto, desconhecemos, mas também as modalidades de pagamento, uma vez que sabemos que na instituição em estudo, a partir de determinado momento muitas porcionistas recebem parcelas de dinheiro da Mitra para se sustentarem. Ou seja, existem mecanismos de apoio à pobreza que podem ajudar a compreender a sua aceitação.

Como sabemos, estas mulheres tinham várias condições: se umas se podem designar por convertidas, às restantes o termo não se lhes devia aplicar, por terem um estatuto diferente, embora teoricamente todas se sujeitassem ao mesmo programa de vida interna.

Embora todas estivessem sujeitas ao cumprimento das mesmas regras e procedimentos, a situação destas mulheres era muito distinta. Por isso, e para clarificarmos o conceito, e por corresponderem a realidades diferentes, utilizaremos o termo convertidas apenas para as que tinham caído na perdição e cometido o pecado da carne. Para as restantes ou quando nos estivermos a referir a todas as mulheres, utilizaremos o termo recolhidas.

Mapa 1– Proveniência geográfica das recolhidas (1722-1833)



Fonte: ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1.

### 3.1.3. As que caíram na “ruína do século”

A metáfora serve para designar as jovens que mancharam a sua honra e passaram a viver apontadas pela sociedade, por se terem deixado seduzir por homens que lhe fizeram promessas ou simplesmente pagaram pelo serviço sexual que estas lhes prestavam. Todavia, não se pense que todas eram prostitutas, porque não o eram. Parece-nos, pelo contrário, que seria um número muito reduzido de mulheres que entraram nessa condição. Eram sim, mulheres que aos olhos do mundo tinham pecado por manterem ou terem mantido relações sexuais com homens casados ou solteiros, denegrindo a sua honra e a da sua família. Sabemos que em vários casos isso aconteceu apenas uma vez. Podiam ser mulheres muito jovens ou mais velhas, terem cometido o pecado da carne uma vez, ou continuarem a praticá-lo, o que nesta última situação configurava casos de maior gravidade. Era preciso tirar do século umas e outras: as primeiras para que não reincidissem e as segundas para que não mantivessem uma prática condenada pela sociedade e tida como uma grande ofensa a Deus.

Embora o número dessas mulheres estivesse sempre cheio, as fontes de que dispomos para conhecermos melhor o seu perfil são escassas. Menos petições e menos informação sobre as suas vidas, é o que é dado a conhecer ao investigador. Mesmo assim, é possível entender a sua pobreza, a marginalidade e a delinquência praticada.

Por toda a Europa, as prostitutas sofreram um processo de perseguição, deportação e enclausuramento, tendente à moralização dos costumes e ao controlo deste tipo de marginalidade<sup>65</sup>. Em algumas cidades foram fundados recolhimentos para acolher as que quisessem mudar de vida<sup>66</sup>. Principalmente para as pecadoras, estas casas eram um lugar de castigo, de penitência e conversão, que as poderiam devolver à sociedade já regeneradas<sup>67</sup>. Como na fachada de Santa Maria Madalena se expressa em Latim *Declinet amalo et faciat bonum et sequatuream*, as mulheres ali recolhidas deviam afastar-se do mal, fazer o bem e seguir esse caminho.

D. Josefa Maria Pereira de Távora tinha apenas 17 anos quando caiu na ruína do século. Muito jovem deixou-se seduzir por quem lhe fez muitas promessas e depois a largou. Este era o caminho conhecido por muitas meninas

65 Beauvalet-Boutouyrie, Scarlett, *Les femmes à l'époque moderne (XVIe-XVIIIe siècles)*, Paris, Belin, 2003, pp. 231-238.

66 Em Roma fundou-se uma destas instituições. Leia-se Charles Chauvin, “Ignace et les courtisanes. La Maison Sainte Marthe (1542-1548)”, in Plazaola, J., (ed.), *Ignacio de Loyola y su tiempo*, Bilbao, Universidad de Deusto, 1992, pp. 551-562; León Vegas, Milagros, “Abstinencia sexual en tiempo de Cuaresma. La prostitución en Antequera a comienzos del siglo XVII”, in *Baetica. Estudios de Arte, Geografía e Historia*, 26, 2004, pp. 321-339.

67 Consulte-se Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controlo Social. Coimbra (1750-1850)*, vol. I, Viseu, Palimage Editores, 2000, pp. 459-460.

da sua condição<sup>68</sup>. Deixou-se tomar de amores por quem se aproveitou da sua inocência de menina e depois a abandonou. Órfã de pai e mãe e muito pobre, esta jovem solicitou ingresso no recolhimento, sujeitando-se a um exame do médico, porque se temia uma outra gravidez. Foi admitida e mandada criar a criança de que era mãe<sup>69</sup>.

A orfandade, o desamparo e a juventude desta rapariga foram determinantes para ser beneficiada com um dos lugares do número. Deixá-la fora podia ser meio caminho andando para continuar na vida licenciosa em que tinha caído, por isso, protegê-la e convertê-la era o que se impunha. Como se comprova pela suspeita de nova gravidez, a relação que mantinha, permanecia, colocando-a numa situação de amante.

Como já mencionámos, as relações carnavais só eram permitidas dentro do casamento e com o fim da procriação, devendo, pois as mulheres guardarem a sua virgindade até ao casamento.

Nas décadas de 30 e 40 de setecentos, o recolhimento cresceu e quando ficava livre um lugar, aparecia de imediato uma candidata, outras vezes ainda o lugar não estava vago e já se pedia para ingressar, alegando-se que dentro em breve este iria ser libertado. Esta forma de atuação prova que o assunto estava já a ser tratado e só se oficializava quando se conheciam as possibilidades de êxito<sup>70</sup>. Demonstra também que a informação saía portas fora, dando-se a conhecer aspetos do quotidiano que deveriam estar resguardados até determinado momento.

Essas mulheres que eram sustentadas pela Mitra padeciam de grandes necessidades. Porém, nem sempre o apuramento que era realizado sobre todas correspondia à verdade. Em 1793 Francisca Rosa depois de ter integrado o número viu o seu provimento retirado, por se ter provado não ser pobre. Porém, como não conseguia manter-se por falta de recursos suficientes, pediu licença ao arcebispo para abandonar a instituição e ir viver com seu pai. Todavia, a superiora defendeu que esta devia permanecer no recolhimento, parecer reiterado pelo capelão da instituição, aduzindo que a regente tinha dinheiro em seu poder que a manteria recolhida mais três meses, uma vez que a mesma não apresentava ainda sinais de estar convertida<sup>71</sup>. O religioso entendia que a visada precisava de mais tempo para mudar completamente de vida, constituindo um perigo deixá-la sair<sup>72</sup>.

68 Veja-se Moreno Mengívar, Andrés; Vázquez García, Francisco, "Formas y funciones de la prostitución hispánica en la Edad Moderna: el caso Anadaluz", in *Norba. Revista de História*, vol. 20, 2007, pp. 66-67.

69 ADB, Fundo do Registo Geral, Livro nº 156, fls. 284-285.

70 Em 1762, Rosa fez petição para ingressar no mesmo dia em que vagou uma cela, por morte da sua ocupante. Esta jovem tinha o seu processo suspenso por falta de lugar. Era muito pobre e procurava um lugar do número. ADB, Fundo do Registo Geral, Livro nº 102, fls. 181-181v.

71 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1094, doc. avulso, não paginado.

72 Para uma análise da relação existente entre a pobreza, tutela feminina, degradação moral e

Pagar o sustento era por si só uma forma de domínio e poder sobre a recolhida<sup>73</sup>.

A mancha da honra não era apenas pessoal, alastrava-se à sua família e fazia perigar o prestígio social. Por isso, quando as filhas de famílias denegriam a honra, o destino mais provável era uma instituição de clausura, de forma a fazer esquecer o pecado cometido e afastá-las da família. D. Maria Luísa de Sousa Lobo, moradora em Guimarães, era filha de casa de solar e das “principais famílias” de Amarante, todavia, em 1734 caiu em desgraça por ser mulher considerada fraca e, em virtude disso, andava fugida, “fora da obediência de seus pais e irmão”, por ter medo que a matassem<sup>74</sup>. Uma das consequências destes atos era o rompimento com a família<sup>75</sup>. Nestes casos, o recolhimento era utilizado como um mecanismo protetor da força, prepotência e violência, de que as famílias eram acusadas<sup>76</sup>.

D. Maria Luísa andava escondida, envergonhada e com medo de ser morta, pelo descrédito social a que tinha chegado e receio que sentia. Nos casos de famílias com certo poder social e económico, esta situação afetava-as fortemente, passando as suas filhas do estatuto de mulheres honradas a más mulheres<sup>77</sup>. D. Maria Luísa queria ser recolhida, o que lhe foi permitido por ser menina nova, bem-parecida e estar desamparada. Também o Cabido, condoído com a sua situação, autorizou que ingressasse no contingente das do número<sup>78</sup>.

Na tentativa de fugir do castigo familiar, por ter desonrado o nome da sua casa, a jovem procurou na clausura a segurança e o abrigo que não possuía, mas também o afastamento que a remetia à morte social. Quando acontecia

---

marginalização, confira-se Carbonell, Monteserrat; Carrasco, Eva, “Pobres, rebels i prostitutes: dones i marginación en L’Antic Règim”, in *L’Avenç*, nº 142, 1990, pp. 49-50.

73 Sobre esta relação no recolhimento de S. Tiago da Misericórdia de Viana da Foz do Lima consulte-se Magalhães, António, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*, Viana do Castelo, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, 2013, p. 573.

74 Leia-se a propósito Nazzari, Muriel, “Sem perda da honra: a preservação da reputação feminina no Brasil colonial”, in Silva, Maria Beatriz Nizza da (coord.), *Sexualidade, Família e Religião na Colonização do Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 66-67.

75 Para este assunto consulte-se Rheinheimer, Martin, *Pobres, mendigos y vagabundos. La supervivencia en la necesidad, 1450-1850*, Madrid, Siglo XXI, 2008, p. 57.

76 Em muitos casos, o recolhimento protegeu jovens que prevaricaram e eram perseguidas pela família. Leia-se Lopes, Maria Antónia, “Dominando corpos e consciências em recolhimentos portugueses (séculos XVIII-XIX)”, in Rubio Pérez, Laureano M. (coord.), *Instituciones y centros de reclusión colectiva. Formas y claves de una respuesta social (s. XVI-XX)*, León, Universidad de León, 2012, pp. 100-102.

77 Candau Chacón, María Luisa, “Las mujeres y las emociones en la Edad Moderna”, in García Hurtado, Manuel Reys (ed.), *El siglo XVIII en femenino. Las mujeres en el Siglo de las Luces*, Madrid, Ed. Síntesis, 2016, p. 121.

78 ADB, Fundo do Registo Geral, Livro nº 166, fls. 59v.-60. O mesmo aconteceu a Joana Maria, rapariga órfã e solteira que caiu em desgraça. Tinha 18 anos, era bem-parecida e estava muito desamparada. Foi igualmente autorizada a entrar para ser ajudada pela Mitra. Fundo do Registo Geral, Livro nº 166, fls. 335-336.

um caso de perda de honra, por vezes, eram as próprias famílias que despachavam as filhas para estas casas para não prejudicarem o património e salvaguardarem a honra familiar<sup>79</sup>. A gravidade da desonra punha em perigo o poder e prestígio da família, mas ofendia também de forma muito grave o poder do pai, a quem competia zelar pela honra das filhas, mas igualmente a quem estas deviam, como todos os filhos, obediência, sujeitando-se a acatar as suas decisões. A emancipação das mulheres do poder paternal só acontecia com o casamento, facto que conferia ao pai poder para as controlar até esse momento<sup>80</sup>. Por isso, ter uma relação carnal ilícita era mais do que ofender a moral sexual. Estava em causa o funcionamento da sociedade, que assentava na prática do casamento, os valores da honra, o bom nome da família e o poder paternal. Cometer tais pecados em público era considerado ainda mais grave, por se poderem transformar em exemplo para outros. A Igreja pós-tridentina procurava acabar com tais práticas, adaptando o castigo à gravidade do delito: admoestava, multava e, nos casos mais graves, excomungava, mas a batalha estava longe de ser ganha<sup>81</sup>.

Este não foi o único caso de ingresso no recolhimento para fugir à família. Também Francisca Luísa Pereira de Castro, filha natural de Francisco Pereira de Castro Melo, de Ponte da Barca, fugiu de casa e por estar receosa da atitude de seu pai e por temer vir a ofender a Deus, pediu em 1736 para ingressar, o que lhe foi deferido, com a condição de mandar construir cela e pagar o valor costumado como dote<sup>82</sup>. Este é mais um caso de uma rapariga fugida com medo da reação do seu pai.

Os exemplos de que temos conhecimento pertencem quase todos a meninas da pequena nobreza local, gente com alguns pergaminhos e reconhecimento de poder. Não eram mulheres públicas que ganhavam a vida com esta atividade, antes pelo contrário, com exceção de um caso, eram todas meninas que deviam ter vivido até certa altura com recato e com posses económicas.

As meretrizes eram caracterizadas por levarem outra vida muito mais solta e fora das normas, e dessas não temos conhecimento. Também é certo que as poucas petições analisadas não permitem inferir mais do que o exposto. Não aceitariam estas a vida do recolhimento? Ou este estava mais vocacionado para o tipo de mulheres por nós estudadas? Para além das três irmãs revoltosas que em 1816 protagonizaram uma desordem grande dentro da

79 Veja-se a propósito Almeida, Suely Creusa Cordeiro de, *O sexo devoto. Normatização e resistência feminina no Império Português XVI-XVIII...*, p. 225.

80 Hespanha, António Manuel, "A família", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, quarto volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 275-277.

81 Leia-se Candau Chacón, María Luísa, "Un mundo perseguido. Delito sexual y justicia eclesiástica en los Tiempos Modernos", in Fortea, José I.; Gelabert, Juan E.; Mantecón Movellán, Tomas A., (eds.), *Furor et rabies. Violencia, conflicto y marginación en la Edad Moderna*, Cantabria, Universidad de Cantabria, 2002, pp. 405-406.

82 ADB, Fundo do Registo Geral, Livro nº 102, fls. 262v.-263v.

instituição, sugerindo estar habituadas a vidas públicas, libertinas e a contactos com homens, não existem mais informações que permitam outras conclusões.

É também certo que nem todas as mulheres consideradas perdidas apresentavam os mesmos comportamentos, podendo variar entre a provocação feita na rua até ao deslize nas festas e nos bailes para demonstrarem a sua disponibilidade<sup>83</sup>, como acontecia com as cortesãs. Ou seja, o mundo das pecadoras era muito mais complexo do que aparentemente pode parecer, facto que sugere muitos cuidados na sua análise.

### 3.1.4. Preservar a honra e servir a Deus

Os motivos que cada mulher apresentava para ser aceite no recolhimento eram variados e sempre pessoais e familiares. Deixar uma mulher casada sozinha em casa era desprotegê-la ao ponto de poder vir a ser falada. Para que a sua honra se mantivesse imaculada nada melhor do que fechá-la num convento ou num recolhimento temporariamente até que o marido regressasse. O período de afastamento podia ser apenas de alguns meses, mas mesmo assim requeria cuidados particulares. Quando se tratava de mulheres jovens e atraentes, mantê-las em clausura era tido como o mais prudente, permitindo ao marido ausentar-se com descanso<sup>84</sup>. Por outro lado, várias mulheres casadas ingressavam nesta casa para resolver problemas de matrimónio, estando em processo de rutura.

Porém, aqui iam parar também jovens solteiras, que, por motivos diversos, precisavam de se guardar até ao casamento. O caso de Benta Clara é testemunho disso mesmo. Em 1775 lavrou-se uma escritura na capela do recolhimento onde se deslocou o tabelião e um cunhado da recolhida para esta o fazer seu procurador. Benta Clara ia casar-se com Manuel António de Oliveira e Andrade, do concelho de Celorico de Basto, mas necessitava quem em seu nome tratasse de todo o processo matrimonial. Por isso, deu plenos poderes ao seu cunhado António José da Costa<sup>85</sup>.

A casa albergava também mulheres viúvas que se recolhiam temporariamente ou por períodos mais alargados de tempo, por vezes até à morte.

Como já mencionamos, as supranumerárias pagavam um dote, sendo necessário fazer uma escritura pública onde se estipulasse o montante a desembolsar e as condições em que se estabelecia o contrato. Tratava-se de uma quantidade em dinheiro, destinada ao pagamento dos alimentos, dos

83 Fernández Sobremazas, Ainhoa, "Prostitutas en la España Moderna", in *História*, 16, 2006, p. 11.

84 Manuel da Silva Rebelo solicitou o ingresso da sua esposa em 1735 no recolhimento por se ausentar da cidade por mais de três meses a Paços de Ferreira, pagando um tostão diário para o seu sustento. ADB, Fundo do Registo Geral, Livro nº 157, fls. 128v.-130.

85 ADB, Livro de notas, nº 810, fls. 181-181v.

cuidados de saúde, do hábito e da capela. Estes tinham o mesmo significado que os dotes conventuais<sup>86</sup>. Porém, nem sempre eram os pais a realizar essa escritura e a assegurar o pagamento. No caso das órfãs eram quase sempre outros familiares: tios, tias, irmãos e sobrinhos que se juntavam para alcançar o montante necessário e garantir o sustento da recolhida<sup>87</sup>. Houve também quem em vez de dinheiro deixasse penhores para a sobrevivência de uma recolhida por um ano, como fez a mãe de D. Maria Josefa e de D. Luísa Maria, órfãs de pai, naturais dos Arcos de Valdevez, e que ingressaram no mesmo dia, em 1725<sup>88</sup>. Foi com bens penhorados que se deu garantia para as sustentar durante o período de tempo assinalado.

Outras entraram porque os seus irmãos assumiram a responsabilidade de as sustentar, fazendo a escritura para o efeito. Neste universo de mulheres, a presença de sacerdotes atinge algum significado. A ligação de muitas destas mulheres ao clero é muito clara, por serem filhas de padres ou por estes aparecerem a responsabilizar-se pelo pagamento do seu internato. Não são poucos os casos em que esta situação se repete.

A partir de meados do século XVIII, a realidade torna-se mais complexa e os quadros existentes mais fluídos: por um lado, porque os arcebispos não asseguram apenas o pagamento às do número; existem mulheres casadas que são auxiliadas por estes prelados<sup>89</sup>; por outro pagam também parte da despesa a algumas supranumerárias<sup>90</sup> e houve quem se sustentasse a si própria, com o património que possuía, presumindo-se tratar-se de mulheres herdadas. Nestes casos, quando acabava o que tinham, conheciam situações muito complicadas, que as obrigavam a recorrer ao crédito dentro da instituição, dando penhores ou não, para acederem ao dinheiro, e morrendo pobres.

Esclareça-se, no entanto, que a maioria das casadas era sustentada pelos maridos.

No começo do século XIX, a família das porcionistas pagava mensalmente ou trimestralmente as despesas com a alimentação, facto que sugere alterações nas condições de acesso destas.

Quando não conseguiam ingressar dentro do número, e assim ter tudo pago, entravam como porcionistas, mas com o objetivo de mudar de estatuto.

.....  
86 Para uma melhor compreensão dos dotes estabelecidos por vários conventos da cidade de Braga veja-se Silva, Ricardo, *Casar com Deus: vivências religiosas e espirituais femininas na Braga Moderna*, Braga, Universidade do Minho, 2012, tese de Doutoramento policopiada.

87 O caso de Maria de Jesus foi singular, porque foi paga pelos missionários de Rilhafoles. ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 46.

88 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 10.

89 Em 1766 Antónia Barbosa, casada com Henrique Manuel, de Braga, entrou com 40 réis diários, pagos pela Mitra e assim se manteve durante dois anos, após o que saiu para casa do seu marido. ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 35v.

90 D. Ana de Sá Pessoa ingressou em 1747 por ordem do arcebispo "que por sua grande piedade a favorece com trinta reis cada dia". Era supranumerária, mas provavelmente era pobre. ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 24v.

Na segunda metade do século XVIII, principalmente durante a prelatura de D. José de Bragança (1758-1789), o recolhimento deixou de atuar tão rigidamente como determinavam as suas primeiras regras, o que se vai acentuar nas décadas seguintes e nas primeiras de oitocentos. Algumas mulheres pobres passaram a ser sustentadas pela Mitra, mesmo não tendo caído em desgraça<sup>91</sup>. Este facto significa uma maior flexibilidade da instituição, apesar de se desviar dos seus propósitos iniciais, todavia, tratava-se de atuar preventivamente, não deixando que caíssem em desgraça. Terão as que perderam a honra deixado de procurar o recolhimento?

Também Mariana Teresa, ainda que não tivesse resvalado para a prostituição, era menina de 12 anos e órfã de mãe, mas estava em tal necessidade “que so visto he que se pode ver”, pedia para ser admitida às do número, por não ter quem a sustentasse. Num tom elogioso ao arcebispo, pela caridade praticada, solicitava em 1824 para ser recebida e acrescentava que ao permitir-lhe ingressar na instituição “lhe a de o Senhor franquiar as portas do Ceo”. A regente Joana Luísa do Sacramento levantou um pouco mais o véu deste caso e acrescentou que apesar da sua idade, era uma inocente “como hum menino de dous annos he muito bem figurada”<sup>92</sup>, ou seja, podia perder-se a qualquer momento, por ser ingénua e bonita. Era, por isso, necessário aceitá-la e protegê-la.

Como mencionámos, a instituição passou a receber mulheres no número que não tinham caído em desgraça moral<sup>93</sup>. Foram vários os casos que na primeira metade do século XIX recorreram ao arcebispo para entrar nesta categoria, sempre com a justificação de serem pobres, desamparadas e poderem resvalar para o descaminho<sup>94</sup>. Normalmente, estas raparigas entravam como supranumerárias e só depois, passando algum tempo e sabendo de uma vaga das do número, pediam a sua alteração de estatuto.

Os processos que analisamos das do número referiam-se a mulheres que saíam para casar ou por estarem doentes, como aconteceu em 1808, quando uma recolhida que já estava na instituição, pediu para transitar para o lugar de uma outra, que saía para se tratar de uma moléstia<sup>95</sup>.

O recolhimento estava a mudar substancialmente, e torna-se nítida a falta de procura por parte das que tinham manchado a sua honra. Por outro lado,

91 Em 1760 ingressou, em Santa Maria Madalena, Leonor Maria de Meireles, mulher viúva, para ocupar um lugar do número, por ser jovem e pobre. Dois anos após, Isabel Tomásia, da rua de São Marcos, foi aceite para um dos mesmos lugares, também somente por ser pobre. ADB, Fundo do Registo Geral, Livro nº 62, fls. 59-60; Livro, nº 82, fls. 412-412v.

92 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1036, doc. avulso, não paginado.

93 Maria das Dores tinha 20 anos e corria risco, podendo-lhe “suceder alguma infelicidade”, tendo também sido aceite na condição que pedia. ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1036, doc. avulso, não paginado.

94 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, docs. nº 1050, 1051, 1053, 1054, 1955, 1058, 1062, docs. avulso, não paginados.

95 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, doc. nº 1062, não paginado.

com o avançar do século XIX verifica-se igualmente que as mulheres que procuram a instituição são maioritariamente de Braga.

Em 1813 casou-se Antónia do Nascimento, vagando um lugar que Maria do Carmo, há nove anos na instituição, requereu para si, alegando não ter meios para se sustentar e gostar da vida de recolhida<sup>96</sup>. De facto, era muito jovem quando entrou, mas habituou-se à vida da instituição, lugar que lhe proporcionava algum espaço de liberdade e amparo. Viver em Santa Maria Madalena era estar fora do mundo, num outro mundo fechado sobre si mesmo, onde imperava a segurança. A superiora pronunciou-se sobre o caso, emitindo parecer favorável por ainda “ser menina nova”, havendo toda a conveniência em beneficiá-la com o lugar vago, por não ter para onde ir e “ter pasado necessidades [sic] até agora”<sup>97</sup>. Mesmo assim, o parecer de um padre informante não foi favorável e defendeu que ele próprio contribuía para alimentar Maria do Carmo, duvidando também tratar-se da mais antiga do recolhimento. Apesar disso, o arcebispo despachou favoravelmente e a jovem manteve-se em Santa Maria Madalena.

Neste caso, o prelado deve ter-se munido de outras informações para tomar a atitude assinalada, mas é certo que nem sempre as peticionárias contavam toda a verdade sobre a sua situação, subtraindo informação para alcançarem o pretendido. No mesmo ano, e, tal como acontecia nos conventos, também neste recolhimento se procurava agregar laços familiares ou de grande proximidade. Era uma forma de reconstruir afetos e de juntar laços de sangue num ambiente adverso, duro e construído para anular individualidades. Não é, por isso, de estranhar que dentro desta casa se encontrassem várias familiares em simultâneo. Conhecedoras do funcionamento interno, as recolhidas usavam as informações que possuíam para introduzir na instituição pessoas suas familiares ou conhecidas. Francisca Rosa solicitou em 1813 que uma sua afilhada, moradora em Favaios, Vila Real, pudesse, para se livrar dos perigos do mundo, ocupar o lugar de Ana Rosa. A jovem era órfã de pai e mãe, vivia pobremente e em grande desamparo. O arcebispo mandou colher informações junto da regente e do sacerdote da paróquia da referida pretendente. Embora não se tivesse perdido, a superiora concordou

96 Depois de não ter meios para pagar a sua estadia, pediu para transitar para as do número, ficando gratuitamente no recolhimento. Joana Maria, há muitos anos na casa, solicitou em 1815, por ser velha, com falta de visão e não poder trabalhar na cozinha, lugar onde estava para justificar o que recebia, e não ter quem lhe pagasse o sustento, para ser autorizada a ocupar o lugar de Maria da Conceição, que ia casar e era sustentada pelo legado de Catarina Pinheiro. ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1036, não paginado. A história da sua vida não deixa de ser curiosa. Durante o tempo que pagou para se sustentar, foi um tio seu que desembolsou o dinheiro, porém com a sua morte, caiu em pobreza e teve de servir para se manter na instituição. Doc. nº 1056, doc. avulso não paginado. Algumas mulheres pediam para ficar na casa por não poderem sair, pois no século não tinham como se sustentar.

97 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1081, doc. avulso não paginado.

que os dois vinténs pagos a Ana Rosa transitassem para a jovem transmontana, alegando que “o mundo não está para graças, só quem está na caça de Deus hé que está bem”, ideia corroborada pelo sacerdote de Favaios que na mesma linha de pensamento defendeu o internamento da jovem, devido à “corrompida babilonia”<sup>98</sup>. Pouco tempo depois, a menina ingressou no recolhimento.

A que se referiam a regente e o sacerdote? Ao ambiente vivido durante e no período pós invasões francesas? À presença de tropas por todo o lado? À indisciplina reinante? Às mulheres violadas pelos soldados? À crise económica e social que se vivia? Ao relaxamento dos costumes? Provavelmente a todas estas razões, pois a situação em que o país mergulhou após as invasões foi de verdadeira calamidade.

A vontade de juntar familiares esteve presente em mais do que um caso. Antónia Narcisa pediu em 1821 que o arcebispo deixasse entrar em Santa Maria Madalena a sua irmã Maria das Dores, para ambas viverem recolhidas, uma vez que a primeira já lá se encontrava. O mesmo se passou em 1830 com Custódia do Sacramento que dizia ter “devosão” para se recolher à instituição, onde tinha uma irmã, para melhor se proteger. A regente não se opôs, afirmando que o dote estava assegurado e, por ser muito jovem, tratava-se de um ato caritativo<sup>99</sup>.

Em quase todos os exemplos estudados, as peticionárias eram muito claras ao explicitarem as razões para ingressarem na instituição, pois sabiam que a procura era elevada e que os motivos eram muito ponderados, porém em 1812 Custódia Maria do Sacramento apenas mencionou ter “graves noticias para assim o fazer”, deixando muito nubloso um caso que devia ser do conhecimento da regente e do arcebispo, pois foi aceite para ser acomodada “no dormitório” com as restantes, mediante o pagamento de um tostão diário<sup>100</sup>.

A palavra dormitório sugere várias camas no mesmo espaço, mas realmente isso não existia no recolhimento, apenas havia celas individuais.

As informações que as peticionárias colocavam no documento dirigido são quase sempre vagas e falam da situação em que estas se encontravam. Em 1836 Manuel José Marques, residente em Braga, requereu, enquanto tutor da sua irmã Teresa de Jesus, o seu internamento no recolhimento para “obstar a qualquer disvario a que a curta idade e o fogo das paixões a podem conduzir com tanta mais facilidade” e como não a podia “observar de perto”, pretendia interná-la no recolhimento, pagando o referente ao seu sustento<sup>101</sup>. Impossibilitado de a manter constantemente sob estrita vigilân-

98 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1081, doc. avulso, não paginado.

99 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1036, doc. avulso, não paginado.

100 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1081, doc. avulso, não paginado.

101 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, doc. n.º 1047, doc. avulso, não paginado.

cia, o seu irmão entendia que o melhor sítio para se criar era interná-la numa instituição de clausura.

O caso de Maria José Lopes pareceu-nos inédito, porquanto esta mulher depois de ter saída da instituição há nove anos, solicitou novamente admissão, afirmando quer “fugir aos perigos do mundo”, solicitação que mereceu a aprovação da regente e do arcebispo<sup>102</sup>.

Dentro das extranumerárias existiu uma “subcategoria” de mulheres, as educandas. Poucos dias após a abertura da instituição, D. Rodrigo de Moura Teles autorizou o ingresso de Jacinta Clara de Santo António no recolhimento, como educanda. Era, tal como as do número, sustentada pela Mitra, “com a mesma porção de pão e dinheiro”, embora tivesse de levar cama. Estava obrigada a usar hábito e a participar em todos os atos da comunidade, “procurando agradar e servir a Deos”<sup>103</sup>. A partir de finais de setecentos há notícia também de educandas, ou seja, de mais mulheres nesta condição.

Problemas familiares foram também responsáveis pela saída de filhas de casa dos pais, como se verificou em 1735 com Maria Faria da Conceição e Joana Josefa, irmãs órfãs de mãe e com mais de 15 anos, que se encontravam desavindas com o seu pai. Filhas do primeiro matrimónio, assistiram a um recasamento do pai e na possibilidade deste voltar a contrair matrimónio pela terceira vez, reclamavam a sua herança ingloriamente, porque queriam ingressar numa casa de clausura. Entendiam que só depois de aceites forçariam o progenitor a dar-lhes a legítima, pois de outra forma afirmavam não conseguir pôr a mão no dinheiro, por se encontrarem em litígio com o pai.

O caso não era simples e obrigou a várias diligências. Como também não existiam celas vagas, era preciso que as construíssem à sua custa e pagassem o dote. Mas colheram-se ainda informações junto do pároco da freguesia destas, apurando a situação. O Cabido acabou por aceitar este pedido, obrigando as jovens a recolherem-se no prazo de 15 dias<sup>104</sup>. Esta forma de pressão levava-as a não hesitar, pois vivia-se um período em que o recolhimento era muito procurado. O facto de custearem as obras para as suas celas era também um fator de peso.

Perante a falta de família ou na impossibilidade de harmonizar entendimentos familiares entre as partes desavindas, o recolhimento surgia como uma possibilidade para guardar mulheres, cuidando da sua honestidade e preparando-as para a vida futura<sup>105</sup>.

---

102 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, doc. n.º 1049, doc. avulso, não paginado.

103 ADB, Fundo do Registo Geral, Livro n.º 56, fls. 212v.-213.

104 ADB, Fundo do Registo Geral, Livro n.º 93, fls. 391-393v.

105 Reis, Maria de Fátima, “Caridade e clausura: honra e virtude feminina em Lisboa na Modernidade”, in Abreu, Laurinda (ed.), *Asistencia y caridad como estratégias de intervención social: Iglesia, Estado e Comunidad (s. XV-XX)*, Bilbao, Universidad del País Vasco, 2007, p. 318.

Erguer cela com dinheiros próprios acontecia sempre que não havia vagas e era possível pagar. A construção destes espaços ou a sua remodelação era corrente e decorria ou de novas admissões ou do estado de ruína em que estes se encontravam. O recolhimento aceitava com agrado a solução de crescer, pois ficava apetrechado para o futuro, caso a mulher em questão o abandonasse. Quando isso acontecia, como foi o caso de Cristina da Silva, em 1736, a regente considerou que “desta sorte não ia a comunidade [ser] prejudicada”<sup>106</sup>.



Imagem 3. Janelas das celas voltadas para o claustro

106 ADB, Fundo do Registo Geral, Livro nº 157, fls. 159-160v.

O excesso de procura suplantou a casa poucos anos após ter aberto. No ano citado já não existiam celas disponíveis e o recolhimento foi obrigado a crescer para responder às solicitações que lhe chegavam.

Com a casa cheia, a resposta da dirigente a um novo pedido em 1738 foi muito clara “não ha lugar vago nem do numero nem fora dele ha sim area onde se possa fazer”. Sem celas, mas com espaço para construir, a superiora não fechava a porta a novas admissões, aceitando a decisão do Cabido, que curiosamente mandou admitir mais uma petionária pobre, de 36 anos de idade, extranumerária, desde que pagasse o montante costumado, sem, no entanto, se pronunciar sobre o problema físico para a acomodar<sup>107</sup>.

A idade de cada uma no momento de ingresso dependia das suas circunstâncias particulares. Inácia, menina de 12 anos entrou em 1813 por se encontrar em “grande risco de se prostituir”, pois sua mãe estava em processo de divórcio, hospitalizada em São Marcos e não tinha como a sustentar. Foi o seu padraсто que, perante o desamparo, se prontificou a contribuir com 40 réis diários para ser admitida, onde já se encontrava uma sua irmã, e solicitou ao arcebispo o seu ingresso. A regente considerou trata-se de “uma caridade muito grande” e sublinhou o gosto de a receber antes que lhe sucedesse algum infortúnio<sup>108</sup>. Existia a consciência de que deixar a menina desamparada, era empurrá-la para a perdição, devendo atuar-se preventivamente.

Como se verifica, o recolhimento transformou-se numa casa com mulheres de diferentes estratos sociais e com situações pessoais e familiares muito diversificadas. Porém, os primeiros estatutos determinavam tratamento igualitário, o que significava, ainda que apenas em teoria, todas estavam sujeitas ao mesmo trato e à mesma vida de clausura. Por exemplo, não temos conhecimento que as senhoras de estratos sociais superiores tenham tido consigo criadas para serviço pessoal, como acontecia em outros recolhimentos.

### 3.2. A presença de crianças na instituição

Embora o recolhimento se destinasse a mulheres jovens e adultas, mas sem idade determinada nos estatutos, o facto é que albergou também crianças, que conjuntamente com as mães ou sozinhas viveram em clausura.

A criação de crianças em conventos e recolhimentos não é novidade e encontra-se já estudada para alguns cenóbios femininos de Braga na Idade Moderna.<sup>109</sup> Parece ter sido menos rara em recolhimentos, mas no de Santa Maria Madalena encontra-se documentada. Os casos não abundam, mas

107 ADB, Fundo do Registo Geral, Livro nº 103, fls. 393-394.

108 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1036, doc. avulso não paginado.

109 Consulte-se Silva, Ricardo; Araújo, Maria Marta Lobo de, “A infância entre muros na Diocese de Braga na Época Moderna”, in *Diálogos*, 19 (2), 2015, pp. 549-564.

sabemos que em 1755 D. Josefa, mulher casada e natural de Rossas, atual concelho de Vieira do Minho, ingressou na companhia de “hua menina sua filha chamada Rosa”, da idade de cinco anos. Quando saiu da instituição, levou também a pequena Rosa<sup>110</sup>. Passados quase 30 anos ingressou Ana Teresa, menina donzela, alusão que sugere a sua pouca idade. Mas estes não foram os únicos casos. Em fevereiro de 1791 chegou à instituição Maria Joaquina, que vinha acompanhada de “huma menina sua filha e de seu marido”. Viviam na rua do Carvalhal, da cidade, o que parece indicar que a partida do marido para algum lugar, fez com que fossem albergadas na instituição temporariamente. Mais tarde, também em fevereiro, mas agora em 1819 saiu do recolhimento Ana Joaquina, mulher casada, e levou consigo Isabel Cândida e Antónia Clementina, suas filhas que estavam com ela na instituição.

Sabemos também que outras mulheres chegaram com os seus filhos pequenos ao Recolhimento e que, pelo menos num caso, a criança foi entregue para criar.

Embora a maioria das crianças chegasse com as suas mães, em 1801 o recolhimento recebeu duas crianças, filhas de Maria Josefa, natural de Ponte de Lima<sup>111</sup>. O registo é parco em informações, deixando muitas perguntas sem resposta. Todavia, prova-se que apesar de ser uma instituição com características particulares, para além de mulheres jovens e adultas, integrou também algumas crianças, que cresceram, pelo menos durante algum tempo, em clausura, tal como as suas mães.

É também conhecido pelo menos um caso de uma menina que residiu no recolhimento de Santa Teresa desde os três anos e meio<sup>112</sup>, o que atesta a necessidade de se conhecer melhor estes espaços de clausura que integravam crianças.

#### 4. OS RITMOS DE ENTRADA

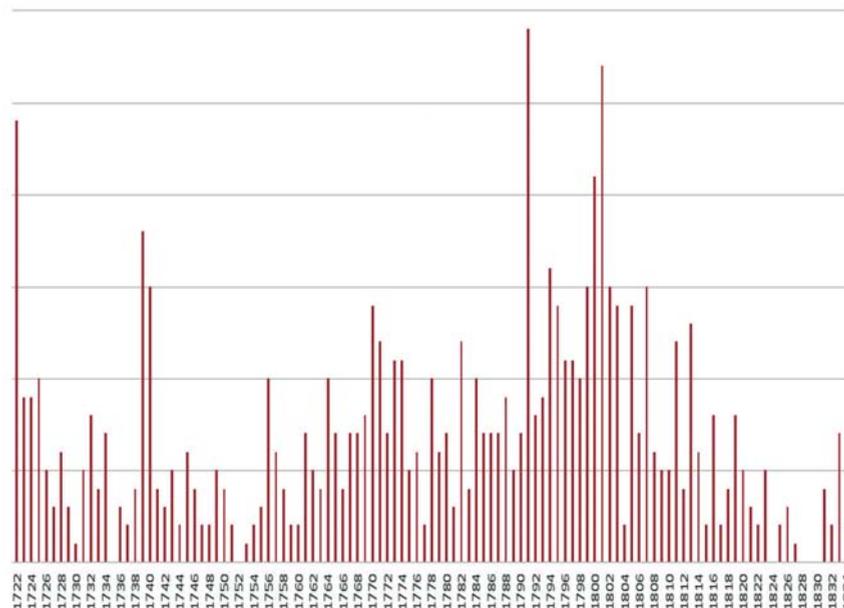
Quando a instituição foi inaugurada já existiam os dois tipos de mulheres dentro de portas. Todavia, como sabemos, havia uma grande diferença entre elas e desde logo passava por umas terem número fixo e outras não. Isto significa que o crescimento era teoricamente feito através do ingresso de mais supra-numerárias, mas nem sempre assim aconteceu, como se verificará. Para finais da vida do instituidor, o volume das convertidas cresceu, notando-se maior flexibilidade nestas admissões.

.....  
110 ADB, Fundo do Governo Civil. Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 26v.

111 ADB, Fundo do Governo Civil. Distrito Administrativo, livro nº 1, fls. 47, 58, 67, 82.

112 Oliveira, Flávia, *As damas descalças: o carmelito feminino da Braga Moderna e Contemporânea (séculos XVIII-XX)*, Braga, p. 29. Policopiado. Agradeço à autora a possibilidade de consulta deste trabalho antes da sua publicação.

## Gráfico 1

*Ritmo de entrada de mulheres na instituição (1722-1834)*

ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, não paginado.

Os dados apresentados no gráfico acima dizem respeito ao livro de entradas das recolhidas. Com dados muito importantes para o conhecimento da população internada, esta fonte, apesar da sua relevância, não nos oferece total confiança. Por um lado, porque a forma como está constituída é por si só propiciadora de enganos, uma vez que mistura entradas com saída e mulheres do número com porcionistas, depois porque a maneira como cada regente e escritã encararam a tarefa de registar foi diversa. Suspeitamos, portanto, de subregistro para alguns anos.

A análise do gráfico possibilita constatar o número elevado de mulheres com que abriu, a queda seguida nos anos imediatos, para novamente em meados da década de 30 apresentar um elevado crescimento. Entre subidas e descidas e alguns anos sem nenhum registo de entrada, assim se vai mantendo até meados de setecentos, momento em que o crescimento da instituição se faz de forma mais uniforme. Porém, é na última década do século XVIII que se conhece a maior procura, sustentada até cerca de 1803. A partir

desse momento, o recolhimento perde procura e os dados apresentados para os anos posteriores são muito elucidativos da descida, demonstrando-a de maneira inequívoca. Apesar de não possuímos assentos para alguns anos da década de 20 do século XIX, os existentes demonstram a queda acentuada na procura. A esta realidade não é alheia a situação política do país, a instabilidade provocada pelas invasões francesas e pelas lutas liberais, mas da mesma maneira a secularização progressiva da sociedade e o lugar que a mulher vai paulatinamente ganhando nela.

Cruzamos esta informação com a recolhida no livro de despesas e tivemos oportunidade de, para 12 anos, estudar a relação de convertidas e de supranumerárias. Mas também aqui se patenteia a carência de informação para duas situações.

**Quadro 1**  
*Mulheres na instituição (1722-1734)*

<b>Ano</b>	<b>Convertidas</b>	<b>Supranumerárias</b>
1722	14	10
1723	14	6
1724	14, 13	6, 8, 10
1725	13, 14	8, 7, 6
1726	13, 14, 16	9, 8, 9, 7
1727	17 18, 15	4, 6, 5
1728	15, 14	5
1730	16	-
1733	-	7
1734	16	17

Fonte: ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro da despeza 1722-1826*, Pasta 1083.

Os dados de que dispomos para conhecer o volume de mulheres existente na instituição foram recolhidos no livro de entradas e no de despesas, sabendo-se, neste último, do seu volume pelas notas deixadas pelas administradoras relativas aos gastos com as refeições.

Como se constata pela análise do quadro 1, entre 1722 e 1733, o volume de convertidas foi sempre superior ao das supranumerárias, mas a partir de 1726 não é respeitado o contingente das do número, devido à procura que a instituição sentia. Ou seja, ainda em vida do fundador se constatou que a

instituição era pequena para tanta procura. Porém, até essa data, o número das supranumerárias era limitado, verificando-se que a instituição estava mais vocacionada para albergar mulheres consideradas pecadoras. Em 1734 surge já um sinal de que esta situação se ia alterar e o volume de supranumerárias iria ultrapassar o do número.

Apesar das supranumerárias constituírem o contingente mais elevado, a casa não se desvirtuou e manteve como imagem de marca a conversão de mulheres perdidas, ajudando-as a deixar o vício e o pecado.

O recolhimento (casa, capela, pátio ou claustro<sup>113</sup> e cerca) mantém até à atualidade a designação de “convertidas”, mesmo depois do projeto ter dado lugar a outras funcionalidades, como se verificou a partir do século XIX. A marca deixada foi tão profunda que mesmo após o encerramento do edifício em finais do século XX, o complexo habitacional, espaço exterior e capela permanece com a mesma designação.

A análise dos dados revela também uma grande mobilidade em ambos os tipos de mulheres. O ritmo de entrada e saída era grande, levando-nos a registar para o mesmo ano as oscilações conhecidas em diversos meses. As supranumerárias entravam e saíam com maior fluidez, pois não estavam sujeitas a nenhum escrutínio sobre o seu estatuto moral e processo regenerador. O vai e vem de mulheres está associado a vários fatores, que não repousa apenas no ingresso voluntário ou forçado. Sabemos que muitas saem e regressam por motivos de saúde, de apoio a familiares idosos ou mesmo por razões criminais, como veremos.

A partir de 1734 a regente deixou de discriminar o número de mulheres do recolhimento e em 1737 aparece apenas o seu volume total, não as separando pelas duas categorias.

O tempo que cada convertida precisava para se regenerar é desconhecido, mas estamos certos de que dependia da pessoa em causa, da sua história pessoal e da forma como encarava este compasso da sua vida. Em 1724 saiu uma convertida, parecendo apontar para uma rápida regeneração moral e comportamental.

---

113 Na documentação consultada ora surge denominado por pátio, ora por claustro. Todavia, o que resta deste espaço assemelha-se mais a um pátio do que a um claustro.

Quadro 2  
*Mulheres na instituição (1737-1816)*

Ano	Convertidas e Supranumerárias
1737	28, 30
1738	30, 28, 27, 23, 22, 26
1749	45
1760	43
1761	43, 41, 39, 38
1762	38, 39, 37, 35, 37
1763	38, 39, 38
1764	38, 36, 35, 39, 40
1765	41, 40, 42
1766	42, 41
1768	38, 40
1669	40, 39
1790	37
1791	41
1814	70, 59, 46, 57
1815	73, 60, 64
1816	64, 60, 56

Fonte: ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro da despeza 1722-1826*, Pasta 1083; Fundo do Governo Civil. Distrito Administrativo, livro nº 2.

Neste quadro já não possuímos a discriminação entre as duas tipologias de mulheres, mas sabemos que as supranumerárias dispararam em flecha, chegando em 1815 o recolhimento a ter no total 73 mulheres<sup>114</sup>. Mantém-se, contudo, uma grande mobilidade, demonstrando que entrar era tão possível como sair, ainda que muitas lá permanecessem até à morte ou até muito velhas. Por exemplo, em 1738 o recolhimento deixou sair oito mulheres ao

114 No Porto o recolhimento de convertidas tinha começado com 7 mulheres e em 1820 contava “80 pessoas”. Leia-se Vitorino, Pedro, “As Convertidas do Pôrto”, in *Jornal do Médico*, nº 73, 1942, p. 4.

longo dos diferentes meses e recebeu quatro, o que significou uma mudança de 12 dos seus elementos apenas em igual número de meses.

Apesar da mobilidade existente, a informação da idade de algumas mulheres em 1759 aponta para uma longa permanência pelo menos de várias delas e a idade avançada de outras. Estamos certos de que a situação particular de cada uma, muito especialmente das supranumerárias, determinava o tempo de permanência na instituição. Com um peso mais significativo, com idades mais avançadas e com tempos de internato muito mais dilatados, as supranumerárias acabavam por, de alguma forma, alterar o perfil da instituição, pois com o avançar dos anos, a abertura feita a este tipo de mulheres foi deixando algumas marcas.

## 5. A SAÍDA DO RECOLHIMENTO

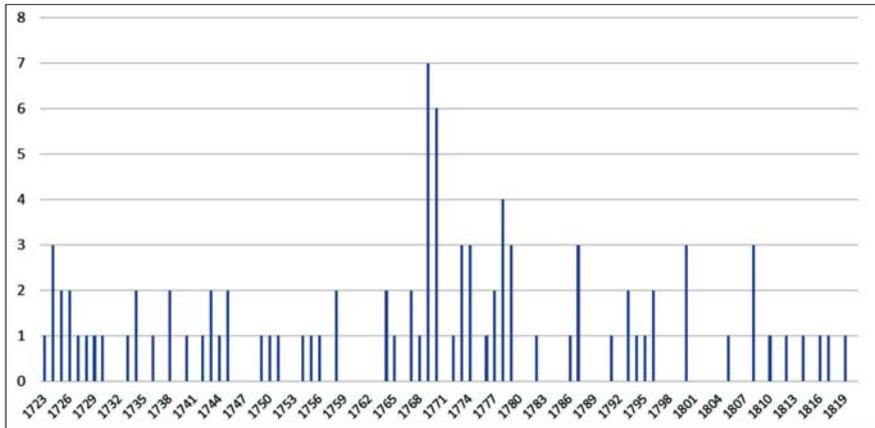
A pergunta que se coloca de imediato é a de saber para onde iam estas mulheres que saíam da instituição. As recolhidas em Santa Maria Madalena podiam seguir vários caminhos, quando se tratava de deixar o recolhimento, desde logo de acordo com o seu estatuto: no caso das do número, normalmente ou deixavam a instituição para casar ou para servir, mas admitimos que outras encontrassem caminhos alternativos que desconhecemos; no que respeita às supranumerárias ou passavam a fronteira para o século para casar ou para casa dos seus pais ou dos maridos<sup>115</sup>.

Como já referimos, a instituição oferecia dotes de casamento às convertidas que enveredassem por esse caminho. Tratava-se de uma forma de facilitar o matrimónio, partindo com um pequeno capital. A análise do gráfico 2, demonstra o ritmo dos casamentos e das saídas para casar e aponta para números pouco elevados. Numa instituição com fracas posses, em que a maioria dos seus membros era constituída por supranumerárias, que vinham teoricamente passar apenas algum tempo e em que as casadas assumiam números expressivos, não admira que o ritmo de casamentos e das que saíam para contrair matrimónio fosse limitado. Se por um lado, a instituição não disporia de muito dinheiro para dotar, por outro também não seria muito fácil mulheres com a honra manchada, apesar de já convertidas, conseguirem casar.

.....  
115 Todavia, Maria Clara, saiu em 1794 para a “caza das velhas” ou seja, para o hospital das velhas da cidade. Provavelmente era idosa, pobre e não tinha enquadramento familiar que a protegesse. ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 59.

## Gráfico 2

*As que casaram na instituição e as que saíram para casar (1723-1820)*



Fonte: ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro n° 1.

Como se constata através do gráfico 2, o ritmo é pouco expressivo. Constituem exceção os anos de 1769 e 1770 e alguns anos na última década de setecentos. Verifica-se ainda uma descida acentuada a partir da década de 80. Desde 1820 em diante não possuímos mais informações sobre este assunto. O certo é que muitas mulheres morrem na instituição solteiras, já velhas, e outras regressam a casa dos seus maridos ou dos seus pais.

As que entravam casadas, estavam em norma pouco tempo na instituição, fazendo prever que alguma razão ponderosa as mandou guardar temporariamente no recolhimento. O caso de Maria de Oliveira, casada com Custódio de Araújo, é elucidativo do que acabamos de mencionar. Entrou em fevereiro de 1725 e saiu um ano após<sup>116</sup>. Mas houve quem permanecesse apenas alguns meses ou dias. Também conhecemos casos de mulheres casadas que se mantiveram na instituição durante longos anos.

Todas as saídas, com exceção naturalmente das fugas, tinham de ser autorizadas. Como o recolhimento disponibilizava um dote às do número que se casassem, muitas saíram já casadas ou para casar. Nas primeiras décadas do século XVIII a instituição patrocinava o casamento e a cerimónia realizava-se na sua capela, subentendendo-se que este tinha sido arranjado e ocorreu na instituição. Muitas foram as raparigas que depois de regeneradas saíram casadas com ordem do arcebispo. Por vezes, passavam alguns anos na ins-

116 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro n° 1, fl. 11v.

tituição, mas acabavam por dar um outro rumo à sua vida.<sup>117</sup> Nestes casos era mencionado que “sahio cazada”, ou “sahio com estado de cazada”. Havia também quem deixasse a instituição para se casar, ou seja, o ato não se celebrava no recolhimento. Assim, foi deixado escrito que saiu “para cazar” ou para “tomar o estado de cazada”. Como a grande maioria das mulheres era da cidade, algumas celebraram o seu matrimónio na igreja próxima da Senhora-a-Branca. Todavia, nem sempre conhecemos o local do casamento, nem mesmo para onde iam<sup>118</sup>.

Outras deixavam a instituição para regressar a casa de familiares, quase sempre para residirem com as mães ou com outros parentes, podendo ser mesmo sobrinhos, como se verificou em alguns casos, ou tios, irmãos, primos e até padrinhos. Porém, também as saídas eram vigiadas para que não houvesse ocasião de reincidirem. Joana Jacinta, filha de António Correia, de Amarante, ingressou em 1727 como supranumerária e saiu onze anos mais tarde para casa de seu pai. Na ocasião “veyo seu irmão por ella”<sup>119</sup>. Quando saíam, normalmente, era assinalado o local para onde iam e quem as acompanhava. Quase sempre eram homens da família que as procuravam e levavam até às suas residências, mas em alguns casos, foram as mães que as acompanharam. Tudo dependia da estrutura familiar existente e da possibilidade que cada agregado familiar apresentava.

A tutela masculina era fundamental, mesmo que o percurso fosse pequeno. Mulheres que se guardavam em recolhimentos pretendiam ter a moral impoluta, logo não se deviam expor a críticas que manchasse a sua honra. A figura masculina impunha-se enquanto guardiã da honra feminina. A instituição conferia tal importância ao facto, que criava memória ao registar a pessoa a quem a mulher tinha sido entregue.

Foi raro, mas por vezes, foi mencionado o nome do futuro esposo. Antónia do Sacramento entrou em 1723 como supranumerária e deixou a instituição passado pouco tempo para casar com Luís Pereira da Rocha “com especial ordem de Sua Illustrissima”<sup>120</sup>. Partir nestas condições foi algo inédito que não deixa de ser representativo dos diferentes tratamentos dispensados às recolhidas. Sobre todas as restantes que saíam para núpcias era apenas mencionado que partiam “para cazar”. Acreditamos, por isso, que o exemplo supracitado se revista de contornos especiais.

---

117 Joana da Conceição era órfã de pai e mãe quando entrou na instituição em julho de 1725. Saiu em outubro de 1731 “com estado de casada”. ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 10v.

118 Em maio de 1726 entrou Joana Maria da Conceição, filha de Custódio Ferreira e de Isabel Ferreira, do Porto, para as do número. Saiu em setembro do mesmo ano, sem qualquer outra explicação. ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 11v.

119 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 18v.

120 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 4v.

Rosa Maria da Conceição pretendia sair do recolhimento para servir uma religiosa no convento de São Bento, em Baião, entregando uma petição ao arcebispo em 1800. Na ocasião, foram ouvidos o capelão do recolhimento e a religiosa do convento. O sacerdote foi pródigo em informações, dando a conhecer a vida desta mulher. A suplicante tinha sido recolhida a mando de Luísa Maria Rodrigues, senhora casada da cidade, por dizerem que andava “mal incaminhada” com o seu marido, de quem tinha um filho, criado pela própria Luísa Maria Rodrigues, que também sustentava Rosa Maria da Conceição no recolhimento. A legítima esposa criava o menino da relação ilícita do seu marido e ainda pagava para a sua amante se manter longe dele. Deixar-se tomar por paixões consideradas ilícitas e cair em desgraça não era facto raro. Acontecia em muitos casos e quase sempre ditava a desgraça da mulher. Porém, Luísa Maria Rodrigues terá informado o recolhimento de que ia cessar o referido pagamento, devido a dificuldades financeiras. Após tecer estes comentários, o sacerdote mencionou também que a penitente tinha boa conduta. A religiosa informou que a queria para sua criada<sup>121</sup>. A recolhida saiu em março de 1801 para o referido convento, por ser considerada a melhor opção, uma vez que não havia quem a sustentasse e era transferida para outra instituição de reclusão<sup>122</sup>.

Muitas mulheres que caíram na perdição trabalhavam em várias ocupações. A grande maioria das que viviam no campo, ocupavam-se de “múltiplas tarefas”, contribuindo de forma ativa para o pecúlio familiar<sup>123</sup>. Trabalhos de mãos, como costura, bordados, fiação, etc, mas também no amanho da terra eram opções seguidas pelas mulheres dos grupos sociais mais desfavorecidos. Muitas eram ainda colocadas a servir, ora a fazer trabalhos dentro ou fora de casa, situação que lhes conferia alguma estabilidade financeira<sup>124</sup>. É dentro deste quadro que algumas abandonam o recolhimento para servir em casas particulares ou em conventos. Por vezes, algumas recolhidas saíam acompanhadas por uma ou duas mulheres da cidade, o que sugere tratar-se de representantes de casas para onde iam como criadas.

As internadas em Santa Maria Madalena, quando estavam doentes e precisavam de sair para tomar águas, quer banhos de mar, quer para fazer termas, ou apanharem bons ares, normalmente a conselho dos médicos, conseguiam autorização do Paço para se ausentarem temporariamente. Deviam, no final

121 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1036, doc. avulso, não paginado.

122 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 66v.

123 Veja-se a propósito Neto, Margarida Sobral, “O papel da mulher na sociedade portuguesa setecentista. Contributo para o seu estudo”, in Furtado, Júnia Ferreira (dir.), *Diálogos Oceânicos. Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Português*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2001, p. 29.

124 Para esta matéria consulte-se Hufton, Olwen, “Mulheres, trabalho e família”, in Farge, Arlette; Davis, Natalie Zemon (dir.), *História das Mulheres. Do Renascimento à Idade Moderna*, Porto, Afrontamento, 1994, pp. 26-27.

do tratamento regressar ao internato, mas nem todas cumpriram esta determinação, preferindo manter-se fora da instituição e em liberdade. A saída, que se desejava temporária e tinha um fim específico, acabou em certas situações por ser definitiva. Todavia, muitas em finais do século XVIII e primeiras décadas do seguinte deixaram temporariamente a instituição para se tratarem e voltarem. Saíam para “tonar a vir”, quase sempre com tempo estabelecido de dois ou quatro meses, período considerado suficiente para o restabelecimento. Estes reingressos eram assinalados para maior controlo da população internada, referindo-se se se tratava da segunda ou terceira vez. Este constante vai-e-vem de mulheres esteve diretamente ligado a questões de saúde.

Mas houve também casos de mulheres que deixaram a instituição por outras razões, nem sempre explicitadas. Rita de Oliveira deixou Santa Maria Madalena em julho de 1800 “para hir a sua terra [...] por doze ou quinze dias”<sup>125</sup>, sugerindo tratar-se de um caso que precisou de se ausentar para remediar algum assunto pessoal ou familiar. A família podia constituir razão maior para a recolhida sair<sup>126</sup>. Para além da situação particular de cada uma, que podia exigir alteração, a conjuntura político-militar de inícios de oitocentos refletiu-se também na instituição. A ocupação da cidade pelos franceses em 1808 amedrontou a sua população e também as recolhidas, por isso, em dezembro desse ano Delfina Rosa foi para a sua terra, no termo de Barcelos “aquando foi dos francezes”<sup>127</sup>.

O tempo que cada uma passou na instituição foi muito variado, desde logo devido à condição em que se encontravam: se houve quem se permanecesse um ou dois anos, houve também quem se mantivesse ao longo de décadas. As do número ficavam até estarem convertidas, nas restantes as condições eram muito variadas. Pensamos que neste caso, mas também no anterior a saída esteve sempre associada à existência de condições exteriores que davam algumas garantias para partir. Não esquecemos as mulheres que permaneceram na instituição apenas alguns dias, mas infelizmente nunca foram explicitadas as razões de tão limitado tempo de clausura.

A partida das mulheres casadas da instituição constitui motivo de interesse, porquanto algumas como seria de esperar não saíram para casa dos seus maridos. Como os registos mencionam iam “na companhia do seu marido” ou “para companhia do seu marido”. Nestes casos, o mais corrente foi deixarem a instituição, após as razões do internamento, quase sempre associadas à ausência dos cônjuges. Porém, conheceram-se outras mulheres casadas que regressaram a casa de seus pais, não existindo nenhuma menção ao marido. Essa falta de elemento referenciador sentiu-se também no registo de algumas

.....  
125 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 65v.

126 Em setembro de 1802 Maria Teresa deixou o recolhimento “para tratar de sua mãe que estava preza”. ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 68v.

127 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 74.

casadas, apenas mencionadas pelos nomes dos seus pais<sup>128</sup>. Houve também mulheres casadas que transitarem para o recolhimento da Caridade e ainda quem saísse para casa acompanhada por um oficial de justiça<sup>129</sup>.

### 5.1. As fugas e as expulsões

Embora esta fosse uma casa aparentemente bem guardada e onde a portaria estava defendida por uma das mulheres de maior confiança da regente e do arcebispo, as fugas aconteceram e não foram muito poucas. Muitas mulheres eram internadas contra sua vontade, não sendo de estranhar que tentassem e conseguissem fugir. Viver em clausura com um regulamento tão apertado seria muito difícil para quem estava habituada a uma vida mais larga ou não desejava de todo cumprir regras tão apertadas e longe da família. Por isso, no ano seguinte à abertura, uma recolhida fugiu pela portaria, sendo a porteira suspensa, por ser acusada de desleixo<sup>130</sup>. Posteriormente, em 1725, D. Margarida Pimentel Soto Maior, filha de Manuel Fernandes, já defunto, e de Micaela Escobra, naturais da Galiza, também fugiu. Estava a ser sustentada pela Mitra, ocupando um dos lugares do número, mas não quis permanecer na instituição e sem outra alternativa, saiu sem autorização<sup>131</sup>.

No começo da década de 30 fugiram duas raparigas no mesmo dia: Ventura, do Pico de Regalados, e Senhorinha Teresa, da freguesia de Santo André. Enquanto a primeira permaneceu na instituição cerca de 11 meses, a segunda nem chegou a dois. Devem ter combinado a fuga juntas e concretizaram o ato. Tudo se passou a 20 de outubro de 1731<sup>132</sup>.

Em 1775 sabe-se também que outra se tinha escapulido, tendo derrubado parte de um muro da cerca para se libertar. Este caso parece evidente de como se passavam informações de dentro para fora, do planeamento da fuga e da ajuda exterior que a recolhida em causa teve para pôr em prática o seu plano<sup>133</sup>.

128 Maria de São João ingressou em 1730 e saiu em 1770. Era casada, do termo do Porto e no registo de entrada não se mencionou o nome do marido, mas sim o dos pais. O facto de ter estado em clausura 40 anos sugere tratar-se de uma situação particular que o assento não explicita. ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 21v.

129 Em 1794 Maria de Sá deixou a instituição em direção a casa de seu marido, acompanhada por “hum oficial de justisa”. ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 58v.

130 Leia-se a propósito Matos, Artur Teodoro de, “Vivências, comportamentos e percursos das recolhidas de Santa Bárbara de Ponta Delgada nos séculos XVII a XX. Contributos para uma monografia”, in *Actas do Colóquio Comemorativo dos 450 Anos da cidade de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, s. e., 1999, p. 147.

131 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 3v.

132 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 14v.

133 No convento de Vale de Pereiras, de Ponte de Lima, uma religiosa fugiu de noite com o auxílio do namorado. Leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “Uma religiosa em fuga: a opção de D. Maria Xavier de regressar ao seculo”, in *Homens e mulheres: um caminho comum*. Revista da Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres, 2006, pp. 199-209.

Anos mais tarde, em 1793, fugiram pelos muros da cerca Francisca Josefa e Maria Madalena<sup>134</sup>. A menção é sucinta e refere somente o lugar por onde se escapuliram.

A incapacidade de aceitar as regras, a insatisfação de viver em clausura e a falta de outra solução levaram mais duas mulheres a fugir em 1797. Eram ambas casadas, fugiram no mesmo dia e estamos em crer que não tinham ido para a instituição de livre vontade. Clara Rita foi uma delas. Era casada com o tenente de infantaria Francisco Lopes, que se mantinha em Chaves e ela decidiu sem autorização partir para casa do seu marido. Insatisfeita com a sua condição, Clara Rita usou os meios de que dispunha e provavelmente combinada com a colega, pôs em marcha um plano previamente gizado por ambas. Já sobre D. Ana o registo é muito parco em detalhes<sup>135</sup>.

O tempo que cada uma aguentava o sistema vigente era muito diferente, porém, em alguns casos percebe-se que o plano de fuga era congeminado pouco dias após o ingresso. Rosa de Jesus manteve-se na casa apenas 10 dias. Entrou no primeiro de abril de 1800 e fugiu no dia 11 do mesmo mês. Era sustentada pela Mitra, que lhe tinha garantido apenas dois meses de aposentadoria, mas nem esse tempo aguentou<sup>136</sup>.

No ano seguinte, saíram sem autorização três mulheres, duas no mesmo dia e uma outra passados cinco meses<sup>137</sup>. Foi o ano em que o número de fugitivas foi mais expressivo.

Perda de liberdade, vida muito controlada, fuga à norma e incapacidade de dispor da sua vida terão levado estas mulheres a tomar a decisão de violar a norma e deixar a instituição, fugindo.

Mas se umas fugiram, outras foram expulsas.

A 15 de agosto de 1739, dia de Nossa Senhora da Assunção, como foi cuidadosamente referido, fazendo coincidir o ingresso de um número elevado de mulheres em simultâneo nesse dia, abriram-se a portas a oito recolhidas. Pensamos que se trata das oito mulheres referentes ao legado de Catarina Pinheiro, instituído para provenientes de Valença, mas entre todas apenas uma era dessa localidade, duas de Viana, uma do Porto, outra de Barcelos, uma de Braga, outra deste concelho e a última de uma freguesia que não conseguimos localizar. Se o objetivo era beneficiar mulheres de Valença, na verdade não foi cumprido, ou porque as suas residentes não procuraram a instituição ou então porque não foram aceites.

As mulheres eram de diferentes localidades e tinham diversos contextos familiares: duas eram órfãs e uma enjeitada. 50% destas foram expulsas no início de julho do ano seguinte “por culpas graves”: três no mesmo dia e uma

134 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 58.

135 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 62v

136 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 65v.

137 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fls. 66v.-67.

dois dias antes. Nos quatro registos repetiu-se a mesma razão, mas em três deles uma outra pessoa escreveu no averbamento “Não he verdade” e riscou o texto referente à expulsão. Contradizendo os motivos invocados que as culpavam, foi ainda acrescentada a seguinte menção no final dos averbamentos “Não he verdade que a todas botaram fora por testemunhos falcos [sic] que lhes puzeram”<sup>138</sup>. As mulheres estavam no recolhimento há já algum tempo, conheciam-se bem e devem ter tomado parte da conjura contra a regente Isabel do Sacramento. As visadas foram: D. Francisca Antónia do Sacramento, Isabel da Assunção, Marcelina de Santo António e D. Maria de Jesus.

Ainda na sequência do acontecido no ano anterior, em julho de 1740, várias mulheres foram mandadas embora da instituição “todas expulsas estas catorze deste recolhimento por culpas graves este anno de 1740”<sup>139</sup>. À semelhança do acontecido com os restantes assentos, também neste foi riscado “por culpas graves” e acrescentado “não é verdade”<sup>140</sup>. Esta mensagem era explicada com testemunhos falsos, sugerindo a existência de uma devassa sobre o que se passava internamente. O assunto esteve associado à saída de Isabel do Sacramento e de sua irmã, que deixaram os seus postos no último dia de junho. As últimas expulsões registaram-se um dia antes da entrada da nova superiora, Joana de São Francisco, que começou o seu governo a cinco de julho desse ano.

Um outro grupo de recolhidas deve ter sido expulso em 1791, pois saíram no mesmo dia, embora não tenha sido registado o motivo. Estranhámos muito este assento, uma vez que cada uma tinha um registo próprio<sup>141</sup>.

Para além de grupos de mulheres que congregaram revoltas e tomadas do poder, conheceram-se também casos isolados de expulsões: em 1761 D. Catarina dos Santos e D. Joana Teresa, saíram “para não tornar”, numa alusão clara ao seu despedimento. Mais tarde, em 1766, uma outra mulher foi expulsa por ordem do arcebispo, por ter sido considerada “insolente e atrevida”<sup>142</sup>. O registo não permite analisar outros contornos desta saída, mas não se conformar com as regras e mostrar-se insolente eram razões mais do que suficientes para o afastamento. Não estava em causa somente o programa de penitência que tinham de cumprir, mas também o mau exemplo que davam às colegas.

.....  
138 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fls. 19v.-20.

139 Foram elas: D. Joana, Antónia do Sacramento, Maria de Jesus, Isabel e Brígida da Purificação. Este primeiro grupo saiu entre 2 e 3 de julho, todas “por culpas graves”. Mas no dia 4 um outro grupo de mulheres foi expulso: Josefa do Espírito Santo, Maria de São Bento, Senhorinha da Glória, Francisca Teresa, Marcelina de Santo António, Maria Teresa e Maria de Jesus.

140 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 21.

141 No primeiro de fevereiro de 1791 saíram: Teresa Angélica, do Porto, D. Josefa Joaquina, D. Joaquina Rosa, D. Ana Ventura, Maria de Jesus, Ana Teresa e Maria Angélica. ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 54v.

142 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fls. 29v.-30, 34v.

# CAPÍTULO II

## 1. AS NORMAS, O EXERCÍCIO DO PODER E O PROGRAMA DE CONVERSÃO INTERIOR E EXTERIOR

### 1.1. Os primeiros estatutos

O primeiro texto regulamentar é de 1722 e encontra-se povoado de várias metáforas, que reforçam o seu carácter religioso. A alusão à vida de santos, ao exemplo das suas virtudes, o chamamento à oração, ao arrependimento, o respeito à regente, à porteira, ao capelão e às recolhidas mais velhas, a mortificação do corpo, a purificação do espírito, o trabalho, a caridade, o auto controlo, os sacramentos, o vestuário, as relações que as mulheres mantinham entre si, o silêncio, a clausura, e a compostura integravam o programa de arrependimento que levaria as mulheres a mudar de vida e a esquecerem o seu passado recente. A alusão ao tronco para castigar as infratoras sublinha a importância da obediência enquanto merecimento de proteção e mecanismo de salvação, mas alerta de maneira permanente para o castigo. Chamamos, no entanto, a atenção para a diferença entre o que estava prescrito e a realidade quotidiana.

Os estatutos repetem a necessidade das recolhidas arripiarem caminho e aceitarem novos formatos de conduta que as conduziria à glória eterna. Por isso, impunha-se uma profunda alteração de vida para poderem regressar à sociedade como mulheres arrependidas. O texto está redigido para as convertidas. Todo o seu programa normativo se dirige a mulheres consideradas pecadoras e não a mulheres de outras condições. Todavia, como já referimos, todas se submetiam às mesmas normas.

O documento está dividido em 13 capítulos, de dimensão diferente entre si e sem numeração a partir do oitavo. Estabelece com minúcia todo o dia a dia das mulheres, desde que se levantavam até se deitarem, não havendo nenhum tempo sem regras. A oração, a penitência, o trabalho, o recreio, o vestuário, as celas, a doença, a morte, a relação entre as mulheres e entre estas e a regente, os contactos com o mundo exterior, a vida interna na instituição, tudo estava regulamentado, até o desvio estava previsto, através da punição.

O livro onde se encontram os estatutos integra na primeira página um decreto de D. Rodrigo de Moura Teles sobre a vida interna da instituição. Nele,

são particularmente visadas a regente, chamando-se a atenção para as suas obrigações, e a porteira. Recorda-se ainda às internadas o impedimento que tinham de não poderem falar na portaria sem prévia autorização da regente, bem como a interdição de pessoas estranhas acederem à portaria, mesmo que fosse com o “pretexto de comer”. A missiva previa ainda a continuação da porteira atual no cargo, por impedimento da “primeira Porteira”, fazendo acreditar que esta tinha sido retirada de funções pouco tempo após a abertura da instituição. Todavia, os problemas eram muitos e decorriam, por certo, da falta de interiorização das normas. As recolhidas eram ainda proibidas de aceder às celas umas das outras, sem consentimento da regente, de falarem em voz alta e de conflituarem entre si. Talvez por estar em funcionamento apenas há um ano, regente e porteira agiam com grande liberalidade, facto aproveitado pelas recolhidas para prevaricarem. Ameaçava-se com o tronco as que infringissem as normas<sup>1</sup>. Como se constata, apesar de aberta há pouco tempo, a instituição enfrentava já problemas de indisciplina e de não observância das regras, como posteriormente se repetirá em casos de maior gravidade. O facto não é de estranhar tendo em atenção o rigor e a disciplina impostas a mulheres que estavam habituadas a vidas mais livres.

Sem deixar margem para dúvidas, o arcebispo atalhou prontamente, recordando as regras e lembrando à regente e porteira as suas obrigações, mas também o seu poder. A importância deste documento foi de tal forma grande que ganhou força de lei, sendo colocado na primeira página dos estatutos.

O ingresso num recolhimento com estas características<sup>2</sup> visava em primeiro lugar o arrependimento e a mudança de vida. Depois de serem admitidas, na “caza de Deos”, as mulheres deviam trabalhar para servirem e amarem Cristo, ou seja, dedicar-lhes a sua vida e agir de acordo com as regras vigentes. As normas a que estavam sujeitas e o seu dia-a-dia assemelhavam-se em muito à vida conventual, pois para além do domínio do corpo, procurava-se também controlar as consciências, como refere Maria Antónia Lopes<sup>3</sup>.

A invocação do nome de Deus foi repetida várias vezes pelo arcebispo fundador, com o intuito de sublinhar a importância dos preceitos religiosos na conduta destas mulheres. Agradar a Deus foi a razão mais ponderosa que levou o citado prelado a erguer a instituição, retirando do século mulheres tidas como pecadoras e sujeitando-as a um programa de mudança profunda

- 
- 1 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro dos antigos estatutos*, Pasta nº 36, não paginado.
  - 2 Sobre a tipologia dos recolhimentos consulte-se Abreu, Laurinda, *O poder e os pobres. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Gradiva, 2014, pp. 216-218.
  - 3 Lopes, Maria Antónia, “Dominando corpos e consciências em recolhimentos portugueses (séculos XVIII-XIX)”, in Rubio, Pérez, Laureano M. (Coord.), *Instituciones y centros de reclusión colectiva. Formas y claves de una respuesta social (s. XVI-XX)*, León, Universidad de León, 2012, pp. 99-126.

espiritual e comportamental. Se praticar obras de caridade contribuía para aplanar o caminho da salvação, usufruir delas era igualmente muito significativo e, no caso em estudo, fundamental para o arrependimento. Agradecer e corrigir comportamentos era ainda muito meritório e, no que diz respeito às arrependidas, levá-las-ia a uma vida mais consentânea com as determinações da Igreja Católica.

A pobreza e a vulnerabilidade em que muitas mulheres se encontravam podiam facilitar o caminho da perdição e o ingresso no mundo da prostituição<sup>4</sup>. Os homens da Igreja Católica não se cansavam de vigiar as mulheres e de lhes recomendar a necessidade de se manterem virtuosas: a confissão e os sermões eram momentos particulares, mas outras ocasiões serviam também para recordar o fogo do Inferno para as almas que se perdiam.

Como na instituição existiam duas categorias de mulheres, podia pensar-se que as regras definiam o número das que pagavam a sua estadia, porém, não o faziam e apenas o limitavam à capacidade física do edifício.

Inicialmente, a vivência diária do recolhimento era feita sob a regra da Ordem Terceira de São Francisco. Viver e morrer sob os princípios franciscanos foi o lema de quatro recolhimentos femininos bracarenses: Santo António, Nossa Senhora da Penha de França, Santa Teresa e Santa Maria Madalena. Só o recolhimento de Nossa Senhora do Rosário ou de São Domingos cumpria a regra terceira de São Domingos e o recolhimento da Caridade, a da Santíssima Trindade.

Em Braga, a vivência franciscana estava ainda expressa numa confraria erecta na Sé desde 1615, dedicada a São Francisco Xavier, na Ordem Terceira e em vários conventos femininos e um masculino que se instalaram na cidade e arredores. O culto a São Francisco cresceu muito na diocese de Braga ao longo da Idade Moderna, encontrando na cidade um forte enraizamento<sup>5</sup>.

Em 1739, a instituição reformou os seus estatutos e a partir de 1755 passou a ser regida por novas regras. As recolhidas fizeram petição ao arcebispo D. José de Bragança (1741-1756) para passarem a usar as regras da Congregação do Sagrado Coração de Jesus, instituída pelo padre jesuíta espanhol Pedro de Calatayud, quando esteve na cidade, as quais fizeram presentes ao prelado. Como a Congregação do Sagrado Coração de Jesus estava instituída no recolhimento e não iam as “regras contra os bons costumes, constituições canónicas e pastorais, antes serem dirigidas as suas regras ao melhor fim do mesmo Santíssimo Coração de Jesus”, o arcebispo consentiu na mudança de normas

4 Leia-se Monzón, M, E., “Marginalidad y prostitución”, in Morant, Isabel (dir.), *Historia de la Mujeres en España y América Latina, II. El Mundo Moderno*, Madrid, Cátedra, 2005, p. 380.

5 A propósito do aumento de fundações conventuais femininas franciscanas na diocese de Braga veja-se o trabalho de Silva, Ricardo, “Fundações conventuais femininas franciscanas no arcebispado de Braga na Época Moderna”, in Peláez, Rosal Manuel (dir.), *El Franciscanismo en la Península Ibérica. El viaje de San Francisco por la Península Ibérica y su legado (1214-2014)*, Actas, vol II, Córdoba, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 2012, pp. 393-405.

e aprovou o pedido a 11 de março de 1755<sup>6</sup>. Todavia, apesar do esforço feito, não foi possível encontrar nem os estatutos reformados nem os novos.

Para além do culto ao Coração de Jesus, também o do Menino Jesus ganhou novo impulso com a Contra-Reforma, principalmente nos conventos femininos, feito através de práticas religiosas e leituras de espiritualidade, mas também da multiplicação de imagens que povoavam estes espaços. Os conventos e recolhimentos encheram-se de imagens do Menino Jesus, quer nas celas das mulheres, quer nas igrejas e nos oratórios que se encontravam espalhados nestas instituições. No recolhimento existem algumas imagens do Menino Jesus, chamando a atenção para a devoção que as recolhidas lhe manifestavam.

Também o culto ao Coração de Jesus se expandiu pelas instituições referidas, sendo levado por diversas ordens religiosas. Todavia, foram principalmente os franciscanos e os jesuítas os grandes propagadores desta devoção.

Pedro de Calatayud propagou este culto, quando em 1743 esteve na diocese de Braga, através de pregações feitas e de outros exercícios espirituais, o que entusiasmou os fiéis e o próprio arcebispo D. José de Bragança, que mandou fazer estampas da imagem do Coração de Jesus em Lisboa para o divulgar e promover<sup>7</sup>. A descrição que o citado arcebispo faz em 1750 no relatório ad limina das pregações deste jesuíta e dos seus companheiros é demonstrativa da forma como agregava fiéis à sua volta: a assistência contou com a presença do próprio arcebispo e da sua família, bem como de muitos eclesiásticos e de pessoas das paróquias vizinhas. A comunhão geral que se seguiu, integrou “milhares” de fiéis, resultando o momento em avultadas esmoladas, algumas delas direcionadas para os presos das cadeias da cidade<sup>8</sup>.

Após a adoção do culto ao Sagrado Coração de Jesus, as recolhidas de Santa Maria Madalena passaram a rezar-lhe, adquirindo livros especialmente dedicados a esta devoção. O livro “Devoção ao Santíssimo Coração de Jesus, instituída e propagada em varios Reynos da Christandade”, impresso em Coimbra em 1734 contém capítulos de meditação, sendo o intitulado “Coração de Jesus he fonte de toda a humildade” de particular relevância para estas mulheres, a acreditar na especial marcação que lhe era feita e nos simbólicos amores secos deixados nas suas páginas. Aqui reflete-se sobre a humildade, mas também e particularmente acerca do arrependimento pelos pecados cometidos, a penitência e a necessidade de cada uma se afastar das tentações do diabo<sup>9</sup>.

6 ADB, Fundo do Registo Geral, Livro nº 148, fl. 408v.

7 Leia-se Marques, João Francisco, “Orações e Devoções”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 616-620.

8 Soares, Franquelim Neiva, *Relatórios das visitas ad limina da arquidocese de Braga (1585-1910)*, vol. II, Braga, Arquidiocese de Braga, 2015, p. 870.

9 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Devoção ao Santíssimo Coração de Jesus, instituída e propagada em varios Reynos da Christandade*, Coimbra, António Simoens Ferreyra, 1734, Pasta 1079, pp. 54-90.

Este movimento de propagação do culto ao Coração de Jesus espalhou-se pela cidade e em 1756 as recolhidas de Nossa Senhora do Rosário pediram licença ao arcebispo para observarem as regras da congregação<sup>10</sup>, tal como tinha feito no ano anterior o de Santa Maria Madalena. Neste último, as recolhidas passaram a fazer uma novena ao Coração de Jesus, altura em que contribuíam também com esmolas para esta devoção. Existia para o efeito uma caixa onde punham as suas dádivas. Durante a novena, o Santíssimo Sacramento estava exposto e em 1826 foi adquirida uma Custódia nova para a cerimónia.

## 2. A ESTRUTURA DO PODER

A instituição tinha uma gestão própria, superintendida por uma regente. Competia-lhe a difícil tarefa de governar a casa, embora fosse auxiliada por algumas oficiais, e de coordenar a vida espiritual e temporal das recolhidas.

A superiora era mulher de mais de 40 anos de idade, “honesta e de bons costumes, e de bom entendimento e pordencia, e de condissão branda”. Agia em conexão direta com os estatutos, mas também com o Paço e a figura do arcebispo. Era deste dignitário da Igreja que chegavam novas diretrizes que se sobrepunham ao regulamento, quando necessário. Era nomeada pelo arcebispo através de uma provisão, devendo logo que tomasse posse ser-lhe entregue o património da instituição, através de um inventário, que posteriormente era registado num livro.

Embora a instituição tivesse um quotidiano governado por um conjunto de mulheres, em que a regente ocupava o lugar mais importante, detendo mais poderes que as restantes, o arcebispo era o seu administrador supremo. Como acontecia em instituições congéneres, estas podiam ser administradas por Misericórdias, arcebispos e até Câmaras<sup>11</sup>. Porém, nem sempre os bispos assumiam diretamente a gestão destas casas. O recolhimento do Ferro, do Porto, era gerido por um sacerdote, nomeado pelo bispo da cidade<sup>12</sup>.

Após a entrada, as recolhidas eram objeto de especial atenção da superiora. Por serem recentes e não conhecerem a instituição, eram tratadas com maior afabilidade e amor por parte da regente, que se recolhia secretamente com elas, introduzindo-as com caridade cristã, na dureza da vida em clausura. Era ainda sua função mostrar à recolhida a utilidade da mudança de vida, per-

10 ADB, Fundo do Registo Geral, Livro nº 134, fls. 88- 88v.

11 O recolhimento de Santo António do Sacramento de Torre de Moncorvo era gerido pela Câmara local. Leia-se o recente trabalho de Fernandes, Adília, *O recolhimento de Santo António do Sacramento de Torre de Moncorvo (1661-1814). Clausura e destinos femininos*, Coimbra, Palimage Editores, 2015.

12 Confira-se Basto, Artur de Magalhães, *O recolhimento do Ferro*, Porto, s.e., 1943, p. 10.

suadindo-a a confessar-se e a aceitar as regras da instituição, denominada nos estatutos “por casa da oração”, ou “Casa de Deos”<sup>13</sup>.

O papel da dirigente neste momento era crucial para a mulher que entrava e deixava a vida do século. Mas em algumas instituições era também altura de se saber se dominava a doutrina, como acontecia no recolhimento de Santa Maria Madalena de Lisboa. Nesta instituição, as mulheres eram sujeitas no ato de entrada a um “exame” sobre o conhecimento que tinham da doutrina, cabendo à regente fazer-lhes um questionário sobre as orações. Quando não as dominavam ou desconheciam, a superiora ou outra recolhida tinham de lhes ministrar os rudimentos da doutrina<sup>14</sup>.

Competia à administradora cumprir e fazer cumprir os estatutos. O seu poder era tão grande que as suas diretivas eram lei. Como superiora, tinha obrigação de dar o exemplo, devendo ser a primeira a acatar e a praticar as regras da instituição. Na aplicação das normas, a regente não devia hesitar, admoestando e castigando as infratoras, caso contrário estaria a contribuir para o facilitismo e o desleixo.

Todas as que não cumpriam as regras eram primeiramente admoestadas com palavras e em caso de reincidência eram castigadas com o tronco. A punição era proporcional à ofensa e o tronco era significado de grande falta de respeito aos estatutos, como acontecia, por exemplo, quando falavam na portaria sem autorização, provocando escândalo, ou proferiam palavras injuriosas, roubavam algo ou exerciam violência física. Quando a reincidência se verificasse e o tronco não surtisse o efeito desejado de correção, a regente comunicava ao arcebispo a ocorrência para ser ele a aplicar o castigo considerado mais adequado.

Depois de aconchegadas nas suas celas, as recolhidas eram visitadas pela superiora, para se certificar se estavam em silêncio e se a luz estava apagada. Já no recolhimento de Santa Maria Madalena, de Lisboa, como ficavam num dormitório, mantinha-se uma luz acesa durante toda a noite.

No exercício das suas funções, a regente era assessorada pela porteira e por outras oficiais, inicialmente por si nomeadas nas vésperas da festa de Santa Maria Madalena (22 de julho). Tratava-se da sacristã, “despertadora”, “enfermeira”, “despenseira”, “campeira”, “zeladora” e “companheiras”. A estas mulheres eram atribuídas funções específicas, mas todas estavam envolvidas nas tarefas da instituição. O trabalho da cozinha era realizado rotativamente por semanas, e a cozedura do pão era também feita por giro, aos meses. Todavia, em meados do século XVIII existiam já duas recolhidas, as “forneiras”, encarregues dessa tarefa. O aumento do número de mulheres justificava que

13 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro dos antigos estatutos*, Pasta nº 36, doc. avulso, não paginado.

14 BA, 49-II-29, não paginado. Agradeço à minha colega Prof<sup>ra</sup> Maria de Fátima Reis a ajuda prestada na consulta desta documentação.

a responsabilidade de ter pão à mesa recaísse em duas mulheres que se ocupavam especialmente deste serviço.

Enquanto superiora, a regente devia ser considerada e respeitada por todas as internadas. Representava Deus na instituição, razão que as levava a cumprir as suas ordens, obedecendo-lhe e executando as suas diretivas. Os estatutos sublinhavam de forma reiterada a necessidade das institucionalizadas respeitarem as ordens da regente por constituírem para a sua regeneração, logo para a salvação de cada uma. A regeneração moral e comportamental só era possível se pautassem o seu quotidiano por penitência e obediência, virtudes consideradas indispensáveis à santidade.

Por sua vez, a regente devia guiar a sua administração pela brandura e usar palavras meigas e “amorosas”, tratando as recolhidas por “filhas”. Teoricamente, a instituição devia funcionar num ambiente de harmonia e de amor fraterno, que potenciase a amizade e uma salutar convivência diária entre todas.

Ingressar num recolhimento significava deixar para trás a família e romper com os laços afetivos existentes, mormente as mulheres poderem receber algumas visitas. Porém, as recolhidas ganhavam uma nova família, ao serem consideradas filhas pela regente e ao viverem em comunidade, num ambiente de amor cristão e fraterno, embora o castigo pudesse ocorrer, como acontecia em todas as casas de família, as inimizades existissem e o conflito rebentasse muitas vezes.

Competia-lhe também inspecionar a casa do trabalho, examinando o cuidado com que cada uma se entregava às tarefas, a limpeza e ordem existentes, procurando que nada se perdesse nem danificasse. O mesmo cuidado devia demonstrar no tocante às roupas, entregues em rol às oficiais, obrigando-as a pagar tudo o que fosse perdido por descuido.

Embora as chaves da portaria, da grade da capela, da horta e das janelas pudessem andar durante o dia nas mãos da porteira ou de outras oficiais, à noite tinham de ser entregues à regente, que as distribuía de manhã às referidas mulheres. Exercia, portanto, um controlo apertado sobre as portas, chamando a si as chaves das portas e grades por onde as mulheres podiam fugir pela calada da noite. As recolhidas ficavam totalmente fechadas desde as Ave Marias até ao toque do sino pela manhã, exceto em caso de necessidade imperiosa, como era a administração de sacramentos, momento em que a portaria se abria para deixar entrar o pároco da freguesia.

À noite, a regente passeava pelos dormitórios para averiguar se todas estavam recolhidas nas respetivas celas, em silêncio e com a luz apagada<sup>15</sup>. Era um exercício que determinava o fim do dia, superiormente vigiado e encerrado pela superiora.

.....  
15 As recolhidas estavam expressamente proibidas de entrarem umas nas celas das outras, salvo em situação de doença.

Uma das suas grandes atribuições consistia em cuidar do aprovisionamento da casa. Para as que entravam com autorização do arcebispo, para ela própria e a porteira, mantidas pela Mitra, era necessário todos os meses enviar o moleiro para cobrar do esmoler ou tesoureiro da Mitra o montante em dinheiro respeitante a cada uma e ao esmoler do Micho o pão a que tinham direito. Trimestralmente, mandava também cobrar ao tesoureiro da Mitra 8.125 réis para pagar os ordenados do capelão, médico, sangrador, cirurgião e criada, montante que se aplicaria ainda em eventuais obras de recuperação. Da Mitra vinham ainda 12 carros de lenha para a cozinha. Sabemos, todavia, que desde 1739 a regente era assessorada por quatro mulheres no governo da instituição, entre elas uma escritã, a quem competia ir à arca do dinheiro e retirar o necessário para as despesas. Com o surgimento deste cargo, o trabalho de escrita da regente ficou muito aliviado, pois passou a contar com uma assessora para efetuar todos os registos. Quem ocupava este lugar tinha de dominar a escrita e possuir pelo menos alguns rudimentos de contabilidade.

Competia ainda à superiora chamar o pároco para dar a santa unção às moribundas. A entrada de pessoas estranhas na instituição era efetuada com muitas reservas e só acontecia em momentos programados, como se verificava com a realização de obras. A abertura da porta podia significar o perigo para todas as internadas, sendo, por conseguinte, doseada e só aberta depois de a superiora autorizar.

Porém, a doença e a proximidade da morte podiam obrigar a franquear as portas para receber pessoas do exterior. No caso da administração do viático, o capelão, caso fosse de manhã, atravessava a capela e acedia ao recolhimento através do coro baixo. Este momento era acompanhado pelo corpo de recolhidas, que o seguiam com velas acesas. O momento era ritualizado, não apenas ao envolver toda a comunidade, mas também por simbolicamente iluminarem Cristo que seguia na hóstia. Repetia-se o cerimonial quando, através da portaria, o pároco da freguesia, ia prestar assistência e administrar a santa unção a quem se encontrava na antecâmara da morte, embora desta feita fosse apenas acompanhado pelas “companheiras”.

Após a regente deixar de ser nomeada pelo arcebispo, o que aconteceu em 1737, a eleição fazia-se entre as recolhidas, ou seja, entre as extranumerárias, porquanto as do número não eram mulheres com a honra limpa, mesmo depois de convertidas. Esta mudança decorreu da alteração dos estatutos, feita em 1739, período de Sé Vacante (1728-1741).

**Quadro 1**  
*As regentes (1722-1842)*

<b>Anos</b>	<b>Nome</b>
1722-1737	Isabel do Sacramento
1737-1739	D. Rosa Maria dos Serafins <sup>(a)</sup>
18-09-1739-1740	Isabel do Sacramento <sup>(b)</sup>
1740-1743	Joana de São Francisco <sup>16</sup>
02-04-1743-1761	Isabel do Sacramento <sup>(c)</sup>
1761	D. Constância Teresa de Jesus Azevedo
1762	D. Luísa Antónia do Amor Divino
1762-1769	D. Constança Teresa de Jesus Azevedo
1769	D. Luísa Antónia do Amor Divino
1787-1790	D. Luísa Antónia do Amor Divino
06-10-1790	D. Constância Teresa de Jesus Azevedo
1791	Isabel Maria de São José
04-02-1795	Joana Luísa do Sacramento
22-08-1796	D. Leonor Maria de Santa Clara
1799	D. Leonor Maria <sup>(d)</sup>
15-06-1799	Francisca do Sacramento
1799	D. Luísa
1800	Francisca do Sacramento
20-07-1800	Joana Luísa do Sacramento
1804	Joana Maria de São José
1805	Joana Luísa do Sacramento
05-02-1808	Rosa da Assunção
1809-1812	Joana Luísa do Sacramento
1813	Rosa da Assunção
1812-1815	Teresa do Espírito Santo
1815-1817	Teresa de Jesus
1817-1820	Joana Luísa do Sacramento
27-11-1821	Rosa da Assunção
1826-1828	Rosa da Conceição
1828-1832	Teresa do Espírito Santo
1835	Teresa do Espírito Santo
1838-1842	Teresa do Espírito Santo

Fonte, ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro da despeza 1722-1826*, Pasta 1083; Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1.

(a) Entrou em funções em abril de 1737.

(b) Foi colocada novamente no lugar de regente em setembro desse ano.

(c) Foi designada em fevereiro de 1743.

(d) Faleceu em julho de 1799.

.....

16 Era natural de Santa Maria de Forjães, Barcelos, e filha de Cristóvão Barbosa e Isabel Dias. Para porteira foi escolhida Domingas do Salvador, filha de Sebastião Lopes e Justa Gonçalves, do termo de Barcelos. ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 21.

Em 1737, Isabel do Sacramento foi substituída por D. Rosa Maria dos Serafins. Estava em marcha um novo modelo de escolha da superiora, que só mais tarde é clarificado.

Quando em 1739, Isabel do Sacramento e sua irmã regressaram aos seus lugares, a regente deixou uma menção no livro de entradas, onde se lê o seguinte: “Entreí segunda vez para o cargo de regente a dezoito de setembro de mil setecentos e trinta e nove. Isabel do Sacramento”<sup>17</sup>. Esta metodologia vai ser usada por todas as restantes, assinalando um ritual de iniciação, mas deixando também uma marca de poder.

A análise do quadro 1 demonstra que em 1739 a escolha recaiu em Isabel do Sacramento, facto que atesta não apenas as suas qualidades pessoais, mas também os jogos de poder. Joana Luísa de São Francisco foi a que reuniu mais consensos, em 1740. O mandato tinha duração de três anos e com esta alteração pretendeu abrir-se o lugar às supranumerárias, algumas delas ávidas de poder. Ao mesmo tempo originava-se maior rotatividade nos cargos. Recorde-se que já em 1734 o volume de supranumerárias era superior às do número e que essa diferença se vai alargar a favor das primeiras.

Quando Isabel do Sacramento perdeu o mandato para a nova superiora, esta registou o seguinte texto “Sahio Isabel do Sacramento e sua Irmã Joana de Jesus Maria e D. Joana do Sacramento deste recolhimento no último de junho de mil setecentos e quarenta”<sup>18</sup>. Esta mudança de poder fez-se num ambiente tenso e provocou várias expulsões.

As regentes eram ainda as mulheres em quem muitas recolhidas depositavam total confiança. Serviam muitas vezes de testamenteiras e várias delas confiavam-lhes o que tinham, esperando que cumprissem as suas últimas vontades.

Sempre que uma mulher era escolhida, saía do Paço a sua nomeação para o lugar. Em 1817 foi o padre desembargador José António Henriques de Moura que em nome do arcebispo se deslocou ao recolhimento para dar conhecimento formal às recolhidas da sua posse. Ao som de uma campainha, as recolhidas juntaram-se no coro, como era costume nestas ocasiões, para ouvirem ler a portaria do arcebispo em que nomeava Joana Luísa do Sacramento regente e Ana de São Bento para porteira. Na mesma portaria era ainda designado para capelão o padre Joaquim José da Costa Lobo. Convocada para se dirigir à grade do coro de baixo, Joana Luísa do Sacramento compareceu para perante o referido desembargador fazer juramento sobre os santos evangelhos. Igual juramento foi dado à porteira<sup>19</sup>.

O processo requeria alguma solenidade e era ritualizado com a presença do emissário do arcebispo e a presença de toda a comunidade.

17 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 20.

18 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 21.

19 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fls. 84-85.

A porteira trabalhava em articulação estreita com a regente, podia substituí-la em certas tarefas, mas atuava sob a sua autoridade. Inicialmente, era também designada pelo arcebispo. Devia concorrer para o bom funcionamento da instituição, zelando particularmente pela porta. Todas as manhãs, após o toque do sino interior, ia buscar as chaves à cela da regente e abria a portaria, a porta da horta, mas a da roda só era franqueada quando fosse necessário. Enquanto as outras mulheres trabalhavam, a porteira também se ocupava “na casa interior da portaria”, quer de manhã, quer de tarde.

Sobre esta recolhida recaía a difícil tarefa de guardar a porta. Devia ser uma pessoa da estrita confiança da regente, por causa das funções que lhe estavam cometidas. A porteira devia atuar de forma a não permitir que pessoa alguma passasse a porta interior da portaria, mesmo que fossem “Mulheres de qualidade”. Ultrapassar esta barreira só era possível com a permissão da superiora.

O médico, o cirurgião, o sangrador, o capelão e o pároco da freguesia, bem como alguns oficiais para procederem a obras, podiam aceder ao interior do edifício, quando necessário, estando autorizados a entrar. Pela porteira passavam também as mensagens orais e escritas que entravam e saíam do recolhimento, as quais submetia à apreciação da regente. Controlar estas informações era fundamental para manter o isolamento das mulheres. Esta vigilância alargava-se, como vimos, às visitas, que se faziam apenas quando autorizadas e sob o olhar atento da superiora ou, em sua substituição, da porteira, que zelava para que não se prolongassem e não fizessem perigar o programa de conversão a que as mulheres estavam sujeitas.

Os recados do exterior podiam ainda chegar através da criada, que todos os dias passava a portaria para cumprir as tarefas que lhes estavam ordenadas.

Por ser encarregue da portaria, fronteira entre a clausura e o século, por onde se podia perder as virtudes e fazer degradar o capital simbólico da casa, a porteira ocupava um dos lugares centrais da administração. Por isso, era-lhe exigido que desempenhasse com zelo as tarefas que lhe estavam confiadas, sujeitando-se a ser chamada a atenção e até mesmo a ser castigada pela regente, quando atuasse com desleixo. Em caso de reincidência, a regente devia dar conhecimento ao arcebispo para diligenciar a medida a ser-lhe aplicada.

A sacristã desempenhava funções principalmente na capela e sacristia. Competia-lhe tê-las prontas e asseadas, assim como providas de hóstias e vinho para as missas. Tocava o sino quando o Santíssimo Sacramento passava no campo de Santa Ana ou viesse ao recolhimento para ser dado a alguma doente<sup>20</sup>; assessorava a regente, tendo prontos os livros para ler no coro e mantinha a água benta em condições de ser usada. Todas as noites levava a

20 O Santíssimo Sacramento era levado à casa dos doentes por uma confraria desta invocação com grande solenidade e aparato.

caldeira à cela da regente para esta se aspergir, a qual depois deitava a referida água sobre a sacristã, que, por sua vez, se deslocava às celas das recolhidas, onde estas, à porta, a esperavam, a fim de serem por ela aspergidas com o referido líquido<sup>21</sup>. Enquanto caminhava de cela em cela, a sacristã rezava pelas almas do Purgatório. Após a oração e a purificação do espírito, as mulheres expurgavam simbolicamente o seu corpo com a água benta que lhes era lançada, podendo, assim, dormir descansadas. Este ritual de purificação era também seguido no recolhimento de Santa Maria Madalena de Lisboa, embora nessa instituição a regente fosse pelo dormitório lançar água benta sobre todas as camas, pedindo a cada mulher que rezasse uma Ave Maria e um Pai Nosso pelas almas do Purgatório, após o que deviam manter-se em silêncio<sup>22</sup>.

As recolhidas eram permanentemente observadas pela zeladora. Esta mulher, prudente e discreta, era escolhida entre as de maior idade para detetar as faltas cometidas por cada uma, quer no cumprimento dos estatutos, quer em outros aspetos do dia-a-dia. Ocupava um lugar intermédio entre a regente e as recolhidas, podendo repreendê-las, devendo para o efeito atuar com brandura e caridade, numa manifestação de amor fraterno. Era, por conseguinte, uma mulher da confiança da administradora. Quando o problema não se resolvia, informava a regente da ocorrência, para atuar como melhor entendesse. Tinha ainda a difícil tarefa de tornar públicas as faltas e os defeitos de cada uma, quando a própria não o fizesse. Em situação de conflito, quando se acusavam mutuamente e não assumiam as suas faltas, era a zeladora que as denunciava, tornando público aquilo que até então era privado. Devia fazê-lo com caridade e brandura, no entanto, a sua função acusatória torná-la-ia temida entre as internadas. A atribuição desta tarefa demonstra a consciência de que o relator das normas possuía no referente a conflitos, inimizades e incumprimento existentes nestas instituições. A publicitação das faltas cometidas devia servir como meio inibidor para comportamentos semelhantes, assumindo uma função pedagógica.

A despenseira geria o celeiro da casa, possuindo a sua chave para dar semanalmente o cereal ao moleiro para o moer e trazer a farinha com que se cozia o pão. Exigia-se-lhe diligência nesta tarefa, para que este alimento nunca faltasse à mesa das mulheres do número. Era também ela que geria a despensa.

Dentro da instituição existiam mulheres em número que os estatutos não especificam, denominadas “companheiras”. Cumpriam a obrigação de acompanhar o pároco, o capelão, o médico, o sangrador e o cirurgião quando se deslocavam ao seu interior. Deviam manter-se sempre a seu lado, desde que estes entrassem até à saída, vigiando todos os seus passos e atos. Eram tam-

21 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro dos antigos estatutos*, Pasta nº 36, doc. avulso, não paginado.

22 BA, 49,-II-29, não paginado.

bém elas que acompanhavam o hortelão e os oficiais, levando-os aos locais de trabalho e encaminhando-os, quando necessário, até à porta. Uma delas era portadora de uma campainha que fazia soar enquanto estes estivessem em trânsito dentro da instituição para que as restantes se resguardassem dentro das respetivas celas. Durante o tempo de trabalho, estes homens eram periodicamente vigiados pelas “companheiras”, de forma a controlar todos os seus movimentos, impedindo-os e inibindo-os de trocar qualquer palavra, gesto ou olhar com as recolhidas. Porém, acreditamos que a teoria nem sempre tenha sido posta em prática.



Imagem 1. Sino interior

O toque do sino interior era tarefa da “despertadora”, para anunciar o começo do dia e, ao longo deste, as diversas idas ao coro. Era ela que à noite acendia as lâmpadas do dormitório, devendo provê-las de azeite. À semelhança de outras instituições de reclusão feminina, também em Santa Maria Madalena, as recolhidas eram vigiadas de dia e de noite<sup>23</sup>. Por proporcionar

23 Silva, Ricardo, *Casar com Deus: vivências religiosas e espirituais femininas na Braga Moderna*,

maiores momentos de fuga ou de comportamentos menos adequados a mulheres desta condição, a noite era vigiada com particular cuidado. Cabia ainda a esta oficial controlar as presenças no coro, chamar as faltosas e apurar as razões da sua ausência.

Apesar de as regras serem muito rígidas, é sabido que quer nos conventos<sup>24</sup>, quer nos recolhimentos<sup>25</sup>, o quotidiano nem sempre se pautava por uma vida recolhida, mas sim pelo desregramento.

A gestão da horta estava entregue à “campeira”. Era neste espaço que se semeavam e plantavam alguns vegetais que a instituição consumia, embora em algumas alturas do ano fosse necessário adquiri-los fora de portas. Por outro lado, quando a instituição cresceu muito, os legumes produzidos não eram suficientes para alimentarem a população internada. Para além dos legumes, a “campeira” devia cuidar para que existissem ervas de “prestimo para as mezinhas e borragens”. Só a “campeira” ou a regente podiam colher flores e apenas a “campeira” estava autorizada a retirar os legumes da horta para consumo. Nesse espaço de cultivo, trabalhava o hortelão, pago pela Mitra, porém, para além desta tarefa, podia desempenhar outros serviços, como cortar a lenha para a cozinha.

Quando se encontravam doentes, as recolhidas eram cuidadas por uma colega, a “enfermeira”. Tratando-se de uma obra de misericórdia, a nomeada neste lugar devia atuar com brandura e diligência, ou seja, ter um perfil de mulher caridosa, mas simultaneamente robusta fisicamente para poder acudir às que se encontravam com fraca mobilidade. Devia manter as celas limpas e ser diligente na participação ao médico e ao sacerdote, quando fosse necessário. Competia-lhe ao mesmo tempo dosear de forma adequada as visitas às doentes para que não as importunassem.

O volume de mulheres que assumia tarefas era elevado e justificado com o controlo exercido sobre os seus corpos e espíritos.

## 2.1. A primeira regente

Isabel do Sacramento foi inaugurar o recolhimento como regente e aí se manteve durante muitos anos à frente do seu destino. Foi nomeada a 21 de abril de 1722, pouco tempo antes da sua abertura. Na altura, foi mencionado que ocupava o lugar por concorrerem nela os requisitos necessários. O arcebispo

.....  
*vidências religiosas e espirituais femininas na Braga Moderna*, Braga, Universidade do Minho, 2012, tese de Doutoramento policopiada.

24 Consulte-se Pérez Álvarez, María José, *La familia, la Casa e el Convento. Las mujeres leonasas durante la Edad Moderna*, León, Universidad de León, 2112, pp. 23-25.

25 Lopes, Maria Antónia, “Repressão de comportamentos femininos numa comunidade de mulheres-uma luta perdida no recolhimento da Misericórdia de Coimbra (1702-1743)”, in *Revista Portuguesa de História*, 2005, pp. 189-229.

confiava nela para “de pecadoras erradas” passar as mulheres que tinha à sua confiança a “convertidas verdadeiras”. Era natural de Lamações, freguesia contígua à cidade e irmã mais velha da porteira, Joana de Jesus. Isabel do Sacramento era irmã gémea de Domingos, batizados a 21 de dezembro de 1679. Eram filhos, tal como Joana de Jesus, de Tomé de Araújo e de sua mulher Maria Ferreira, moradores no lugar de Sequeira da referida freguesia. Apadrinharam Isabel, Manuel de Araújo, da mesma freguesia, e Isabel, mulher solteira, da paróquia de Ferreiros, termo de Braga<sup>26</sup>. Isabel do Sacramento era filha de uma família numerosa. Para além de um irmão gémeo e de uma irmã mais nova (Joana), tinha mais quatro irmãos mais velhos: João, Ana, Pedro e Manuel.

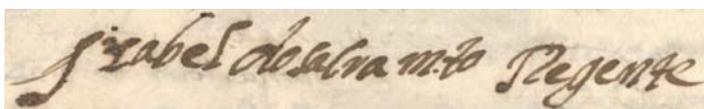


Imagem 2. Assinatura da primeira regente

Conhecemos mal a vida desta mulher antes de ingressar no recolhimento, todavia, sabemos ter sido escolhida por possuir experiência de vida em clausura e perfil adequado para o desempenho do cargo. Este foi o caminho seguido por muitas outras que se deslocaram do recolhimento em que se encontravam para irem abrir outros, ocupando o lugar mais importante.

Esperava-se que tanto ela como a porteira servissem de espelho, onde as restantes recolhidas se vissem e as convertidas tomassem como exemplo de vida para se reformarem.

Manteve-se no cargo até 1737 e de 1739 a 1740 quando foi expulsa do lugar que ocupava com a porteira, mas regressou em 1743 com sua irmã pela mão do arcebispo D. José de Bragança, depois de serem ilibadas das acusações que sobre elas pendiam.

Após a expulsão, Isabel do Sacramento e sua irmã dirigiram uma petição ao arcebispo, para retomarem os seus lugares, alegando em seu favor o facto de terem sido nomeadas pelo arcebispo fundador, e, por isso, só poderem ser despedidas por ordem arcebispal, o bom desempenho e o parecer favorável dos sacerdotes que confessavam na instituição. Todavia, neste processo estiveram envolvidas recolhidas interessadas em ascender aos lugares mais importantes da instituição. Com o afastamento de

26 ADB, Fundo Paroquial de Braga, Livro nº 577, fl. 14.

ambas subiram ao poder outras mulheres que maquinaram contra elas, porém perante os escândalos consentidos, a desordem interna existente, e provada a inocência das duas irmãs, o prelado readmitiu-as numa provisão passada em fevereiro de 1743. A destituição da regente e da porteira esteve diretamente ligada à reforma dos primeiros estatutos, ocorrida em 1739 e onde se devia prever a eleição destes lugares. Isto é, o Cabido tinha permitido uma alteração de fundo, esvaziando o poder dos arcebispos e cedendo a uma pretensão das recolhidas, ou pelo menos de uma parte delas.

Para além de terem sido retiradas dos seus postos, as duas irmãs foram privadas do sustento que vinha da Mitra, sentindo-se igualmente atingidas no seu crédito moral. O documento das peticionárias subiu ao tribunal da Relação, onde estas alcançaram sentença favorável e posteriormente uma provisão que as remeteu aos seus lugares e revogou o capítulo dos estatutos reformados no que se referia à eleição destes cargos<sup>27</sup>. Era o arcebispo a chamar novamente a si um importante poder, numa das suas muitas batalhas travadas com o Cabido. Foi desta forma, que as duas irmãs regressaram a Santa Maria Madalena e aos seus postos, mantendo-se a superiora até 1761 e a porteira até 1759, data da morte desta última.

Na devassa de 1759 a propósito de D. Maria Josefa de São Tiago e de sua irmã D. Luísa de Santa Teresa foi referido não serem das mais observantes dos estatutos da instituição e terem estado envolvidas na capitulação da regente e da porteira, formando-se na altura um governo de cinco mulheres, que as próprias integraram.

Após análise do requerimento efetuado pelas antigas regente e porteira, o prelado consultou pessoas fora do recolhimento para tomar a sua decisão e terá considerado a vida e os costumes das peticionárias e a maneira zelosa como geriam a instituição<sup>28</sup>, mas também os “escândalos” que se multiplicaram durante a gestão das cinco mulheres. Apesar de vencerem, as destituídas da governação não lhes perdoaram, porque “lhes vieram a ficar sempre opostas de que resultou escândalo”<sup>29</sup>. Ou seja, a divisão interna não estava resolvida e ocasionará novos problemas, como se verificará.

A provisão do arcebispo alertava ainda as recolhidas para reconhecerem Isabel do Sacramento e Joana de Jesus como regente e porteira respetivamente, chamando a si a capacidade de colocar nestes lugares quem melhor lhes parecesse. Em 1751 conjuntamente com a sua irmã Joana de Jesus, Isabel do Sacramento inscreveu-se na confraria de São Gonçalo como membro, pagando para o efeito 4.800 réis, cada uma.

Em 1759, Isabel do Sacramento contava 80 anos e era acusada de negligência, pedindo-se a sua cabeça. Não era todo o recolhimento que o fazia, mas

27 ADB, Fundo do Registo Geral, Livro nº 161, fls. 85v.-87.

28 ADB, Fundo do Registo Geral, Livro nº 161, fls. 85v.-87.

29 ADB, Coleção Cronológica, doc. nº 2810, fl. 47v.

um grupo de deladoras que desejavam tomar de assalto o poder instituído, tal como já anteriormente tinha acontecido. Nessa altura, ainda que com uma idade avançada, era descrita como diligente e ter sido uma boa gestora da instituição: aumentado o edifício e contribuído pessoalmente para o pagamento das despesas da casa.

As modalidades de governar a instituição foram sendo alteradas ao longo do tempo. No início cabia à superiora o lugar mais importante, não tendo mais ninguém que a assessorasse em termos administrativos. Porém, existiam já as oficiais, mas não era constituído o governo, como posteriormente é designado, ganhando força um núcleo pequeno de recolhidas que mandavam na instituição. Nessa data, conhece-se já uma estrutura diferente e “havia regente e as mais do governo”. Nesse ano, Isabel do Sacramento já assina a documentação com mais três companheiras, mas desconhecemos desde quando foi adotada a nova modalidade. Em 1736 para além de Isabel do Sacramento assinavam também Joana de Jesus, porteira, D. Rosa Maria dos Serafins, zeladora, que não sabia escrever e assinava com uma cruz, e Josefa do Espírito Santo, sacristã.

Em 1742 faziam parte “do governo”, como eram designadas nas fontes, as seguintes recolhidas:

Joana de São Francisco, regente  
D. Rosa Maria dos Serafins, anterior regente  
D. Maria Josefa de São Tiago  
D. Luísa Maria de Santa Teresa  
Isabel de São José

A estrutura administrativa da instituição foi reforçada com um governo alargado de mulheres, num período de crescimento. Eram designadas “as cinco do governo”, sabendo-se que este órgão surgiu “na forma da Reforma do Regimento novo”<sup>30</sup>, infelizmente desconhecido.

Esta forma de gestão manteve-se até ao momento em que se acrescentaram mais duas deputadas. Sem conhecermos o resultado da devassa de 1759, onde se aconselhava a criação de um órgão composto por deputadas, não podemos afirmar a partir de que data a regente passou a contar com essa assessoria, mas em 1821 eram duas as deputadas que auxiliavam a superiora na gestão da casa.

Isabel do Sacramento morreu em 1766 com 87 anos de idade, depois da sua irmã mais nova Joana de Jesus ter falecido, em 1759.

.....  
30 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1083, fl. 42.

A regente foi sepultada no dia seguinte à morte, com o hábito que envergava no dia-a-dia. Foi acompanhada à sua última morada, na capela da instituição, por nove padres e teve um ofício de corpo presente com 10 sacerdotes. No seu testamento deixou a sua alma por herdeira e a administradora por testamenteira<sup>31</sup>. O facto de ter sido enterrada na capela, lugar onde um número limitado de recolhidas ficou para sempre, demonstra bem a maneira como era vista na instituição. Fundadora e superiora durante mais de três décadas, Isabel do Sacramento foi distinguida na morte com uma sepultura num lugar de maior dignidade.

Após a sua morte, a ração que recebia da Mitra devia ser extinta, mas curiosamente passou a ser dada na forma de duas ceias a toda a comunidade, às segundas e terças-feiras. Este dinheiro chegava ao recolhimento mensalmente. Para que a instituição perdurasse no tempo, o arcebispo formalizou-a através de um decreto, que cuidadosamente a instituição guardava no “depósito”, ou seja numa arca onde se encontravam os livros de registo, para que no futuro se sanassem hipotéticas dúvidas<sup>32</sup>.

Mais do que aconchegar as recolhidas dois dias por semana ao jantar, esta instituição perpetua a memória da sua primeira regente, que com o seu carácter determinado, mas simultaneamente acolhedor, tinha deixado uma marca profunda na instituição.

31 ADB, Fundo Paroquial, *Livro de óbitos da freguesia de São Vitor 1751-1776*, fl. 118v.

32 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as congras que se receberem para sustento deste Recolhimento de Santa Maria Magdalena e de S. Gonçalo*, nº 3, não paginado.

## 2.2. Os curadores de almas

Quadro 2  
*Os capelães (1723-1822)*

Ano	Nome
1723	Paulo Veloso, ecónomo na Sé
1733-1736	Paulo Veloso
1736	Francisco Rodrigues Pereira
1742-1743	Diogo Pereira
1754	Domingos Antunes
1759	António Manuel
1660-1762	Jerónimo Fernandes Mendes
1761-1764	Manuel Machado da Silva
1764-1769	Caetano José Ribeiro Torres a)
1769-1770	José Pereira do Rego
1770-1771	João Gomes Rodrigues
1771-1777	Custódio Lopes
1777-1778	Domingos António Rodrigues/ António José da Costa
1778-1786	Domingos António Rodrigues
1786-1788	Francisco António Esteves
1789-1792	António Gomes Rodrigues de Carvalho
1792-1795	António José Vaz de Mesquita
1794	Manuel Fernandes de Medeiros
1795	António Joaquim da Costa/João Rodrigues da Costa
1800-1802	João Rodrigues da Costa
1802-1803	António José, de Cerzedelo
1803-1804	José de Macedo Jácome
1804-1808	Manuel Lopes Gonçalves
1808-1815	Domingos José Gomes Pereira/ Joaquim José da Costa Lobo
1808-1822	António José Machado

Fonte: ADB, Fundo da Provedoria, Livro nº 79, fl. 213v; Livro nº 82, fl. 352v., Livro 83, fls. 139-139v.; Livro nº 227, fls. 308, 313v.; Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Este livro e de pagamentos de ordenados 1760-1844*, Pasta 1093, não paginado; Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1.

a) Quando lhe foi feito contrato, já estava a substituir o capelão do recolhimento.

A figura do capelão assumia centralidade em todo o programa reformador a que as mulheres se sujeitavam. Celebrava nos dias determinados nos estatutos e nos dias santos, confessava as recolhidas e administrava-lhes o viático, assistia as doentes e as moribundas, bem como devia cumprir outras tarefas, embora estas não estivessem especificadas. Ou seja, devia ter tempo para se

dedicar ao recolhimento. Os ocupantes deste lugar seriam homens maduros, disponíveis e de boa vida e costumes. Previamente à sua admissão, eram pedidas informações sobre os interessados.

Inicialmente, o contrato dos capelães não estava limitado no tempo, tal como o dos profissionais de saúde, registava-se que estes assim se manteriam até “ordem em contrário”. Porém, a rotatividade imposta a partir da segunda metade do século XVIII desfaz contratos prolongados entre as partes, cedendo a algumas queixas que as recolhidas faziam destes sacerdotes.

Em 1733 foi admitido Paulo Veloso, ecónomo da Sé, tendo na altura sido colhidas informações junto do Vigário Geral. Passados três anos, Paulo Veloso era acusado de não assistir como devia as recolhidas, muito particularmente as doentes que se encontravam em perigo de vida, tendo uma sido levada “nos braços a comungar de que resultou dobrarce lhe a doença”. Perante o sucedido, a regente, em nome da comunidade, solicitou ao Cabido a sua substituição pelo padre Francisco Rodrigues Pereira, morador no campo de Santa Ana. Contra o capelão recaía ainda a acusação de celebrar apressadamente e falta de disponibilidade para as recolhidas, por ser também coreiro da Sé, onde tinha obrigações com horário marcado. Paulo Veloso ainda se defendeu, dizendo ir à instituição mais de três vezes por semana, confessar e dar a comunhão às interessadas e estar a ser alvo de uma conjura de um membro da confraria de São Gonçalo e do Menino Deus que desejava colocar no seu lugar o citado Francisco Rodrigues Pereira. Apesar das razões aduzidas, o capelão foi substituído pelo referido sacerdote, pelo período de um ano<sup>33</sup>.

Ter tempo livre para ouvir, ou seja, ser disponível, capaz de ser recetivo, tornar-se num confidente de confiança e acolher as penitentes com amabilidade seriam aspetos importantes para quem precisava de ser escutada e predicados exigidos ao sacerdote<sup>34</sup>.

A administração dos sacramentos e a disponibilidade para estar presente no recolhimento era fundamental e ditou a mudança de sacerdote. Afinal o padre Francisco Rodrigues Pereira era vizinho da instituição e dava mais garantias de pronta assistência.

Em 1754 andavam as convertidas em “grande consternação espiritual” por não terem padres que as confessassem, em virtude de ter acabado o contrato com alguns religiosos que as assistiam, facto que levou à nomeação de Domingos Antunes, por já ter sido seu capelão. A urgência prendia-se com a assistência às enfermas, uma vez que precisavam de quem lhes ministrasse os sacramentos<sup>35</sup>. Sempre que estes se mostravam menos diligentes ou se

33 ADB, Fundo do Registo Geral, Livro nº 156, fl. 225; Livro nº 159, fl. 159v.; Livro nº 90, fls. 403v.-406v.

34 Leia-se Bechtel, Guy, *A carne, o diabo e o confessor*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999, pp. 250-251.

35 ADB, Fundo do Registo Geral, Livro nº 108, fls. 209v.-210.

mantinham em sintonia com o poder instituído, algumas recolhidas protestavam para que fossem removidos do posto. A pessoa que ocupava este lugar significava um elo de ligação das recolhidas com o exterior e era com ele que se podiam abrir, falando da sua vida pessoal e espiritual. Não é, portanto, de estranhar que entre elas e alguns sacerdotes se tenham estabelecido laços mais estreitos e, por vezes, alguma cumplicidade e amizade.

### 3. AO SERVIÇO DO PODER: AS CRIADAS

Embora não façam parte da estrutura do poder, as criadas, pelas funções que cumpriam, desempenhavam um papel importante na instituição. Eram assessoras do poder, mas também das recolhidas. Prestavam serviços a todas, ainda que sob a direção da regente. Possuir quem servisse e desempenhasse um conjunto de tarefas nas casas foi comum na Idade Moderna, quer no campo, quer na cidade. Esclareça-se, todavia, que não existiam criadas privadas nesta instituição.

As recolhidas eram inicialmente assessoradas por uma criada, paga pela Mitra para fazer recados no exterior e todas as tarefas que lhe mandassem. Devia ser pessoa madura e virtuosa, de maneira a manter o recato necessário nas tarefas que lhe eram atribuídas. Podia viver dentro do recolhimento, mas era obrigada a trajar como as recolhidas<sup>36</sup>. Por estabelecer contacto com o século, na sua escolha deviam recair cuidados particulares para que não defraudasse a confiança em si depositada. Mais tarde, foi contratada mais uma para trabalhar dentro da instituição e assessorar a cozinha, distinguindo-se entre “mossa de fora” e “mossa de dentro”<sup>37</sup>, conferindo-lhes um estatuto diferente. Posteriormente, eram três as criadas, pois uma dedicava-se somente à cozinha.

Estas criadas que serviam nas casas particulares eram, normalmente mulheres com poucos recursos económicos e muitas viviam sozinhas, por serem viúvas ou solteiras<sup>38</sup>.

A criada de fora constituía um elo de ligação entre a clausura e o século e nela recaía a responsabilidade de não passar informações para o exterior

36 Esta era uma regra seguida noutros recolhimentos. Leia-se Reis, Maria de Fátima, “Caridade e clausura: honra feminina em Lisboa na Modernidade”, in Abreu, Laurinda (ed.), *Asistencia y caridad como estratégias de intervención social: Iglesia, Estado y Comunidad (s. XV-XX)*, Bilbao, Universidad del País Vasco, 2007, p. 317.

37 Esta rapariga vivia na comunidade. O recolhimento comprava palha para a sua cama e tinha quatro lençóis que lhes eram destinados.

38 A propósito do perfil destas mulheres veja-se o recente trabalho de Lozano Ruiz, Carlos, “Mozas de servicio ante la Real chancillería de Valladolid en las postrimerías del Antigua Régimen, una primera aproximación”, in Iglesias Rodríguez, Juan José; Pérez García, Rafael; Fernández Chaves, Manuel F., *Comercio y Cultura en la Edad Moderna*, CD-Rom, Sevilla, Editorial da Universidad de Sevilla XIII, 2015, pp. 1757-1758.

nem de levar mensagens do interior. Era em muitos momentos a imagem da instituição na cidade, pelo que devia ter uma postura consentânea com os valores da casa em que trabalhava<sup>39</sup>, a qual passava também pela sua imagem exterior. A criada usava um hábito igual à das recolhidas. Esses padrões de confiança eram perscrutados pela entidade empregadora, procurando afiançar-se das suas qualidades morais no momento de a contratar<sup>40</sup>.

Estas mulheres surgem-nos quase somente no livro dos pagamentos dos salários, embora saibamos da sua importância em termos institucionais. Conhecemos algumas delas também através do livro de entradas. O seu salário estava fixado, mas a forma de lhes chegar às mãos foi variando ao longo dos tempos. Algumas regentes respeitavam o calendário de pagamentos a todos os assalariados e pagavam todos os trimestres uma parcela, outras faziam-no apenas uma vez no ano ou quando estas deixavam a instituição. Na década de 30 do século XIX, as criadas, pelo menos uma vez foram pagas mensalmente, mesmo quando os restantes assalariados continuavam a receber trimestralmente.

As informações sobre estas mulheres escasseiam, mas sabemos que algumas eram jovens e ali passavam parte da sua vida, permanecendo ao longo de alguns anos ou mesmo até à morte. Contudo, outras tiveram uma experiência fugaz.

Estas criadas tinham um estilo de vida muito recatado e também elas não deviam ser ociosas. Por isso, para trabalharem à noite, comprava-se fio de estopa ou de linho para fiarem. Desconhecemos se o serviço feito revertia para a casa ou para proveito próprio, contudo era a instituição que adquiria e pagava o material necessário.

39 Consulte-se Rey Castelao, Ofelia; Iglesias Estepa, Raquel, "The domestic service of the clergy in Spain, 1750-1836", in Fauve-Chamoux, Antoinette (ed.), *Domestic service and the formation of European Identity, Understanding the globalization of domestic work, 16<sup>th</sup>-21<sup>st</sup> centuries*, New York-Oxford, Peter Lang, 2004, pp. 127-140.

40 Hufton, Olwen, "Mulheres, trabalho e família", in Farge, Arlette; Davis, Natalie Zemon (dir.), *História das Mulheres. Do Renascimento à Idade Moderna*, Porto, Afrontamento, 1994, p. 33.

## Quadro 3

*As criadas (1723-1830)*

<b>Ano</b>	<b>Nome</b>	<b>Função</b>
1723	Ana Lopes	Moça de fora
1737	Ângela	Moça de fora
1762	Rosa Maria de Oliveira	-
1762	Maria de Oliveira	-
1766	Isabel Maria	-
1767	Anastácia	Moça de dentro
1770	Josefa	Moça da cozinha
1771-1772	Helena	Moça da cozinha
1783	Ana Rosa	Moça da cozinha
1786	Maria de Oliveira	-
1791	Bernarda	Moça da cozinha
1793	Joana	Moça da cozinha
1793	Helena Maria	-
1793	Rosa	Moça de fora
1793	Bernarda	Moça de dentro
1802	Joana	Moça da cozinha
1803	Maria Teresa	Moça da cozinha
1813	Antónia Luísa/ Rosa Macedo	Moças da cozinha
1814	Joana	Moça da cozinha
1815	Jerónima/Mariana/ Maria (a)	Moças da cozinha
1816	Luísa Maria/Maria	Moças da cozinha
1817	Maria Rosa	Moça da cozinha
1829	Rosa	Moça da cozinha
1830	Anastácia	Moça da cozinha
1830	Maria de Oliveira/ Maria Rosa	Maria Rosa, Moça da cozinha
1830	Josefa	-
1831	Antónia Luísa	Moça da cozinha

Fonte, ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro da despeza 1722-1826*, Pasta 1083; Pasta nº 1093, não paginado; Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1.

(a) Cada uma permaneceu apenas alguns meses no lugar.

#### 4. UM PROGRAMA DE CONVERSÃO: DOMINAR O CORPO E ALMA

Quando entravam no recolhimento, as mulheres eram confessadas e comunhavam, após o que recebiam o hábito pela mão da regente. Era ainda ocasião para serem advertidas pela superiora para prosseguirem no caminho da salvação, recordando-lhes também a confissão geral que ocorria todos os meses.

Tratando-se de uma instituição de clausura para mulheres arrependidas, estas deviam antes de tudo guardar as normas. Eram elas que ritmavam o seu dia-a-dia. O seu incumprimento sujeitava as infratoras a castigos, sendo o mais grave cumprido no tronco, como já mencionamos e, após este, a expulsão.

Mais do que em qualquer outro recolhimento, as mulheres que nele se encontravam deviam esquecer o mundo, isto é, cortar com a vida anterior e passar a viver uma nova vida. Quem ainda hoje entrar nas instalações do recolhimento, apercebe-se de imediato que está isolado, sem nenhum contacto com o exterior, constituindo um microcosmos marcado pelo silêncio e fechado sobre si mesmo. Aliás, para as do número só fazia sentido, enveredar por uma vida de recolhimento se estivessem arrependidas e se se quisessem converter. Tinham, por isso, de aceitar as regras e viver com decência e humildade. Se o arrependimento devia ser o adorno da alma, a roupa do corpo estava obrigada a exteriorizar penitência, arrependimento e conversão. A forma de trajar devia tornar visível o “alinho da consciência”, ou seja, evidenciar a honestidade e as virtudes da mulher. Era o sinal visível de corte com o modo de vida anterior. O aprumo moral passava também pela forma como a mulher se apresentava e andava vestida.

Trajar roupas coloridas e colocar adereços não era próprio de mulheres arrependidas, pois deviam mostrar sobriedade e vestir de maneira simples. Por isso, todas as internadas vestiam um hábito de sória, pano grosso de lã, “todo direito”, à semelhança das religiosas franciscanas. Porém, ainda no século XVIII os hábitos passaram a ser de sória, estamemha e baeta.

Com mangas estreitas, o hábito era cingido com um cordão e cobria a mulher do pescoço até aos pés. Era um modelo obrigatório para todas, criando uma marca da casa e retirando identidade a quem o usava. As mulheres deixavam de ser vistas com a roupa pessoal, esbatendo diferenças entre elas, para usarem um traje igual a todas as companheiras. Também a cabeça era coberta por uma touca lisa, ajustada ao rosto, por cima da qual era colocada uma toalha, que não devia ultrapassar os ombros. As toucas eram usadas por muitas mulheres, por conferir recato e discrição. O corpo era ainda revestido por um manto do mesmo tecido, apertado com um colchete, mas não devia alongar-se para além dos joelhos, mais do que quatro dedos.

O uso dos mantos não era quotidiano. Esta peça estava reservada para atos solenes, como era a confissão e a comunhão, para além de outros.



Imagem 3.  
Sacrário

Apesar de estarem obrigadas a estas exigências, as recolhidas podiam usar debaixo do hábito roupas próprias, desde que fossem consideradas “decentes e penitentes”. A condição de mulheres penitentes ou convertidas não era compatível com roupas mundanas, com acessórios e outros adornos que recordassem a vida do século. A padronização do vestuário apelava à modéstia e chamava a atenção para a profunda mudança de vida exigida a estas mulheres. Porém, sempre que saíssem das celas, tinham de se apresentar compostas com os seus hábitos e toucas<sup>41</sup>.

O aspeto exterior não era uma questão menor. Pela análise das despesas da primeira metade do século XVIII entende-se que o hábito era oferecido pelo recolhimento a algumas mulheres do número, para que pudessem andar sempre compostas. Podiam, como referimos, usar roupas pessoais por baixo dele, mas acreditamos que não envergassem peças com cores garridas, nem com grandes enfeites. Mesmo as mais robustecidas financeiramente estavam obrigadas à descrição e sobriedade, condições próprias de mulheres honestas<sup>42</sup>. Uniformizar a forma de trajar era um sinal visual da renúncia às vaidades mundanas, mas também uma forma de igualdade entre toda a comunidade.

O mesmo modelo era transposto para as celas, onde apenas era possível guardar o previsto nos estatutos<sup>43</sup>.

Embora os regulamentos estipulassem igualdade, ela devia existir apenas em termos teóricos. A condição social e a forma de vida de cada uma antes de entrar no recolhimento não se apagavam de imediato e os muros da instituição eram permeáveis a estes aspetos. As diferenças materializavam-se no dia-a-dia não apenas na forma de tratamento, mas também noutros aspetos. Estamos cientes de que debaixo do mesmo teto e das mesmas regras existia muita pluralidade.

Também o calçado era normalizado. Os sapatos tinham de ser rasos, sem tacões. A atenção dada ao vestuário justificava-se por ser uma forma de cortar com a vida anterior, mas também por através dele se poder pecar. A sobriedade e a singeleza do vestuário envergado por estas mulheres significavam a mudança e a atitude perante a nova vida.

Parte integrante da compostura e decência, o vestuário era tido em grande cuidado. Rigorosamente definido, criava uniformidade, numa instituição que privilegiava a vida em comunidade e a formatação de comportamentos.

41 ADB Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro dos antigos estatutos*, Pasta nº 36, doc. avulso, não paginado.

42 Matos, Artur Teodoro, “Vivências, comportamentos e percursos das recolhidas de Santa Bárbara de Ponta Delgada nos séculos XVII a XX: contributos para uma monografia”, in *Colóquio Comemorativo dos 450 anos da cidade de Ponta Delgada- Actas*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1999, p. 146.

43 Leia-se a propósito Fernandes, Adília, *O recolhimento de Santo António do Sacramento de Torre de Moncorvo (1661-1814). Clausura e destinos femininos...*, pp. 122-123.

Residir num recolhimento significava viver em comunidade e sem relacionamento com o exterior, senão em casos muito restritos, e desde que autorizados pela regente. A vida em clausura implicava o corte com o mundo exterior, limitando-se os contactos quase exclusivamente às pessoas que estavam dentro de portas. Se as mulheres que ingressavam neste tipo de casas estavam dispostas a mudar de vida, tinham de cortar com o século e regenerar-se inteiramente através do cumprimento estrito das normas e de um grande auto domínio para as aceitar e cumprir, muito à semelhança dos conventos.

As internadas em Santa Maria Madalena de Braga apenas podiam contactar com parentes próximos, mantendo-se isoladas por muros, grades, portas e janelas com gelosias. Todavia, esta possibilidade só se efetuava após autorização da regente, que neste particular devia agir com rigor. Falar na porta, na roda, nos ralos, ou na gelosia do coro baixo carecia de prévia autorização e era um momento acompanhado pela superiora ou pela porteira, não permitindo esta que as recolhidas comunicassem com pessoas consideradas suspeitas, nem com criados seus. A regra esclarecia sobre a forma de atuação da superiora neste particular e proibia contactos para além dos autorizados.

Deixar ingressar estranhos ou facilitar a conversa das recolhidas com pessoas que não fossem credíveis na instituição, podia fazer cair o seu crédito público e manchar o nome das que se encontravam num processo de reabilitação moral e comportamental.

Na eventualidade das recolhidas precisarem de contactar com outras pessoas por motivo de trabalho, só o podiam fazer mediante autorização prévia da regente e na sua presença ou na da porteira. Estavam também proibidas de aceitar cartas ou recados sem que primeiro fossem as cartas lidas e sancionadas pela regente e os recados lhe fossem igualmente transmitidos. Se após estes procedimentos e, no caso de a superiora o permitir, umas e outros podiam ser dados a conhecer às interessadas.

Apesar de o recolhimento ter várias janelas, elas eram altas, ficavam as portadas interiores de madeira fechadas à chave durante a noite, e estavam impedidas com grades e gelosias, evitando tentativas de entradas e de saídas<sup>44</sup>. Mesmo assim, as recolhidas estavam proibidas de as usarem para conversar com o exterior, lugar público e de passagem de várias pessoas. O campo de Santa Ana era um dos sítios movimentados da cidade. Através das janelas, as mulheres mantinham-se informadas sobre o que acontecia na referida praça, podiam ver algo, mas não serem vistas, embora não estivessem autorizadas a permanecer muito tempo às janelas e estas só existirem no andar superior. Porém, falar com pessoas era impróprio de mulheres honradas e sobretudo para quem se queria regenerar. Depois de entrarem no recolhimento, as internadas não podiam sair dele, senão em casos excepcionais ou quando o aban-

.....  
44 O primeiro andar não possuía janelas voltadas para o campo de Santa Ana.

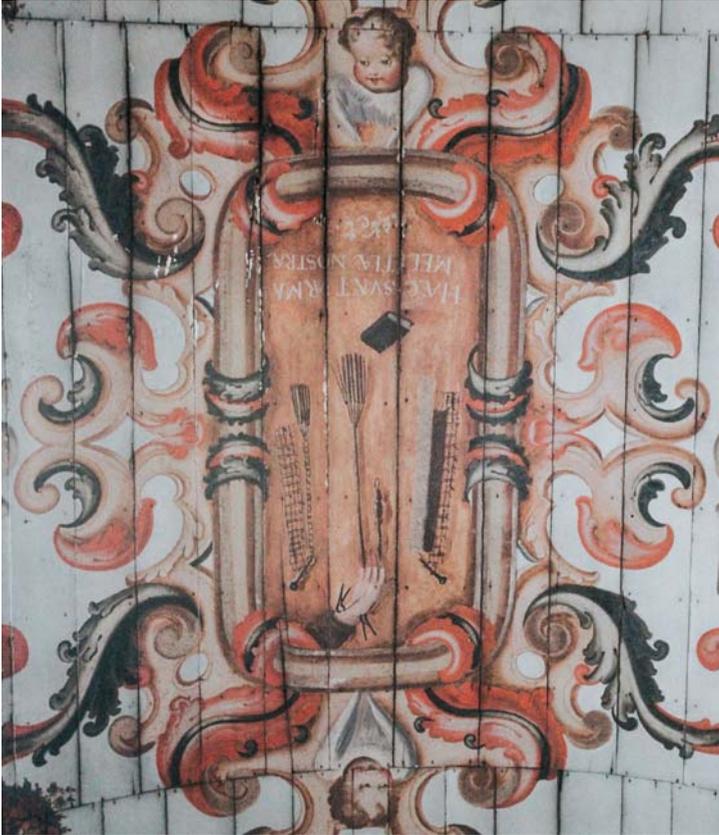


Imagem 4. Pormenor do teto da capela

donassem definitivamente, pois “he justo se não veja, nem ouça mais quem foi visto”. Só após a conversão, estas mulheres podiam restabelecer relações sociais com o exterior, mantendo-se até então afastadas e em clausura. A mensagem dos regulamentos é muito esclarecedora da penitência a que se sujeitavam depois de terem cometido o pecado da carne.

No coro baixo também só podiam estabelecer contacto com o capelão e com outros padres, mas para isso necessitavam de prévia autorização da regente. O controlo era apertado e justificado pela vida de clausura, pelo resguardo que lhe estava inerente e pelas características deste tipo de instituição. Os contactos eram, por conseguinte, muito limitados e cuidadosamente vigiados. Qualquer movimento que pusesse em causa o estatuto da instituição e a imagem das mulheres que se encontravam em processo de arrependimento,

que as levaria à regeneração moral e comportamental, era punido. Porém, mais importante do que castigar, era atuar de maneira que não houvesse necessidade de recorrer à punição. Acreditava-se que o cumprimento estrito das regras impedia a ocorrência de comportamentos reprováveis.

O dia começava cedo em Santa Maria Madalena, com acontecia, aliás, em casas congêneres<sup>45</sup>. As recolhidas eram acordadas na aurora do dia, através de um sino existente dentro da casa, devendo estar prontas para rezar no coro às cinco horas da manhã entre abril e setembro e às seis nos restantes dias do ano. Quando tocasse o sino do relógio dos oratorianos do convento dos Congregados, também ele localizado no campo de Santa Ana, juntavam-se todas “no coro de cima” para começarem as orações matinais.

No recolhimento de Santa Maria Madalena, de Lisboa, todas as manhãs as recolhidas iam ao coro com a regente entoar a ladainha, depois da qual permaneciam uma hora em meditação, pedindo perdão pelas culpas cometidas. Segundo os seus estatutos, a oração “abre a porta do ceo”. À noite voltavam ao coro para, durante algum tempo, ouvirem a regente ler um livro devoto, após o que meditavam mais uma hora<sup>46</sup>.

O quotidiano das recolhidas era marcado por orações, desde que se levantavam até se deitarem. Após saírem da cama, faziam o sinal da cruz e rezavam “atos de fé, Esperança, e caridade e os de virtude”, a Salve Rainha a Nossa Senhora, um Pai Nosso e uma Ave-Maria ao santo/a do seu nome, ao Anjo da Guarda e aos santos da devoção de cada uma. No coro, faziam um breve momento de oração para agradecerem as graças recebidas e pedir proteção divina para aquele dia. Considerava-se que sem esse auxílio, as internadas podiam pecar, precisando, todos os dias de o renovar. Todas juntas entoavam a ladainha a Nossa Senhora, a Salve Rainha, um Pai Nosso e uma Ave-Maria a Santa Maria Madalena, padroeira da instituição. Após este momento, iniciavam meia hora de oração mental<sup>47</sup>. A oração mental e a vocal faziam parte do quotidiano dos fiéis mais dedicados e a primeira acontecia com frequência em espaços de maior intimidade como eram as celas. Todavia, também no silêncio do coro, e de forma mais individualizada, as recolhidas oravam desta forma. Ela era, segundo os estatutos, “hua coiza muito boa”, por ser considerada uma “Elevassão do Espirito a Deos”<sup>48</sup>. A oração mental preparava espiritualmente as recolhidas para assistirem à missa na capela da instituição e constituía um

45 Araújo, Maria Marta Lobo de, “Filhas de famílias pobres: honra, pobreza e caridade nas Misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVIII)”, in Leandro, Maria Engrácia (coord.), *Laços Familiares e Sociais*, Viseu, Psicosoma, 2011, p. 253.

46 BA, 49-II-29, não paginado.

47 Leia-se Marques, João Francisco, “Oração e Devoção”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2..., pp. 603-606.

48 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro dos antigos estatutos*, Pasta nº 36, doc. avulso, não paginado.



Imagem 5. Genuflexório

caminho para atingirem a perfeição<sup>49</sup>. Forma de contacto direto com Deus, a oração mental era metaforicamente entendida pelo relator dos estatutos como uma “estrada Real do Ceo”, por possibilitar a meditação, a contemplação e o arrependimento, à semelhança da vida de Santa Maria Madalena. A invocação da padroeira remete as recolhidas para o seu exemplo e o seu caminho de santidade. Significado de arrependimento e de santidade, Maria Madalena é repetidamente recordada, fazendo lembrar que, apesar dos pecados cometidos, o arrependimento levava ao perdão, o qual estava ao alcance de todas e podia abrir o caminho da santidade.

O internato e a oração deviam servir às recolhidas para largar os vícios, os maus costumes e com perseverança seguir os caminhos da religião católica.

Iniciavam o dia em oração, como o terminavam, existindo momentos de oração em comunidade e em privado.

O arrependimento, a oração e a penitência deviam contribuir para purificar a alma, de modo que pudessem enfrentar a morte, quando ela surgisse. Todos

.....  
49 Para este assunto consulte-se Tavares, Pedro Vilas Boas, *Beatas, inquisidores e teólogos. Reacção portuguesa a Miguel de Molinos*, t. 1, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, pp. 176-189, dis. de Doutoramento policopiada.

os dias, as mulheres deviam comportar-se como se fosse o último dia da sua vida e estar preparadas para a sua eventualidade. A morte representava para o homem moderno muito medo: temor de ser remetido para o Inferno de onde a sua alma nunca sairia e medo pelo tempo que esta poderia passar no Purgatório. Por isso, para salvar a alma dos castigos do Inferno, os homens tinham de viver de acordo com os preceitos da Igreja e aguardar que, aquando da sua morte, os vivos intercedessem por ela, para a resgatar do fogo do Purgatório. Como a sua hora era incerta, era fundamental que estivessem prontas para qualquer ocorrência.

Os intercessores, a celebração de missas e de outros sufrágios concorriam para mais facilmente ajudar a alma a deixar o Purgatório. O investimento feito pelos vivos neste lugar intermédio era justificado com a crença na força salvífica dos sufrágios<sup>50</sup>.

Na missa, as mulheres oravam e cantavam, deslocando-se posteriormente para a casa de labor para se dedicarem a cozer, bordar, dobar ou a outra qualquer atividade manual. Trabalhavam para si, exceto nos momentos em que tinham de colaborar umas com as outras para fazerem uma obra comum, encomendada ao recolhimento ou para a instituição. Os regulamentos não esclarecem, mas ao admitirem que as recolhidas pudessem falar com pessoas por motivo de trabalho, sugerem que as mesmas recebiam encomendas do exterior. Enquanto trabalhavam podiam conversar entre si, desde que fossem conversas consideradas honestas, não podendo falar das vidas alheias, nem cantar. De abril até ao fim de setembro trabalhavam até às 10 horas da manhã e no restante período do ano até às 11 horas. O trabalho era uma componente relevante do dia, por servir para combater a ociosidade e prepará-las para serem donas de casa ou assumir uma profissão. Este era fundamental para as que tinham de pagar a sua estada, quando os familiares não contribuíam para o efeito. Para que o ócio não servisse de entreposto para a perdição, as mulheres deviam manter-se ocupadas, afastando maus pensamentos e adquirindo capacidades para mais tarde se poderem sustentar<sup>51</sup>.

Ao fim da refeição, e depois das orações à mesa, podiam recrear-se um pouco pela horta, na varanda e no pátio ou claustro, sendo-lhes permitido falar umas com as outras, devendo as conversas manter as características já enunciadas.

Para mais facilmente alcançarem a mudança, as internadas deviam confessar-se com regularidade, assumindo os seus pecados e demonstrando arrependimento por os terem cometido. Eram ainda encorajadas a fazer propósito

50 Sobre esta matéria consulte-se Araújo, Ana Cristina, *A morte em Lisboa: atitudes e representações 1700-1830*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997, pp. 387-426 e ainda o recente trabalho de Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, *A morte e a salvação da alma na Braga Setecentista*, Braga, Universidade do Minho, 2014, pp. 262-476, tese de Doutoramento policopiada.

51 Liberato, Marco, "Trento, a Mulher e o Controlo Social: o Recolhimento de S. Manços", in Abreu, Laurinda (ed.), *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)...*, p. 287.

firme de não voltar a pecar e a assumir os seus defeitos e tentações para o confessor enquanto “Medico da alma lhes aplicar as medicinas condocentes para vençelas”.

As internadas eram obrigadas a confessar-se mensalmente quando a regente ordenasse, bem como nas quatro festas principais do ano e no dia da padroeira. Todavia, eram incentivadas a abeirarem-se do confessor mais vezes, com o objetivo de alcançarem indulgências e de acalentarem a alma, aliviando-a das faltas cometidas. Deviam fazê-lo com devoção e convencidas da importância e significado que este sacramento oferecia aos seus praticantes.

A confissão e o exame de consciência possibilitavam momentos de reflexão, de assunção de culpas e compromissos pessoais de não voltar a incorrer no erro<sup>52</sup>. Ato protegido pela obrigação do segredo a que o sacerdote está vinculado, a confissão permite a absolvição do pecado.

O confessor era o sacerdote que celebrava na capela da instituição e sacramentava as recolhidas (confissão, comunhão e santa-unção). Competia-lhe também, em caso de impedimento das mesmas, fazer leituras de livros espirituais no tempo que estava destinado para esta atividade. Devia acorrer à instituição sempre que fosse chamado.

Para que a consciência fosse considerada limpa, as mulheres eram incentivadas a não esconder nenhuma falta ao confessor, porque ocultar significava permanecer em pecado. Enquanto diretor espiritual, o religioso devia manter-se informado sobre os progressos espirituais alcançados por elas, falando-lhes das suas vivências interiores no que dizia respeito à oração. Tudo devia ser transmitido para que o “Demônio Inimigo capital e declarado contra as pessoas Recolhidas” não as colocasse novamente no caminho do pecado, pondo-as em perigo de se salvarem. Este era o maior objetivo do recolhimento: fazer com que as mulheres do número não voltassem a pecar e colocassem a sua alma no caminho da salvação. Para todas as restantes, o objetivo era o de conservá-las nas suas virtudes, através de uma vida de clausura e devoção.

As regras a que as mulheres se sujeitavam constituíam um poderoso instrumento de controlo e de poder, que as podia levar a alcançar a salvação<sup>53</sup>.

Este modelo de vida incluía um forte disciplinamento de comportamentos, passava por leituras espirituais e pela exortação a seguirem vidas de santos, considerados verdadeiros exemplos de santidade<sup>54</sup>.

O programa de reconversão não era igual em todos os recolhimentos para convertidas, mas vários, como acontecia com o de Igarassu, do Brasil,

52 Fernandes, Maria de Lurdes Correia, “Ignorância e confissão nas primeiras décadas do século XVII em Portugal”, in *Estudos de homenagem a João Francisco Marques*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, pp. 427-428.

53 No que se refere aos conventos veja-se Rouillet, Antoine, “Poder y cuerpo en los conventos de Carmelitas Descalzas”, in *Historia Social*, nº 78, 2014, pp. 3-16.

54 Mendes, Paula Almeida, “Em busca da perfeição cristã: práticas espirituais e devotas dos leigos em Portugal (séculos XVI-XVII)”, in *Revista Portuguesa de História*, t. XLVII, 2016, p. 77.

integrava muitas das práticas seguidas em Braga: oração diária, assistência à missa e exercícios espirituais. Possuía também uma cela para cárcere, como acontecia em Santa Maria Madalena<sup>55</sup>.

A preparação moral e espiritual que as mulheres efetuavam no dia-a-dia visava a santidade de cada uma, razão que as levava a não molestar o confessor com factos considerados impertinentes, falando de vidas e pecados alheios e nomeando pessoas infratoras. A Igreja Católica censurava o vocabulário e impunha decência nas expressões, interditava palavras e corrigia posturas. Era necessário castigar a língua e obrigá-la a um recatado comedimento, desviando-a de assuntos que podiam prejudicar quem falasse sobre eles. Através das palavras incorria-se também em pecado, quando se conversava desonestamente ou se demonstrava prazer em ouvir quem as proferia. Evitar pensamentos considerados desviantes da moral e dos bons costumes era também um desafio colocado a todas as mulheres e muito particularmente às recolhidas<sup>56</sup>. Pelo contrário, a confissão seria um momento centrado na vida de cada uma, na assunção das suas faltas e na aceitação da penitência enquanto alavanca para a regeneração espiritual e comportamental. As recolhidas deviam abeirar-se dos sacramentos, tomando-os regularmente, como era o caso da confissão e comunhão, numa luta constante contra a perdição.

A confissão assumia grande relevância, por constituir o momento em que as pecadoras confessavam as suas culpas e comprometiam a redimir-se. “Era através dos confessores e pregadores que se difundia o discurso moralizante e simultaneamente corretivo que haveria de tocar o coração destas mulheres”<sup>57</sup>.

Para mortificar o corpo, as recolhidas praticavam jejum em certos dias do ano, por ser considerado a “morte dos vícios, da vida das virtudes, ornamento da vida, alento do entendimento, vigor da alma, muro da castidade e da santidade para não eRarem o caminho da santidade”<sup>58</sup>. Em Santa Maria Madalena cumpria-se jejum nos dias “de preceito da Igreja” e, na sua ausência, em todas as sextas-feiras do ano em honra de Cristo e em todos os sábados em honra de Nossa Senhora. Apenas estavam isentas as que tivessem impedimento considerado justificado.

Ao jejum associavam-se as disciplinas, muito à semelhança do que se passava na vida conventual. Todas as sextas feiras do ano e nas quartas-feiras do

---

55 Uma análise sobre o quotidiano do recolhimento brasileiro encontra-se em Almeida, Suely Creusa Cordeiro de, *O sexo devoto. Normatização e resistência feminina no Império Português XVI-XVIII*, Recife, Imprensa Universitária da UFRPE, 2005, p. 225.

56 Sobre a forma como se podia pecar através dos pensamentos leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Pobres, honradas e virtuosas: os dotes de D. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima (1670-1850)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, pp. 19-20.

57 Veja-se o trabalho de Morgado García, A., “Pecado y confesión en la España Moderna. Los manuales de confesores”, in *Trocadeo*, nºs 8 e 9, 1996-1997, pp. 119-148.

58 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro dos antigos estatutos*, Pasta nº 36, doc. avulso, não paginado.

Advento e da Quaresma, à noite, após a oração mental, as recolhidas faziam disciplinas enquanto alternadamente entoavam “hua estação”, recordando os açoites sofridos por Cristo. O sacrifício, a renúncia e a mortificação significavam a total entrega a Deus<sup>59</sup>. As mulheres eram incentivadas a um conjunto de práticas religiosas e a mortificar o corpo com ânimo, por este ter sido instrumento de ofensa a Deus e veículo do pecado<sup>60</sup>. Aos olhos da Igreja tinha sido com o corpo que tinham ofendido a moral particular e pública, sendo, por conseguinte, necessário mortificá-lo. Impunha-se uma luta constante contra as tentações do demónio sobre o corpo, o que justificava as frequentes disciplinas que as mulheres infligiam à noite a si próprias. Para vencer a luta com o diabo, o corpo, fonte de vícios e de maus pensamentos, devia permanecer constantemente vigiado e ser mortificado, fazendo-o sofrer<sup>61</sup>. O pecado da carne era perseguido pela Igreja Católica sem tréguas, por ser considerado a origem de todos os outros. A igreja tridentina depurava todos os prazeres, sensações e sentimentos que tivessem qualquer afinidade com o sexo<sup>62</sup>.

Os dias santos eram ocasiões excepcionais e dedicados inteiramente à vida espiritual e religiosa. Nessas datas, as recolhidas acorriam à casa do trabalho às horas de todos os dias para uma a uma, prostradas perante a regente, assumirem os seus defeitos. Era uma sessão destinada à assunção de culpas pessoais com o intuito de as corrigir. Este cerimonial servia de mote à superiora para as admoestar e falar-lhes da necessidade de correção e emenda. Após esta intervenção acontecia uma hora de leitura de vidas de santos ou de livros de espiritualidade, seguida de um exame sobre a doutrina. Cada recolhida tinha de prestar provas à regente do que dominava, devendo todas as restantes aprendê-la. Este tempo ocupava toda a manhã, até irem para o refeitório. Após a refeição deslocavam-se ao coro para fazer as orações diárias e rezarem de forma entoada o rosário. Depois de terminada a oração, regressavam à casa do trabalho para ouvirem ler os estatutos pela regente durante meia hora, dando-se preferência aos capítulos que tratavam da conversão moral e corporal das internadas. Esta leitura podia também ser efetuada pelo capelão e na grade do coro de baixo um outro religioso podia falar-lhes sobre a impor-

59 Alonso Romo, Eduardo Javier, “Ejercicios y Penitencia en obra de Tomé de Jesus”, in *Revista Via Spiritus*, 16, 2010, pp. 94-95.

60 Sobre as práticas religiosas das mulheres que procuram a santidade leia-se Pons Fuster, Francisco, “Modelos de mujeres espirituales. El ejemplo de las beatas valencianas y su evolución histórica”, in Burrieza Sánchez, Javier (ed.), *El alma de las mujeres. Ámbitos de espiritualidad femenina en la modernidad (siglos XVI-XVIII)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2015, pp. 220-222.

61 O desenvolvimento destas ideias encontra-se em Gélis, Jacques, “El cuerpo, la Iglesia y lo Sagrado”, in Corbin, Alain; Courtine, Jean-Jacques; Vigarello, Georges (dir.), *Historia del cuerpo. Del Renacimiento a la Ilustración*, Madrid, Taurus, 2005, pp. 58-61.

62 Consulte-se a propósito Foucault, Michel, *A vontade de saber, história da sexualidade*, Lisboa, Relógio d'água, 1994, pp. 23-24.

tância da oração mental. Após esta jornada espiritual eram-lhes possibilitados alguns minutos de recreio até à hora de regressarem ao coro.

A maior parte do tempo era dedicado à oração, havendo muito pouco espaço para o descanso do corpo. Combater o ócio era um dos pilares fundamentais destas casas, que deviam manter as mulheres permanentemente ocupadas.

Apesar dos constrangimentos, das normas, do controlo e até da violência psicológica que o recolhimento constituiria para algumas das mulheres, estas acabavam por encontrar nele alguma autonomia e mesmo liberdade<sup>63</sup>. Ali, eram donas de si mesmas e podiam exercer cargos de poder, realidade impossível no século, onde estavam subjugadas aos pais, aos maridos, aos irmãos ou aos tutores. Eram elas que geriam o seu quotidiano, podiam, dentro das regras, determinar alguns procedimentos na instituição, o que lhes conferia liberdade e poder. Por isso, apesar de serem espaços de clausura e de afastamento total de sociabilidades mundanas, os recolhimento e os conventos formavam mundos à parte onde se podia usufruir de benefícios espirituais importantes para as mulheres da Idade Moderna, mas onde também se festejava, se desobedecia, se conjurava, se prevaricava e se conflituava. Estas manifestações, que tanto ofendiam os estatutos, davam voz a mulheres determinadas, donas de si mesmas, que, apesar da clausura, queriam viver nela mais livremente, transformar normas e procedimentos, num tempo em que muito estava em mudança.

---

63 Rangel, Leonardo Coutinho de Carvalho, "Livre dentro dos muros: o caso de madre Brígida de Santo António (1576-1655)", in *Via Spiritus*, nº 18, 2011, pp. 55-81.



# CAPÍTULO III

## 1. OS ESPAÇOS DE PENITÊNCIA

Entendemos por espaços de penitência os lugares em que as recolhidas eram obrigadas a permanecer, ou seja, dentro de portas em locais todos eles de grande simbolismo. Eram os lugares em que circulavam, fosse dentro de casa, fosse na capela, no pátio ou claustro e cerca. No recolhimento só viviam mulheres, mas tinham diferentes idades, uma eram jovens, outras adultas e algumas eram já velhas. Pertenciam a grupos sociais muito distintos. Falamos das recolhidas, mas também das criadas que as serviam. Entre as residentes, encontramos ainda mulheres unidas por laços de sangue e outras sem qualquer ligação familiar. Todavia, como sabemos, formavam uma comunidade onde devia imperar a fraternidade, ou seja, a nova “família” que as acolhia, protegia e resguardava. Aqui, residiram alguns ou muitos anos e muitas delas aqui morreram e foram sepultadas. Entre elas existiam também diferenças em termos de estado civil: umas eram solteiras, outras casadas ou viúvas. As relações eram verticais e horizontais, originando amizades, mas também ódios.

Porém, para além dos relacionamentos entre mulheres, o recolhimento estava inserido num contexto paroquial e urbano, mantendo relações com o exterior, embora se tratasse de um espaço de clausura.

Refúgio para as que guardava, o recolhimento era em si mesmo um espaço de proteção, materializado pelos muros, pelas grades, pelas gelosias, pelas portas fechadas, pelas rodas e ralos. Este espaço constituía-se também como lugar de aprendizagem e formação. O trabalho era uma parte importante do processo de conversão, servindo de meio de sustento para muitas recolhidas. Os espaços de penitência foram ao mesmo tempo locais de celebração e de rituais, como acontecia nos momentos das festas religiosas e da morte<sup>1</sup>.

Para as mulheres que desejavam viver segundo as regras da Igreja tridentina existiam diferentes modelos de santidade, aos quais se aspirava, servindo os espaços em que viviam de instrumentos de penitência, que conduziriam à santidade desejada.

---

1 Sobre as funções dos espaços habitacionais veja-se Franco Rubio, Glória, “La vivienda en el Antiguo Régimen: de espacio habitable a espacio social”, in *Chronica Nova*, 35, 2009, pp. 64-66.

### 1.1. A portaria

Era um dos locais principais da instituição. Nela se definia a fronteira entre os dois mundos: o da clausura e o do século. Era permanentemente vigiada de dia pela porteira, mulher de predicados reconhecidos para não se deixar pressionar e influenciar quer pelas recolhidas, quer pelos seus familiares, amigos e conhecidos. De noite, a portaria era encerrada e ninguém ficava a guardá-la.

A portaria era composta pela porta, estrutura robusta, fechada à noite com mais do que uma chave, e um pequeno átrio de pedra granítica com um banco igualmente de pedra, onde se podia esperar o atendimento da porteira. Este banco tem dimensão para acomodar várias pessoas em simultâneo. Depois da passagem da portaria abre-se uma antecâmara com acesso para o interior do edifício, mas que se encontrava permanentemente fechada, evitando que a clausura fosse violada. Dela é possível aceder ao pátio e à capela através das duas portas existentes. Esta passagem pela antecâmara permitia que as recolhidas transitassem interiormente para a capela sem terem que passar pelo exterior.

Nesse átrio, existia uma sineta para ser tocada quando alguém chegava à portaria. Passar essa porta significava introduzir-se na casa e violar a clausura. Só era permitida a entrada até ao espaço que estava fechado, não se podendo ingressar em locais mais íntimos, como eram, o pátio ou claustro, a escadaria, os corredores, as celas, etc. Por aqui podiam andar recolhidas que em nenhuma situação podiam ser vistas, nem dar-se a ver.

Mesmo assim, evitava-se ao máximo a entrada de pessoas na portaria, pois as conversas e a passagem de objetos e mensagens deviam ser canalizadas pela roda, colocada na parede do edifício. Neste dispositivo existia um ralo para se poder conversar. Para melhor estabelecer contacto com o exterior, foi posteriormente colocado um ralo na porta, de forma a permitir que duas pessoas pudessem em simultâneo manter contacto com o exterior, através do ralo da roda e do ralo da porta. Ou seja, com a instalação de outro ralo, a instituição fechou-se ainda mais ao exterior, limitando os contactos pessoais a estruturas de isolamento e acabando com os contactos mais próximos. Por outro lado, significou também que num período em que a afluência ao recolhimento era grande, um meio de comunicação não era suficiente. Foi preciso criar outro, acabando com contactos pessoais, demonstrando maior rigor e exigência.

Pela importância de que se revestia, a portaria protagonizou alguns dos conflitos mais relevantes da instituição. Foi também através dela que se realizaram algumas fugas e se questionou a ordem, ofendendo e ameaçando a porteira, a guardiã da porta.

Ser porteira não era para todas as mulheres. Era preciso ter um perfil adequado para manter ordem, respeito e inviolável esta fronteira. Era por estas razões, que as porteiras eram sempre mulheres maduras e da estrita confiança das regentes.



Imagem 1. Porta interior da portaria

## 1.2. As rodas e os ralos

No recolhimento existiam duas rodas: uma na portaria e outra na sacristia. Estes dispositivos estavam colocados nas paredes e serviam de meio de contacto entre o interior e o exterior. Na roda da portaria podiam ser deixados recados, cartas e bens para as recolhidas, que seriam entregues após verificação e autorização da regente<sup>2</sup>. Através dela conversava-se igualmente com o exterior, mediante autorização superior. Pela roda da sacristia podiam também ser passadas algumas alfaias litúrgicas para dentro da sacristia, mas não estava dotada de ralo. Estes dispositivos não permitiam que os interlocutores se avistassem. Apesar de através da roda da portaria e do ralo da porta ser possível conversar, era necessária licença para o efeito, embora esta fosse doseada e apenas possível para contactos curtos com familiares próximos.

---

2 O mesmo dispositivo tinha funções iguais nos conventos. Sobre os conventos de Braga veja-se Silva, Ricardo, *Casar com Deus: vivências religiosas e espirituais femininas na Braga Moderna*, 2011, p. 103, tese de Doutoramento policopiada.

Para se colocar qualquer objeto na roda da sacristia exigia-se prévio consentimento da sacristã, enquanto na da portaria tal só era possível com autorização da regente.



Imagem 2. Ralo e Roda

O recolhimento só vai instalar o segundo ralo a partir de 1759, ano em que é recomendado por um visitador, a propósito de não entrarem pessoas estranhas na portaria a pretexto da roda estar ocupada. Considerava-se que a clausura se violava e que a solução estava na colocação de dois ralos para que a portaria não se abrisse com frequência, principalmente quando a roda estivesse ocupada.

O segundo ralo assume assim, lugar alternativo ao da roda, ao transformar-se em mais num dispositivo disponível para comunicar, embora mantendo inviolável a clausura<sup>3</sup>. Com a sua colocação acentuava-se o isolamento das mulheres, impossibilitando-as de receberem outras pessoas presencialmente. A portaria é quase esvaziada de funções, abrindo-se apenas em alturas muito especiais.

### 1.3. As celas

A cela era o espaço mais privado da instituição e de cada uma das mulheres. Da portaria, chegava-se às celas através de uma escada em granito, que conduzia a um piso superior. As celas estendiam-se por várias alas. Ao centro de duas das alas ficava o coro alto. Ou seja, era muito fácil e rápido chegar ao coro alto, saindo das celas. Através dos corredores das celas é possível, através de duas portas, aceder também ao pátio ou claustro. De uma das alas das celas existem umas escadas que conduziam à cozinha e refeitório, facilitando a entrada nestes lugares.

3 A propósito deste assunto consulte-se Sá, Isabel dos Guimarães, "Os espaços de reclusão e a vida nas margens", in Mattoso, José (dir.), *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, p. 283.

Era nas celas que as recolhidas encontravam lugar para si, longe de todas e de tudo. Serviam para dormir, trabalhar, rezar e principalmente para cada uma se encontrar consigo própria.

As celas eram um espaço muito diminuto, escuro, embora todas estivessem dotadas de uma janela voltada para o pátio ou claustro. Apesar dessa abertura de luz, seria muito difícil trabalhar nesses espaços, devido à pouca claridade, com exceção naturalmente do Verão. Todavia, nem todas as celas tinham o mesmo espaço, a da regente era maior e estava dotada de várias janelas, voltadas igualmente para o interior do pátio. A posição que ocupava era materializada nos seus aposentos e em termos arquitectónicos. O facto de todas as celas possuírem aberturas de luz voltadas para o pátio impedia que as recolhidas vissem para o exterior e simbolizava simultaneamente a vida interior que marcava o percurso de cada uma.



Imagem 3.  
Celas e corredor

No início, as celas existiam em número considerado adequado ao volume de mulheres, mas já nos primeiros estatutos se previa que a instituição crescesse, através das porcionistas, como se verificaria. Cada mulher tinha direito a uma cela e não podia existir mais do que uma por cela, exceto no caso de mulheres que estivessem acompanhadas por filhas. Estas situavam-se nos dois pisos superiores do edifício e estavam voltadas para o seu interior, de forma que através delas nada de prejudicial pudesse ocorrer, como, por exemplo, fugas.

Nesses espaços, as recolhidas só eram autorizadas a ter uma arca pequena onde guardavam os seus bens pessoais, um banquinho para se sentarem, uma mesa, para nela colocarem o hábito, e a cama<sup>4</sup>. Esta era em 1826 coberta com uma colcha de chita, mas a da regente era revestida por uma de damasco. Na cabeceira da cama possuíam apenas uma cruz ou um crucifixo. Sabemos, no entanto, que pelo menos algumas mulheres tinham outros bens nas suas celas. Oratórios particulares, peças de ouro e outros “trastes” constituíam o pouco património que lhes restava à hora da morte, o que atesta a existência de alguns móveis ou roupa pessoal que guardavam nos seus quartos.



Imagem 4. Oratórios

Diante dos oratórios, de pé ou de joelhos, as recolhidas rezavam durante alguns momentos e, muitas vezes, também faziam aqui um breve exame de consciência. Lugares de oração, os oratórios existiam em muitas casas e proporcionavam momentos de recolhimento individual, dedicados à oração mental ou vocal. Permitiam a oração sem a recolhida ter de se deslocar ao coro alto ou à capela. Possuíam várias dimensões e podiam estar nas celas ou em outros luga-

4 A propósito da função das arcas na Idade Moderna veja-se Madureira, Nuno Luís, *Lisboa 1740-1800. Cidade, espaço e quotidiano*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992, pp. 178-179; Vilaça, Olanda, *Cultura material e património móvel no mundo rural do Baixo Minho no Antigo Regime*, Braga, Universidade do Minho, 2012, tese de Doutoramento policopiada, pp. 234-235.

res, pois nas casas particulares eram também colocados nas salas<sup>5</sup>. Num tempo religioso em que se privilegiava a oração e a meditação, os oratórios cumpriam esta missão de criar espaços de intimidade que favoreciam as práticas religiosas<sup>6</sup>.

A existência de espaços privados destinados à oração e mesmo à celebração litúrgica difundiu-se em muitas casas particulares do século XVIII. Constituíam-se como um local de religiosidade doméstica, destinado aos elementos do agregado familiar, mas comumente associado às mulheres. Nele, podiam encontrar-se imagens sacras e ainda outros objetos para uso litúrgico<sup>7</sup>.

As celas deviam estar abertas durante o dia para quando a superiora entendesse, poder entrar e inspecionar o conteúdo das arcas. Sempre que estes móveis eram visitados, a regente podia mandar retirar algo que encontrasse e considerasse não ser adequado à condição da sua dona, ou deixar permanecer tudo como estava. A cela só era fechada à noite, quando a recolhida fosse descansar. Como prisioneiras, as mulheres eram fechadas à chave, impedindo qualquer impulso de saída.

Nessas arcas eram guardados os pertences pessoais, como roupa, sapatos e outros bens, mas as mulheres deviam evitar ter consigo objetos que se reportassem à vida mundana. Era comum, as arcas servirem para armazenar todos os bens possuídos, embora pudessem guardar também cereais e outros produtos, o que não acontecia no recolhimento. Porém, devido ao espaço reduzido das celas, as arcas tinham de ser necessariamente pequenas e guardariam apenas os bens mais privados das recolhidas.

Pouco nos é dado a conhecer sobre estes móveis, por exemplo, se eram grandes ou pequenos, se velhos ou novos, a madeira de que eram construídos, enfim, pormenores que ajudariam a entender melhor o perfil das suas donas. Aí se guardava tudo o que era pessoal, fosse de maior ou menor estima<sup>8</sup>. Servia como um pequeno refúgio onde permaneciam os pertences mais íntimos, ainda que estivessem sujeitos ao escrutínio da regente.

Acreditamos que estas arcas fossem muito importantes para estas mulheres, porque lhes conferiam um espaço de relativa privacidade, num ambiente em que tudo era público e nada devia permanecer no íntimo de cada uma. Era aí que guardariam o que traziam para a instituição, provando que levavam o pouco património que tinham ou que lhes era permitido ter.

5 Veja-se para este assunto o trabalho de Olival, Fernanda, "Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios", in Mattoso, José (dir.), *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna...*, pp. 259-260.

6 Para este assunto consulte-se Carvalho, José Adriano de Freitas, "Um espaço de oração na Época Moderna. O oratório particular: os usos. E também os abusos?", in *Revista Via Sípitus*, 7, 2000, pp. 145-162

7 González Heras, Natalia, "Domestic religiosity in the 18 century Spanish Court: elite women, every day life spaces and material culture. An approach to a study in progress", in *Revista Portuguesa de História*, t. XLVII, 2016, p. 98.

8 A propósito destes móveis leia-se Birriel Salcedo, Margarita María, "El mueble en la provincia de Granada Pinos del Valle en el siglo XVIII", in Saavedra Alías, Inmaculada Arias de (ed.), *Vida cotidiana en la España de la Ilustración*, Granada, Universidad de Granada, 2012, pp. 162-164.

Como referimos, era nas celas que as mulheres encontravam o maior espaço de privacidade, embora passassem nelas muito pouco tempo, dando primazia à vida em comunidade. Na verdade, as recolhidas só entravam na sua cela durante o dia para, por tempos curtos, descansar ou trabalhar e à noite para dormir. Era ainda na cela que à noite rezavam, faziam o exame de consciência, aguardavam a visita da sacristã para as aspergir com água benta e refletiam sobre o seu quotidiano.

A confissão devia ser precedida de um exame de consciência para que a pessoa em causa assumisse as suas faltas perante o confessor, o que permitia a este abordar assuntos conducentes a uma mudança real de vida. Neste sentido, o exame de consciência servia de autoavaliação, um mecanismo de escrutínio pessoal permanente, conducente à assunção de culpas e proporcionando que o confessor extravasasse o ato da confissão e aconselhasse uma vida que incorresse em menos erros<sup>9</sup>.

Porém, apesar das regras determinarem o isolamento das mulheres nas suas celas e proibirem ajuntamentos nestes espaços, sabemos que na prática tudo se passava de forma diferente, pelo menos em alguns momentos. Era nesses espaços que algumas se reuniam, conspiravam e falavam mal umas das outras, gerando sociabilidades mais próximas. Este ambiente que as devassas demonstram existir em certos períodos, evidencia a falta de cumprimento das regras e a forma como se vivia dentro de portas.

O número de celas cresceu à medida que a procura aumentou, sendo necessário proceder a obras para acomodar um volume crescente de mulheres. Como já se referiu, D. Rodrigo de Moura Teles deixou um legado em dinheiro no seu último testamento para se aumentar o espaço da instituição destinado a celas, reconhecendo pouco tempo após a sua abertura, a sua falta para acondicionar mais mulheres. Em 1736 a regente afiançava não existirem celas vagas, mas ser possível construí-las. Passados dois anos, foi edificada uma nova cela para a ex-regente Isabel do Sacramento. Teria libertado a sua cela para a nova regente? Na década de 40 conheceram-se muitas obras no recolhimento, mas, infelizmente, o livro de despesas não as discrimina, de forma a precisarmos esses melhoramentos. Sabemos apenas que em 1775 se edificou uma outra cela, mas nessa altura era já elevado o volume de mulheres albergadas.

#### 1.4. O tronco

O tronco situava-se no rés-do-chão do edifício e constituía-se como uma cela de reclusão total. Era um lugar frio, muito pequeno e escuro. Não tinha qual-

9 Esta análise é feita por Gouveia. António Camões, "A Sacralização dos ritos de passagem", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 549.

quer abertura, nem era revestida de soalho. Quem fosse punido com o tronco dormia sobre terra. Era a prisão, local em que as recolhidas cumpriam castigo. Sempre que incorriam em falta considerada muito grave eram castigadas pela regente ou pelo arcebispo com o tronco, podendo aí permanecer poucos ou muitos dias, dependendo da pena aplicada.

Esta cela-prisão existia em vários recolhimentos para castigar as mulheres que não se sujeitavam às regras. No recolhimento de Santo António do campo da Vinha, da cidade, existia também um tronco para onde as baetas eram remetidas quando não obedeciam à regente<sup>10</sup>.

Quando no recolhimento não existia esta cela, como acontecia no da Penha de França, de Braga, o arcebispo D. João de Sousa (1696-1703) mandou para a cadeia do castelo cinco recolhidas dessa instituição, por não obedecerem à sua ordem de aceitar dentro de casa uma mulher por si enviada<sup>11</sup>.

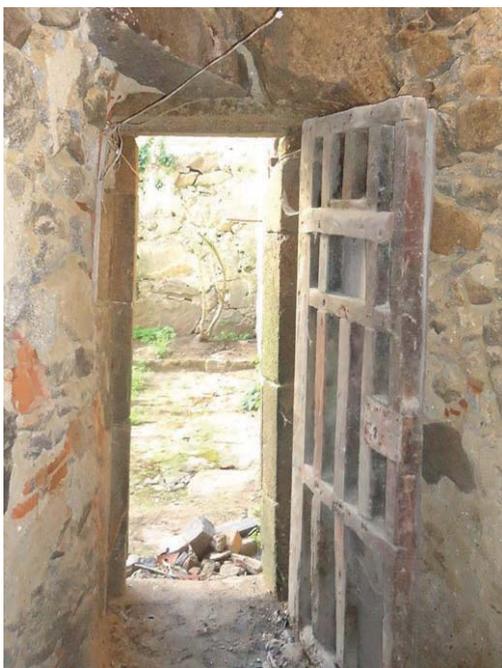


Imagem 5. Tronco

10 Para o recolhimento de Santo António do campo da Vinha veja-se Castro, Maria de Fátima, "O recolhimento das beatas de Santo António do campo da Vinha", in *Revista Bracara Augusta*, vol. XLVI, 1995/96, p. 227.

11 ADB, Thadim, Manuel José da Silva, Ms. 1054, vol. I, fl. 75.

Ir para o tronco significava uma grande humilhação, a reclusão total, a incomunicabilidade com a restante comunidade e em alguns casos comer em terra, ou seja, no chão. Era um castigo agravado com esta situação de humilhação. Porém, e como contraste, as mulheres castigadas com o tronco deviam aceitar com humildade a determinação da regente ou do arcebispo e emendar-se. A punição devia contribuir para o programa de conversão a que estavam sujeitas e ajudar a que este fosse sólido e rápido.

O castigo com o tronco servia também como medida pedagógica para todas as mulheres. Procurava-se ainda que o isolamento total no tronco proporcionasse a meditação sobre a falta cometida e proporcionasse o arrependimento. Este era mais um mecanismo que levava à oração, à penitência, ao arrependimento e à inversão no caminho. Para além de uma vida de clausura, as mulheres incorriam ainda em penas de prisão no tronco, quando a falta era considerada muito grave.

### 1.5. O coro alto

Era um dos lugares mais nobres da instituição. Aqui se faziam as orações, se reunia a regente com as recolhidas e decorria a cerimónia de investidura do hábito. Possuía três janelas voltadas para o campo de Santa Ana, por onde entrava alguma luz natural, pois também estas estavam dotadas de gelosias de madeira, impedindo que se visse do exterior para o interior do edifício. É um espaço simbolicamente elevado em termos arquitectónicos, digno, onde cabia toda a população da instituição.

De manhã bem cedo, as recolhidas acorriam a este espaço para rezar várias orações, fazer meia hora de oração mental e ouvir leituras de livros de espiritualidade. Após um pequeno recreio, depois do “jantar”, voltavam ao coro alto para novamente se entregarem à oração e em conjunto rezar várias orações. Ao final da tarde, rezavam aí o terço e mais orações por várias invocações e faziam mais meia hora de oração mental. Como uma família, as recolhidas reuniam-se de manhã e à tarde neste espaço para rezarem em conjunto. Por ser um local de oração, exigia-se silêncio e compostura, embora nem sempre isso acontecesse. Como se verifica, as mulheres tinham momentos de oração coletiva e outros de oração individual.

Era também nesse espaço que se recebiam os novos membros e se lançava o hábito. No dia de entrada, cada mulher era obrigada a confessar-se e comungar antes de se lhe impor o hábito. A regente advertia-a para a necessidade de se manter firme no propósito da conversão, falando-lhe da confissão como um dos instrumentos para a salvação da alma e a obrigação de a fazer mensalmente.



Imagem 6. Coro alto

A investidura do hábito constituía um dos momentos mais marcantes para quem o envergava, mas também para a comunidade que, com esta cerimónia, integrava um novo membro. Para a recolhida significava o corte com o mundo exterior, ainda que este fosse temporário, para passar a viver com normas muito rígidas e inicialmente segundo a norma da Ordem Terceira de São Francisco e a partir de 1759 cumprindo a regra da Congregação do Sagrado Coração de Jesus. A ocasião constituía um rito de passagem e, tal como nos conventos, era revestida de grande simbolismo.

A cerimónia era dominada pela regente, competindo-lhe proferir várias orações. Inicialmente, a superiora fazia uma oração alusiva ao significado do hábito, referindo a humildade que ele representava e a possibilidade que abria para a salvação. De seguida, proferia novamente uma oração, mencionando a consagração da veste que São Francisco costumava usar. Era com este sentido, que se aguardava que ele protegesse a recolhida das tentações, agora que se encontrava “despida de toda a mancha dos vícios”.

Também a corda era benzida antes de ser colocada sobre o hábito. A superiora proferia uma vez mais uma oração, agora alusiva ao significado da corda, estabelecendo paralelo com as ataduras do corpo de Cristo<sup>12</sup>.

Marcado pela vida de Cristo e de São Francisco, exemplos que as convertidas deviam ter e seguir, o momento era de profundo simbolismo religioso, feito perante todas as presentes, vinculando publicamente a que o recebia e recordando às restantes o seu compromisso com a instituição. Assistir a uma investidura do hábito era rememorar o dia de entrada e manter vivo o propósito do ingresso na instituição.

O coro alto estava dotado de gelosias que acompanhavam toda a parede e possibilitavam ver algo para o altar-mor, mas não ser visto. De qualquer forma, apesar da luminosidade que entrava nos dias de Verão para o coro alto, via-se muito pouco ou quase nada para o altar-mor, tal é apertada a malha da gelosia, construída de madeira.

## 1.6. O coro baixo

Era neste espaço pequeno que as recolhidas assistiam à missa e comungavam através da grade. Aqui impunha-se também o silêncio, embora fosse possível estabelecer contacto com o exterior através da grade, sendo, para o efeito, necessária autorização da regente. Neste sentido, é muito diferente do coro alto. Enquanto neste não era possível falar com ninguém e não havia grade para estabelecer contacto com o exterior, apenas a gelosia servia para visualizar a capela e, dessa forma, assistir ao que lá se passava, o coro baixo apresentava-se como um espaço de reclusão, mas de maior abertura.

Quando da parte de manhã fosse necessário levar o Santíssimo Sacramento às que se encontravam doentes ou moribundas, o capelão atravessava o coro baixo para se dirigir ao interior do recolhimento.

O coro baixo servia também para depositar as defuntas, de local de velório e de sepultura. Muitas recolhidas encontraram nele a sua última morada. O caixão era colocado sobre um suporte fúnebre para elevar o corpo e posto no centro do espaço. As recolhidas permaneceriam à sua volta.

.....  
12 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1036, documento avulso, não paginado.

O coro baixo está dotado de uma pequena janela com grades e possuía à altura gelosia, voltada para o campo de Santa Ana, por onde passa luz para o seu interior.

Entre o coro de baixo e a capela existia uma grade de ferro que em 1759 era considerada “tão licenciosa que permite por entre si os braços athe aos ombros”, facto que provocava escândalo. Esta grade era também usada para conversar com as recolhidas. Por isso, se sugeriu a sua substituição por outra mais apertada para não permitir que as pessoas se pudessem tocar<sup>13</sup>, o que não aconteceu. Antes, porém foi colocada uma gelosia na grade. Assim, passou a ser mais difícil ver e impossível tocar. Era a clausura que se apertava, respondendo aos considerados abusos existentes.

De ambos os lados da grade existem dois confessionários, onde as recolhidas eram confessadas.

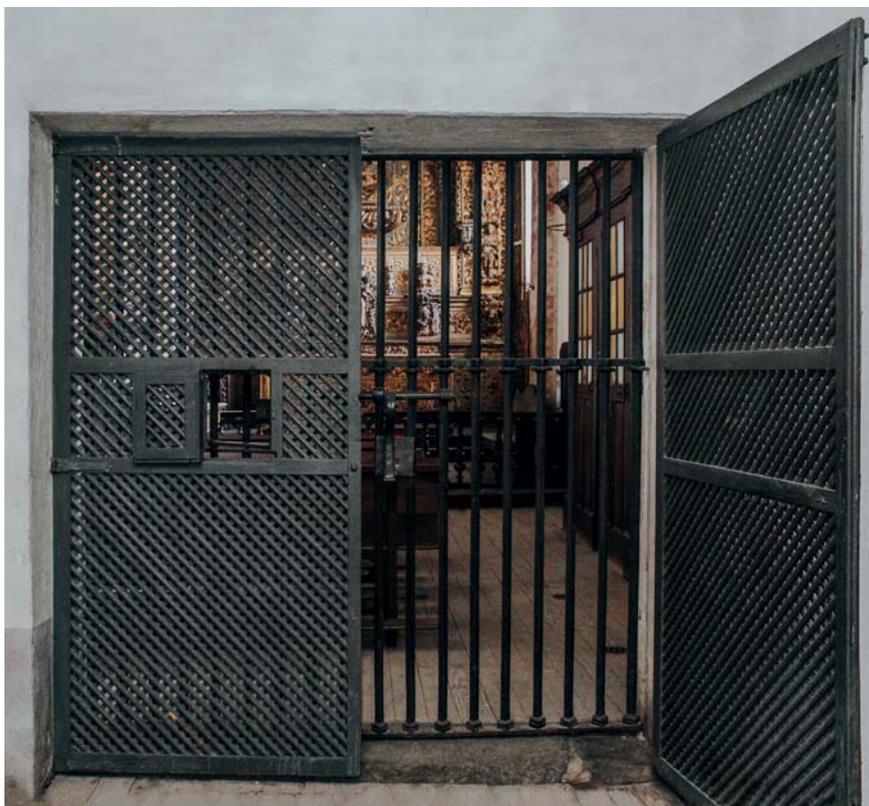


Imagem 7. Coro baixo

13 ADB, Coleção Cronológica, doc. nº 2810, não paginado.

Era também através da grade com gelosia que as recolhidas passavam para zelar o altar e fazer limpeza na capela. Era ainda por ela que se entrava com os cadáveres das recolhidas que eram veladas e tinham na capela a sua última morada.

Com muitas funcionalidades, o coro baixo diferia muito do coro alto, lugar mais solene e acessível apenas às que moravam dentro de portas. No de baixo também ninguém para além do capelão podia passar, mas permitia contacto com o exterior e maior proximidade com outras pessoas, familiares ou não.

### 1.7. A capela e a sacristia

São infelizmente muito escassas as informações documentais que possuímos sobre a capela para o período em estudo, embora acreditemos que se mantém nos nossos dias muito próxima do que foi no seu primeiro século de vida. A inexistência de róis dos bens que a apetrechavam impede-nos de a conhecer melhor. Sabemos que entre 1760 e 1769 a regente apetrechou a capela com uma alva, toalhas para comunhão e altar, credência, cortinas, um armário para os paramentos e ramos para a tribuna<sup>14</sup>. Comprava-se o que se podia de melhor para a equipar<sup>15</sup>.

Constituída apenas por uma nave, a capela possui uma planta retangular, um altar-mor, um coro e um teto de madeira pintada. O seu teto encontra-se decorado com motivos florais, bem ao gosto do barroco. Tem anexa uma sacristia.

A capela tinha uma porta que dava acesso para o campo de Santa Ana, possibilitando a entrada dos confrades e de outros fiéis sem terem de passar pelo recolhimento.

Mandada edificar por D. Rodrigo de Moura Teles no local onde existia a capela de São Bartolomeu, abriu ao público no dia da inauguração do recolhimento e constituiu o espaço de culto das recolhidas, mas também sede da confraria de São Gonçalo, que se encontrava albergada na capela de São Bartolomeu. Era constituída por um retábulo, onde se encontravam as imagens de Santa Maria Madalena, ladeada pela de São Gonçalo e de São Rodrigo, e um pouco mais abaixo pelas de São Bartolomeu e São Domingos<sup>16</sup>.

O púlpito, com as armas de D. Rodrigo é imponente e em talha dourada, tal como o altar-mor. Servia para nas ocasiões festivas daí serem proferidos os sermões.

14 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as congras que se receberem para sustento deste Recolhimento de Santa Maria Magdalena e de S. Gonçalo*, nº 3, não paginado.

15 Em 1792 pagou-se 7.320 réis a um ourives por fazer e dourar um vaso novo para o sacrário. ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 2, não paginado.

16 Capela, José Viriato; Ferreira, Ana Cunha, *Braga Triunfante ao tempo das Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, s. e, 2002, pp. 316-317.



Imagem 8. Púlpito

Na capela existiam ainda confessionários, destinados às recolhidas, aos confrades e a outros fiéis. Este espaço serviu também de lugar de reunião aos confrades e de depósito de cadáveres de algumas recolhidas.

Para assessorar os sacerdotes, existia um sacristão. Este assalariado recebia um salário pago pelo recolhimento. Em algumas ocasiões este serviço foi cumprido por um sacerdote<sup>17</sup>. O padre José da Silva Lata, da freguesia de São

17 Em 1808 foi provido neste lugar o padre José da Silva Lata. ADB, Fundo do Registo Geral, Livro nº 235, fls. 55-55v.

Vítor, foi provido, em 1808, neste lugar com a obrigação de cumprir outras funções eclesiásticas e do culto<sup>18</sup>. Competia a este sacerdote guardar a capela, mantê-la limpa e asseada, bem como os seus paramentos, ajudar nas missas, administrar o Santíssimo Sacramento e ainda cumprir outras tarefas.

Com a agregação da capela ao recolhimento, este espaço religioso ganhou nova dinâmica, desde logo por ter culto diário, mas também pelas festas religiosas celebradas. A capela transformou-se num pólo agregador de crentes, que concorriam às celebrações, aos confessos, à adoração do Santíssimo Sacramento, aos sermões e aos funerais. Missas rezadas, cantadas, ofícios com muitos sacerdotes e outros rituais davam visibilidade à capela, que se foi afirmando num espaço em que existiam outras capelas e igrejas.

Este pequeno templo tem duas janelas, com grades voltadas também para o campo de Santa Ana, possibilitando a entrada de luz natural. Com exceção do restante edifício, em que todas as janelas voltadas quer para o referido campo, quer ainda para a rua de São Gonçalo estavam dotadas de gelosias, e assim se mantiveram pelo menos até à segunda década do século XX, estas eram as únicas que não as possuíam.



Imagem 9. Recolhimento em 1914

Fonte: *Braga desconhecida*, II edição, Braga, Associação Juvenil “A Bogalha”, 2003, não paginado.

.....  
18 ADB, Fundo do Registo Geral, Livro nº 235, fl. 55.

A capela tem ligação direta a uma pequena sacristia, um espaço muito reduzido, dotado de um arcaz de reduzidas dimensões, de um lavatório e de uma roda, dispositivo muito mais pequeno que o existente na portaria. Da sacristia há um acesso direto ao púlpito, por onde o sacerdote passava para pregar e ainda uma janela, facilitando a entrada de luz natural.

O caixão com o seu móvel de repouso guardava-se na sacristia, numa plataforma elevada, uma vez que o espaço é demasiado pequeno para se acomodar num outro lugar. O facto de ser armazenado perto do teto estará provavelmente também associado à sua conservação.

Sempre que era necessário, a capela e sacristia eram varridas e limpas e nas festas a tribuna era composta com ramos, que as recolhidas compravam para o seu enfeite. Porém, sempre que foram precisos outros bens, procedeu-se igualmente à sua aquisição: durante a segunda metade do século XVIII compraram-se duas caldeiras de água benta: uma em 1760 e outra em 1794. As hóstias eram adquiridas com regularidade, devido ao seu consumo<sup>19</sup>.



Imagem 10.  
Lavatório da sacristia

19 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 2, não paginado.

## 1.8. A biblioteca e o arquivo

As recolhidas tinham tempos obrigatórios de leituras em todos os dias do ano. Era, por conseguinte, um exercício importante na sua formação espiritual, praticado pelas próprias ou, na sua incapacidade, pela regente ou pelo capelão. Mesmo as que não dominavam a leitura, podiam lucrar espiritualmente com esta prática, pois os autores da literatura espiritual consideravam que esta se destinava a todos, mesmo que fossem ignorantes, pobres e até considerados rústicos<sup>20</sup>.

A pequena biblioteca que as recolhidas possuíam integrava livros de vidas de santos, e outros destinados a leituras espirituais. Existiam também livros de orações.

A leitura de obras devotas era um dos aspetos considerados nevrálgicos na conversão de cada uma. A interiorização de valores, de práticas religiosas, o arrependimento, o exame de consciência, os sacramentos, as disciplinas e o jejum integravam o quotidiano destas mulheres. As obras hagiográficas disponibilizavam ao leitor vários modelos de santidade, onde este se podia inspirar, seguindo-os e tornando-os como modelos de vida exemplar.

Mas para algumas destas mulheres o que significava ler e escrever? No seu dia-a-dia far-lhes-ia falta? Precisaríamos de dominar estas competências para o desempenho das tarefas diárias? Como sabemos, a maioria não as aplicaria, nem as conhecia e raras seriam as ocasiões em que tinham necessidade de escrever. Ler seria um ato ainda mais raro. Todavia, Luís António Verney defendia no século XVIII a utilidade da escrita e da leitura para as mulheres de todos os estratos sociais<sup>21</sup>.

Embora desconheçamos a totalidade dos livros existentes no recolhimento não nos parece que a biblioteca integrasse muitos volumes, uma vez que os livros eram caros e nem sempre haveria disponibilidade financeira para os adquirir<sup>22</sup>. Também desconhecemos se algumas recolhidas eram detentoras de livros próprios que pudessem usar na privacidade das suas celas. Certo é que a leitura constituía um exercício diário que levava ao conhecimento da vida de alguns santos onde se buscava inspiração para prosseguir no combate ao vício e na busca da perfeição. Temos ainda falta de informação sobre se outros livros circulavam na instituição, mas é bem provável que existissem, porém, a precária situação a que as fontes impressas e manuscritas estiveram

20 Leia-se Pérez García, Rafael M., *La imprenta y la literatura espiritual castellana en la España del Renacimiento*, Sevilla, Ediciones Trea, S. L, 2006, pp. 73-80.

21 Para este assunto consulte-se Lisboa, João Luís; Miranda, Tiago C. P. dos Reis, "A cultura escrita nos espaços privados", in Mattoso, José (dir.), *História da vida privada. A Idade Moderna...*, pp. 340-360.

22 Acerca do comércio dos livros na Idade Moderna consulte-se Rey Castelao, Ofelia, "El comercio de libros en la Galicia del Antiguo Régime", in *Obradoiro de História Moderna*, nº 17, 2008, pp. 277-302.

sujeitas pode ser a responsável pelo seu desaparecimento. Mas onde seriam estes livros guardados? No coro alto? Mas só aí? Estariam na cela da regente? Em algumas celas de outras recolhidas? Os missais estariam na sacristia, mas presumimos que os restantes livros seriam guardados no espaço habitacional do recolhimento.

Os locais de leitura não eram muitos: lia-se no coro alto, no refeitório e também nas celas, embora permaneça a dúvida se os livros da instituição podiam ser usados privadamente. Não estranhámos que algumas mulheres tivessem levado consigo alguns dos seus livros, tal como tinham as suas joias e os seus oratórios. Quando a leitura era realizada nas celas, possibilitava momentos de encontro consigo mesmas e de vivências na intimidade. Porém, não esquecemos que a elevada iliteracia entre o sexo feminino na Idade Moderna tinha também repercussões na inexistência de livros em várias celas, bem como no tipo de mulheres que os podia possuir.

As obras que chegaram até nós destinavam-se a difundir um modelo de vida que as recolhidas deviam interiorizar e praticar para o seu aperfeiçoamento moral. O livro era colocado ao serviço da devoção, mas também da reforma moral de quem lia<sup>23</sup>. Chegaram também até nós missais, como o “Missal Romanum ex decreto sacrosancti concilii Tridentini restructum”, de 1765, onde se encontravam várias orações para serem feitas em certos dias do ano, comemorativos de alguns santos<sup>24</sup>.

Um outro livro intitulado “Index das festas de Christo e da Sua Santissima May, vidas dos santos e Praticas que se contém neste segundo tomo”, datado de 1767 fazia igualmente parte desta pequena biblioteca. Nele, a propósito das festas são feitas considerações sobre a vida dos santos, com destaque particular para as obras praticadas e o exemplo que elas deviam constituir para os seus leitores<sup>25</sup>. Também o livro dedicado à Virgem Maria procurava nas palavras de uma recolhida, que nele deixou uma anotação, salvar as suas almas e levá-las a gozarem das bem-aventuranças, através da meditação<sup>26</sup>. O livro de frei Manuel de Lima, publicado em Lisboa, em 1769 e intitulado “Agiologio Dominicum. Vidas dos santos, beatos, Martyres e outras pessoas veneraveis da Ordem dos pregadores”, possibilitava às recolhidas conhecerem vidas de vários homens, que pelas suas virtudes se santificaram<sup>27</sup>. Para rezarem novenas e orações particulares seguiam o prescrito no livro do padre Manuel da Consciencia, publicado em 1758 e intitulado “Novenas para os principaes mysterios de Maria Santissima Senhora Nossa”. As novenas faziam-se nove

23 Para este assunto confira-se Algranti, Leila Mezan, *Livros de devoção, atos de censura. Ensaios de Historia do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821)*, São Paulo, Hucitec, 2004, pp. 51-56.

24 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1068.

25 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1070.

26 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1071.

27 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1073.

dias antes das festas, devendo nesse espaço temporal observar-se especialmente o recolhimento, afastando-se o mais possível das restantes pessoas, de forma que cada uma se pudesse dedicar à meditação. O livro aconselha jejuns e outras mortificações e o oferecimento desses sacrifícios ao santo venerado. No dia da festa, a recolhida devia confessar-se, purificando a sua alma, agregando ainda orações e jaculatórias<sup>28</sup>. E ainda o livro já mencionado de António Simões, intitulado “Devoção do Santissimo Coração de Jesus, Instituida e propagada em varios Reynos da Christandade”, publicado em 1734. Nele se analisa a importância da devoção a este culto e a sua contribuição para a regeneração das almas.

Todos estes volumes tinham por finalidade aperfeiçoar a devoção, demonstrar a importância da oração, cultivar a humildade, o arrependimento, a caridade e a penitência das recolhidas, tomando em alguns casos o exemplo da vida de santos e seguindo os conselhos dos livros de meditações e de exercícios de aperfeiçoamento cristão.

Mas quem aconselhava estes livros? Quem os comprava? Provavelmente, seria o capelão a indicar o tipo de leituras mais convenientes às recolhidas e ele mesmo, a pedido da regente, os poderia ter encomendado, ou qualquer outra pessoa da confiança da superiora.

Se a biblioteca era pequena no começo, o arquivo também o era. Os primeiros estatutos da instituição previam a existência de quatro livros de registo: os próprios estatutos, um para se assentar a posse das regentes e a entrada das recolhidas, outro para a receita e despesa e mais um para arrolar os bens móveis, mantimentos e dinheiro que se entregava à nova regente. Estes livros estavam guardados numa arca. Porém, cedo se percebeu que não chegavam para a dinâmica da instituição e outros foram adquiridos para escriturar um dia-a-dia cada vez mais complexo. Surgiram, assim, novos livros: um para a despesa e outro para a receita, um para assento dos ordenados dos servidores, outros para registo dos foros e rendas, um para o dinheiro a juro e outro para as contas do legado de Catarina Pinheiro. Existe para o começo do século XIX um livro para lançar as porcionistas e as do número. Sobre as porcionistas estava também escriturado os pagamentos que iam fazendo à instituição, uma vez que os efetuavam de forma faseada. Nesse livro, era ainda mencionado quanto tempo estava previsto que ficassem na instituição. As menções deixadas sobre algumas recolhidas são fundamentais para se perceber as relações existentes dentro de portas. Algumas destas mulheres não eram mencionadas como “irmãs”, nem pelo nome próprio, como acontecia com as “peixotas”, no começo do século XIX<sup>29</sup>. Quando não se sabia o tempo que permaneceriam na instituição, era colocada a menção “sem limitação de tempo”,

28 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1073.

29 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Mapa das recolhidas no recolhimento de Santa Maria Magdalena*, Pasta nº 1091, fl. 3.

como aconteceu com Joana, em 1804. Sobre outras era referido apenas “humano”. Apesar de este livro ter começado com uma certa ordem, rapidamente na mesma página em que estava lançado o nome de uma recolhida aparecem nomes e pagamentos de outras e mesmo pagamento de foros, assim como compras para a cozinha, como se verifica em 1833, com o registo de compras de 10 rasas de feijão rajado, seis de feijão miúdo e igual número de batatas<sup>30</sup>. Ou seja, os livros eram usados sem critério, fazendo-se assentos variados em locais indevidos.

Para o período em estudo existem mais livros de registo, nomeadamente de receita e despesa, mas infelizmente para períodos curtos de tempo.

Toda a escrita do recolhimento estava nas mãos das mulheres. Nos primeiros anos era função exclusiva da regente, mas quando surgiu o cargo de escritã, passou a ser desta recolhida. A tarefa exigia tempo, mas igualmente alguns conhecimentos de aritmética para tratar os assuntos da receita e da despesa.

A primeira regente cumpriu esta tarefa ao longo de anos e era metódica no registo dos gastos. Talvez pela preocupação que representavam para a instituição, a superiora assumia esta tarefa com zelo, não deixando dúvidas sobre o pulsar da instituição no que dizia respeito às despesas. Por haver dinheiro envolvido, e serem os livros inspecionados, tratava de cumprir bem esta função. Era detentora de uma boa caligrafia, principalmente nos primeiros anos de registo, demonstrando ter prática de escrita e competências na área da aritmética.

### 1.9. A casa de labores

Os recolhimentos tinham inscrito nos seus regulamentos momentos de trabalho. Isto é, as mulheres eram incentivadas a manterem-se ocupadas, ativas, aprendendo ou desenvolvendo competências no campo dos trabalhos manuais, da cozinha e da limpeza da casa e da capela. As áreas que lhes eram ensinadas deviam contribuir para que se tornassem boas mães de família<sup>31</sup> e pudessem, quando saíssem da instituição, ter uma profissão.

Aprender a desempenhar as tarefas inerentes a uma casa era fundamental para todas as mulheres. Para as de condição superior servia para saberem orientar as criadas, enquanto sabê-las executar era imprescindível para as restantes.

Manter as mulheres ocupadas era ainda primordial para não se tornarem ociosas. O ócio era considerado caminho para o vício, ou seja, proporcionador

30 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Mapa das recolhidas no recolhimento de Santa Maria Magdalena*, Pasta nº 1091, fl. 19.

31 Algrant, Leila Mezan, “À sombra dos círios: o cotidiano das mulheres reclusas no Brasil colonial”, in *O rosto feminino da Expansão Portuguesa. Congresso Internacional. Actas*, II, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, p. 471.

do pecado e nada edificante. Todas as mulheres se deviam afastar do ócio para não descaírem em termos morais e espirituais. Manter o corpo ocupado era levar a mente a desviar-se de maus pensamentos, meio pelo qual também se pecava. Como ensinava a Igreja Católica pecava-se por atos, mas também através das palavras e dos pensamentos,

Era na casa de labores que as recolhidas de Santa Maria Madalena passavam parte do dia. Ficava situada por cima do coro alto e possuía um mirante para deixar entrar alguma claridade. Aqui falavam, desde que em voz moderada, e trabalhavam: coziavam, fiavam e bordavam, pois recebiam encomendas do exterior.

O mirante era rasgado por várias janelas dotadas de gelosias, possibilitando a entrada de alguma luz, importante para se trabalhar, principalmente durante os meses de Inverno. Esta estrutura servia também para as recolhidas avistarem do alto o campo de Santa Ana e a rua de São Gonçalo, sem serem observadas. Sabemos, no entanto, que em alguns momentos do ano seria preciso acender uma luz para se poder trabalhar, fosse de manhã, ou ao final do dia. A iluminação fazia-se em finais do século XVIII através de velas de cebo, compradas com alguma regularidade e de um lampião, que, devido ao uso era reparado, quando necessário<sup>32</sup>.

Em 1816, a casa de trabalho encontrava-se muito degradada, ameaçando ruir, tendo sido aconselhadas obras de remodelação pelo emissário ao arcebispo, que se deslocou ao recolhimento para realizar uma devassa. Este espaço tinha fissuras nas paredes encontrando-se “apartadas do prumo justo de palmo e meio no cimo e as trabes e o inmadeiramento arredado mais de hum palmo”<sup>33</sup>. Trabalho de restauro impunha-se para que a estrutura não desabasse.

Apesar de representar trabalho, este espaço devia ser do agrado das recolhidas, desde logo por ser amplo e muito diferente dos restantes compartimentos da casa. Aqui estavam ocupadas, podiam falar, enquanto nos outros locais rezavam ou mantinham-se em silêncio.

### 1.10. A cozinha e o refeitório

Os espaços onde se confeccionavam e ingeriam as refeições estavam situados no rés-do-chão, embora numa plataforma superior. Por aqui passavam todas as mulheres, uma vez que estavam estatutariamente obrigadas a cozinhar, fazendo-o de forma rotativa, e a tomarem as refeições em comunidade. Exce-tuam-se, claro, as que estivessem no tronco e as que estivessem acamadas. A

32 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 2, não paginado.

33 ADB, Fundo das visitas e devassas, *Auto da devassa que se procedeu no recolhimento de Santa Maria Madalena*, 1816, doc. 41, não paginado.

cozinha tinha ligação com o refeitório através de uma porta, constituindo um espaço mais separado das celas, dos coros alto e baixo e mesmo da capela.

Na cozinha existia uma lareira e um forno onde se confeccionavam as refeições e se cozia o pão. A lareira, pelo uso, precisava com alguma frequência de concertos. Para cozinhar era necessário comprar lenha, uma vez que os carros desta fonte calórica enviada pela Mitra não chegavam, sobretudo quando o recolhimento cresceu. Desconhecemos também se existia mais alguma lareira na instituição para aquecer as recolhidas, principalmente no Inverno, o que implicava naturalmente o consumo de lenha.

O refeitório era composto por várias mesas, que se encontravam revestidas de toalhas de tecido. Com o uso, estes móveis tinham também de ser substituídos, como se verificou em meados da década de 20 do século XIX, quando se mandaram fazer mesas e se colocou um soalho novo no refeitório.

Junto à cozinha encontrava-se a despensa, lugar de armazenamento dos consumíveis destinados à preparação dos alimentos, bem como de outro tipo de produtos. A despensa, pela importância de que se revestia, não estava acessível a todas as mulheres. Apenas a despenseira estava autorizada a retirar os produtos necessários para a confeção das refeições. Perto da cozinha e do refeitório, mas já num espaço exterior, existia uma porta por onde passava o estrume das cloacas para o exterior e entrava a lenha destinada à instituição.

### 1.11. A varanda

A varanda constitui uma estrutura de pedra e de madeira que se abria sobre o pátio ou claustro, proporcionando às recolhidas um espaço de tranquilidade e lazer. Trata-se de um pequeno espaço, com um teto muito baixo, mas aberto, onde se tomava ar. A varanda dava acesso a uma ala das celas, através de uma porta. Era aproveitada pelas mulheres em alguns momentos do dia para se recrearem um pouco e falarem entre si, aproximando amizades e gerando sociabilidades. Admitimos também que aqui se falava da vida alheia e se contariam mágoas e retalhos de vidas. Depois do “jantar”, as recolhidas passavam alguns momentos neste local, observando, conversando e distraíndo-se. Através dela contemplavam o jardim, o pátio ou claustro, aliviando a rotina da clausura. Nos poucos momentos de recreio, as recolhidas tinham a possibilidade de optar por ficar na varanda, onde podiam também trabalhar com as mãos, sendo vulgar algumas estarem ali a fiar na roca, dando continuidade aos trabalhos que desenvolviam na casa do trabalho, ou simplesmente gozar de alguns instantes de contemplação, fazer pequenos passeios no jardim ou ficar na cela. Todavia, o olhar não se espalhava tanto quanto as recolhidas desejariam. Da varanda, os horizontes eram muito limitados, vendo-se pouco mais do que a parte interior do complexo habitacional.



Imagem 11. Varanda

Apesar do tempo de que usufruíam da varanda ser muito limitado, era de grande importância para quem vivia entre a cela, o coro e a casa do trabalho. Servia de intervalo entre a oração e o trabalho, possibilitando momentos de descontração e sociabilidades.

### 1.12. O claustro ou pátio e a cerca

O recolhimento possuía uma área exterior, que incluía um claustro ou pátio e uma cerca, onde existia um jardim e uma horta. Da cozinha abria-se uma porta que dava acesso à cerca, espaço muito pequeno para tantas mulheres. Este local encontrava-se revestido por muros altos, procurando impedir fugas e que as recolhidas fossem vistas e vissem para o exterior mais do que as janelas com gelsias do campo de Santa Ana e da rua de São Gonçalo lhe permitiam. Por outro lado, os muros impediam de ver o que se passava dentro da instituição<sup>34</sup>. Cumpriam, portanto, duas funções muito relevantes. Embora

34 Sobre os muros que guardavam as cercas e da função destes espaços nas instituições de

se tratasse de um espaço aberto, ele continuava fechado, como se fosse uma clausura dentro de uma outra<sup>35</sup>.

Os muros constituíram uma preocupação em todas as instituições de reclusão, sendo objeto de relevo nas fontes. A sua robustez e a capacidade de guardar as mulheres eram motivo de preocupação. D. José de Bragança ordenou que os muros da cerca do recolhimento de Nossa Senhora das Dores, de Vila Real, se levantassem para que as recolhidas não fossem devassadas. A ocasião serviu também para reformar o complexo arquitectónico da instituição, criando melhores condições de habitabilidade às mulheres que nele moravam. Para que se fizessem, o próprio arcebispo assumiu todas as despesas com as obras<sup>36</sup>.

A cerca de Santa Maria Madalena tinha dois patamares: um junto à porta da cozinha, onde existia uma fonte e um outro acessível através de umas escadas, por estar num nível superior, onde se semeavam e plantavam produtos.

Como referimos, para se aceder à cerca existia uma porta, que se fechava todas as noites à chave, dificultando que por ali saíssem mulheres. Na cerca havia latas com uveiras de onde se podiam colher uvas, quer para a mesa, quer para fazer vinho e mais tarde um tanque retangular, em granito. Periodicamente, era preciso proceder a obras nas latas, para substituir a madeira que ia apodrecendo e ainda outros cuidados, e ainda à poda e à vindima. Para os consertos chamava-se um carpinteiro para colocar madeira nova.

Neste espaço, as recolhidas podiam respirar, apanhar um pouco de sol no Verão e passear, embora estivessem sempre sob vigilância<sup>37</sup>. Seria também aqui que as mulheres jogavam à bola para se distraírem nos momentos de pausa. Em 1723 a regente mandou comprar uma bola, “para se divertirem”, que custou 160 réis<sup>38</sup>. A aquisição foi feita em agosto, mês com bom tempo, que proporcionava momentos de vida ao ar livre. Com um grupo de mulheres jovens, a superiora deve ter feito a vontade a algumas delas, que, habituadas a praticar jogos com bola, desejavam ocupar algum do tempo livre com esta forma de distração.

Mas se no início eram permitidas estas liberdades, acreditamos que tenham desaparecido mais tarde com o aperto das regras internas. Nas fontes disponíveis não existem mais informações sobre a aquisição de equipamentos desportivos ou de outros instrumentos de distração.

---

clausura consulte-se Soares, Ivone da Paz, “Seduções das recolhidas”, in *Cadernos do Noroeste. Série História* 3, 20 (1-2), 2003, pp. 301-302.

35 Carapinha, Aurora, “A cerca e o jardim do claustro. Dois espaços do nosso descontentamento”, in *Monumentos*, 2001, pp. 73-74.

36 ADB, Thadim, Manuel José da Silva, *Memórias de Braga*, Ms. 1055, vol II, fl. 577.

37 Situação semelhante era vivida pelas internas do recolhimento do Anjo, do Porto. Consulte-se Jesus, Elisabete Maria Soares de, *Poder, caridade e honra. O Recolhimento do Anjo do Porto (1672-1800)*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2006, p. 108, dis. de Mestrado policopiada.

38 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro da despeza 1722-1826*, Pasta 1083, fl. 7v.

A horta era cultivada por um hortelão, o qual era supervisionado pela “campeira”. Era nesse espaço que se semeavam e plantavam os legumes, se cultivavam algumas ervas medicinais e existiam flores. Os legumes destinavam-se às refeições das recolhidas e as ervas medicinais eram fundamentais para a cura de determinadas maleitas. Existindo na instituição, não se procurariam nos boticários da cidade e, dessa forma, poupava-se dinheiro. Também a necessidade de flores para a capela levava a que estas fossem plantadas e semeadas na horta, mas também só a “campeira” podia colher os legumes, as flores e as ervas. A regente podia também cortar flores, mas mais nenhuma das recolhidas estava autorizada a fazê-lo. A restrição de acesso era fundamental para se controlar um espaço importante para a economia doméstica, mas igualmente para manter as mulheres afastadas dele. Na horta trabalhava um homem e era imperioso que as recolhidas não o contactassem.

No pátio ou claustro existia um poço de onde era retirada água para as necessidades da casa antes das obras da cerca e da sua canalização<sup>39</sup>. Havia também algumas árvores com flores. Para ser melhor servida de água, em 1775, efetuaram-se obras para a conduzir do Reduto ao recolhimento e abastecer o tanque. Dentro da cerca, a água corria através de umas condutas em granito até chegar à fonte, mas também em alcatruzes de barro, assim os descrevia Paulo Vidal no risco que concebeu para a obra.

O claustro era o espaço onde as recolhidas passeavam um pouco nos diminutos tempos de lazer que tinham. Nele, passavam muito pouco tempo do dia, mas era um local de primordial importância no quotidiano destas mulheres. Quando autorizadas, podiam aceder a este espaço, passear e falar umas com as outras, devendo, mesmo assim, usar um tom de voz baixo, de forma que nunca se ouvisse no exterior do edifício. Nesse espaço não imperava o silêncio, mas era fundamental moderar o tom de voz e continuar a manter uma postura adequada e dentro das normas.

No espaço exterior, o recolhimento possuía uma corte onde engordava porcos para matar. A sua construção foi feita logo que a instituição começou em funcionamento, pois há notícia da existência de uma pocilga onde se criavam esses animais. Por vezes, a instituição adquiria leitões e criava-os para abater no ano seguinte, outras comprava-os já adultos e procedia à matança para ter carne ao longo do ano. Quando a comunidade cresceu, foi preciso manter a corte com mais porcos, por isso, em 1736 a regente adquiriu três.

Como mencionámos, a horta era cuidada por um hortelão, a quem se pagava à jorna. Quando o recolhimento começou a funcionar, a horta foi dos primeiros espaços a estar sob o olhar atento da regente, uma vez que dela podiam sair alimentos para a cozinha, fazendo diminuir as despesas. Por isso, em junho de 1722 mandou sarchar a horta, onde existiam vegetais para consumo. Mas como

39 A água era puxada através de uma corda, que se desfazia muitas vezes, devido ao esforço a que estava sujeita. Por isso, compravam-se cordas com alguma frequência em finais do século XVIII.

o espaço para cultivo era pequeno, era preciso adquirir a maioria dos produtos alimentares, como acontecia com os legumes e com outros.

Havia também um galinheiro onde se criavam galinhas para abate e se retiravam ovos. Todavia, a instituição comprava-os, provando que os das galinhas não eram suficientes e que o galinheiro devia ser uma estrutura de pequenas dimensões. Para os anos em que possuímos documentação nunca foi mencionada a compra de galinhas, o que sugere o nascimento de pintos dentro da instituição. A carne de galinha era muito apreciada e consumida, principalmente em situação de doença. Sabemos que em 1760 não era apenas um galinheiro que existia, mas pelo menos dois, uma vez que os registos falam nas capoeiras<sup>40</sup>.

A lenha era guardada num coberto, construído em maio de 1723, data em que foi chamado um carpinteiro para realizar a obra, necessária para o resguardo da lenha. Na mesma altura foi construída uma corte para os porcos e o galinheiro, significando que quando se compraram os primeiros suínos no ano anterior, devem ter ficado provisoriamente numa outra dependência.



Imagem 12. Cruz

Na cerca existe ainda hoje uma cruz em granito. Constituindo um elemento de distinção, esta cruz era usada particularmente por cardeais e arcebispos e remete para a crucificação de Jesus. Aqui era muito provavelmente feita uma via-sacra pelas recolhidas, com as 14 cruzes de madeira, que se encontravam guardadas no coro alto e eram colocadas no

momento em que se realizava a cerimónia<sup>41</sup>. Tratar-se-ia de mais um momento importante em termos espirituais, que convocaria as recolhidas à meditação e ao recolhimento interior, num ambiente mais retirado. Mesmo quando caminhavam na cerca, as recolhidas podiam meditar e encontrar nesse espaço mais uma oportunidade de vivência espiritual e contemplativa.

A existência de vias-sacras nas cercas dos conventos era corrente. Na cidade de Braga, o convento de Santa Teresa tinha uma colocada nesse espaço para uso das suas monjas.

40 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 2, não paginado.

41 Um inventário feito em 1911 apresenta as 14 cruzes de madeira da via-sacra, guardadas no coro alto.

## 2. OUTROS EQUIPAMENTOS

Para além dos espaços assinalados, existiam outros, destinados ao funcionamento da casa. Falamos agora de equipamentos relacionados com a guarda e conservação de produtos. Estes espaços ficavam no andar térreo. O celeiro, a casa da lenha e a adega recolhiam bens essenciais para a instituição. Competia à despenseira gerir o celeiro da casa, possuindo a sua chave para dar semanalmente o cereal ao moleiro que o levava à azenha para moer e trazer a farinha com que se cozia o pão. Em finais do século XVIII, este homem recebia um salário pelo serviço prestado. Porém, o moleiro deixou de ter funções a partir do momento em que o Paço substituiu o grão por dinheiro, prática em curso em 1800. Esta medida foi, contudo, temporária, pois mais tarde foi preciso novamente enviar o moleiro ao Paço para trazer o cereal prometido.

Com o aumento das recolhidas, todas as semanas era preciso comprar milho para fazer o pão e periodicamente era necessário proceder à sua moagem. Embora tenha sido raro, por vezes, também se adquiria centeio. Pensamos que se destinaria a confeccionar pão de mistura.

Era também no mesmo andar que havia uma outra arrecadação para guardar lenha, edificada no ano seguinte à abertura da instituição. Como é sabido, o recolhimento recebeu do Paço 12 carros de lenha anualmente, até data por nós desconhecida, pois em 1834 já lhe eram enviados 27 carros deste produto, tendo necessidade de a arrecadar dentro de portas. Todavia, dada a sua importância para todas as mulheres, exigia-se às supranumerárias que cada uma delas contribuísse para a lenha. Pelo menos desde a década de sessenta até ao final do século XVIII, cada uma tinha que pagar um carro de lenha anualmente, embora muitas não o fizessem e mantivessem em atraso, durante vários meses ou mesmo anos, esse pagamento<sup>42</sup>. Tratava-se de mais uma demonstração de incapacidade de assumir os compromissos com a instituição. Não apenas se verificava incumprimento no pagamento do sustento, como também no da lenha.

Era importante mantê-la em condições de arder, não devendo permanecer aos efeitos das intempéries. Todavia, quando esta não chegava, a casa comprava esta fonte calórica. Inicialmente, a lenha era cortada pelo hortelão e por ele acondicionada para poder arder na lareira, mas em finais do século XVIII, a instituição pagava a um jornaleiro para ir buscar a lenha, cortá-la e arrecadá-la. A lenha era adquirida com muita regularidade, principalmente quando existiam muitas mulheres dentro de portas, mas no Inverno gastava-se mais dinheiro na sua compra<sup>43</sup>. Todavia, no Verão, quando a lenha estava seca e pesava menos e

42 Em 1777, Maria Rita já não pagava os carros de lenha há cinco anos. ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as congras que se receberem para sustento deste Recolhimento...*, nº 3, não paginado.

43 Em novembro de 1792 comprara-se cinco carros de lenha, o que na verdade constituía um gasto assinalável deste produto.

era mais fácil armazenar, a instituição munia-se deste produto, preparando os meses de Inverno. O recolhimento comprava-a por junto, aos carros, para ser mais barata e ter grandes quantidades disponíveis, uma vez que se consumia muita lenha. Era muito frequente a instituição comprar sempre mais do que um carro de lenha em simultâneo. Como tinha de pagar para a ter dentro de portas, optava por a adquirir em quantidades suficientes para algum tempo.

Foi também corrente comprar canhotas, igualmente aos carros, o que significava que dispensava os serviços do jornaleiro para as cortar.

Para acender a lareira, a instituição comprava carqueja, produto mais pequeno e de fácil combustão.

No andar térreo guardavam-se ainda os pipos de vinho, as talhas de azeite, adquirido este último sempre em grande quantidade, e ainda a salgadeira. A instituição colhia vinho das latadas que tinha na cerca, mas recebia também este néctar do hospital de Braga, que era obrigado anualmente a mandar-lhe uma certa porção de vinho. Para podar as uveiras da cerca, o recolhimento pagava no Inverno a um homem.

Quando o vinho que tinha não era suficiente para os gastos da casa, comprava-se. Em agosto ou setembro era tempo de adquirir uma ou duas pipas de vinho, para o gasto do ano. Para armazenar este líquido, existiam os pipos ou pipas, também comprados e consertados sempre que se impunha a aquisição e o restauro. Este, por sua vez era gasto nas refeições das recolhidas, no tempero dos alimentos e ainda nas celebrações litúrgicas.

Como a instituição criava porcos, existia também uma pocilga, que devia ter uma dimensão considerável, uma vez que em finais de setecentos, compravam-se, por vezes, três porcos em simultâneo. Mas se uns eram para abate a curto prazo, outros foram comprados para criação. Num período em que a conservação da carne se fazia através da salga, a salgadeira, móvel para guardar a carne com sal, era um bem essencial. Sabemos que anualmente a instituição matava porcos, logo precisava de manter a carne em condições de ser servida durante o ano, tendo para o efeito uma arca para salgar.

### 3. OS SÍMBOLOS DO PODER

A Igreja Católica e particularmente o arcebispo fundador estão presentes em diversos espaços do complexo habitacional e da capela, através de um conjunto de símbolos que se encontram espalhados. Como instituidor, D. Rodrigo de Moura Teles mantém uma forte presença na instituição, deixando marcas perpetuadas no tempo. Tratava-se de uma forma de domínio exercido sobre as mulheres, pois rememorava a sua figura num quotidiano muito hierarquizado e pautado por regras e formas de controlo<sup>44</sup>. Por constituírem instru-

44 Veja-se Bourdieu, Pierre, *O poder simbólico*, Lisboa, Difel, 1989, pp. 7-15.

mentos de comunicação, os símbolos de poder do recolhimento chamam a atenção para aspetos fundamentais da vida desta casa e das suas recolhidas.

Na frontaria do edifício, a imagem de Santa Maria Madalena, arrependida, anunciando e definindo o perfil da instituição, constitui uma visão fortíssima, que o entendimento da frase em latim, bem como de outros símbolos que a ladeiam esclarecem o transeunte do carácter do recolhimento. Mesmo para quem não dominava o latim, a maioria das pessoas, a mensagem era rápida de apreender, devido à posição em que Santa Maria Madalena se encontra. Mas é também na frontaria do edifício que se encontra um brasão de D. Rodrigo de Moura Teles, anunciado a todos os transeuntes quem o fundou e o espaço religioso que ali se encontra.

No interior, os símbolos são em maior quantidade. O brasão de D. Rodrigo de Moura Teles encontra-se espalhado por diversos espaços, rememorando o fundador e os objetivos da criação. Também a existência do seu retrato e do arcebispo D. frei Caetano Brandão (1790-1805) recordam a tutela dos arcebispos e a sua presença física, aliás, a escassas centenas de metros. Elucidam de igual forma as benfeitorias que fizeram ao recolhimento.

Porém, as marcas deixadas por D. Rodrigo são mais forte. Os sinos, as sinetas, o frontal do altar-mor, o retábulo e o púlpito ostentam o seu brasão, criando identidade e exibindo o poder do fundador.

A cruz de granito existente na cerca constitui outro exemplo do poder religioso na instituição. Embora colocada num lugar menos sagrado, convocava as mulheres ao recolhimento interior, à oração e a recordar a paixão de Cristo. Também as cruces, crucifixos e oratórios existentes nas celas ou em outros locais interiores apelam à presença divina e à necessidade de orar.

As alfaias religiosas, a imaginária, os paramentos e a variedade de conjuntos de jarras são demonstrativos do investimento feito no setor religioso e contrastam com a austeridade e simplicidade exigida nas celas. A capela, a sacristia, o coro alto e o coro baixo eram os lugares mais solenes da instituição e mais intimamente ligados ao poder espiritual da Igreja Católica.

Percorrer hoje os espaços do recolhimento é ser confrontado ainda com muitos destes símbolos do poder: marcas deixadas com mensagens mais ou menos explícitas que o visitante não ignora, pela ambiência criada, pela forma como se impõem e pela memória que carregam.

# CAPÍTULO IV

## 1. O SUPORTE FINANCEIRO

Estudar as finanças de uma instituição nem sempre é tarefa fácil, devido quase sempre a duas razões principais: ou existe uma grande abundância de livros de receita e despesa, de tal ordem que implica selecionar e tomar decisões, uma vez que os dados são em muitos casos repetitivos; ou escasseiam as fontes. Este último caso acontece normalmente quando as instituições estão no começo, quando o arquivo se perdeu ou ainda se no mesmo livro forem lançados vários assuntos. Tudo depende de quem esteve à frente da instituição, de quem fez os registos e da maneira como se conservou ou não o arquivo.

No recolhimento de Santa Maria Madalena estamos perante o segundo caso. Apesar de se ter recuperado uma parte, o arquivo está delapidado, faltam livros que seriam de grande importância para analisar o pulsar económico da instituição e os livros de receitas e despesas que se conservam são poucos. Sublinha-se particularmente a carência de livros de gastos, existindo apenas informações para pequenos períodos. O primeiro contém informações dispersas e variadas, não se cingindo apenas aos aspetos económicos. Se inicialmente a regente assentava as despesas feitas de forma regular, embora fizesse muitos averbamentos laterais que não facilitam a consulta do documento, posteriormente os registos perderam essa sequência, escasseando a informação. Mais tarde, já no governo de D. Rosa Maria dos Serafins, a clareza voltou a impor-se nos registos, mas também num período limitado de tempo. Para além deste livro existem mais dois: um de despesas e outro de receitas, para períodos distintos e apenas para alguns anos do século XVIII.

Perante a informação disponível, a opção foi trabalhá-la na totalidade, de forma a ser possível entender o grande quadro económico da instituição, as alterações sofridas e as medidas tomadas em cada momento para conservar a saúde financeira do recolhimento.

Quando a instituição abriu portas contava somente com o dinheiro, os cereais e a lenha que vinham do Paço e que a regente devia mandar arrecadar todos os meses. Era uma receita segura que permitia alguma tranquilidade às mulheres do número, bem como à regente e à porteira, por terem assegurado o seu sustento. A superiora recebia também os salários do médico, cirurgião,

sangrador, capelão e criada e um fundo para a despesa da capela e obras no edifício, dinheiro que vinha igualmente da Mitra.

Enquanto o arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles foi vivo não se conheceu nenhum sobressalto no envio do dinheiro e dos outros bens para o recolhimento, porém, em 1728, logo após a sua morte, abriu-se um período de Sé Vacante (1728-1741) e a regente teve de solicitar o despacho dos bens e dinheiro a que usualmente as recolhidas tinham direito. Isabel do Sacramento queixou-se do padre Feliciano Barbosa ao Cabido, por este não lhe querer entregar as quantidades de pão determinadas, nem o tesoureiro da Mitra lhe disponibilizar o dinheiro para os alimentos e pagamentos dos salários referidos e ainda o respeitante à manutenção da capela. Recordava também os carros de lenha que anualmente lhes eram entregues pelo Paço e chamava a atenção para a pobreza da casa. O seu pedido foi deferido pelo chantre, desaconsando toda a instituição<sup>1</sup>.

Embora o Cabido tenha criado problemas ao envio dos bens e dinheiro para Santa Maria Madalena, desconhecem-se as verdadeiras razões, uma vez que esta instituição manteve durante o período de Sé Vacante uma interessante ação esmoler junto de alguns pobres da cidade. O maior volume de petições providas foi de mulheres, atingindo quase o dobro do número de homens, significando a preferência dada a este sexo. As dádivas recaíam em roupa e dinheiro, atingindo a roupa 92% das ofertas, o que não deixa margem para dúvidas sobre os pedidos efetuados<sup>2</sup>.

Apesar deste percalço, o esmero com que esta regente cuidava da instituição constituiu um marco na sua administração, pelo menos nesta fase da sua vida. Como sabemos, Isabel do Sacramento passou muito dos seus anos nesta instituição como regente. Diligente e muito interessada na saúde financeira da instituição, lutou para que não faltasse o sustento às internadas nem o recolhimento perigasse por falta de verbas. Perante a carência de receitas, adiantava dinheiro seu, sendo posteriormente ressarcida.

Porém, com o aumento da instituição, causado pela procura de porcionistas, as receitas foram-se alterando. Na segunda metade de setecentos, a receita era principalmente constituída pelas verbas que chegavam da Mitra, pelo dinheiro dado a juro, pela venda de alguns bens, como, por exemplo, farelo e centeio, pelo pagamento das porcionistas, pelo rendimento de alguns legados e por algumas esmolas<sup>3</sup>. Nesta altura, a receita vinda da Mitra já não

1 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1099, doc. avulso, não paginado.

2 Leia-se Dinis, Celeste; Barbosa, António Francisco, "Pobreza e caridade: a acção assistencial do Cabido Bracarense (1728-1741)", in *Cadernos do Noroeste*. Série História, 2, 20 (1-2), 2003, pp. 497-522.

3 A regente referiu em 1765 ter recebido 4800 réis de esmola, de um "servo de Deos", destinados à consoada das recolhidas. ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as congras que se receberem para sustento deste Recolhimento de Santa Maria Magdalena e de S. Gonçalo*, nº 3, não paginado.

se cingia às 12 recolhidas do número, regente e porteira. A política de assistência do Paço tinha-se alterado e estavam a ser sustentadas 24 mulheres em 1767, o que significava quase o dobro do determinado inicialmente. A partir de 1762 surge uma menção interessante sobre a atividade das recolhidas, vulgar, aliás, em alguns conventos. Dedicavam-se também à confeção de doces para o exterior, como passou a acontecer com os “bolinhos” que faziam para a festa de São Nicolau, do convento do Pópulo, da cidade<sup>4</sup>. Se facilmente se constata que o provento vindo do Paço arquiiepiscopal é muito significativo, o pagamento das supranumerárias atinge números igualmente interessantes, embora seja preciso explicar que muitos deles surgem com significativos atrasos para uma instituição que tinha de alimentar e cuidar de mulheres sem terem pago.

Já para finais do século XVIII, as principais fontes de rendimento do recolhimento eram provenientes do Paço, da entrada das porcionistas e do dinheiro que andava a juro. Ou seja, a instituição dispunha de alguma liquidez que emprestava a pessoas da cidade e de fora dela<sup>5</sup>, mas a sua situação financeira estava a degradar-se, devido ao atraso no pagamento dos juros e dos foros. Porém, contava ainda com os pagamentos, os chamados dotes das porcionistas, as quais durante o século XVIII e inícios do seguinte fizeram aumentar substancialmente a população desta instituição. Em 1722 duas irmãs de Águas Santas, concelho da Póvoa de Lanhoso, pagaram de dote de entrada 880 réis, montante que a regente registou em dezembro desse ano. Todavia, como não possuímos informação quantitativa relativamente às outras receitas não conseguimos apurar o significado do pagamento das porcionistas na receita total da casa. Desconhecemos também se todas as porcionistas pagavam a mesma quantidade de dinheiro à entrada para a instituição. Para o começo do século XIX foi possível estudar um ano de receitas. Sabemos da falta de representatividade dos dados avançados, mas decidimos não privar o leitor das informações que possuímos e que dão uma imagem, embora limitada, das receitas nesse momento.

4 Neste ano a encomenda rendeu 5.000 réis. ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as congras que se receberem para sustento deste Recolhimento ...*, nº 3, não paginado.

5 A propósito do empréstimo de dinheiro e juro leia-se Amorim, Inês, “Património e crédito: Misericórdia e carmelitas de Aveiro (séculos XVII e XVIII)”, in *Análise Social*, vol. XLI, 2006, pp. 693-729.

Gráfico 1  
 Receitas do recolhimento (julho de 1799 a julho de 1800)



Fonte: ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Este livro he aonde se deve carregar todo o dinheiro que receber tanto da renda do recolhimento como o recebido de nosso Prelado para o sustento das recolhidas*, Pasta nº 1081, fls. 6-10.

Através da sua análise é possível verificar que, neste momento, o maior contribuinte da instituição era a Mitra, correspondendo a 31% das receitas totais. Porém, também as supranumerárias pagaram para o seu sustento, como anteriormente referimos, significando uma receita que, tal como a anterior, era utilizada para a manutenção das mulheres. Nessa altura, o pagamento que os familiares das supranumerárias faziam era realizado mensalmente ou de dois em dois meses e representava 27%. Os juros, tal como se verifica no gráfico, eram uma interessante fonte de rendimentos, significando 22% das receitas totais e aproximava-se ao dinheiro pago pelas supranumerárias. Apesar de não ser seguro, este era um investimento feito por todas as pessoas e instituições, quando tinham liquidez financeira.

Neste ano, o montante que ficou no cofre ascendeu a 12%, enquanto o remanescente do pagamento dos ordenados significava 4%. Em “outros” incluímos o pagamento de dois almudes de vinho que o hospital de São Marcos fazia à instituição, a renda do aluguer de uma casa e o pagamento de uma dívida de uma recolhida. Como se percebe, se retirarmos os montantes respeitantes ao sustento das recolhidas, vindos da Mitra e pagos pelas próprias, os juros constituem a principal fonte de rendimentos. Neste ano, apenas se registou verbas de uma recolhida, o que constituiu um reembolso para a ins-

tituição de 10.000 réis<sup>6</sup>, manifestamente pouco para um período de escassas receitas e de tantas entradas! Mesmo assim, percebemos que não se gastava tudo o que se recebia e que existia dinheiro em cofre que transitava para o ano seguinte, como constatámos. Nem sempre seria assim, mas, neste virar de século, aconteceu.

No dealbar do século XIX, o conflito luso-espanhol (guerra das Laranjas) em 1801 e as invasões francesas (1807-1810) aceleraram o estado de crise económica em que vivíamos. Apesar de a agricultura continuar a ser a principal atividade económica do país, encontrava-se cheia de bloqueios e o comércio interno padecia de um grande regionalismo. Por sua vez, a fuga da família real para o Brasil e o tratado de comércio com a Inglaterra de 1810 refletiram-se no nosso comércio internacional<sup>7</sup>.

Antes, durante e após as lutas liberais de 1832-1834, a situação económica nacional foi também muito difícil, não apenas pela instabilidade causada no sistema produtivo, mas também devido aos empréstimos contraídos no estrangeiro. Por sua vez, a instabilidade política que se seguiu não ajudou, de igual forma, à resolução do problema.

Nesse período, Braga encheu-se de tropas com a aclamação de D. Miguel e existiam movimentações militares por todo o lado. Durante o tempo de guerra, a cidade sentia-se amedrontada e constituiu-se num local de passagem de tropas que circulavam entre localidades. A presença dos homens da guerra era sentida em todos os sítios, com os benefícios e malefícios que lhe estão agregados<sup>8</sup>. Com tantos militares na cidade, devido aos conflitos, foi necessário montar vários hospitais que os recebessem para além do de São Marcos. D. Miguel quando chegou à cidade visitou esses centros de tratamento, falando com os soldados enfermos, manifestando preocupação com o seu estado de saúde e procurando manter ânimo no corpo do Exército<sup>9</sup>. D. Miguel esteve também em muitos conventos masculinos e femininos da cidade, mas não consta que tenha visitado recolhimentos e muito menos o de Santa Maria Madalena, mormente ter passado pelo campo de Santa Ana. Aqui visitou o convento de Nossa Senhora da Penha de França, tendo o recinto se enchido de pessoas, que o ovacionaram.

Até 1834 as recolhidas de Santa Maria Madalena recebiam para as do número 27 carros de pão, pagos pelo celeiro do Micho, e 700 mil réis em dinheiro além das “boticas”. Desapareceu, todavia, a menção relativa ao pagamento de obras. Estamos num período de mudanças, tendo o recolhimento

6 Desconhecemos a que tipo de pagamento se refere.

7 Este assunto encontra-se analisado por Mendes, José Amado, “Evolução da economia portuguesa”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 315-317.

8 Leia-se Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, nº 334, fls. 15- 27.

9 Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, nº 334, fl. 36.

que se adaptar às novas circunstâncias. Com o advento do Liberalismo, foram introduzidas alterações nestas instituições, as quais se viram obrigadas a enviar mapas das receitas e despesas, do dinheiro a juro, dos legados, etc. Estes documentos eram dirigidos ao administrador do concelho, que os fazia transitar para o governador civil. Constituía uma forma do Estado controlar e ingerir-se nos assuntos internos das instituições. No mapa elaborado em 1837, as recolhidas fizeram um brevíssimo historial da instituição, afirmando que o seu instituidor fundou a casa para as mulheres que quisessem “deixar o seculo, e viver bem, e para as mais que quizerem fugir as occasions delle”. Na mesma ocasião queixaram-se, afirmando que “hoje nada recebem vivendo de esmolos dos bons fieis”<sup>10</sup>, o que não correspondia à verdade. A acusação dirigida contra o Paço era grave e não era verdadeira. Porém, o lamento e os pedidos frequentes eram características de muitas instituições. Sempre que passavam alguma carência, usavam esse argumento para se lastimarem e informarem que não podiam cumprir os seus objetivos, devido à situação em que se encontravam. É evidente, que após a revolução liberal e o triunfo do Liberalismo, as instituições de pendor religioso passaram por uma situação complicada. No documento enviado eram assinalados dois tipos de informações: um respeitante às finanças da instituição e outro ao seu governo. Fornecia-se informação sobre os bens imóveis e os rendimentos que deles se auferiam, o dinheiro a juro existente, a aplicação das receitas e escrutinavam-se igualmente os juros, ao mesmo tempo que se identificavam os devedores. Sobre a administração da instituição, mencionavam-se as pessoas envolvidas, bem como as regras que se cumpriam dentro de portas. Os assalariados eram igualmente identificados. Dava-se também informação sobre as festas existentes e a despesa efetuada em cada uma delas<sup>11</sup>.

A análise deste documento possibilita ficar na posse de uma informação preciosa para compreender o seu funcionamento, as receitas e os setores de despesa.

Para além da receita assinalada, a chegada de alguns legados contribuiu para que a instituição se mantivesse.

A preocupação com a salvação da alma levou a que todos os que podiam exercessem a caridade, deixando legados não apenas para se cuidar diretamente da alma, com a celebração de ofícios e de missas, mas também para beneficiar pobres<sup>12</sup>. A caridade era um bem precioso para a salvação. Num período em que se acreditava que os mortos passavam por dois julgamen-

10 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1081, doc. avulso, não paginado.

11 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1082, doc. avulso, não paginado.

12 Sá, Isabel dos Guimarães, “Práticas de caridade e salvação da alma nas Misericórdias metropolitanas e ultramarinas (séculos XVI-XVIII). Algumas metáforas”, in *Oceanos*, 35, 1998, pp. 42-50.

tos: um no momento após o falecimento e outro no Juízo Final<sup>13</sup>, investir na caridade era esperar que o gesto de ajudar os pobres facilitasse o caminho da salvação. Aguardava-se também que os ajudados implorassem pela alma dos que tinham falecido<sup>14</sup>. Auxiliar um recolhimento para mulheres descaídas era uma obra meritória e contribuiria para ajudar a alcançar a glória eterna. Por esta razão, foram-lhe deixados alguns legados, mas curiosamente quase todos após o período da sua edificação. Este não foi caso único. Outros recolhimentos destinados a converter mulheres consideradas pecadoras receberam também ajuda de benfeitores<sup>15</sup>. À medida que os anos passaram os legados diminuíram, talvez devido à progressiva laicização da sociedade, que, embora de forma lenta, também se começa a sentir em Braga em finais de setecentos.

Em 1773, a instituição abriu um livro propositadamente para registar a renda de umas casas que possuía na Senhora-a-Branca, local próximo do campo de Santa Ana, onde estava a instituição, as quais andavam aforadas. Nele passou a integrar também o registo do dinheiro que tinha a juro. Ou seja, o livro, como referimos para alguns deles, registava vários assuntos. O foro era pago anualmente e constava de 200 mil réis, os quais se venciam pelo São Miguel (29 de setembro). As casas estavam arrendadas à irmandade de Nossa Senhora-a-Branca, instituição poderosa, que tinha sede na igreja do mesmo nome. Até 1792 estes rendimentos chegaram ao recolhimento com regularidade, mas a partir dessa data deixaram de ser pagos no prazo estipulado. Entretanto, a parcela paga anualmente tinha subido para 600 réis, triplicando em 20 anos o montante. A inflação e a falta de liquidez da confraria podem ter sido os responsáveis pelos atrasos, facto que penalizava a instituição rectora. A partir desse momento, o pagamento efetuou-se sempre com grandes atrasos<sup>16</sup>.

À semelhança do que se passava com as rendas e os foros agrícolas, também os foros dos prédios urbanos se atrasavam. A crise de finais de Antigo Regime atacava todos e impedia os rendeiros de honrarem os seus compromissos, atirando-os muitas vezes não apenas para o incumprimento, mas também para a situação de devedores, pois recorriam ao crédito para saldar dívidas<sup>17</sup>.

.....  
13 Sobre o Purgatório enquanto lugar intermédio e sítio de onde as almas podiam ser resgatadas leia-se Le Goff, Jacques, *O nascimento do Purgatório*, Lisboa, Ed. Estampa, 1995, pp. 18-27.

14 Ramos, Odete, *A gestão dos bens dos mortos na Misericórdia dos Arcos de Valdevez: caridade e espiritualidade (séculos XVII-XVIII)*, Arcos de Valdevez, Santa Casa da Misericórdia dos Arcos de Valdevez, 2015, pp. 43-65.

15 O recolhimento do Paço do Conde, de Coimbra, pelos fins a que se destinava e por não ter rendas próprias contou com a ajuda de alguns benfeitores. Leia-se Roque, João Lourenço, "Dramas individuais e familiares na biografia de algumas mulheres do Paço do Conde", in *Biblos*, vol. LXIII, 1987, pp. 226-227.

16 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Este livro he pera se lançarem nelle as pagas do foro que se paga destas cazas a Nossa Senhora a Branca*, Pasta 1094, fl. 5v.

17 Veja-se o trabalho de Oliveira, Aurélio, "Renda agrícola em Portugal durante o Antigo Regime

No começo do século XIX, a instituição era também dona de três casas, situadas na rua das Águas, que estavam unidas a um quintal onde existia um poço. Estes prédios andavam arrendados, mas desconhecemos como chegaram à sua posse<sup>18</sup>. Até 1826 estes foros foram pagos atempadamente, mas a partir dessa data entraram em atraso, como os anteriores<sup>19</sup>. Nessa altura, a instituição recebia de aluguer destas casas 47.090 réis anuais, mas os inquilinos não conseguiam pagar a totalidade da renda, mantendo uma parcela em atraso.

Algum do dinheiro que chegava através de legados era posto a render a juros, tendo a instituição entregue a vários solicitadores montantes, que nem sempre chegavam no tempo acordado, como, aliás, se fazia sentir em muitas outras instituições que também se dedicavam a esta prática<sup>20</sup>. Entregar dinheiro a juro constituía uma boa estratégia financeira quando os juros e o montante emprestado regressavam no tempo estipulado. Porém, podia transformar-se num negócio ruinoso, porquanto as faltas de pagamento eram muitas e agravaram-se com o decorrer dos séculos XVIII e XIX. Esta situação era corrente em muitas instituições e provocava penúria por falta de verbas<sup>21</sup>. Para tratar deste assunto, a instituição tinha um procurador, a quem pagava pelo serviço prestado. Não raramente, em finais do século XVIII, este homem teve de se deslocar a várias terras próximas da cidade para cobrar os juros do dinheiro que estava emprestado, pressionando presencialmente os devedores.

Os solicitadores de dinheiro emprestado eram da cidade e das vilas próximas e pertenciam a todos os grupos sociais. Todavia, eram principalmente os casados que pediam crédito. Faziam escritura pública, davam hipoteca e apresentavam fiadores, mas mesmo assim muito dinheiro chegou tarde à instituição, não cumprindo o prazo de entrega dos juros nem do montante pedido.

Os empréstimos estavam normalmente vinculados à elaboração de uma escritura notarial e ao pagamento de juros anuais, que em 1757 ficaram tabe-

.....  
(séculos XVII-XVIII): alguns aspectos e problemas", in *Revista de História Económica e Social*, 6, 1980, pp. 1-56.

18 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro das lembranças dos dinheiros que prezentemente trás a juro o Recolhimento de Santa Maria Magdalena e de S. Gonçalo desta cidade de Braga, 1818*, Pasta 1081, fl. 1.

19 A instituição de legados verificou-se de igual forma no recolhimento de convertidas de Coimbra. Para o seu estudo leia-se Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social (1750-1850)*, vol. I, Viseu, Palimage Editores, 2000, pp. 438-442.

20 Confira-se Rocha, Maria Manuela, "A actividade creditícia em Lisboa (1770-1830)", in *Análise Social*, vol. XXXI, (136-137), 1996, pp. 579-598.

21 A confraria do Menino Deus, da freguesia de Maximinos de Baga, sentiu a diminuição das suas rendas provenientes do empréstimo de capitais entre os finais do século XVIII e o advento da nova centúria. Veja-se Flores, Maria José Vieira de Azevedo, *A confraria do Menino Deus e a paróquia de Maximinos (1700-1850). População, Sociedade e Assistência (1700-1850)*, Braga, Universidade do Minho, 1994, pp. 99-106, dis. de Mestrado policopiada.

lados à razão de 5%. A esta forma de conseguir capital recorriam “todos os estratos sociais”, quando necessitavam para resolver as suas necessidades<sup>22</sup>.

Todavia, esta não era apenas a única maneira de atuação. Para as recolhidas e outros solicitadores que recorriam ao crédito, não se exigia escritura, mas penhores, como garantia de pagamento.

O recurso ao dinheiro da instituição tornou-se muito evidente em finais do século XVIII para algumas recolhidas. Sem dinheiro para pagar as suas despesas, várias porcionistas lançaram mão às joias que possuíam e deram-nas como garantia do dinheiro pedido num momento de aflição e de grande inflação.

### Quadro 1

#### *Empréstimos feitos a recolhidas (1793-1796)*

<b>Ano</b>	<b>Nome</b>	<b>Montante solicitado</b>	<b>Penhores entregues.</b>
1793	Engrácia Maria	Duas moedas de ouro	Uns brincos, um laço de diamantes e um “lacinho” de ouro, que pesavam 12.800 réis. Pagou.
1793	D. Luísa Antónia	Meia moeda de ouro	Duas fivelas de prata, que pesam 3 mil réis.
1793	D. Leonor	Meia moeda de ouro	Um anel de diamantes, que pesa mais de 6 mil réis.
1794	Engrácia Maria	18 tostões	Uns brincos, que pesam 25 tostões.
1794	Maria de Sá	Três cruzados novos	Um laço de ouro, que pesa mais de 2 mil réis.
1794	Ana da Trindade	Uma moeda de ouro	“hua pouca de Roupa que a vale muito bem”.
1794	Custódia do Lago	16.000 réis	Um cordão, que pesa 25 mil réis.
1794	Custódia do Lago	4.000 réis	Dois fios de contas em ouro.
1794	Rosa Angélica	14.200 réis	Umhas esporas de prata, três laços de ouro, três pares de brincos, dois fios de contas em ouro.
1794	D. Ana Clara	4.000 réis	Umhas fivelas de prata e uns brincos com três pingentes.
1794	Antónia	3.600 réis	Um laço.
1796	D. Maria Joana	5 tostões	“Hum vestido de seda que se acha na mão de Engrácia Maria”.

Fonte: ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 2, não paginado.

.....  
 22 Rocha, Maria Manuela; Sousa, Rita Martins de, “Moeda e crédito” in Lains, Pedro; Silva, Álvaro Ferreira (orgs.), *História Económica de Portugal 1700-2000, O século XVIII*, vol. I, Lisboa, ICS, 2005, p. 230.

Como se constata, a procura de dinheiro dentro da instituição, principalmente entre 1793 e 1794 foi significativa por parte de algumas mulheres. As recolhidas davam como garantia o que tinham de melhor, ou seja, as suas joias e quem não as possuía oferecia a roupa. Eram bens preciosos, que denotam a pertença a um estrato superior, quer pela sua qualidade, quer pela quantidade. O facto de pelo menos duas das recolhidas se servirem mais do que uma vez deste expediente denota a falta de dinheiro, mas também a capacidade de pagar os juros e o montante solicitado. Aconteceu, ainda que algumas tiveram dificuldades em pagar a dívida. Por exemplo, Custódia do Lago tinha em 1796 parte da dívida paga, mas não a sua totalidade. Também D. Ana Clara pagou o próprio, mas estava a dever os juros de dois anos, em 1796.

Porém, quando se efetuam as contas e se convertem as moedas em réis, facilmente se verifica que o recolhimento não ficava a perder, caso a dívida não fosse saldada. Os penhores valiam sempre mais que o montante emprestado. Essa garantia servia também para amortizar os juros, em caso de falta de pagamento.

Solicitar dinheiro a juro ao recolhimento foi, por conseguinte, uma estratégia seguida pelas que se encontravam em aflição, sem capital para pagar o seu sustento, provando que as famílias as tinham abandonado, deixando-as entregues a si próprias.

Durante os anos em análise, a instituição emprestou outro dinheiro, principalmente a homens da cidade, após ser lavrada uma escritura pública.

Como referimos, nem todos os solicitadores davam fiadores. Em 1812, a instituição obrigou a apresentação de uma hipoteca a Francisco José Lopes, escrivão das Execuções do Juízo do Cível, que pediu conjuntamente com sua esposa, Francisca Rosa da Silva, moradores na rua dos Chãos de Cima, 40 mil réis ao recolhimento. Hipotecaram uma casa com quintal e poço que tinham e deram como fiador António José Malheiro<sup>23</sup>. Verificamos em vários exemplos que ou se pediam dois fiadores, ou no caso de ser apenas um, exigia-se uma hipoteca. Por vezes, algumas escrituras foram reformadas, para segurar melhor o dinheiro<sup>24</sup>, como vulgarmente era seguido em várias instituições credoras<sup>25</sup>.

23 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1090, fl. 32.

24 Como aconteceu com o montante pedido por Luís da Silva Coelho Carvalho e sua mulher Maria Josefa Vieira Machado de Barbosa. ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro das lembranças dos dinheiros que prezentemente trás a juro o Recolhimento de Santa Maria Magdalena e de S. Gonçalo desta cidade de Braga, 1818*, Pasta 1081, fls. 12-12v.

25 Para o caso das Misericórdias veja-se o trabalho de Costa, Américo, *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães (caridade e assistência no meio vimaranense dos séculos XVII-XVIII)*, Guimarães, Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 1999, pp. 105-128; Para a confraria de Nossa Senhora do Carmo, de Braga consulte-se o trabalho de Silva, Sara, "A contabilidade da confraria de Nossa Senhora do Carmo (1758-1834)", in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *As confrarias de Braga na época barroca*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, 2016, pp. 103-105.

As quantias de dinheiro emprestado não eram elevadas, rondando 20, 40 e 100 mil réis, mas em 1799 foram emprestados 500 mil réis a Luís da Silva Coelho de Carvalho e a sua mulher Maria Josefa da Silva Vieira Machado de Barbosa, moradores na sua quinta, em Amares. Esta escritura foi refeita em 1814, por a dívida ter ascendido a 659.000 réis. Nessa altura, Luís da Silva Coelho de Carvalho era já viúvo e deu como seu fiador o seu filho Francisco José Machado de Magalhães, morador na sua quinta, de Basto. A escritura feita no recolhimento, contou com a regente, deputadas e outras recolhidas, na parte de dentro da portaria e o devedor, o fiador, o tabelião e testemunhas, da parte de fora, tendo acordado ratificar a dívida existente de 659.000 réis do citado devedor. Este deu como hipoteca todos os seus bens móveis e de raiz, incluindo o terço de sua alma, bem como outros bens que pudesse vir a ter. A dívida tinha aumentado, por dificuldade de pagar os juros. O devedor tinha inicialmente pedido 400.000 réis, depois mais 100.000 réis e para pagar os juros solicitou mais 159.000 réis, estes últimos para lhos entregar sob a forma de pagamento de juros<sup>26</sup>.

Tamanha quantia só tinha sido referida uma vez, quando foram emprestados 500 mil réis à casa do Passadiço, da cidade, e se pagaram 25.000 réis de juro, em 1767<sup>27</sup>.

A dificuldade de pagar os juros levava a que a dívida inicial aumentasse e para a manter mais segura recorria-se ao expediente de fazer outra escritura referente ao novo montante<sup>28</sup>. Os devedores quando não os conseguiam saldar, davam apenas parcelas do dinheiro em falta ou recorriam a outras formas de pagamento que não em dinheiro. Em 1834 António José Ferreira deu uma pipa de vinha ao recolhimento em desconto dos juros vencidos no ano transato, referentes ao empréstimo de 320.000 réis, contraído em 1792<sup>29</sup>. A mesma estratégia foi seguida por seu filho, passados dois anos, para pagar os juros da dívida de seu pai, entretanto falecido. A incapacidade de fazer frente às obrigações era real e levava a lançar mão do que se tinha para honrar os compromissos. Para o recolhimento esta mudança era vantajosa, uma vez que gastava o vinho no consumo diário.

A entrega de dinheiro a juro era comum a muitas instituições religiosas da cidade. Para além de várias confrarias, da própria Misericórdia, também os conventos se entregavam a esta prática como forma de rentabilizar capitais.

26 ADB, Fundo Notarial, Livro nº 910, fls. 121-122.

27 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as congras que se receberem para sustento deste Recolhimento...*, nº 3, não paginado.

28 Sobre o incumprimento dos devedores da nobreza leia-se Monteiro, Nuno Gonçalo, *O crepúsculo dos Grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003, pp. 369-373.

29 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro das lembranças dos dinheiros que prezentemente trás a juro o Recolhimento de Santa Maria Magdalena e de S. Gonçalo desta cidade de Braga*, 1818, Pasta 1081, fls. 6-7.

Na década de 70 do século XVIII, os juros representavam 77% das receitas do convento feminino dos Remédios, enquanto os dotes ascendiam apenas a 23%. Por razões várias, a instituição passava nessa fase por uma situação complicada em termos financeiros<sup>30</sup>.

Gerir o setor dos juros implicava seguir várias estratégias e, por vezes, adaptar cada uma ao caso específico. Em 1835, o locatário das casas da Ponte fez obras e por isso, o montante gasto foi deduzido aos juros que devia ao recolhimento<sup>31</sup>.

Para além dos rendimentos assinalados, o recolhimento de Santa Maria Madalena vendia farelo e o estrume das cloacas. Em 1837 a instituição era também detentora de três moradas de casas, situadas na rua da ponte de Guimarães, e de várias escrituras de dinheiro a juro, no valor de 1.549.000 réis, mas considerava que 300 mil réis eram de difícil cobrança, por estarem praticamente perdidos. Nesse momento, a casa lançava mão do que tinha para fazer dinheiro. A venda do farelo indicia o aproveitamento de tudo o que possuía para alcançar alguma liquidez.

Como referimos, apesar de os juros proporcionarem rendimentos elevados, constituíam um setor de risco, porque nem sempre eram pagos atempadamente, quer os juros, quer o montante solicitado e, por vezes, tornava-se mesmo impossível cobrá-los<sup>32</sup>. No mapa elaborado em 1837 dava-se também conta de que o legado instituído por Catarina Pinheiro para alimentar oito recolhidas só sustentava duas, o que significava que estava reduzido a um quarto, provavelmente devido à inflação e à falta de rendimento do dinheiro que andava a juro.

### 1.1. Os legados e as esmolos

Como outras instituições, Santa Maria Madalena recebeu alguns legados e esmolos, embora para receber legados, necessitasse do consentimento do arcebispo. Por isso, em 1736, a “Regente e mais do Governo” solicitaram autorização ao Cabido para poderem aceitar um legado de uma missa quotidiana, a celebrar na sua capela, em troca de três mil cruzados. As recolhidas consideravam um negócio vantajoso, já que lhes proporcionava missa diária gratuitamente, ficando-lhes ainda 15 mil réis de remanescente anual para aplicarem

30 Silva, Ricardo, *Casar com Deus: vivências religiosas e espirituais na Braga Moderna*, Braga, Universidade do Minho, 2011, p. 168, tese de Doutoramento policopiada.

31 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1081, fl. 114v.

32 Quando havia dificuldade de cobrança podia refazer-se a escritura, dar novas fianças, mas o perigo de insolvência estava latente, o que preocupava muito as instituições prestadoras de dinheiro. Leia-se para este assunto Elias, Luís Filipe da Cruz Quaresma, “A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra e o empréstimo de dinheiro a juros (1753-1765)”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, tomo I, 10, 2010, pp. 274-281.

no recolhimento. Antes de se pronunciar, o Cabido ordenou à regente para envolver toda a comunidade na decisão a tomar, tendo esta, informado o seu parecer favorável. Após os procedimentos, o órgão da Sé anuiu no pedido feito e ordenou a celebração do contrato<sup>33</sup>.

A instituição recebia também 16 almudes de vinho anualmente, pagos pelo hospital de São Marcos da cidade, devido a um legado que nele foi instituído pelo cônego Constantino da Silva Rego, “barba negra”, em data desconhecida, e destinado às missas celebradas na capela, pedindo em troca que as recolhidas rezassem uma Avé Maria pela sua alma<sup>34</sup>. Como aconteceu com o rendimento de outros legados, também neste recolhimento quando passou a ser pago em dinheiro, o montante era dado a juro, como se verificava na década de setenta de setecentos. As informações sobre este legado são mais abundantes a partir de 1820, continuando a ser enviado para a instituição na década seguinte<sup>35</sup>.

A documentação analisada prova ainda que as próprias recolhidas eram contribuintes ativas da instituição. Falamos naturalmente das que podiam fazê-lo e não de todas as mulheres. Quando foi preciso realizar obras no poço do pátio ou claustro, algumas delas contribuíram com dinheiro para que pudessem ser concretizadas, o que indicia falta de fundos da própria instituição.

A recolhida Paula de Jesus deixou em 1743 um importante legado à instituição para promover as festas de Santa Maria Madalena e de Nossa Senhora da Boa Nova. Dos 400.000 réis que tinha a juro no convento de Nossa Senhora da Conceição da cidade, deixou 100 mil réis para as referidas festividades e ainda o seu oratório particular para o coro alto<sup>36</sup>.

Instituir festas religiosas era uma outra forma de engrandecer a instituição. Numa altura em que a festa representava grandeza, fausto e proporcionava visibilidade aos promotores, realizá-la conferia mais momentos de oração e de assistência a atos religiosos, mas também maior brilho institucional.

Braga foi no século XVIII uma cidade em festa. A Sé, o Cabido, a Mitra, os muitos conventos, recolhimentos, confrarias, igrejas paroquiais e pessoas particulares realizavam festas ao longo do ano, fazendo com que a cidade estivesse praticamente sempre em festa<sup>37</sup>.

A instituição de festas por pessoas particulares não era comum, mas acontecia com alguma regularidade. Constituíam, geralmente, formas de homena-

33 ADB, Fundo do Registo Geral, Livro nº 102, fls. 245v.-247.

34 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as congras que se receberem para sustento deste Recolhimento...*, nº 3, não paginado.

35 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Este livro he aonde se deve carregar todo o dinheiro...*, Pasta 1081, fl. 37v.

36 ADB, Fundo Paroquial, *Livro de óbitos da freguesia de São Vítor 1715-1751*, fl. 129v.

37 As festas no barroco em Braga são analisadas por Milheiro, Maria Manuela de Campos, *Braga. A cidade e a festa no século XVIII*, Braga, NEPS, 2003.

gear uma invocação particular, a quem se tinha grande ligação espiritual<sup>38</sup>. Estas festas davam alento à comunidade de fiéis em termos espirituais, mas criavam também importantes momentos de sociabilidade.

Também Isabel Maria de São José, recolhida, deixou 100 mil réis, em 1819, para serem colocados a juro e do seu rendimento se manter acesa a lâmpada do Santíssimo Sacramento da capela e se adquirir uma chave de prata para o sacrário e uma fita. Para as suas colegas de instituição deixou ainda seis vinténs a cada uma, tendo escolhida para sua testamenteira a recolhida Joana Luísa do Sacramento, regente durante quatro mandatos e a exercer o lugar à data da sua morte<sup>39</sup>. Senhora de algumas posses, Isabel Maria de São José vivia no recolhimento há muitos anos quando lavrou o seu testamento. Era viúva, não tinha filhos e escolheu ser sepultada na capela da instituição que a acolhia<sup>40</sup>.

Ter luz permanente junto do Santíssimo Sacramento era uma imposição da Igreja, consagrada nas constituições sinodais de Braga, publicadas em 1697. Possuir sacrário implicava esta despesa. Por isso, quando era solicitada por parte de uma instituição autorização ao arcebispo para o instalar, era sempre averiguada a capacidade financeira de o manter permanentemente iluminado<sup>41</sup>.

Conhecedoras das necessidades da instituição, algumas recolhidas beneficiaram-na com legados. Outras vezes, deixavam dinheiro para ajudar as que se queriam recolher, mas não tinham possibilidades. Catarina Pinheiro, como já referimos, instituiu em 1739 um legado em bens e dinheiro, que andava a juro, para sustentar oito mulheres de Valença, administrado pelo reverendo Constantino da Cunha e Souto Maior, tesoureiro mor da Sé de Braga e reitor do seminário de São Pedro da mesma cidade, até ao começo de julho do ano seguinte<sup>42</sup>. A legatária decidiu a 21 de fevereiro de 1739 fazer uma doação. A escritura deste ato foi lavrada na rua de Santo António da cidade de Braga, na casa do Rev. Dr. Agostinho Marques de Couto, provisor e vigário geral do arcebispado, onde esteve Catarina Pinheiro, senhora viúva de Pedro Gomes, moradores no campo das Hortas da cidade, e testemunhas. Por não ter herdeiros diretos, a doadora resolveu, com os conselhos dos padres espirituais, deixar todos os seus bens e papéis que tinha de dinheiro a juro em várias pessoas da

38 Alexandre de Sousa Azevedo instituiu uma festa anual na Misericórdia de Monção, em 1716. Veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Misericórdia de Monção: fronteira, guerra e caridade (1561-1810)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Monção, 2008, pp. 119-120.

39 ADB, Fundo Paroquial, *Livro de óbitos da freguesia de São Vítor 1801-1821*, fl. 82v.

40 ADB, Fundo da Provedoria, doc. n.º 4920, não paginado.

41 Consulte-se a este respeito Soares, Franquelim Neiva, *A arquidiocese de Braga no século XVII. Sociedade e Mentalidades pelas visitas pastorais (1550-1700)*, Braga, Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho; Governo Civil de Braga, 1997, pp. 463-467.

42 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1036, documento avulso, não paginado.

cidade e fora dela. A instituidora era uma mulher de posses, embora não soubesse escrever, emprestava dinheiro a juro aos mais altos dignitários da Igreja bracarense, onde estavam incluídos vários cônegos da Sé de Braga. Porém, possuía muitos outros devedores, embora com quantias mais pequenas. Ao todo tinha alguns contos de réis que estavam emprestados a juro de 5%. Para além de dinheiro, a senhora era dona de várias propriedades e prazos. Deixava tudo o que tinha apenas pelo

“[...] zelo do serviso de Deos e aos conselhos que tinha para salvação da sua alma e bem espiritual de muitas que sabia que nesta cidade se perdião por não ter remedio nem aonde se recolher e para isso tinha humildade de pedido ao seu padre expiritual o Reverendo padre pencionario frei Bernardino que se acha pregando mição na cidade lhe aconselhasse o que fosse mais de agrado de Deos”<sup>43</sup>.

O referido frei Bernardino aconselhou Catarina Pinheiro a fazer um recolhimento para tirar do mundo e do pecado muitas pecadoras. O recolhimento deveria ser edificado junto à capela de Nossa Senhora da Conceição do Monte das Penas. Caso esta ideia não vingasse, a herança poderia ser empregue no recolhimento das convertidas de Santa Maria Madalena ou em outra qualquer instituição que tivesse os mesmos objetivos. O seu diretor espiritual pediu ao reverendo Constantino da Cunha e Souto Maior para aceitar a gestão e cumprimento desta sua doação, o qual anuiu ao pedido<sup>44</sup>.

Com a construção de mais um recolhimento para recolher mulheres pecadoras, a cidade passaria a contar com duas instituições para o mesmo fim. Porém, por razões desconhecidas, não foi erigido, mas o dinheiro reverteu para manter oito recolhidas em Santa Maria Madalena, embora, como verificaremos por pouco tempo, pois rapidamente se verificou uma redução drástica do seu número. Sabemos também que mais tarde a própria Catarina Pinheiro se recolheu em Santa Maria Madalena.

O conselho do missionário foi fundamental para a decisão da legatária. Estes sacerdotes eram eloquentes e persuasivos, faziam “pregações itinerantes”, onde moralizavam e catequizavam os fiéis, por vezes, ao longo de alguns dias, mas podiam ser muito mais dilatadas no tempo<sup>45</sup>. Considerada a ignorância das populações em termos de catequese, estes missionários assumiam também a tarefa de ensinar doutrina, instruindo os fiéis e levando-os à prática dos sacramentos. Preparadas e integrando homens dotados em termos intelectuais e de oratória, as missões constituíam-se, em período barroco, em

43 ADB, Fundo notarial, Livro nº 669, fl. 92.

44 ADB, Fundo notarial, Livro nº 669, fls. 91-92v.

45 Santos, Eugénio, “Missões do interior (Época Moderna)”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 222.

manifestações exuberantes, não apenas nas palavras e nos gestos do pregador, mas também no cenário montado em torno destas cerimónias<sup>46</sup>.

No relatório ad limina de 1750, o arcebispo D. José de Bragança refere a existência de uma confraria na igreja do Monte das Penas e a falta de “hum conservatorio em que se pudessem recolher e educar mulheres moças e orfãos com exercicio de virtudes, guarda da sua honestidade e bons costumes, tão neccessarios naquella primeira idade a sexo tão fragil”<sup>47</sup>. Confessa o prelado que essa carência o impeliu à sua fundação, propondo a extinção da dita confraria e a transição da igreja, alfaias religiosas, juros e foros para a nova fundação. Para o arcebispo não existia local melhor. Segundo as suas palavras “não pude descobrir lugar mais accomodado, e opportuno para esta fundação, que o em que esta a dita Igreja”<sup>48</sup>. A confraria anuiu no pedido do arcebispo e, depois deste colocar o assunto ao papa, este autorizou-o a erguer o instituto em 1746<sup>49</sup>. Porém, constatando a grande dificuldade de erguer o projeto devido às despesas com a construção do edifício, solicitou ajuda ao papa, que, através de uma Bula, lhe concedeu em 1748, por 20 anos, a aplicação de todos os “beneficios deste arcebispado que vagassem e se vencessem desde o dia das suas vacaturas athe o da posse dos que nelle novamente fossem providos”<sup>50</sup>, mas nem mesmo assim o projeto vingou.

Desconhecemos as verdadeiras razões deste projeto não se ter concretizado, apesar das duas tentativas de o erguer. Todavia, devem ter surgido problemas relativos aos rendimentos desses bens, porquanto em abril de 1749 o arcebispo declara haver por “unidos e aplicados os referidos frutos e rendimentos ao dito conservatorio na forma da mesma Bulla”. Mas a sentença alcançada em setembro do mesmo ano refere:

“[...] não serem comprehendidos na prezente Bulla os frutos e rendimentos pertencentes as Dignidades, conigos e mais Beneficiados da santa Se Primacial desta cidade e das Igrejas a ellas unidas e a Mensa Capitullar visto pellas certidoines [...] mostra não haver reserva de fructos pera os novos sucessores dos mesmos beneficios cuja izenpção se não estende aos beneficios de opsão

46 Santos, Eugénio, “Missões do interior (Época Moderna)”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, pp. 223-225. Do mesmo autor consulte-se também “Missões do interior e festa barroca: um aspecto da sensibilidade colectiva”, in *I Congresso Internacional do Barroco. Actas*, II volume, Porto, Reitoria da Universidade do Porto; Governo Civil do Porto, 1991, pp. 641-648.

47 Veja-se sobre este assunto Soares, Franquelim Neiva, *Relatórios das visitas ad limina da arquidiocese de Braga (1585-1910)*, vol. II, Braga, Arquidiocese de Braga, 2015, p. 868.

48 ADB, Coleção Cronológica, doc. n.º 2634, fl. 12.

49 ADB, Coleção Cronológica, doc. n.º 2634, fl. 12v.

50 Soares, Franquelim Neiva, *Relatórios das visitas ad limina da arquidiocese de Braga (1585-1910)*, vol. II..., p. 868.

e da apresentação do Reverendo Cabbido na conformidade da resposta do Reverendo Dr. Dezembargador Procurador Geral da Mitra [...]”<sup>51</sup>.

A intromissão do Cabido na defesa dos seus interesses deve ter inviabilizado o projeto, uma vez que sem recursos, era impraticável a sua fundação. Sublinhe-se, no entanto, que o objetivo das duas instituições projetadas era diferente.

Mas estes não foram os únicos recolhimentos que nunca foram construídos. Já em 1612 o arcebispo D. frei Aleixo de Meneses (1612-1617) teve intenção de criar um recolhimento para raparigas adolescentes com a finalidade de evitar que se entregassem ao vício e colocassem em risco a sua honra<sup>52</sup>.

O legado de Catarina Pinheiro foi administrado pelo padre tesoureiro Constantino da Cunha Soto Maior até 1740, quando este transitou para outro administrador, através de uma escritura pública. A dois de julho desse ano, perante o notário público foi lavrada escritura no seminário de São Pedro, onde às partes se juntaram com o tabelião: o referido cônego e o Dr. Pedro Vaz Pinto da Veiga a quem passava a gestão de um prazo de várias vidas, devido às suas muitas ocupações. O Dr. Pedro Vaz Pinto da Veiga ficava encarregue de cobrar os rendimentos do referido prazo<sup>53</sup>.

Este legado foi escriturado em livro próprio, de maneira a não se confundirem as suas receitas e despesas com as da instituição. Porém, o estado de conservação em que se encontra, bem como a ordenação dos assuntos não possibilitam uma análise cabal do seu conteúdo. Sobreposição de escrita, falta de nitidez dos registos e a entrada de água tornou ilegível parte do seu conteúdo. O livro para além de referenciar o rendimento do dinheiro a juro e da despesa com as recolhidas, menciona também os momentos de entrada e saída destas mulheres, possibilitando aceder ao seu movimento institucional.

Para cada recolhida, o legado estabelecia a quantia de 18 mil réis anuais a pagar à instituição. Apesar de a prioridade ser a instituição de um outro recolhimento, rapidamente esta solução foi afastada e seguida a segunda opção, porquanto tinham passado apenas seis meses sobre a escritura de doação e já estavam a entrar no recolhimento mulheres pagas por Catarina Pinheiro. As primeiras a beneficiar deste legado ingressaram no dia 15 de agosto de 1739 e foram: Antónia do Sacramento, Maria de Jesus, Isabel da Ascensão, Francisca Teresa, Marcelina de Santo António, Ana do Espírito Santo e Maria Teresa. Algumas destas mulheres saíram em 1740, tendo-se gasto nesse ano com todas a quantia de 95.274 réis. Com a mobilidade que se registava, os lugares eram preenchidos por outras. Ana do Espírito Santo saiu no dia 16 de abril de 1742 para se curar, foi para Guimarães e não voltou mais. Ou seja,

51 ADB, Coleção Cronológica, doc. n° 2724, não paginado.

52 ADB, Coleção Cronológica, doc. n° 2373, fls. 2v.-3.

53 ADB, Fundo notarial, Livro n° 677, fls. 80-81v.

o recolhimento perdeu-lhe o rasto. Mariana de Brito ou de São Francisco foi substituir Isabel da Ascensão, pois já se encontrava em lista de espera para o primeiro lugar que vagasse. Também Isabel da Ascensão saiu para se tratar em 16 de abril de 1742.

No começo, todos os lugares foram preenchidos, mas em 1740 registava-se que somente três o foram por falta de “dinheiro pronto e seguro”. Mais tarde, ingressou mais uma. Porém, nesse mesmo ano, o recolhimento decidiu aceitar apenas quatro mulheres. Tinha passado apenas um ano e o legado sofreu um corte de 50% por falta de dinheiro disponível. Depois, como sabemos, passou apenas a subsidiar duas.

Embora muitas das aceites não fossem familiares, em 1740 entraram duas irmãs: D. Joana de São Joaquim e D. Isabel de São José, que ingressaram no mesmo dia.

Entre 1740 e 1741 o legado foi pago em parcelas, sem existirem datas certas. Fica-se com a sensação de que se pagava quando havia dinheiro disponível para o fazer<sup>54</sup>.

A partir de 1742 este legado começou a ser pago antecipadamente seis meses, de acordo com o que se verificava em outras instituições de reclusão feminina. Esta exigência deve ter sido imposta pelo próprio recolhimento, uma vez que precisava de dinheiro para alimentar diariamente as referidas mulheres. Em 1742, a regente assinalou a aquisição de um enxergão e de uma fronha no valor de 770 réis para Maria de São José. Porém, no ano seguinte, o responsável pelo envio do dinheiro ao recolhimento, como tinha necessidade de se deslocar ao Porto e não sabia exatamente o tempo da sua demora, justificou o pagamento adiantado de seis meses com essa sua ausência<sup>55</sup>. Os registos mencionam o dinheiro entregue e a mobilidade das recolhidas, estabelecendo com pormenor a entrada e a saída destas quatro mulheres. A necessidade da minúcia prende-se com os pagamentos feitos, uma vez que só se pagava o que era gasto em alimentação, donde se requeria precisão nos dias de internato<sup>56</sup>.

Também pessoas exteriores ao recolhimento davam esmolas à instituição, sobretudo quando havia carência de meios e obras para executar.

Os religiosos de São Neri, vizinhos do recolhimento, instituíram igualmente vários legados nos anos imediatos à fundação feminina<sup>57</sup>. Em 1734 o padre

54 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro de contas do legado pio que instituiu Catherina Pinheiro para convertidas por huma doação feita em 21 de Fevereiro de 1739*, Pasta 1089, fls. 17. Em 1740 foi pago em setembro e dezembro, em 1741 em junho e outubro e posteriormente em abril e em setembro de 1742.

55 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro de contas do legado pio que instituiu Catherina Pinheiro para convertidas por huma doação feita em 21 de Fevereiro de 1739*, Pasta 1089, fls. 18v.-19.

56 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro de contas do legado pio que instituiu Catherina Pinheiro para convertidas por huma doação feita em 21 de Fevereiro de 1739*, Pasta 1089, fls. 23-24.

57 Sobre benfeitores, veja-se Cavallo, Sandra, *Charity and power in early modern Italy. Benefactors*

António Francisco condoído com a situação dos recolhimentos da cidade deixou em seu testamento 4.800 réis para distribuir a cada um dos seguintes: Santa Maria Madalena, Santo António e São Domingos. Este montante destinava-se a ser repartido de forma igual pelas recolhidas. Três anos mais tarde, sob anonimato, o padre Joaquim Fernandes deixou um tostão a cada recolhida de Santa Maria Madalena. Enquanto estes legados se destinavam a todas as recolhidas, os padres Francisco Mendes e Manuel de Oliveira escolheram as do número, ou seja, as providas pela Mitra, para beneficiar, mandando-lhes dar 9.600 e 4.000 réis respetivamente. Estas eram as mais necessitadas, teoricamente mais pobres e desamparadas. Os critérios de distribuição dependiam da vontade do legatário e da sensibilidade de cada um para as diversas vivências da clausura. Mais preocupado com a doença, o padre Feliciano Barbosa mandou em 1765 beneficiar com 15.000 réis as doentes e as mais pobres<sup>58</sup>. Ficar doente era permanecer incapaz de trabalhar e ter de ser alimentada pela própria instituição, quando se era porcionista e não se tinha outros meios de sustento. Quando se possuía algum ouro, este era usado como fiança, mas quando não, seria muito difícil sobreviver. Todavia, aguardava-se a caridade da própria instituição.

Sem conhecermos a data exata da instituição do legado de Manuel António Vilaça, sabemos que começou a ser pago em 1765, quando os padres José António Thadim e Manuel José da Silva Thadim entregaram 10.000 réis na instituição, destinados às necessidades do recolhimento<sup>59</sup>.

Estes legados eram muito bem-vindos, porque contribuíam para sustentar financeiramente a instituição, apesar dos encargos que alguns deles acarretavam. A imagem do recolhimento no exterior era de pobreza, mas também de uma comunidade que podia contribuir com preces e a celebração de missas em benefício dos que a ajudavam financeiramente. Existia, assim uma relação de benefício entre quem estava dentro e fora de muros na cadeia solidária da salvação<sup>60</sup>. A receção de legados foi fundamental para muitas destas casas de reclusão, pois permitia que dos seus rendimentos, nomeadamente do empréstimo de dinheiro a juros, se continuasse a possuir proventos<sup>61</sup>.

.....  
*and their motive in Turin 1541-1789*, Cambridge, University Presss, 1995, pp. 45-60.

58 ADB, Fundo monástico-conventual, *Livro de testamentos e ultimas vontades da Congregação do Oratório de Braga desde a sua fundação athe 1812*, 0-9, não paginado.

59 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as congras que se receberem para sustento deste Recolhimento...*, nº 3, não paginado.

60 Guadalupe Muñoz, Miguel Luis López, "Sublimar lo cotidiano. Vida de clausura en la Granada barroca: el convento del Ángel Custodio en el siglo XVIII", in Saavedra Alías, Inmaculada Arias de; Guadalupe Muñoz, Miguel Luis López (eds.), *Vida cotidiana en la Monarquía Histórica. Tiempo y espacios*, Granada, Universidade de Granada, 2014, p. 425.

61 O recolhimento do Ferro, do Porto, recebeu também importantes legados e doações, tendo a de Josefa Maria, em 1746, permitido a construção de um novo complexo habitacional. Veja-se Basto, A. de Magalhães, *O recolhimento do Ferro*, Porto, Edições Marãnus, 1943, pp. 11-15.

Apesar da carência de informação para se estudarem as finanças do recolhimento, fica a sensação de precariedade e de pobreza dentro de portas. Se não para todas as mulheres, pelo menos para muitas. A casa era pobre, como muitas das suas recolhidas.

Mas quanto pesavam as suas receitas? Não possuímos informações para todo o período, apenas para alguns anos, que disponibilizamos ao leitor.

**Quadro 2**  
*Receitas anuais do recolhimento (1761-1769)*

<b>Anos</b>	<b>Montante (em réis)</b>
1761	982.585
1762	358.790
1763	440.935
1764	458.110
1765	509.755
1766	492.915
1767	423.015
1768	457.485.
1769	344.505 <sup>(a)</sup>

Fonte: ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as congras que se receberem para sustento deste Recolhimento de Santa Maria Magdalena e de S. Gonçalo*, nº 3.

(a) Informação referente apenas a 11 meses.

Como se contata, os montantes de que a casa dispunha anualmente para gastar eram muito limitados. O ano de 1761 apresenta-se como excecional, uma vez que embolsou a receita de quatro recolhidas pagas pelo legado de Catarina Pinheiro.

## 2. Os bens patrimoniais das recolhidas

Com exceção das que nos surgiram nomeadas por Donas, sugerindo tratar-se de meninas e senhoras de um estrato social superior, possuímos poucas informações sobre as restantes mulheres e menos ainda acerca dos bens que levavam consigo para a instituição. O número limitado de testamentos estu-

dados reflete o nível sócio-económico das mulheres em causa, mas a pobreza parece ser o denominador comum na hora da morte. Por isso, se não o eram no momento da entrada, a permanência foi para muitas um instrumento de pobreza. Estudar o seu património é impossível, tal como saber o enxoval e até alguns móveis que transportavam para a instituição no momento do ingresso. Pese embora este facto, o rol do ouro que analisamos referente ao património de algumas destas mulheres serve pelo menos para conhecermos alguns dos seus pertences.

O dinheiro da instituição era guardado numa caixa, que se encontrava fechada à chave, e depositada na mão da regente. Era também nesta arca que se preservava o ouro das recolhidas. Em 1799 por morte da regente foi preciso chamar um serralheiro para abrir a arca do dinheiro por se desconhecer o local onde estava a chave. A sua abertura fez-se na presença da nova regente, do capelão e de mais cinco recolhidas, evitando possíveis dúvidas. Em depósito foram encontrados 100.000 réis, recebidos fazia pouco tempo de uma escritura de juro remida e mais 67.800 réis que D. Maria Leonor de Santa Clara deixou para se pagarem as dívidas de alimentos das recolhidas e o salário da criada da cozinha. Como os 100.000 réis eram para voltar a dar a juro, a nova regente ficou com um fundo de maneiio de 57.600 réis<sup>62</sup>.

Os objetos de ouro e prata que as recolhidas transportaram consigo para o recolhimento e que entregavam à regente eram embrulhados em papéis para não se desagregarem e confundirem com o de outras, mantendo-se, assim, em embrulhos individualizados. Acreditamos que estariam referenciados com o nome de cada uma. Também neste particular se afirmava o poder da superiora. Enquanto depositária dos bens materiais, a regente exercia igualmente alçada sobre as suas donas, pois estas só os podiam utilizar mediante a sua autorização.

62 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Este livro he aonde se deve carregar todo o dinheiro que receber tanto da renda do recolhimento como o recebido de nosso Prelado para sustento das recolhidas*, Pasta 1081, fls. 19v.-20.

Quadro 3  
*Jóias das recolhidas*

Recolhidas	Objetos
D. Rosa Maria dos Serafins	Uma salva, um púcaro de prata, nove colheres, três garfos e um anel de ouro.
D. Antónia Maria do Sacramento	Um anel de diamantes com uma esmeralda verde, uns brincos de aljofre, três moedas de ouro, uma colher, um garfo de prata, vinte e seis botões de prata, dois anéis de filigrana de ouro e um cordão.
Josefa Maria	Uma cruz de pedras verdes.
Joana da Piedade	Uns brincos de aljofre, dois fios de pérolas de 30 pérolas cada um, um coração de filigrana com uma laçada, "huma alembração de filigrana", uns brincos pequenos, um pendente de aljofre e dois pares de botões de filigrana.
D. Maria José de São Tiago e Luísa Maria de Santa Teresa	Dois pares de brincos, uns de gancho e outros de argola, uma cruz de pedras verdes e três anéis.
D. Rosa Gertrudes	Um cordão de ouro, uns brincos de aljofre e um pendente.
Teresa de Eça	Dois cordões de ouro, avaliados em 50 mil réis, que "estão de pinhor encoanto ella não me pagar sincoenta mil reis que tomou a esta comunidade a rezão de juro".
D. Isabel de São José, de Valença	Dois pares de brincos "os coais da de pinhor emcoanto não paga sinco mil e seis centos reis que deve a comunidade".
Maria Luísa Clara	Umas contas de ouro, uma cruz de aljofre de esmalte.
Isabel Teresa	Um laço e uns brincos de diamantes.
Catarina Rosa	Um vaso de diamantes, uma meada de aljofre e uns brincos de diamantes.
Liberata Maria	Seis dúzias e meia de contas lisas de ouro, uns brincos, um pendente e de aljofres, uns brincos de ouro de filigrana, com um pendente de aljofre e uma venera com três pendentes de aljofres, uma imagem de Nossa Senhora da Conceção de prata "porfumada" de ouro.

Fonte: ADB, Fundo Monástico-conventual, *Livro para assentos dos depósitos feitos na arca*, F556A, fls. 1-2v.

O livro onde se registaram estes pertences iniciou-se a 22 de abril de 1722. Já nessa altura se previa que as recolhidas levassem objetos pessoais que deviam estar guardados. Ou seja, a instituição admitiu desde sempre que cada uma pudesse levar consigo alguns dos seus bens mais preciosos. Falamos de objetos de pequena dimensão, que facilmente podiam ser acondicionados.

As joias faziam parte do quotidiano feminino, embora fossem usadas também pelos homens, e integravam o património da casa. As mulheres usavam-nas no dia-a-dia, mas esmeravam-se com o melhor ouro nos dias das festas. O valor artístico e comercial das joias produzidas na Idade Moderna foi responsável pela desmontagem de muitas para o aproveitamento das suas pedras em criações mais adaptadas a novas modas<sup>63</sup>. Por isso, desconhecem-se hoje muitas dessas peças. As joias integravam o traje e completavam a imagem da mulher<sup>64</sup>.

A ornamentação do corpo da mulher, mas também do homem, embora este último em menor quantidade, era a função mais evidente do ouro utilizado. Tratava-se de um acessório fundamental que abrihantava o traje e valorizava o seu utilizador e a sua família. O traje que se compunha com ouro constituía um património<sup>65</sup>, que acompanhava várias gerações no mesmo agregado familiar, como qualquer outro bem. As joias devem ser analisadas enquanto elemento de riqueza, de entesouramento, de valor de uma pessoa ou de uma casa e símbolo de um património<sup>66</sup>.

As joias que as recolhidas transportavam consigo para a instituição faziam parte do seu património e refletiam o poder da família a que pertenciam<sup>67</sup>.

No Minho, o ouro fazia parte do quotidiano das mulheres e em todos os grupos sociais era comum a ostentação de algumas peças. Eram adornos que nenhuma minhota dispensava em alguns momentos da sua vida: festas familiares, de amigos ou romarias<sup>68</sup>. Constituía ocasiões em que se trajava de forma festiva e se ornamentavam os corpos com ouro, tornando-o visível a todos. Estes símbolos falavam dos teres de quem os envergava, mas também do seu aprumo e dos seus predicados<sup>69</sup>.

63 Sobre este assunto confira-se Griseri, Angela, *Ourivesaria barroca*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 70.

64 Leia-se Cardoso, Ana Cláudia Dias, *A jóia como complemento da moda*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 2010.

65 Para um melhor conhecimento do traje popular de Braga veja-se Esteves, Lúcia Máximo; Barreto, Angélica Cruz, *Aspectos do Traje Popular nos arredores de Braga na mudança do século (XIX-XX)*, Braga, Museu Nogueira da Silva, 1988, p. 9.

66 Confira-se Sousa, Gonçalo de Vasconcelos e, "A joalheria portuguesa nos séculos XVII a XIX à luz da documentação" in *Museu*, IV série, nº 3, 1995, p. 116.

67 Para este assunto consulte-se Fargas Peñarrocha, Mariela, "Topografías de lo privado y de lo público: joyas, familia y género en la Época Moderna", in Saavedra Alías, Inmaculada Arias de; Guadalupe Muñoz, Miguel Luis López (eds.), *Vida cotidiana en la Monarquía Histórica. Tiempo y espacios...*, p. 222.

68 A propósito da romaria de Nossa Senhora da Agonia, onde as minhotas envergavam os seus melhores fatos e o seu ouro leia-se Martins, Moisés; Gonçalves, Albertino; Pires, Helena, *A Romaria de Nossa Senhora da Agonia. Vida e Memória da cidade de Viana*, Viana do Castelo, Grupo desportivo e cultural dos trabalhadores dos estaleiros navais de Viana do Castelo, 2000, pp. 94, 97.

69 A importância destes pertences para as raparigas que aguardavam casamento era grande. Veja-se Durães, Margarida Pereira Varela, *Herança e Sucessão. Leis, Práticas e Costumes no Termo de Braga (séculos XVIII e XIX)*, vol. II, Braga, Universidade do Minho, 2000, p. 233, tese de Doutoramento policopiada.

Através das joias, mas também de alguns utensílios, como garfos e colheres é possível aproximarmo-nos do estilo de vida de algumas mulheres antes de ingressarem no recolhimento. Púcaros e salvas de prata não teriam abundado, mas as referências existentes pelo menos para uma recolhida evidenciam o seu estatuto social. A posse de algumas moedas de ouro e a presença de diamantes em certas joias atestam também a diferenciação social existente entre as recolhidas. Levar estes pertences para um local estranho, ainda que não pudessem ser usados, como era o caso do ouro, traria recordações e conferia identidade. Afinal, eram alguns pequenos “luxos” que transportavam consigo e que as distinguiam das demais. Serviam também de garante para se manterem na instituição, pois constituíam um património que podia ser usado em qualquer momento de aflição. Quando faltava o suporte financeiro que as mantinha, o recurso ao ouro para dar como penhor foi a solução encontrada<sup>70</sup>.

Como todas as mulheres, as recolhidas usavam brincos e estes existiam de muitos modelos e feitios, com pedras, de diamantes, de filigrana, etc. Podiam ser pequenos, medianos ou grandes consoante o gosto e a idade de quem os ostentava. Os botões são normalmente peças muito pequenas de ouro de filigrana. Já as cruces, podiam também ter vários formatos e ser usadas com um fio ou no cordão e eram normalmente lisas. As contas eram muito populares, podiam servir para ornamentar várias outras joias e possuíam tamanhos e feitios diversos. O cordão era a joia minhota mais considerada. Os cordões são constituídos por fios de ouro com os quais se dá várias voltas ao pescoço da mulher e eram usados com outras peças, como, por exemplo, cruces, borboletas e laços. Os anéis adornavam os dedos e podiam ser usados vários em simultâneo. Podiam ser somente de ouro ou integrar pedras preciosas, como diamante e apresentar várias cores.

### 3. AS DESPESAS

A existência de um livro de despesas logo para o começo da instituição permite-nos verificar em que se despendia o dinheiro e destacar os setores mais dispendiosos. Em 1722 o registo do ano económico começou em maio e terminou no final de abril do ano seguinte. Os primeiros registos surgem com algum rigor, mas apesar disso, a própria regente admite ter assentos em atraso, não lançando no livro do recibo “alguas couzas dos meses pasados ate aqui”<sup>71</sup>.

Todavia, os dados que possuímos para estudar as despesas são descontínuos e apenas para alguns anos. Existem ainda critérios muito diversos por

70 Outras instituições recorriam também a esta solução como medida de segurança. Confira-se Matos, Artur Teodoro, “Empréstimos e penhores de uma confraria de Goa no século XVIII”, in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVI, 2002, 2003, pp. 555-563.

71 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro da despeza 1722-1826*, Pasta 1083, fl. 7.

parte das escritvãs para registar os gastos. A partir de 1814, os assentos tornaram-se muito mais simples, deixando de os especificar. Desde 1743 em diante, a escritvã passou a apresentar às senhoras da direção contas mensais<sup>72</sup>. A instituição entrou numa outra fase, digamos que foi exercido um maior controlo, numa altura em que o recolhimento passava por um momento complicado em termos de direção.

A partir do momento em que surgiu o cargo de escritvã, no final de cada mês, as mulheres que exerciam o poder juntavam-se para lhe tomarem contas, procurando evitar desvarios de dinheiro. Este controlo tinha por finalidade manter a instituição sob vigilância, fazendo crer que com a chegada do novo arcebispo D. José de Bragança (1741-1756), muito estava a mudar.

Depois de escrituradas nos livros respetivos, receita e despesa, e apresentadas ao órgão colegial administrativo, eram conferidas no Paço para onde os livros eram enviados. Existiam, por conseguinte, dois patamares de averiguação: um interno e outro externo.

Como em qualquer outra casa, as compras dirigem-se a setores do quotidiano. Logo em meados de 1722 foi necessário proceder à aquisição de consumíveis para a casa, como louça e pano para as taleigas e uma toalha para a sacristia, destinada à comunhão. Ainda nesse ano foi adquirida mais louça, uma faca, um tacho de cobre para a cozinha, uma garrafa de vidro e uma esteira. Em dezembro, a regente mencionou o gasto com um porco e dois bácoros, provando que desde sempre o recolhimento teve pocilga e criou porcos para abate<sup>73</sup>. O ano terminou com um défice de 10.140 réis. As compras iam-se fazendo de acordo com as necessidades, existindo meses em que a despesa era maior e outros em que descia. Porém, a maior despesa era efetuada com a alimentação, dependendo do número de mulheres a sustentar. Mas gastava-se também com a compra de facas e em 1722 adquiriu-se um relógio<sup>74</sup>, embora não saibamos onde ficou instalado. Todavia, era preciso para ritmar a vida das mulheres, toda ela pautada por horas.

No ano seguinte, foi preciso providenciar novamente a compra de louça, uma corda para o sino da capela e uma grade para a sacristia, dando a entender que nem tudo estava completo e pronto quando a instituição abriu portas. A grade do coro de baixo também só foi colocada em março de 1723, adquirindo-se igualmente fechaduras e chaves para os confessionários. A chave da porta que dava para o campo de Santa Ana foi igualmente mudada, provavelmente depois de uma recolhida ter fugido. Entretanto, registavam-se problemas de saúde em algumas mulheres, tornando-se necessário providenciar mezinhas para elas. Uma delas foi internada no hospital de São Marcos<sup>75</sup>.

72 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro de despesa 1722-1826*, Pasta 1083, fl. 17.

73 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro de despesa 1722-1826*, Pasta 1083, fl. 3v.

74 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro de despesa 1722-1826*, Pasta 1083, fl. 3.

75 Para um melhor conhecimento do funcionamento deste hospital veja-se o trabalho de Castro,

Compraram-se colheres, tachos de cobre, um pote para o vinho, um ralador, sacos para o pão e vinho para a capela e para as recolhidas. Mas gastava-se ainda com a lavagem da roupa da sacristia, provando que não constituía trabalho das residentes no recolhimento.

O funcionamento da capela representava também custos. A regente comprava vinho, cera e hóstias para a celebração das missas, despesas feitas amiudadamente, e mandava lavar a roupa da sacristia, como acabamos de referir. Também as vestes litúrgicas, compradas mais espaçadamente, representavam um gasto.

Nos anos seguintes, para além das despesas com os alimentos e dos ordenados com os assalariados, para a casa gastou-se pouco em consumíveis, mas, por vezes, houve necessidade de proceder a algumas reparações, nomeadamente do telhado do edifício<sup>76</sup>. Todavia, alguns bens necessários eram adquiridos, como o azeite e o grão. Mas a grande preocupação da regente consistia em mencionar a despesa com a alimentação das convertidas e das supranumerárias e os ordenados dos assalariados. Por isso, deixou de registar com minúcia as restantes despesas, centrando-se nos setores mais representativos em termos de gastos.

O equilíbrio financeiro da instituição foi precário e no mesmo ano em que abriu, a regente teve que disponibilizar dinheiro seu para cobrir despesas. No ano seguinte, admitia ficar a dever ao capelão mor por falta de receitas, o que significa que tinha desviado o dinheiro que vinha do Paço para esse efeito para outras necessidades. A superiora afiançava gastar mais com as convertidas do que a receita que lhe chegava para elas, referindo-se provavelmente às doenças e às despesas extraordinárias<sup>77</sup>. O rigor imposto pela supervisão do Paço aos livros das contas fez com que a superiora concentrasse os seus esforços em mencionar os montantes que faltavam ou sobravam da receita, ou seja, as dívidas mensais, pormenorizando o balanço entre o deve e o haver e demonstrando a sua ginástica contabilística e financeira.

A aquisição de potes de ferro, de seiras, de temperes e de louça para a cozinha ia-se fazendo à medida das necessidades. Por outro lado, com a casa em crescimento, a lenha que vinha do Paço já não chegava, sendo necessário comprar mais. As fechaduras das portas eram também mudadas, para se manter a segurança e a clausura. A preocupação com a clausura levou a que em 1730 se reformassem as janelas e frestas e nelas fossem colocadas grades, tendo-se adquirido 12 grades. Foi preciso pagar salários a carpinteiros, pedreiros e

.....  
Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga. O hospital de S. Marcos*, vol. IV, Braga, Santa Casa da Misericórdia e Autora, 2008.

76 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro da despeza 1722-1826*, Pasta 1083, fls. 5-19.

77 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro da despeza 1722-1826*, Pasta 1083, fls. 5v.-6.

rebocadores, pessoas a quem se serviu também uma refeição composta por um caldo<sup>78</sup>. O recolhimento quando abriu não tinha as janelas nem as frestas gradeadas, tal com o coro de baixo não possuía grade, embora fosse referido na provisão a favor de Isabel do Sacramento para regente, em 1722, que este “se acha decente e perfeitamente concluído”<sup>79</sup>. A instituição foi, progressivamente, apertando o isolamento das mulheres, provavelmente por ter crescido e se terem colocado mais problemas no seu interior. Impedia-se assim que estas usassem as janelas para saltar e fugir. A aquisição de cal, tintas e de paramentos para a capela atesta o investimento feito neste setor.

A partir do começo da década de 30, a regente deixou de registar as despesas como fazia e passou de forma sucinta a mencionar apenas os gastos mensais com a alimentação das convertidas e das supranumerárias. A letra também se altera, parecendo que tudo era feito de uma vez só, não procedendo a registos regulares. Porém, em 1736, os registos mudaram e passaram a conter mais alguma informação. Nesse ano, fizeram-se obras para criar novas celas e comprou-se pano para a confeção de novos hábitos<sup>80</sup>. O crescimento da instituição obrigou a alargar o espaço de internamento e foram diligenciadas obras. A administradora deu também várias esmolas às que se encontravam doentes, provavelmente para melhorar a sua alimentação e a compra de mezinhas<sup>81</sup>. Só com as obras nas celas foram despendidos 646.199 réis, montante muito elevado que pode ajudar a justificar que o salário do cirurgião fosse, pela primeira vez, pago no ano seguinte, com atraso, apesar de algumas destas celas serem suportadas pelas interessadas.

Para a sacristia e capela existiam despesas regulares com cera, hóstias, vinho, compra de toalhas e limpeza dos paramentos e de outra roupa.

Em 1734 a regente assentou mensalmente a compra de pão, facto que estranhámos, por constituir novidade. Deixaria o pão de ser enviado do Micho nessa altura? Seria apenas para as extranumerárias? Mas se fosse direccionado para estas internas, porque não se descriminou desde sempre? Perguntas a que não conseguimos responder.

Com o pagamento dos ordenados gastava-se também uma quantia elevada de dinheiro, embora estes fossem suportados pela Mitra, como já mencionámos.

78 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro da despeza 1722-1826*, Pasta 1083, fl. 25.

79 ADB, Registo Geral, Livro nº 56, fl. 205.

80 Com a construção de duas celas gastaram-se 27 mil réis: 12 com uma e 15 com outra, para além de mais 9.610 réis com tábuas, saibro e cal. Com as fechaduras, uma porta e forro, pregos, telha e salário do pedreiro despenderam-se mais 9.330 réis. ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro da despeza 1722-1826*, Pasta 1083, fl. 30v.

81 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro da despeza 1722-1826*, Pasta 1083, fl. 30v.

Quadro 4  
Pagamento de ordenados (1726 e 1837)

Servidores	1726 (pagamento anual em réis)	1837 (pagamento anual em réis)
Capelão	10.000	40.000
Médico	6.000	6.000
Cirurgião	3.000	6.000
Sangrador	3.000	-
Criada de fora	2.500	5.000
Criada de dentro	5.000 <sup>(a)</sup>	5.000

Fonte: ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1081, não paginado; *Livro de despeza 1722-1826*, Pasta 1083, fl. 17.

(a) Valor pago em 1767.

O ordenado mais elevado era o do capelão, justificado pela relevância do seu serviço, mas também pela previsibilidade deste. Seguiu-se o do médico. Cirurgião e sangrador recebiam o mesmo montante. O salário das criadas era o mais baixo, mas enquanto o dos restantes se manteve, na segunda metade do século XVIII, a criada de dentro ganhava já 5.000 réis, montante que desconhecemos se se igualava ao da criada de fora.

Passados mais de 100 anos, os salários do médico, cirurgião (que agora acumulava a função de sangrador) permanecem inalteráveis, o que nos causa alguma estranheza, tendo em consideração a evolução da inflação e o crescimento do trabalho. Porém, o do capelão quase quadruplicou, continuando a refletir a importância que lhe era dada. A subida do seu ordenado não se pode justificar com o aumento de trabalho devido ao crescimento da instituição, uma vez que também os restantes assalariados o conheceram e não viram as suas remunerações serem aumentadas. Provavelmente, esse acréscimo assenta na falta de sacerdotes e na natureza da instituição. Sem sacerdote, a assistência espiritual, tão importante para a reforma interior das recolhidas, estava posta em causa.

Através dos dados disponíveis não é possível compreender o alcance das despesas totais e os setores onde mais se gastava. A alimentação era um deles, os salários e as festas também assumiam significado. Contabilizamos para seis anos a despesa com a festa a Santa Maria Madalena.

## Quadro 5

*Despesa com a festa de Santa Maria Madalena (1731-1736)*

<b>Ano</b>	<b>Montante (em réis)</b>
1731	12.800
1732	12.600
1733	10.400
1734	18.000
1735	12.000
1736	12.000

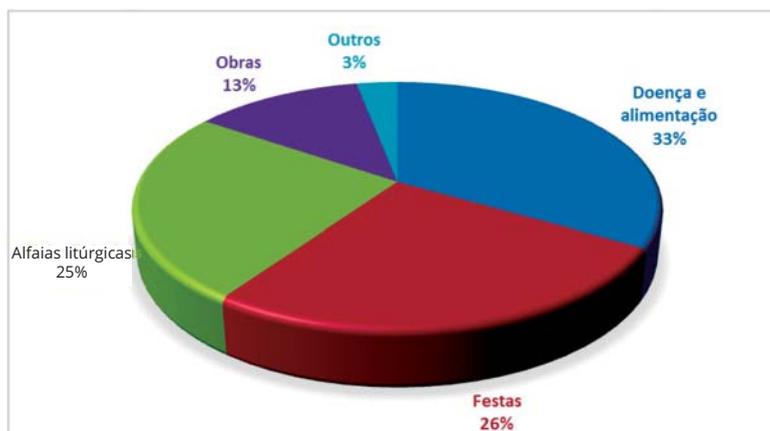
Fonte: ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro de despesa 1722-1826*, Pasta 1083.

Entre 1731 e 1736 as despesas com a festa de Santa Maria Madalena sofreram algumas oscilações, principalmente no ano de 1734, quando atingiram o montante mais elevado no período em estudo. Desconhecemos as razões, mas admitimos que a aquisição de algum bem necessário para o dia pode ter feito disparar os gastos.

Com a mudança de superiora em 1739, alteram-se os registos das despesas e D. Rosa Maria dos Serafins, regente, por não saber escrever, deve ter sido assessorada por uma recolhida que apresentava uma escrita mais cuidada e ordenada, todavia, a informação sobre os gastos mantém-se escassa, havendo apenas menção às despesas com a alimentação das mulheres, com algumas obras realizadas e compras para a sacristia. Quando regressa Isabel do Sacramento, a regente anterior, alterou a filosofia dos registos.

Os dados, ainda que parcelares, existentes para os anos que vão de 1826 a 1829 parecem indiciar que as maiores despesas se realizavam com a alimentação e a saúde. Apesar de estarem agregados, sabemos que a despesa com os produtos alimentares era muito superior aos montantes gastos com a doença.

Gráfico 2  
Despesas efetuadas entre 1826 e 1828 (em réis)



Fonte: ADB, F. 566A, fl. 25v.

Como se constata, o valor mais elevado correspondeu à despesa efetuada com a doença e a alimentação de duas recolhidas que permaneceram fora da instituição com autorização durante o período assinalado. Provavelmente, estiveram a tratar-se de alguma doença, como era comum na altura<sup>82</sup>. A despesa assinalada integra a sua alimentação e talvez também algum dinheiro para se cuidarem do mal de que padeciam.

Os gastos com a alimentação eram elevados e as duas recolhidas foram providas com o montante que recebiam se estivessem na instituição. Especificar os despendidos com o tratamento da doença não é possível, ainda que se saiba que as preocupações com o corpo eram cada vez mais e envolveram maiores montantes de dinheiro.

Em segundo lugar surgem as festas. Nessa altura, comemorava-se a festa dos dois padroeiros: Santa Maria Madalena e São Gonçalo, a festa do Coração de Jesus, com novena e exposição do Santíssimo Sacramento, colocado debaixo de um dossel e as da Páscoa e Natal.

Surge em terceiro lugar a aquisição de alfaias litúrgicas, mas nestes anos apenas se comprou um cálice e uma custódia.

82 Sobre os enfermos que iam tomar águas termais veja-se Machado, Manuela, "Os tratamentos termais e os banhos de mar promovidos pela Misericórdia de Braga aos doentes (século XIX)", in Esteves, Alexandra et al (coords.), *Dos riscos à criminalidade*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 2015, pp. 23-42.

As obras e os consertos representaram também um montante significativo e dizem respeito à reparação das latadas, à reforma do soalho do refeitório, à compra de mesas e bancos, ao conserto dos telhados da casa e do cano da água e aos salários dos carpinteiros.

Por fim, em “outros” integramos a compra de um tonel para guardar o vinho que saía das latadas existentes na cerca e o pagamento ao moleiro que mensalmente ia ao Paço buscar o pão para as mulheres do número.



# CAPÍTULO V

## 1. AS SOCIABILIDADES E OS CONFLITOS

### 1.1. A reunião das recolhidas à mesa: alimentar o corpo e o espírito

A alimentação integrava também o programa de mudança de vida a que estas mulheres se submetiam, uma vez que tinham dias impostos para jejuar. Só as devidamente autorizadas não jejuavam, pois a sua prática contribuía para a salvação da alma<sup>1</sup>.

A privação de comida era vista pela Igreja Católica como uma forma de castigar os pecados cometidos e mortificar os apetites<sup>2</sup>. As constituições sinodais do arcebispado de Braga, publicadas em 1697, fixavam os dias para jejuar, estabelecendo um calendário para os fiéis reduzirem as refeições e a quantidade de comida a ingerir. Com exceção dos doentes, dos jovens com idade inferior a 21 anos, dos idosos com mais de 60, das grávidas, das mulheres que estivessem a amamentar, dos que exerciam profissões que exigiam esforço físico e os que estivessem privados de comida, todos os restantes estavam obrigados a jejuar, sob pena de incorrerem em pecado mortal<sup>3</sup>.

A mortificação do corpo era completada com as disciplinas que as recolhidas infligiam a si próprias nos dias que os estatutos determinavam.

Como mencionámos, as refeições eram preparadas na cozinha, de forma rotativa pelas próprias recolhidas, assumindo semanalmente esta tarefa. Esta rotatividade era também seguida no recolhimento de Santo António do campo da Vinha, sugerindo um modelo semelhante em alguns aspetos nestas duas instituições<sup>4</sup>. Tratava-se de adquirir competências numa área fundamen-

1 Veja-se Loreto López, Rosalva, *Los conventos femeninos y el mundo urbano de la Puebla de los Ángeles del siglo XVIII*, México, Colegio de México; Centro de Estudios Históricos, 2000, p. 146.

2 Leia-se Pérez Samper, María de los Ángeles, "Mujeres en ayunas: el sistema alimentario en los conventos femeninos de la España Moderna", in *Contrates*, 11, 2006, pp. 33-80.

3 *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga ordenadas pello Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos Noronha no anno de 1639 E mandadas emprimir a primeira vez pelo Illustrissimo Senhor D. João de Sousa Arcebispo e Senhor de Braga Primas das Espanhas*, (1697), Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, pp.162-164; Quellier, Florent, *La table des Français. Une Histoire culturelle (XVIIe- début du XIXe siècles)*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2007, pp. 126-132, 162-165.

4 Machado, Manuela, *Entre a clausura e o século: o recolhimento de Santo António do campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)*, Braga, Universidade do Minho, 2014, p. 103, dis. de Mestrado policopiada.

tal para a economia doméstica<sup>5</sup>. Apesar de no começo da instituição existir apenas uma criada de fora, na segunda metade do século XVIII é pago salário a uma outra mulher, a criada de dentro, que cumpria tarefas também na cozinha. Depois, foi contratada mais uma outra servente. Nos finais do século XVIII, era grande a rotatividade da “moça da cozinha”, sugerindo que ou não satisfazia, ou o trabalho era muito e a rapariga largava o emprego. Todavia, todos os dias à noite a responsável pelas refeições do dia seguinte, abeirava-se da regente para saber o que devia cozinhar. Era, por conseguinte, a superiora que determinava a ementa da instituição. Neste setor não existia separação entre as recolhidas do número e as restantes. Ainda que tivessem de pagar a sua alimentação, as porcionistas comiam da mesma “panela”, como determinavam os estatutos<sup>6</sup>. Esta obrigação significava a não existência de privilégios entre elas. O facto de não poderem cozinhar para cada uma e de se sujeitarem às refeições conjuntas contribuía para melhor controlar e disciplinar. Assim, teoricamente, todas estavam sujeitas ao mesmo ritmo de vida, não possibilitando a existência de nichos de liberdade e de ações particulares. De igual forma, todas se submetiam às mesmas regras, deviam cumprir as mesmas obrigações, sujeitando-se às práticas alimentares da instituição. Já o mesmo não se passava em outros recolhimentos de convertidas, onde cada recolhida preparava as suas refeições<sup>7</sup>.

Como as do número tinham o pão assegurado do Micho<sup>8</sup>, bem como o dinheiro para comprar os bens necessários para se sustentarem, só precisavam de taleigas para trazer o cereal. A despesa com pano para fazer esses sacos é regular, demonstrando que se rompiam com alguma frequência. Por vezes, é referido que se adquiriam sacos, sem se mencionar a sua finalidade.

### 1.1.1. Práticas alimentares

Como o dia começava cedo na instituição, a primeira refeição era servida ao raiar da aurora. Embora os estatutos não o mencionem, de manhã as recolhidas tomavam o almoço. Entre outubro e o fim de março, servia-se o “jantar” após as 10 horas da manhã e no restante período do ano às 11 horas. As refei-

5 O cumprimento desta função, bem como a aprendizagem de trabalhos manuais procurava dotar as mulheres de competências no domínio da economia doméstica. Veja-se Mendonza García, Eva M<sup>a</sup>, “Mujer y beneficencia: el Hospital de Inválidos de Málaga”, in *Iglesia Española y las Instituciones de Caridad*, Madrid, Instituto Escorialenses de Investigaciones Históricas y Artísticas, 2006, p. 333.

6 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro dos antigos estatutos*, Pasta n<sup>o</sup> 36, doc. avulso, não paginado.

7 Para Coimbra leia-se Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social (1750-1850)*, vol. I, Viseu, Palimage Editores, 2000, p. 451. Sobre o recolhimento do Ferro, do Porto, confira-se Basto, A. de Magalhães, *O recolhimento do Ferro...*, p. 24.

8 Celeiro da Mitra.

ções eram ritmadas por um horário diferente consoante se estava no Verão ou no Inverno.

Ao toque do sino interior, todas as mulheres se dirigiam para o refeitório para em comunidade alimentarem o corpo e o espírito. De pé, assistiam à imploração que a regente fazia no meio da sala, pedindo a benção de Deus para os alimentos que se encontravam sobre a mesa e desejando que os mesmos servissem de sustento ao corpo e de virtude ao espírito e se não revelassem contra a alma<sup>9</sup>. Após este momento de imploração do divino sobre os alimentos que deviam favorecer o corpo e a alma, todas em voz alta rezavam uma Ave-Maria e um Pai Nosso para posteriormente receberem ordem da superiora para se sentarem. Este ritual acontecia sempre que estavam à mesa, servindo a ocasião uma vez mais para rezar e pedir a intercessão divina.

As refeições constituíam um momento de agregação e de confraternização entre todas, muito à semelhança do que se passava nos conventos<sup>10</sup>. Eram servidas em mesas, cobertas com toalhas. Desconhecemos os pormenores que tinham estes bens, mas em 1791 é referida uma toalha com folhos, fazendo pensar em alguns cuidados tidos para o momento<sup>11</sup>.

Enquanto comiam escutavam leituras de livros de espiritualidade ou de vidas de santos, feitas por uma das recolhidas, que em voz alta devia dar a conhecer esses textos. Quando nenhuma estivesse apta a fazer as referidas leituras, permaneciam em silêncio, devendo tomar as refeições com urbanidade e limpeza<sup>12</sup>. Esperava-se que este momento de vida em comunidade se pautasse por relações cordiais entre todas. O apelo a um comportamento polido e cortês, considerado correto, opunha-se à rusticidade de muitas delas, ao mesmo tempo que imperava uma disciplina moral e cívica.

Quando todas se juntavam para ouvir ler em voz alta, fosse à mesa ou no coro alto, constituía sempre um momento de sociabilidade doméstica<sup>13</sup>. Ela era mais intensa quando, a partir da leitura, se faziam comentários e se davam indicações, como acontecia quando era realizada no coro de cima.

Conhecendo o grande analfabetismo existente na sociedade e particularmente entre o sexo feminino, o arcebispo fundador abriu a possibilidade das leituras poderem ser substituídas pelo silêncio, quando nenhuma das presentes dominasse a técnica de ler. Porém, este exigia disciplina e autocon-

9 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro dos antigos estatutos*, Pasta nº 36, doc. avulso, não paginado.

10 Sobre as refeições do convento de São Felipe da Penitência de Valladolid veja-se a obra de Torremocha Hernández, Margarita, *De la mancebía a la clausura. La casa de Recogidas de Magdalena de San Jerónimo y el convento de San Felipe de la Penitencia (siglos XVI-XIX)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2014, p. 203.

11 Nessa data, foram gastos 100 réis com quem colocou os folhos na toalha.

12 Para os rituais à mesa consulte-se Muir, Edward, *Fiesta y Rito en la Europa Moderna*, Madrid, Editorial Complutense, 2001, pp. 160-162.

13 Chartier, Roger, "As práticas da escrita", in Ariès, Philippe; Duby, Georges, (dir.), *História da vida privada. Do Renascimento ao século das Luzes*, Porto, Afrontamento, 1990, pp. 148-149.

trolo. Tal como nos conventos, o cerimonial à mesa pautava-se pelo silêncio e agradecimento, não existindo lugar para qualquer palavra para além da leitura realizada<sup>14</sup>.

As orações e as leituras espirituais conjugavam-se para alimentar o espírito, ao mesmo tempo que se dava sustento ao corpo. A função das orações e das referidas leituras estava associada aos prazeres mundanos que as mulheres poderiam ter na degustação dos alimentos, modelo decalcado da vida conventual onde as freiras cumpriam os mesmos rituais<sup>15</sup>.

Esperava-se, contudo, que todas as mulheres se portassem à mesa com civilidade, educação e seguissem as normas. Para muitas, senão mesmo para a maioria das recolhidas, a adoção de normas precisava de algum tempo de aprendizagem, por serem oriundas de meios sociais onde estas não se praticavam.

As internadas só podiam levantar-se da mesa após sinal da regente, para novamente de pé escutarem a superiora, uma vez mais no meio do refeitório, a agradecer a Deus a dádiva dos alimentos e a sua compaixão para com as pecadoras. No final, todas em voz alta entoavam as mesmas orações iniciais e mais um Pai Nosso pelas almas do Purgatório. A alusão ao Purgatório fazia recordar as almas pecadoras que sofriam as penas desse lugar intermédio entre o Céu e o Inferno, de onde podiam ser resgatadas com a ajuda dos vivos. Era, por conseguinte, preciso adotar práticas e comportamentos que contribuíssem para aliviar o sofrimento dos que padeciam no Purgatório, não devendo nunca serem esquecidos. Até à mesa se pedia intercessão por estas almas.

O estar à mesa constituía sempre objeto de determinações particulares nos estatutos. Como era um dos momentos em que todas estavam juntas, tornava-se propício a conversas e falatórios. Talvez por este motivo, mas também por ser uma ocasião solene, pautada por leituras e orações, exigia-se compostura, recato, silêncio e no recolhimento da Nossa Senhora da Esperança, do Porto, recomendava-se que as internadas se comportassem com “sezudesa”<sup>16</sup>. Sisuda, devia ser, pois, a aparência das que alimentavam o corpo e o espírito.

À tarde, após o trabalho, as recolhidas em Santa Maria Madalena regressavam ao refeitório para ceiar.

As refeições eram servidas no refeitório porém, quando eram castigadas severamente e iam para o tronco, as mulheres podiam ter que comer em terra, prática corrente também em alguns conventos. Comer em terra signifi-

14 Acerca do cerimonial à mesa no convento de Tibães confira-se Ramos, Anabela; Claro, Sara, *Alimentar o corpo e saciar a alma. Ritos alimentares dos monges de Tibães, século XVII*, Porto, Cultura Norte; Afrontamento, 2013, p. 16.

15 Nos conventos, as refeições eram também acompanhadas de orações e de leituras de livros espirituais. Silva, Ricardo, “Alimentar o corpo e o espírito no convento de Nossa Senhora dos Remédios de Braga no século XVII”, in Araújo, Maria Marta Lobo de, et al, *O tempo dos alimentos e os alimentos no tempo*, Braga, CITCEM, 2012, p. 74.

16 Veja-se o trabalho de Ferreira, J. A. Pinto, *O recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança (fundado na cidade do Porto no século XVIII)*, Porto, Câmara Municipal do Porto, s. d., pp. 129-173.

cava uma humilhação pública, mas simultaneamente um ato pedagógico que serviria para castigar e dissuadir comportamentos desviantes.

Os produtos que serviam para confeccionar as refeições eram acondicionados na despensa, lugar de acesso restrito à despenseira, que devia entregá-los à companheira responsável pela refeição ou à criada. Em finais do século XVIII a maioria dos produtos era adquirida numa loja ou tenda e, por vezes, pagos com atraso<sup>17</sup>.



Imagem 1. Armário

Todos os produtos consumidos frescos e que saíam da horta eram colhidos pela “campeira”.

O pão era confeccionado no forno que estava instalado na cozinha e inicialmente feito pelas recolhidas, de forma rotativa. Os primeiros estatutos determinavam o fabrico mensal do pão, porém acreditamos que fosse necessário proceder à sua cozedura com maior regularidade, principalmente quando o recolhimento tinha mais gente. Era utilizada a farinha que vinha do Micho, mas a casa adquiria pão branco, destinado às porcionistas. Como eram muitas

17 Em 1793, o recolhimento era abastecido pela loja pertencente a João Baptista de Melo, morador na cidade. ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 2, não paginado.

mulheres, o pão passou a ser cozido amiúde, o que fazia funcionar muito o forno e, conseqüentemente, precisar de consertos. Em meados do século XVIII, como já anteriormente referimos, existiam duas “forneiras” encarregues de cozerem este alimento.

Excetuando os ordenados pagos a quem lhe prestava serviços, as despesas discriminadas mensalmente possibilitam concluir que o setor alimentar era o mais pesado para a instituição.

As refeições integravam um caldo, confeccionado em potes de ferro. O repasto era servido em louça de estanho, como eram os pratos, embora houvesse na cozinha louça de barro, a qual precisava de se renovar com alguma regularidade, por mais facilmente se quebrar. Todavia, reparamos que nas primeiras décadas de funcionamento, a instituição adquiria muita louça para a cozinha, o que veio a diminuir quando os pratos passaram a ser de estanho.

Quando em 1769 a regente tomou conta do lugar, a cessante entregou um rol dos pertences da instituição, como era habitual nestes momentos de passagem de poder, onde figuravam: dois garfos<sup>18</sup> e uma colher de prata que eram usados nos atos da comunidade; oito toalhas das mesas do refeitório; duas mesas pequenas; duas toalhas com guardanapos e uma de renda; dois guardanapos; um lenço de seda para servir de fruteiro; sete pratos grandes finos; vidros, um copo, um frasco de mesa e uma bandeja; quatro tabuleiros, sendo dois pequenos e os outros grandes e um outro onde se pisava a fruta para doce; uma caldeira e três tachos, sendo um deles para fritar. Havia ainda uma foice, uma enxada e um sacho, utensílios usados na horta<sup>19</sup>.

Na mesma ocasião foi referido que se deixavam 40 pratos de estanho ordinários, mais 40 “pratinhos pequenos” também do mesmo material, tudo adquirido nesta década. A cozinha estava, pois munida do necessário, existindo pratos em quantidade e destinados a diferentes funções. Os 40 pequenos serviriam, provavelmente, para a sobremesa, o que para algumas das mulheres constituiria um luxo.

O ritmo de aquisição de utensílios para a cozinha é desconhecido, mas em 1793 compraram-se pratos novos de estanho e referiu-se que “sam de estanho para as Recolhidas comerem nelles e sam sincoenta e dous mas dous não sam pequenos”<sup>20</sup>. Existiam pratos em quantidade suficiente para o momento, sendo dois deles grandes, talvez para servirem de travessas.

18 A posse destes utensílios podia ser proveniente da entrega de penhores. Em 1826 existiam dois garfos e duas colheres de prata que tinham sido entregues como penhores. ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 85.

19 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as congras que se receberem para sustento deste Recolhimento de Santa Maria Magdalena e de S. Gonçalo*, nº 3, não paginado.

20 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 2, não paginado. Nesta compra foram gastos 5.500 réis.

Para pesar os alimentos, existiam uns pesos e uma balança, mas a cozinha estava ainda dotada de uns ganchos, destinados à confeção e preservação de alguns alimentos.

Os tachos em que se confeccionavam os alimentos eram de cobre, material mais robusto e com propriedades para manter a comida quente durante um maior período de tempo. O cobre era muito utilizado nos tachos e nas panelas das cozinhas das pessoas que tinham algumas posses para poderem comprar os utensílios desse material<sup>21</sup>. Era também mais higiénico do que o barro. Mas a cozinha precisava ainda de facas, por isso sempre que as existentes já estavam velhas, eram compradas outras. Também se adquiriam colheres de ferro e outros bens necessários ao funcionamento da cozinha: peneiras para peneirar a farinha, uma gamela onde se colocavam alguns produtos, alguns vidros para acondicionar líquidos ou sólidos e outra louça.

A gestão da casa envolvia muitas outras despesas, como obras e consertos, também eles pagos pela Mitra e coordenados pela superiora.

O espólio documental do recolhimento de Santa Maria Madalena integra cadernos de gastos com os produtos comprados para o período de 1769 a 1774 e dois livros de despesa: 1760-1770 e 1791-1795, arcos temporais limitados. A análise feita às despesas sugere uma alimentação rotineira, quebrada apenas nos dias de festas, que não integra, por exemplo, a compra de fruta. Existiriam algumas árvores de fruto na horta e seria essa a utilizada à mesa? Pensamos que pelo menos alguns citrinos existiram na horta e que no Verão as uvas poderiam também ser servidas às recolhidas. Sabemos, contudo, que a fruta era consumida, a avaliar pela existência de um fruteiro. Também se confeccionavam doces, talvez compotas, feitos à base de fruta, pois dois tabuleiros serviam para a pisar.

No setor alimentar, a maior despesa efetuada, no período entre 1769 e 1774 reportava-se à aquisição de carne de vaca, que representava 38% do total dos gastos. Esta era comprada nos açougues da cidade, ao longo de todos os meses e em quantidade considerável. Nos finais do século XVIII, quando a despesa é referida diariamente verifica-se uma aquisição quase diária deste produto, uma arroba ou meia arroba era adquirida com muita frequência. Também se comprava vitela, mas raramente, o que parece sugerir que se destinava às enfermas.

A carne de porco também era consumida fresca e salgada, mas os porcos eram criados na instituição e posteriormente abatidos<sup>22</sup>. Para não comprarem toda a carne que consumiam, criavam porcos para depois matar. Compravam-se também presuntos, como ocorre em finais de setecentos.

21 Piponnier, Françoise, "Do lume à mesa: arqueologia do equipamento alimentar no fim da Idade Média", in Flandrin, Jean-Louis; Montari, Massimo (dir.), *História da Alimentação. Da Idade Média aos tempos actuais*, Lisboa, Terramar, 2001, p. 126.

22 Apenas num mês se regista a aquisição de carne de porco.

A carne de porco era muito consumida pelos grupos sociais menos elevados e quando salgada podia ser gasta ao longo de todo o ano. Para além de carne para comer, do porco podiam ainda aproveitar-se as miudezas e até a gordura para unto<sup>23</sup>. Mesmo assim, a regente mandava comprar esta gordura, bem como azeite, para além de toucinho. Adquiria-se unto velho e novo, e azeite sempre em grandes quantidades. Com o crescimento do número de mulheres, as compras tiveram que se adaptar às necessidades e, por isso, o azeite também. Esta gordura destinava-se à cozinha, mas também à capela, servindo aqui para iluminar.

A carne de carneiro não era vulgar nesta instituição. Apenas foi comprada uma vez durante os cinco anos referidos acima, o que comprova o que acabamos de assinalar.

A instituição possuía inicialmente um galinheiro, mais tarde pelo menos dois, destinando-se o grão adquirido à alimentação das galinhas e à moagem da farinha. A criação de galinhas permitia o abate destas aves de acordo com a necessidade da instituição e reduzia as suas despesas. Porém, entre 1769 e 1774 os ovos foram comprados ao longo de todos os meses. Para além dos provindos do galinheiro não chegarem para tantas mulheres, estamos certos de que a carne de galinha era servida à mesa, mas destinava-se principalmente às recolhidas que se encontravam doentes. Foi no mês de fevereiro que entre 1769 e 1774 mais dinheiro se gastou com a aquisição de ovos. O montante chama a atenção por constituir o dobro do dinheiro despendido com este alimento nos restantes meses. É certo que março era o mês que mais se aproximava dos montante gasto em fevereiro e a Quaresma pode ajudar a compreender o montante despendido com este produto. Estariam mais caros nessa altura? Ficam-nos algumas dúvidas sobre o volume de dinheiro despendido em fevereiro. É sabido, porém, que o seu valor nutricional e o facto de serem mais baratos que a carne e o peixe pode também ajudar a compreender a aquisição mensal deste alimento. Apesar de serem de baixo custo, os ovos representavam 4% das despesas totais com a alimentação, tal como o unto no período em análise.

Como cozinham as recolhidas os ovos? Estes alimentos podiam ser consumidos de diversas formas e, como é sabido, são importantes devido às suas propriedades nutricionais<sup>24</sup>. Os ovos integram a alimentação popular e eram adquiridos regularmente pela instituição neste período, como constatamos<sup>25</sup>. Porém, em finais do século XVIII, eles desaparecem das compras para figurarem apenas uma vez e serem destinados à festa da Páscoa. Nessa ocasião, as

23 Flandrin, Jean-Louis, "A distinção pelo gosto", in Ariès, Philippe; Duby, Georges (dir.), *História da vida privada. Do Renascimento ao século das Luzes...*, p. 227.

24 Sobre a importância dos ovos e a sua utilização da alimentação veja-se Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, "Ovos, ovos e mais ovos. Cultura, Economia, Dietética e Gastronomia", in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 13, 2013, pp. 405, 408.

25 A importância dos ovos na alimentação encontra-se ainda em Braudel, Fernand, *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII. As Estruturas do Quotidiano*, Lisboa, Teorema, 1992, p. 180.

fontes referem as capoeiras, o que parece indiciar a existência de mais galinhas, logo mais ovos e menor necessidade de os adquirir no mercado.

A segunda maior despesa entre 1769 e 1774 era realizada com a compra de peixe. Comia-se vários tipos de peixe, mas o bacalhau foi o que mereceu maior destaque<sup>26</sup>. Comprado em todos os meses do ano e consumido particularmente no tempo da Quaresma, o bacalhau era muito popular na mesa das recolhidas, bem como a sardinha. Todavia, o bacalhau estava mais presente nas refeições das mulheres e, principalmente, na Quaresma. Nesse período a compra de carne de vaca decaía, mas não desaparecia totalmente, o que se pode justificar talvez com a alimentação das doentes.

Desconhecemos os pratos que eram confeccionados com o bacalhau e em que condições este peixe era consumido. Provavelmente seria salgado. Esta mesma aquisição mantêve-se entre 1791 e 1795 e permanece com as mesmas características.

A sardinha era também comprada com regularidade<sup>27</sup>, mas curiosamente decaía a sua aquisição no tempo quaresmal, quando aumentava a do bacalhau. Esta não se adquiria de maio a agosto. Existiria falta deste produto na cidade? Ou o seu preço tornava-a escassa? Para uma melhor gestão financeira trocaria o recolhimento as sardinhas por outro produto mais barato nos meses de Verão? Sabemos que a venda deste peixe está no século XVIII muito associada no Minho à presença de galegos. Este produto era transacionado por mulheres e homens que se entregavam a este comércio. Embora estivesse mais caro no Verão, não encontramos razão para deixar de ser consumido no final da Primavera. As sardinhas chegavam à cidade em carros puxados por animais, os quais percorriam as suas ruas para serem vendidas. As que eram consumidas em Guimarães passavam também por Braga.

Existem igualmente despesas realizadas com outros peixes, mas para além da pescada, do sável e do polvo, comprados muito pontualmente, o que nos faz pensar numa situação de falta de apetite ou de doença, desconhecemos que outros peixes eram usados na alimentação. Porém, o registo de compra de “peixe” está presente em quase todos os meses<sup>28</sup>. Entre 1791 e 1795 desaparece essa menção e discrimina-se o peixe comprado.

A aquisição de arroz era feita mensalmente, o que comprova a sua ingestão. Este cereal contribuía para aumentar a quantidade de hidratos de carbono ingeridos, consumidos em grande quantidade, se considerarmos que o pão também os oferecia. Também o feijão era comprado todos os meses.

26 O bacalhau era muito apreciado, ganhando grande destaque na mesa dos portugueses. Veloso, Carlos, *A alimentação em Portugal no século XVIII nos relatos dos viajantes*, Lisboa, Minerva histórica, 1992, pp. 61-64.

27 A sardinha era mais consumida pelo povo, mas encontrava-se frequentemente nos registos das despesas das casas religiosas. Consulte-se Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, *Do primeiro almoço à ceia. Estudo de História da Alimentação*, Sintra, Colares Editores, 2004, pp. 74-49.

28 Só não se comprou peixe em março.

Parece adivinhar-se que o arroz era abundantemente consumido, provavelmente com carne e com feijão. Faz-se também menção à aquisição de grão. Pensamos tratar-se de grão-de-bico, usado na alimentação. Sem termos a certeza da ementa, as compras sugerem uma mesa composta por um caldo de hortaliga e um prato principal de arroz com carne ou com peixe. A sobremesa incluiria fruta e em alguns momentos doces.

Perceber o que vinha da horta, o que compravam e quanto gastavam nem sempre foi fácil. As fontes consultadas nem sempre discriminam, surgindo muitas vezes apenas a menção do gasto com “o comestível”. Porém, noutras ocasiões, a escritã foi mais específica e discriminou com maior pormenor as despesas efetuadas. Para além das couves e “hortalices”, compravam-se grelos e ervilhas, no tempo em que os havia, trunchudas, nabos e, nos finais do século XVIII, repolhos. Entre 1769 e 1774, os gastos com hortaliga representava 9% das despesas totais com a alimentação, “ex-aequo” com o azeite. Os montantes mais elevados com a compra de hortaliga referem-se aos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, quando seria mais rara e, por conseguinte, mais cara. Os preços dos produtos elevavam-se quando estes escasseavam ou se estava no início da sua estação. Assinale-se ainda que a instituição comprava também cebolas em praticamente todos os meses do ano, pois as produzidas na horta não eram suficientes, nomeadamente em maio e junho<sup>29</sup>, meses em que já rareava a produção do ano anterior e se aguardava a nova colheita. Também se adquiriam alhos, para temperar os alimentos.

Embora o hortelão plantasse e semeasse alguns legumes, recordamos que o espaço da horta era muito limitado, sendo restrito o local para semear ou plantar cada produto. Os estatutos de 1722 mencionam a preocupação da horta ter “borrages”, mas não especificam a qualidade destas ervas. Como mencionámos, os legumes da horta só podiam ser colhidos pela “campeira”, recolhida encarregue de supervisionar o trabalho do hortelão, que semeava e plantava legumes, ervas para as mezinhas e flores para o altar. Alimentar quotidianamente várias dezenas de mulheres era dispendioso e exigia grande quantidade de produtos.

Para condimentar a comida eram adquiridas especiarias, mas o sal era o principal tempero utilizado. Esporadicamente também se usou a pimenta e o açafreão. Embora raramente, fez-se ainda menção à compra de salsa. Esta devia ser usada com frequência na cozinha, mas provavelmente vinha da horta. A canela foi comprada poucas vezes e talvez para ser utilizada nas iguarias das festas. É provável que fossem utilizadas também algumas ervas saídas da horta, pois não eram adquiridas. A aquisição de alhos atesta de igual forma o seu uso.

.....  
29 ADB, Fundo monástico-conventual, *Livro dos assentos dos depósitos da Arca 1722-1829*, F566A, fls. 3-26.

O vinho comprado ao longo de todo o ano teria várias finalidades. Para além de ser utilizado nas celebrações religiosas, ser servido à mesa, podia ser também usado como tempero de algum peixe e carne. É sabido que certas carnes e peixes eram temperados com este néctar<sup>30</sup>. Guardava-se em tonéis ou pipas, adquiridos em algumas ocasiões, ou por estarem velhos os existentes, ou por ser necessário comprar mais.

O vinagre era comprado quase todos os meses. Podia ser aplicado no tempero dos alimentos ou noutras finalidades. O sal era o mais usado e adquirido mensalmente, embora em novembro e dezembro subisse a despesa com este produto. A matança do porco e a salga da sua carne podem ajudar a compreender essa maior despesa.

As gorduras utilizadas eram o toucinho, a manteiga, o azeite e o unto, embora este último fosse o mais vulgar<sup>31</sup>. O azeite para além de ser usado na cozinha como gordura, servia também para iluminar os espaços do recolhimento e a capela. Este produto era comprado todos os meses.

Todos os produtos que vinham dos arredores ou mesmo de mais longe precisavam de ser transportados. Chegavam à cidade à cabeça ou aos ombros de homens e mulheres que a pé a abasteciam de alguns géneros, mas também em carros de bois, ou em mulas, como era frequente acontecer<sup>32</sup>.

A água para a confeção das refeições era retirada do poço do pátio e mais tarde, após as obras de Paulo Vidal e a construção do tanque, caía numa fonte situada perto da cozinha.



Imagem 2.  
Fonte que abastecia a cozinha

30 Veja-se a propósito Castro, Xavier, “Cada viño reclama o seu sacramento”. Cultura do viño e gastronomia en Galicia”, in *Semata*, 21, 2009, pp. 108-112.

31 Flandrin, Jean-Louis, “Le goût et la nécessité: sur l’usage des graisses alimentaires dans les cuisines d’Europe Occidentale (XIV-XVIIIe siècles)”, in *Annales ESC*, n° 3, 1983, pp. 369-401.

32 Para este assunto consulte-se Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, *Cultura, Religião e Quotidiano*, Lisboa, Hugin, 2005, p. 208.

Em finais de setecentos, a instituição pagava a uma mulher e às vezes a um homem para carregar a água até à cozinha. Como a entrada de homens era muito escrutinada, pensamos que este podia ser o hortelão, já habituado a entrar nesta área restrita.

Apesar de a rotina ser a característica mais evidente da alimentação servida, existiam também momentos de rutura, quando se comparavam castanhas ou destinadas ao magusto que anualmente se promovia, ou castanhas secas, como era referido e adquiridas por altura do Carnaval ou Páscoa.

### 1.1.2. As refeições em dias festivos

Os dias festivos serviam para romper com a rotina alimentar e confeccionar pratos e outras iguarias para a ocasião. Era altura de se passar mais tempo na cozinha, de aprimorar receitas e de variar ementas. Nas casas de reclusão feminina, as festas eram acompanhadas de refeições mais esmeradas, saindo da rotina do dia-a-dia<sup>33</sup>. Recolhimentos e conventos comemoravam as festas religiosas, transformando estas ocasiões em dias de alguma abundância e de quebra dos hábitos alimentares<sup>34</sup>.

Santa Maria Madalena celebrava algumas festividades religiosas, dando particular destaque às cerimónias que decorriam na capela, mas também às refeições. Nos meses de dezembro, fevereiro e julho a despesa era maior porque a alimentação era mais esmerada nos dias de festa. A aquisição de certos produtos sublinha a importância do momento. Com base em alguns róis de despesa que ainda se conservam é possível verificar que leite, ovos, açúcar e canela eram comprados em julho, destinados provavelmente à confeção de leite-creme, e arroz-doce, iguarias muito apreciadas neste período<sup>35</sup>. O leite, por exemplo, foi apenas adquirido no mês de julho, o que sugere tratar-se de um ingrediente para a comida das festas. Todavia, é bem provável que as recolhidas alargassem o leque de doces e confeccionassem outras iguarias, como, por exemplo, o arroz-doce, uma vez que este cereal era comprado em grandes quantidades.

Também a festa natalícia assumia particular relevância em termos culinários. Os pratos servidos variavam de região para região, mas em todas as

33 Gómez García, María Carmen, *Mujer y clausura. Conventos Cistercienses en la Málaga Moderna*, Málaga, Universidad de Málaga, 1997, p. 208.

34 Veja-se Pérez Samper, María de los Ángeles, "Fiesta y Alimentación en la España Moderna: El Banquete como Imagem Festiva de Abundância y Refinamiento", in *Espacio, Tiempo y Forma, História Moderna*, série IV, nº 10, 1997, p. 54.

35 Leia-se o trabalho de Gonçalves, Armada da Silva, *A alimentação na Idade Moderna. O recolhimento de Santa Maria Madalena e de S. Gonçalo (século XVIII)*, realizado no âmbito da UC Investigação Histórica, do Mestrado em Ensino de História e Geografia do 3º Ciclo e Secundário, Braga, Universidade do Minho, 2013, p. 10. Policopiado.

casas se procurava comemorar com alguma abundância<sup>36</sup>. Para essa altura, a instituição comprava figos secos, tão populares nesta quadra, e moletes. Os figos são muito nutritivos, possuem teor calórico, sendo considerados relevantes para o tratamento de algumas doenças<sup>37</sup>. Eram mimos que se ofereciam às recolhidas num período de particular significado religioso. Regista-se igualmente a fraca aquisição de doces, o que pode ser entendido como uma medida de contenção, não devendo estes ser consumidos em abundância e apenas na proporção da frugalidade a que se sujeitava uma casa com estas características. Sabemos também que as próprias recolhidas os confeccionavam. A aquisição de ovos e açúcar e mel comprova o fabrico próprio.

O Carnaval era celebrado com pratos de carne. No recolhimento de Santa Maria Madalena comprava-se nesta quadra muita carne de vaca, mas às vezes também de porco. Embora menos exuberante, o dia era de festa à mesa. Após esta festividade, os católicos suspendiam o consumo de carne durante a Quaresma, por ser tempo de penitência e maior rigor alimentar.

Em novembro e dezembro a instituição gastava algum dinheiro com a aquisição de castanhas, porque também se festejava o São Martinho. Os magustos eram muito populares e aconteciam quer nas casas particulares, quer nas instituições de reclusão, como eram as cadeias, os conventos e os recolhimentos. Se o valor nutricional da castanha aconselhava a sua ingestão, comemorar um santo com as particularidades de São Martinho era muito meritório.

Mas a mesa era igualmente um lugar de oração, agradecimento, silêncio e de práticas de civilidade. Como referimos, as recolhidas deviam cumprir regras à mesa, ritualizando momentos relevantes do seu quotidiano, onde para além de se alimentar o corpo, se cuidava igualmente do espírito.

### 1.1.3. Recolhidas que alimentam pobres

A ajuda aos pobres deve ser entendida como uma resposta natural de quem tem e pode dar, auxiliando num momento difícil. Mais do que exercer poder através da esmola, esta deve ser entendida como um meio de sobrevivência<sup>38</sup>.

Dar de comer a quem tem fome foi uma das obras de misericórdia mais frequentemente exercitada na Idade Moderna, principalmente pelos que sem deixar fontes escritas ajudavam os que lhes batiam à porta e pediam pão para

36 Mesmo nas casas mais pobres, procurava-se marcar o dia com uma refeição melhor. Veja-se Pérez Samper, María de los Ángeles, "La alimentación cotidiana en el España del siglo XVIII", in García Hurtado, Manuel Reyes (ed.), *La vida cotidiana en el España del siglo XVIII*, Madrid, Silex, 2009, pp. 41-44.

37 Henriques, Francisco da Fonseca, *Âncora medicinal para conservar a vida com saúde*, 2ª edição, Lisboa, Officina de Miguel Rodrigues, 1731, p. 318.

38 Carasa Soto, Pedro, "Presentación. Las familias garantizaron la viabilidad de las elites y la sostenibilidad de los pobres", in *Historia Contemporánea*, 49, 2014, p. 416.

comer. Esta forma de auxílio é muito difícil de ser estudada, precisamente por não ter sido documentada. Mas nas instituições onde esta prática está documentada, como acontece nas Misericórdias, percebe-se bem a sua importância e a atenção que lhe era dada pela instituição distribuidora.

A historiografia portuguesa tem dado pouca importância à distribuição de comida nas instituições de reclusão, designadamente nos conventos e recolhimentos, provavelmente por lhe ser conferido pouco relevo nas fontes. Porém, o recolhimento em estudo adotou desde cedo esta prática, demonstrando que repartir o pouco que se tinha com os pobres constituía um ato caridoso que haveria de ser recompensado e se integrava no programa de reforma a que estas mulheres estavam sujeitas. É sabido, contudo, que em algumas destas casas de reclusão feminina era corrente esmolar pobres à portaria, contando as religiosas com a permissão da superiora para darem os sobejos alimentares, normalmente pão e caldo, aos que aí aguardavam<sup>39</sup>. Nos recolhimentos só podia acontecer mediante autorização da regente.

Um ano após a abertura e a pretexto de impor a ordem no recolhimento de Santa Maria Madalena, D. Rodrigo de Moura Teles enviou-lhe um decreto onde interditava o acesso de pessoas exteriores à portaria, mesmo que fosse com o pretexto de se alimentarem<sup>40</sup>. Só esta recomendação é suficiente para se entender que desde o começo foi prática das recolhidas descenderem à portaria e, com autorização da regente, distribuir parte da sua refeição com os mais necessitados. Subentende-se também que os pobres estariam à espera de serem alimentados, juntando-se à porta, como acontecia nos conventos. Seria no banco de pedra que aguardariam e aí receberiam a refeição que lhes era distribuída.

Posteriormente, em 1743 uma recolhida foi apanhada por duas companheiras na portaria a dar de comer a sua mãe, mulher pobre, viúva e doente. Por condenarem o ato e talvez para ajustarem contas com ela, espancaram-na violentamente, dando origem a uma devassa mandada instaurar pelo arcebispo D. José de Bragança. Através do depoimento de várias mulheres ficou-se a saber ser um hábito que outras internadas também tinham, dando na portaria restos da sua comida aos pobres que aí aguardavam para se alimenta-

39 Maria Benta do Céu destaca na sua obra a entrega diária de comida na portaria do convento de Nossa Senhora da Conceição de Braga por algumas religiosas. Leia-se Céu, Maria Benta do, *Jardim do Céu plantado no convento de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Braga*, Lisboa, Na Officina de Manoel Coelho Amado, 1766. Em Vila Viçosa, vários conventos serviam refeições diárias aos pobres que se amontoavam à sua porta, esperando a distribuição de comida. Consulte-se Espanca, Joaquim José da Rocha, *Memórias de Vila Viçosa*, nº 22, Vila Viçosa, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1984, p. 70. No mosteiro de Tibães também se agraciavam os pobres com esmolas. Leia-se Oliveira, Aurélio de, *A abadia de Tibães 1630/1680-1813*, 2º volume, Porto, Faculdade de Letras, 1979, tese de Doutoramento policopiada. Veja-se também Pazzis di Corrales, Magdalena; García Hernán, David, "Aproximación al modo de vida conventual de los Franciscanos Descalzos. La provincia de San Juan Bautista en el siglo XVIII a través de los libros de patentes", in *Cuadernos de Historia Moderna*, nº 16, 1995, p. 432.

40 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro dos antigos estatutos*, Pasta nº 36, não paginado.



Imagem 3. Banco de pedra da portaria

rem<sup>41</sup>. Como se constata, esta parece ser uma prática enraizada que envolvia várias mulheres da instituição.

Como comumente acontecia, era na família que previamente se procurava auxílio, e também no caso em apreço, a mãe procurou junto de uma filha o apoio alimentar diário que lhe faltava. Sem conhecermos outra informação sobre este núcleo familiar e as suas redes de apoio, reconhece-se a importância da filha recolhida para auxiliar a sua mãe em termos alimentares. Interessa ainda sublinhar que a própria filha vivia no recolhimento por caridade. Esta situação coloca-nos frente ao quotidiano das famílias pobres e das suas estratégias de sobrevivência para resolver problemas graves, como eram a alimentação, a doença, a orfandade, o endividamento e a velhice.

Mas não eram apenas os pobres comuns que recorriam à portaria para receberem comida. Havia também pelo menos o caso de um sacerdote que todos os dias recebia pão de uma recolhida, em meados do século XVIII.

Embora pouco documentada, por não exigir despesas e, por conseguinte, não figurar nos livros correspondentes, nem constituir uma obrigação estatutária, apesar de a caridade ser uma virtude que todas deviam exercer, este procedimento chama a atenção para outra faceta da instituição: a salvação da alma das pecadoras passava também por repartirem o pouco que tinham, fazendo caridade com o que lhes era dado para comer. Tratava-se de um ato

41 ADB, Fundo monástico-conventual, *Diligencias mandadas fazer pelo decreto do Arcebispo D. José de Bragança*, F556B, fls. 6-8.

voluntário, embora necessitasse de autorização superior para ser realizado. Era por estas razões que a prática era tolerada.

O exercício da caridade nesta instituição ganhou ainda outros contornos. Por um lado, porque recebeu legados para apoiar recolhidas pobres na doença e em termos alimentares, por outro porque algumas internas fizeram caridade com as suas irmãs, deixando-lhes esmolas em dinheiro destinadas à sua alimentação. Conhecedoras das dificuldades que muitas experimentavam, condoíam-se com a sua situação e procuravam aliviá-las com estes gestos de bem-fazer.

## 2. AS FESTAS NA CLAUSURA

Braga transformou-se ao longo da Idade Moderna numa cidade de variadíssimas festas. Desde logo as patrocinadas pelos arcebispos, as da Sé, as das igrejas paroquiais, da Câmara, das confrarias, da Misericórdia, dos conventos, das capelas particulares e públicas, para não falarmos das realizações particulares. O calendário festivo decorria ao longo de todo o ano, embora a Páscoa, os meses de Verão e o Natal assegurassem o maior volume destas iniciativas.

A festa desempenhava uma função importante no contexto barroco. Promovia o culto, a veneração dos santos, ocasionava celebrações religiosas, concerto e compra de alfaias religiosas, paramentos, limpeza das capelas, igrejas e altares, contratação de música e ocorrência de fiéis. Algumas integravam procissões com imagens religiosas, levando o sagrado para a rua, misturando-se com os crentes, num enquadramento previamente pensando e preparado para o receber.

Se nos cingirmos apenas às festas religiosas, conhecemos uma cidade onde o toque dos sinos se fazia a miúdo para chamar os crentes para as cerimónias religiosas. As missas, o canto, os sermões, a via-sacra e as procissões eram acompanhadas com outras manifestações igualmente festivas: as danças, as corridas de touros, os jogos equestres também integravam algumas festividades. Preparavam-se os altares, as alfaias religiosas, ornamentavam-se as igrejas e os locais por onde a festa passava. As decorações de interior e de exterior eram não apenas significado de festa, mas também de poder e de prestígio<sup>42</sup>.

As confrarias foram as principais responsáveis pelas grandes festas da cidade. A densa malha urbana destas instituições levou à promoção de vários cultos religiosos a quem se dedicavam esplendorosas festas<sup>43</sup>. Proporcionando momentos de fé, mas também de sociabilidade e poder, as festividades constituíam ocasiões para alargar relações sociais e projetar localmente os que ocupavam cargos. Nesses momentos ganhavam maior protagonismo.

42 Uma análise mais circunstanciada das festas de Braga no século XVIII encontra-se em Milheiro, Maria Manuela de Campos, *Braga. A Cidade e a Festa no século XVIII*, Braga, NEPS, 2003.

43 Veja-se a propósito Capela, José Viriato; Ferreira, Ana Cunha, *Braga Triunfante ao tempo das Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, s. e, 2002, pp. 200-202.

O recolhimento em estudo cumpria um calendário de festas ao longo do ano. Comemorava a festa do Natal (25 de dezembro), do Entrudo (festa com data móvel), a semana santa, o dia de Santa Maria Madalena (22 de julho), o Sagrado Coração de Jesus (em julho), altura em que o Santíssimo Sacramento se encontrava exposto, sob o dossel todos os dias<sup>44</sup>, o dia de Santa Isabel (2 de julho), o de Santiago (25 de julho); o de Santa Ana (26 de julho), o de Santa Marta (29 de julho), o de São José (29 de março), o de São Gonçalo (10 de janeiro) e o de São Bartolomeu (24 de agosto). O legado instituído na confraria de São Gonçalo e Menino Deus em 1743, por Paula de Jesus<sup>45</sup>, passou a custear a festa em honra de Nossa Senhora da Boa Nova, imagem que também se encontrava na capela. Este legado pagava igualmente a festa de Santa Maria Madalena, constando cada uma delas de uma missa cantada a cantochão e um sermão. A instituidora deixou 200.000 réis para suportar estes gastos. Previamente à aceitação, a confraria reuniu para analisar as cláusulas e decidiu aceitá-lo, mas estabeleceu de imediato não gastar mais de 1.200 réis anuais no sermão, determinando que perante a inexistência de religioso que o proferisse por esta quantia, se desobrigava de pagar um preço superior.

A festa de São Gonçalo era celebrada com uma missa cantada e mais ofícios divinos, com a solenidade possível, assim determinavam os primeiros estatutos. Os oficiais da Mesa da confraria estavam obrigados a assistir a estas cerimónias com tochas acesas e a pagar a cera necessária<sup>46</sup>.

A semana santa era também particularmente celebrada e constituía um dos momentos altos das cerimónias religiosas. Em março de 1759, as recolhidas solicitaram autorização à confraria para exporem o Santíssimo Sacramento durante esta semana e serem proferidos três sermões, rezados ofícios e realizadas outras cerimónias que não foram identificadas. Cientes da importância do momento, os confrades de São Gonçalo deram a permissão pretendida<sup>47</sup>.

O recolhimento já costumava fazer as duas festas referidas antes do legado de Paula de Jesus, de tal forma que em 1750 como as recolhidas já tinham encomendado o pregador do sermão, foram autorizadas pela confraria a mantê-lo, pagando-o pelas economias da instituição.

O sermão e os pregadores assumiam uma grande relevância na Igreja pós-tridentina. Era através do uso da palavra que se difundiam ideias, valores e princípios aos fiéis, colocando-se grande esmero na formação e escolha dos pregadores. Através do púlpito, doutrinavam-se e controlavam-se os crentes, mantendo-os, apesar dos desvios que ocorriam e se desejavam punidos, no

44 ADB, Fundo Monástico-conventual, *Livro para asentos dos depósitos feitos na arca*, F556A, fl. 26.

45 Esta mulher entrou para o recolhimento a 12 de maio de 1724, como supranumerária. ADB, Fundo do Governo Civil. Distrito Administrativo, livro n.º 1, fl. 8v.

46 ADB, Registo Geral, Livro n.º 7, fl. 283.

47 AICSC, *Livro dos termos da Meza, juntas e eleições, desde 20 de Janeiro até 20 de Abril de 1766, em que se uniu a Santa Cruz*, fl. 507v.

trilho determinado pela Igreja<sup>48</sup>. Só em 1732 a festa de Santa Maria Madalena custou 12.600 réis<sup>49</sup> ao recolhimento, pelo que estamos em crer que a magnificência dos festejos não diminuiriam, mas o excesso seria suportado pelo recolhimento, como acontecia até então.



Imagem 4.  
Santa Maria Madalena

48 Gouveia, António Camões, “O enquadramento pós-tridentino e as vivências do religioso”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, quarto volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 291-297.

49 O montante gasto com a festa da padroeira oscilava de ano para ano. No ano anterior, o recolhimento tinha despendido 9.600 réis “pouco mais ou menos”. ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro de depeza 1722-1826*, Pasta 1081, fls. 24v.-25.

O dinheiro do legado de Paula de Jesus foi entregue ao tesoureiro pela regente para o colocar a juro, devendo reverter a favor da instituição, não podendo a despesa das duas festas exceder anualmente mais de 5.000 réis<sup>50</sup>.

Assim, a festa já realizada a Santa Maria Madalena pelas recolhidas era a partir de agora paga por este legado, abrilhantando-a ainda mais.

Já antes da receção do legado, a confraria participava nas despesas da capela e na festa da padroeira. Os confrades mandavam regularmente dinheiro à regente para custear as hóstias, o vinho e a limpeza da capela. Os restantes gastos corriam por conta do recolhimento e da Mitra. Ora, nos dias de festividades, mandava-se ornamentar a capela, tinha-se maior cuidado com a limpeza dos altares, das toalhas, das imagens e despendia-se muito mais em cera. Em 1754 na festa de Santa Maria Madalena, o templo foi decorado por um armador da cidade, pediram-se os ornatos à igreja de São Vítor, o altar-mor foi embelezado com ramos, três padres cantaram a cantochão e na véspera estiveram três confessores disponíveis para atender os que se desejassem confessar<sup>51</sup>.

Com o avançar do século XVIII e o início do seguinte, as festas foram-se reduzindo, por falta de verbas para as manter com o mesmo brilho e solemnidade. Assim, em 1837 já só se comemorava a festa de São Geraldo e a de Santa Maria Madalena, solenizadas com missas cantadas a cantochão e sermões. Tinham já desaparecido todas as restantes, inclusivamente a de Nossa Senhora da Boa Nova<sup>52</sup>.

A progressiva laicização, as críticas feitas às instituições religiosas de gastos excessivos em festas, de desviarem as pessoas do trabalho e o elevado número de dias santos tiveram efeitos e fizeram diminuir o número de festividades religiosas.

### 3. A CONFLITUALIDADE

#### 3.1. Mulheres contra mulheres

O estudo da conflitualidade será abordado segundo duas perspetivas: a gerada entre as recolhidas e a surgida com a confraria de São Gonçalo. Assim, analisaremos a ocorrida entre as mulheres em primeiro lugar e entre estas e os homens num segundo momento.

Embora a análise dos primeiros estatutos aponte para um dia-a-dia totalmente preenchido, marcado pela oração, pela penitência e pelo trabalho, com

50 AICSC, *Livro dos termos da Meza, juntas e eleições, desde 20 de Janeiro até 20 de Abril...*, fls. 368v.-369v.

51 AICSC, *Livro dos termos da Meza, juntas e eleições, desde 20 de Janeiro até 20 de Abril...*, fls. 433v.-440v.

52 Acerca do desaparecimento de muitas festas nas confrarias no século XIX veja-se Barbosa, António Francisco Dantas, *Tempos de festa em Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, Braga, Universidade do Minho, 2013, pp. 454-458, tese de Doutoramento policopiada.

poucos tempos livres e com relações pessoais de cordialidade, respeito mútuo e até de cortesia com a regente e com as colegas de maior idade, o certo é que nem sempre assim aconteceu. Todas as recolhidas estavam obrigadas a usarem um tom de voz baixo e a não proferirem palavras afrontosas, funcionando como uma família e tendo a superiora por mãe. Todas se deviam comportar como irmãs e cumprir as suas tarefas diárias num ambiente de amor fraterno. Porém, em vários momentos, o recolhimento esteve longe do preceituado nestes estatutos.

O texto normativo reiterava a necessidade das recolhidas serem obedientes, princípio que todas as mulheres deviam cumprir perante os seus pais e maridos. No recolhimento deviam obediência à superiora, por estar dotada de poderes para governar a casa e fazer cumprir as normas. Era fundamental que as mulheres reconhecessem e respeitassem a autoridade, não apenas durante o internamento, mas também quando, por algum motivo, o abandonassem temporariamente. A passagem pelo recolhimento devia prepará-las para na vida futura respeitarem a autoridade.

O tipo de violência ocorrida neste espaço está diretamente associado ao que era permitido e proibido. Num outro contexto, falar alto, cantar, tocar viola ou ter outros comportamentos que no recolhimento eram considerados escandalosos, não o seriam, por certo. A intolerância e os valores que se desejavam ver cumpridos colidiam com a vontade do grupo das revoltosas.

Competia à regente não permitir dentro de portas “bandos nem mexericos” entre as recolhidas, devendo manter a concórdia e fazer com que as mulheres se conformassem com a sua situação. Procurava-se que estas não se manifestassem, pois deviam agradecer e nunca discordar da situação em que se encontravam. Defendia-se uma “honesto amizade” entre todas, embora se previssem conflitos. Quando existissem discórdias, a regente devia atuar de forma sigilosa junto das inconformadas, fazendo-as entender a necessidade de se resignar com a situação. Nessa altura, e em caso de necessidade, podia repreendê-las particularmente, mas se a situação se mantivesse, tinha poder de as admoestar em público. Quando o conflito era grave e a tranquilidade da instituição estava em causa, a superiora podia castigar as infratoras com penas que podiam chegar ao tronco, porém se este castigo não resultasse, seria dado conhecimento do ato ao arcebispo. Em situação limite, a recolhida podia ser expulsa.

A regente devia atuar com celeridade quando tivesse conhecimento de alguma incorreção ou incumprimento dos estatutos para que do seu laxismo não resultasse maior escândalo. Os estatutos exortavam-na a atuar com prontidão, não deixando que a transgressão ganhasse maiores proporções e o conflito a ultrapassasse enquanto superiora.

Como se constata, existiam vários mecanismos de reposição da ordem, quase todos concentrados na regente, que conheciam uma escala de gravi-

dade, à qual correspondia também um conjunto de castigos. Os estatutos conferiam ainda neste particular grande poder à superiora, colocando na sua esfera de poder a possibilidade de dissuadir os conflitos, mas igualmente de os poder castigar.

Dentro de portas, os conflitos teriam sido em muito maior número do que os conhecidos. Estamos certos de que um volume tão grande de mulheres fechadas, com pouca liberdade e muitas vezes contrariadas, terá levado à existência de atritos diários, de discussões, de amizades e inimizades, de fações, de intrigas e represálias, de disputa de poderes, de lugares e até de afetos. Os desentendimentos diários, os pequenos arrufos, as queixas, os insultos e até mesmo as pequenas desobediências ocorreriam com alguma frequência e seriam resolvidos pela regente, não deixando rasto nas fontes. Só conhecemos as “grandes revoltas”, quando ganharam proporções que se tornaram públicas e foi preciso intervenção do exterior para repor a ordem.

A atividade fiscalizadora do arcebispo era posta em prática com o envio dos seus emissários ao recolhimento para apurar os factos previamente relatados e ditar os castigos. Nada permissiva a comportamentos desviantes, a Igreja pós-tridentina atuava rapidamente para normalizar e castigar.

Tal como nas devassas levadas a cabo pelos bispos nas dioceses, onde os crimes muito graves eram sentenciados com pena de prisão<sup>53</sup>, também no recolhimento em estudo essa era a pena aplicada às protagonistas de infrações consideradas escandalosas e de notória afronta e insulto ao poder, mas também às companheiras, à regente e em última instância à instituição.

Quando o assunto era grave, normalmente procedia-se a uma devassa. São precisamente três devassas que conhecemos e que vamos analisar: as de 1743, 1759 e 1816 marcam os momentos em que no recolhimento se conheceram violentas disputas, embora saibamos que a advertência enviada pelo arcebispo ao recolhimento em 1723 e a expulsão da regente em 1737 devem ter constituído também períodos de alguma agitação. Em 1739 e em 1740 existiram mais duas devassas, das quais não se preservam fontes, mas que estiveram na base da expulsão de várias recolhidas nestes dois anos. Essa situação esteve diretamente relacionada com o reingresso da regente Isabel do Sacramento, em setembro de 1739. Ela mesma dá conta do seu reingresso no livro de entradas<sup>54</sup>. Em 1740 novas expulsões reportam-nos a mais uma situação de conflito, quando a regente citada deixou o poder para dar lugar à nova eleita.

Ordenar uma devassa significa que se procedia a um inquérito sobre um problema concreto existente no recolhimento. As devassas estudadas resultam de denúncias feitas ao arcebispo, contendo assuntos sérios que precisa-

53 Carvalho, Joaquim Ramos de, “Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna”, in Mattoso, José (dir.), *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, p. 46.

54 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 20.

vam de ser expurgados. Quem fazia a acusação era sempre uma das partes envolvida, ou mesmo a regente e esperava do prelado a reposição da ordem e o castigo às consideradas infratoras.

Nos interrogatórios feitos tudo ficava a nu. O que era privado ou pelo menos permanecia dentro de portas, passava agora a ser do domínio público, embora alguns pormenores dos atos passados na instituição tivessem já galgado a fronteira dos muros e fossem do conhecimento de alguns vizinhos<sup>55</sup>.

Nos períodos em que houve devassas, o recolhimento transformou-se num local conflituoso, violento, deixando transparecer grupos organizados de mulheres que nada tinham de doçura e candura, mostrando, pelo contrário, força, vontades bem determinadas e planos gizados para as fazerem valer.

Logo após a abertura surgiu um problema com a porteira e a dirigente do recolhimento. A porteira foi acusada de negligência e de ter deixado fugir uma recolhida pela portaria. Essa falta de vigilância custou-lhe 24 horas no tronco, a mando da sua irmã regente, mais a suspensão que o arcebispo determinou. À superiora exigia-se determinação, pulso forte, sob pena de ser destituída do lugar e as infratoras eram ameaçadas com o tronco<sup>56</sup>. Para que toda a comunidade conhecesse a sua vontade e a determinação, o prelado ordenou à regente que lesse a sua provisão no coro de cima a todas as mulheres.

Percebe-se a indisciplina reinante, as vozes altas, os insultos, a confusão, o reboliço, as idas à portaria para falar e a entrada de pessoas estranhas nesse espaço, violando a clausura. O prelado atalhou prontamente, mostrando-se indisponível para compactuar com a indisciplina.

Deixar uma vida livre, em alguns casos até de libertinagem, para passar a cumprir regras rígidas em regime de clausura deve ter constituído para algumas recolhidas um choque e até alguma violência psicológica. As pertencentes a grupos sociais mais baixos estavam habituadas a falar com todos, a trabalhar no campo ou nos ofícios na cidade, a lidar com outra qualidade de gente e a uma liberdade que o recolhimento não permitia. Por isso, seriam muitas as ocasiões em que rebentava o descontrolo e se agrediam com palavras e até fisicamente. Nesses momentos, proferiam palavras em voz alta, faziam gestos considerados descompostos, insultavam-se e desrespeitavam a dirigente e as próprias companheiras. O conflito estava há muito latente, mas só rebentava quando surgia um pretexto. Os textos das devassas demonstram a confusão existente, apresentam grupos formados de mulheres que tinham sedimentado opiniões que consideravam justas, agindo em sua defesa. Do outro lado, outro grupo com ideias, posturas e comportamentos distintos, normalmente afeto ao poder instituído, como se verificou em 1743.

55 Sobre o público e o privado nas “devassas gerais” da Igreja leia-se Carvalho, Joaquim Ramos de, “Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna”, in Mattoso, José (dir.), *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna...*, pp. 42-43.

56 ADB, Fundo do Registo Geral, Livro nº 305, fls. 58v.-59

A ocorrência de 1743 foi grave e obrigou à intervenção novamente do arcebispo. Estava em causa a agressão a Guiomar Maria, brutalmente espancada pela porteira. O prelado despachou no mesmo dia do sucedido e no seguinte saíram do Paço para inquirir o que se tinha passado José Teixeira do Lago e o Juiz desembargador José Ferreira Rosa, os quais entraram na instituição, dirigindo-se à cela onde se encontrava deitada na cama a recolhida espancada. Era importante não deixar passar muito tempo depois do acontecimento para que as provas permanecessem e se pudesse comprovar o ato de agressão. Constataram que a mesma tinha sido ofendida no rosto e na cabeça onde estava ferida. Por cima de uma sobrancelha tinha um “polmão inchado do tamanho quase de huma nos ordinaria com hum golpe no meio delle”. O realismo com que são descritos os ferimentos da cara e cabeça da agredida é verdadeiramente extraordinário. As escoriações nos braços são também referidas. Na cabeça, “toda feita em pedaços” encontraram-se igualmente hematomas e sangue, nódoas e pisaduras. Guiomar Maria estava também muito magoada noutras partes do corpo, mas por estarem ocultas não foram examinadas<sup>57</sup>.

Seguiu-se posteriormente a devassa, sendo ouvidas várias recolhidas depois de terem jurado com a sua mão direita sobre os Santos Evangelhos dizerem a verdade.

Guiomar Maria, moça pobre que tinha entrado no recolhimento em 1739 e que era sustentada pelo legado de Catarina Pinheiro, precisamente desse ano, tinha sido alvo de um ataque de pancadaria da porteira, ajudada por uma sua irmã, por ter levado os restos da sua comida, por esmola (carne e caldo), a sua mãe na portaria, com autorização da regente. A recolhida encontrava-se prostrada no chão, tendo sido levada em braços por outras companheiras para a sua cela. Mais do que o episódio da pancadaria e das ofensas físicas e morais a Guiomar Maria estava em causa uma sublevação contra a superiora. A recolhida espancada e esmurrada era afeta ao grupo que apoiava a dirigente, enquanto a agressora e o seu grupo eram contrárias à superiora, acusando-a de favorecimentos. A violência foi de tal ordem que rasgaram a touca e o hábito a Guiomar Maria, ofendendo alguns símbolos da clausura.

O ato decorreu na portaria, entre gritos e aflições por parte da ofendida que, em altas vozes, chamava por el rei para que as companheiras lhe acudissem. Estava a ser espancada por D. Luísa, porteira e D. Maria, sua irmã, que ameaçavam outras recolhidas, intimidando-as e ameaçando-as de as mandar embora da instituição. D. Luísa e a irmã integravam o “governo” da casa e serviram-se deste posto para impedir Guiomar Maria de praticar a caridade que mantinha com sua mãe.

Mas a agredida estava já na mira das agressoras. Era amiúde objeto de zombaria, faziam escárnio dela, ofendendo-a para atingir a regente. Não a dei-

57 ADB, Fundo Monástico-conventual, F556B, fls. 2-3v.

xando levar a dita razão a sua mãe, a ofendida terá insistido, sujeitando-se a apanhar uma sova. As agressoras eram acusadas de quererem o lugar da superiora, por terem “ambição”. Por esta razão, algumas testemunhas afirmavam andar o recolhimento inquieto, temendo que D. Luísa concretizasse os seus intentos de chegar a regente. Houve mesmo quem defendesse que durante a vida do arcebispo fundador existia mais paz no recolhimento, acusando, ainda que de forma indireta, a posição do Paço, mas também a forma de gerir a instituição, que criava expectativas em algumas mulheres, sequiosas de poder. É preciso recordar que esta disputa é consequência da mudança consagrada na reforma dos estatutos em 1739. A partir de 1737, o recolhimento passou a poder eleger a superiora e a porteira, contra a vontade de D. Rodrigo de Moura Teles, que nomeou as antigas regente e porteira, chamando aos arcebispos o poder de colocar nestes cargos quem entendessem.

O caso de Guiomar Maria foi apenas o pretexto. Na verdade, as revoltosas queriam atingir a regente e serviram-se de uma sua apoiante para o efeito, moça humilde e elogiada pelas depoentes. As revoltosas desejavam chegar ao poder, substituir a dirigente, chamando a si o poder de decisão, escolhendo a superiora que entendiam. Estamos num período em que modelo de eleição da regente ainda não estava consolidado e mais do que isso, parece existir um grupo que não concordava com a escolha feita. Todavia, chegar a regente dependia do voto das companheiras e o mandato era agora de três anos.

Levar esmolos de comida a alguns pobres que esperavam à porta do recolhimento era um procedimento habitual, como demonstra outra testemunha que presenciou parte da ocorrência quando se dirigia à portaria precisamente para agraciar uma pobre que a esperava nesse local para receber a comida que esta lhe levava.

Apesar de as testemunhas ouvidas serem a favor da dirigente Joana de São Francisco e contra as agressoras, todas reconheciam que a regente no dia seguinte ainda não tinha castigado as referidas mulheres, acusando-a de brandura e falta de pulso. Mas porque tardava a superiora em atuar? Falta de poder? Não queria castigar as suas colegas de direção? Sentia-se comprometida com o facto de o recolhimento estar dividido e as agressoras serem suas companheiras do órgão gestor? Esperava que fosse o arcebispo a proceder ao castigo? Ou desejava que o assunto se resolvesse por si e não manchasse o seu mandato? De toda esta situação sobressai o poder enfraquecido da dirigente e a sua falta de perfil para resolver situações de conflito.

Em consequência do apurado na devassa, o arcebispo expulsou as agressoras dos lugares que ocupavam no recolhimento e ordenou a sua reclusão no tronco durante um mês, mas não em simultâneo. Uma ficava em liberdade e comia em terra, enquanto a outra estava na prisão. Ambas ficaram ainda obrigadas a pedir perdão a Guiomar Maria e a toda a comunidade pelas ofensas cometidas e escândalo provocado. O decreto foi escrito a 16 de fevereiro,

ou seja, quatro dias após a devassa, mas só foi executado a dois de abril por Isabel do Sacramento, a nova regente. Nele, a superiora referiu ainda que as agressoras aceitaram com “muita humildade e prontidão” os referidos castigos<sup>58</sup>. Isabel do Sacramento fazia acreditar que a situação se tinha pacificado e que as revoltosas estavam arrependidas.

Na sequência da ocorrência, o prelado deve ter demitido do lugar a superiora e aos vinte e dois de fevereiro do mesmo ano readmitiu Isabel do Sacramento no lugar de regente e sua irmã no de porteira. Joana de São Francisco não tinha condições para se manter à frente da instituição, pois atuava com muita parcialidade e já não conseguia afirmar-se como superiora. Depois deste episódio evidenciou-se a sua falta de carisma para gerir a instituição, não conseguindo pacificá-la, nem mesmo castigar as infratoras. Na verdade, mais do que uma simples ocorrência grave, havia um problema de fundo que tinha de ser resolvido pela autoridade suprema. Com o seu afastamento, chegou novamente ao poder Isabel do Sacramento, mas estranha-se o tempo que medeia entre o seu ingresso e o começo do castigo às infratoras. Porém, mais do que a troca de pessoas no lugar cimeiro do recolhimento, D. José de Bragança repôs Isabel do Sacramento no seu posto, tal como a sua irmã no de porteira e anulou o capítulo dos estatutos referente à eleição da dirigente e da porteira. O arcebispo agiu contra o determinado pelo Cabido, chamando a si e aos seus sucessores a nomeação das principais oficiais.

Em 1759 chegaram várias queixas das recolhidas ao arcebispo, enviadas por um grupo contrário à superiora. O recolhimento estava claramente dividido em dois grupos: um que acusava a regente de falta de capacidade física para governar, a porteira e o capelão, e outro que os defendia e acusava as revoltosas. Infelizmente, não conhecemos os depoimentos das que foram ouvidas, apenas a resenha que o emissário do arcebispo, o padre António Pereira de S. Carlos, fez, bem como, o parecer que emitiu sobre o que analisou. Nesse texto, o religioso propôs ainda um conjunto de medidas tendentes à reforma da instituição, que segundo ele ameaçava ruína, ou seja, tendia para o seu encerramento.

Em causa estava a posição de um grupo de mulheres que questionava o governo da regente, senhora de 80 anos de idade, da porteira e do apoio do capelão, reclamando o mais alto cargo para uma delas, enquanto do outro lado se posicionavam mulheres sem ambições de cargos e defensoras do poder instituído. A fonte, apesar de filtrada pelo citado religioso, é riquíssima e dá a conhecer uma instituição permissiva, a funcionar fora das normas em aspetos nucleares como era o da clausura e o das virtudes das mulheres. Entravam mulheres na portaria, namorava-se com religiosos, havia amizades consideradas ilícitas dentro do recolhimento, grades que deixavam que as

.....  
58 ADB, Fundo Monástico-conventual, F556B, fls. 5-17v.

pessoas se tocassem, conversas frequentes com religiosos e troca de presentes, hábitos com decotes e caudas, sem obedecer aos estatutos e uma taberna a funcionar na sacristia da capela, governada por duas recolhidas. Enfim, uma regente gasta pela idade, cansada pelo tempo, frouxa e desrespeitada e um grupo de mulheres que desafiava o seu poder e queria apoderar-se do seu lugar. Mais uma vez, mulheres contra mulheres e interesses na governança. Porém, o médico da instituição afiançava as capacidades da regente para exercer o cargo, contestando o que afirmavam as revoltosas. A dirigente era ainda acusada de não prestar contas, ser descuidada e não assistir devidamente aos atos da comunidade.

O grupo de queixosas era composto por D. Maria Josefa de São Tiago, Joana Teresa, Maria Joaquina, Luísa Eufrásia, D. Catarina dos Santos e Domingas do Salvador.

Os motivos económicos tiveram muito peso no desenrolar de todo o processo e embora as apoiantes da regente a tivessem defendido, alegando o seu esforço para governar a instituição com rendimentos muito minguados, a análise dos livros de receita e despesa feita pelo religioso enviado pelo Paço veio dar razão às deladoras, por existir muita confusão nos assentos e estar já registada a receita que ainda não tinha sido arrecadada e a despesa por fazer. Mesmo assim, o sacerdote defendeu que tal facto era justificado pelas acusações que faziam à regente, bem como pela sua muita idade e já alguma falha no discernimento, e não se devia à sua falta de honestidade.

A porteira era acusada de ser altiva, pouco comedida nas palavras e não cuidar devidamente da portaria, deixando D. Maria de Azevedo falar com um homem de quem recebia prendas, o que causava naturalmente escândalo. Por estas razões, pedia-se também a sua destituição do lugar.

Ao capelão imputavam-se culpas de ser pouco assíduo no confessionário, de faltar à celebração das missas e de não manter sigilo sobre o que ouvia em confissão. Estas acusações foram contrariadas pelo grupo apoiante do poder, afirmando que as visadas desejavam ter confessor particular para o mesmo não ficar na posse de informações de todas, e que, por essa razão, os padres do Oratório se negavam a confessar no recolhimento. Apesar de não aconselhar a sua substituição, o relator sugeriu que o religioso fosse advertido para moderar as suas palavras.

A reflexão produzida sobre o recolhimento demonstra a convulsão interna e os procedimentos das revoltosas para tomarem de assalto os principais cargos da instituição: umas queriam o lugar da regente e desejavam maior rotatividade nos cargos; outras repeliam o hábito existente e promoviam alterações, criando um novo hábito, muitas não frequentavam o coro, não respeitavam o silêncio, faziam alaridos, falavam destemperadamente, ouvindo-se no exterior do edifício, insultavam-se mutuamente, eram insolentes e desobedientes, não respeitavam a superiora, nem cumpriam os castigos que ela impunha. As duas

forneiras roubavam farelo, farinha e pão e possuíam uma taberna na sacristia, onde vendiam vinho, enfim uma instituição que se abeirava do precipício, ou como referia o relator “que se precipitava para a extinção”<sup>59</sup>. A contestação em torno do poder instituído e a vontade de o derrubar ou de o substituir em prole de algumas recolhidas em particular ou do recolhimento em geral verificou-se em várias destas casas. No recolhimento de S. Tiago da Misericórdia de Viana da Foz do Lima vários conflitos conhecidos opuseram a instituição aos mesários da Santa Casa, que a tutelavam<sup>60</sup>.

O uso de roupas próprias, de decotes, de polvilhos, de saltos, de peças de ouro acontecia, por vezes, nos espaços de reclusão, demonstrando resquícios da vida mundana, mas também alguma “ vaidade ” e vontade de adaptar a clausura ao século<sup>61</sup>. Por isso, o que era considerado abuso e falta de obediência à regra para o poder instituído, constituía para algumas destas mulheres apenas uma inovação ou melhor uma adequação à vida anterior. As menos conformadas com a clausura procuravam amenizá-la com alterações, quer no vestuário, quer em outras práticas.

A análise realizada às deladoras de Santa Maria Madalena demonstra a devassidão em que viviam, o que justificava a mudança que desejavam para governarem a instituição como queriam e sem entraves.

Francisca Teresa, desejava ser regente, tratava mal e desobedecia a Isabel do Sacramento. Maria Josefa de São Tiago e sua irmã D. Luísa de Santa Teresa já ambas tinham pertencido ao “ governo das cinco ” e a primeira queria agora ser regente, instigando as companheiras a difamar a superiora. Era a mais ativa na luta pelo poder; Maria Joaquina costumava descompor a regente e, com o marido ausente, era distraída por D. Catarina, amiga de Francisca Teresa com quem mantinha uma “ grande amizade de que se presume algum trato ilícito ”. A forneira Rosa Patrícia mantinha uma amizade estranha com Luísa Eufrásia, “ que por zelo a segue e vigiando a [...] foi com tão cega pressa que caindo quebrou um braço ”<sup>62</sup>.

A homossexualidade dentro das instituições de reclusão feminina não é um tema desconhecido. Trabalhos recentes têm demonstrado a sua existência, quer em recolhimentos, quer em conventos, evidenciando as relações de grande intimidade desenvolvidas nos espaços de clausura<sup>63</sup>.

59 ADB, Coleção Cronológica, doc. nº 2810, não paginado.

60 Consulte-se Magalhães, António, “ Pouco importa ter sangue nobre e ser de procedimento vil ”: mulheres em conflito no recolhimento de S. Tiago (século XVIII)”, in *Estudos Regionais*, 133, II série, nº 6, 2012, pp. 141-143.

61 Estes mesmos hábitos foram encontrados em vários conventos. Leia-se Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, “ Vaidades nos conventos femininos ou dificuldades em deixar a vida mundana (séculos XVII-XVIII) ”, in *Revista de História, da Sociedade e da Cultura*, 10, tomo I, 2010, pp. 318-319.

62 ADB, Coleção Cronológica, doc. nº 2810, não paginado.

63 Sobre o recolhimento da Santa Casa de Coimbra veja-se Lopes, Maria Antónia, “ Repressão de comportamentos femininos numa comunidade de mulheres – uma luta perdida no Recolhimento

Houve ainda quem direcionasse os seus afetos para sacerdotes, como acontecia com D. Graça Josefa, D. Maria Josefa Azevedo, D. Maria da Luz e Domingas do Salvador, que mantinham amizades suspeitosas com padres da cidade. Esta última era acusada de falar diariamente por carta com o padre José Ramos de Carvalho, mas também era visada por ter oferecido uma batina de baeta ao padre António Manuel, seu confessor, a quem mandava diariamente metade do seu pão. Gabava-se ainda deste lhe ter prometido o lugar de porteira<sup>64</sup>, fazendo acreditar no tráfico de influências no processo de nomeação deste lugar. Aceder ao lugar de porteira era gerir os contactos com o exterior e no seu caso ficar livre para continuar a manter relações com pessoas vindas de fora da instituição.

Estas relações de namoro aberto ou mais ou menos encapotado entre recolhidas ou freiras e sacerdotes aconteciam em muitos conventos e recolhimentos, que tinham nas visitas, mais ou menos assíduas, momentos de trocas de palavras, de afetos e mimos<sup>65</sup>.

O texto do religioso possibilitou ainda conhecer alguns aspetos do recolhimento e o seu funcionamento, sugerindo alterações e o estabelecimento de mais um ralo, a colocar na porta interna da portaria. Em termos administrativos foi aconselhada a criação do posto de provisora, ou seja, de uma ecónoma, que assessorasse a regente e prestasse contas mensalmente. Devia ser mulher antiga na instituição, de confiança, com capacidades para a gestão e que não fosse necessitada. Sugeriu-se também a criação de um órgão composto por adjuntas ou discretas, à semelhança dos conventos, para coadjuvar a dirigente, medidas que concorreriam para acabar com os “escrupulos e abuzos”, detetados na análise da contabilidade<sup>66</sup>. Aconselhava-se ainda a colocação de uma grade nova no coro de baixo, que não proporcionasse as liberdades existentes, ao permitir que se pudesse tocar até ao ombro. Esta grade devia manter-se fechada, passando quem precisasse para cuidar do altar, pela porta. E ainda uma outra grade na portaria onde pudessem ocorrer diligências de justiça, ou outras, como devassas. O ato inspetivo decorreu na grade do coro de baixo, por a capela estar muitas manhãs impedida com missas e de tarde com outras atividades, teve de ser, algumas vezes, interrompido e prolongado por vários dias. Ou seja, o relator defendia maior clausura, maior rigor e novos dispositivos internos que impedissem troca de olhares e contactos físicos.

.....  
da Misericórdia de Coimbra (1702-1743)”, in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVII, 2005, pp. 189-229.

64 ADB, Coleção Cronológica, doc. n.º 2810, não paginado.

65 Veja-se Hatherly, Ana, “Tomar a palavra. Aspectos de vida da mulher na sociedade barroca”, in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n.º 9, 1996, p. 274.

66 ADB, Coleção Cronológica, doc. n.º 2810, não paginado.

Quando rebentavam os problemas e entrava a entidade religiosa, eram cerceados alguns direitos que os estatutos não permitiam, mas que a prática ia consentindo.

Sendo certo que a regente precisava de ser substituída, como veio a ser, mas somente em 1761, fez uma análise das possíveis candidatas, colocando em primeiro lugar a porteira, irmã mais nova da regente, por ser uma das fundadoras e com capacidade e virtudes. Seguiu-se D. Luísa de São José, mulher que “sera muito boa regente”, por ser firme moralmente, embora fosse considerada pouco observante. Porém, o sacerdote estava convencido de que se advertida, teria um bom desempenho. D. Maria Josefa de São Tiago tinha boa capacidade, era honesta, mas com uma personalidade pouco adequada ao lugar, por ter mau feitio. Também D. Joana Batista de Jesus seria dirigente “com aplauso de toda a comunidade”. Tinha mais de 50 anos de idade, era observante, mas caía sobre si a mancha de ter tido “erro antes que entrasse para recolhida aos 20 anos”<sup>67</sup>, logo pessoa imprópria para governar outras mulheres. Mesmo passados mais de 30 anos, a sua honra ainda não estava limpa da mancha que a acompanharia para a vida. Por isso, não era considerada capaz de conduzir moralmente outras mulheres, porque a mácula permanecia. A escolha acabou por recair em D. Constança Teresa de Jesus Azevedo.

#### Quadro 1

##### *Idade das recolhidas envolvidas na devassa de 1759*

<b>Nome</b>	<b>Idade (em anos)</b>	<b>Observações</b>
Isabel do Sacramento	80	Regente
Joana de Jesus	74	Porteira
D. Maria Josefa de São Tiago	“Adiantada em anos”	No recolhimento há mais de 20 anos (é rica)
D. Luísa de Santa Teresa	“Adiantada em anos”	No recolhimento há mais de 20 anos (é rica)
D. Joana Baptista de Jesus	Mais de 50	No recolhimento há mais de 30 anos

Fonte: ADB, Coleção Cronológica, doc. n° 2810, não paginado.

O quadro acima demonstra a longa permanência de algumas recolhidas na instituição, de que os melhores exemplos eram o da regente e o da porteira. Subentende-se também que outras mulheres já não seriam novas, a avaliar

.....  
67 ADB, Coleção Cronológica, doc. n° 2810, não paginado.

pelo tempo que tinham de clausura. Todavia, anos de permanência no recolhimento não são suscetíveis de análise com o rigor que se impõe, devido à qualidade das fontes disponíveis. Através dos livros de registo de entradas não é possível conhecer as idades das mulheres, embora se constate a grande mobilidade que as supranumerárias protagonizaram, entrando, saindo e solicitando o ingresso apenas por alguns meses ou por um ano somente.

A devassa realizada ao recolhimento no Verão de 1816 decorre de uma acusação feita pela porteira Rosa da Conceição contra a recolhida Maria da Graça e mais duas suas irmãs, acusando-as de insultos e ameaças. Estando a porteira no seu posto e depois de ter recebido na roda uma carta, Rosa da Conceição interceptou a receção da missiva que vinha de uns soldados para si, a qual “belosamente a meteo na boca de sorte que lha não pude pilhar”, afirmou Rosa da Conceição. Firme e confiante, a infratora não hesitou em avançar para a porteira e retirar-lhe o que lhe pertencia. Expedida e sem se deixar apanhar, Maria da Graça subvertia a ordem de forma eficiente a seu favor, impossibilitando a porteira de entrar na sua privacidade. Depois do sucedido, a porteira entregou a recolhida à regente, seguindo-se um conjunto de insultos e ameaças contra si, juntando-se Maria da Graça e as suas irmãs, também raparigas novas, Maria das Neves e Maria Rosa que a ameaçavam, injuriavam e insultavam. Amedrontada, a porteira fechou-se na sua cela para onde se deslocaram as três irmãs e mais três companheiras, constituindo-se como um grupo revoltoso dentro da instituição. Pretendiam arrombar a porta da cela e bater-lhe, mas só não o fizeram por que as restantes mulheres acudiram à cela da porteira, dissuadindo as revoltosas. Tentativas e mesmo agressões físicas a porteiras não eram tão singulares como se poderia esperar nestas instituições de reclusão<sup>68</sup>. Quando não permitiam certos comportamentos, era contra elas que se viravam, tornando-as em alvos preferenciais para destilar raiva e demonstrar todo o seu descontentamento. A porteira era a operacional que proibia contactos com o exterior, enraivecendo as que estavam ciosas de estabelecer e manter relações com rapazes da sua idade.

Os contextos ajudam a entender esta violência interpessoal, de mulheres contra mulheres, chegando mesmo a atos brutais de agressão física<sup>69</sup>.

Segundo Rosa da Conceição as três irmãs estavam desejosas de liberdade na portaria, ou seja, acesso facilitado aos homens, nomeadamente aos soldados, que do lado de fora do edifício mantinham contactos com elas através das

68 Uma recolhida em Santa Teresa, de São Paulo, foi esbofetada por uma escrava de uma outra recolhida, o que causou um problema acrescido, por ter posto em questão a honra familiar da rapariga espancada. Leia-se Algranti, Leila Mezan, *Honradas e devotas: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil 1750-1822*, São Paulo, José Olympo Editora, 1993, p. 224.

69 Para este assunto consulte-se Mantecón, Movellán, Tomás A., “La violencia en la Castilla urbana del Antiguo Régimen”, in Fortea Pérez, José; Gelabert, Juan E (eds.), *Ciudades en conflicto (siglos XVI-XVIII)*, Madrid, Marcial Pons, 2008, pp. 318-324.

janelas. Porém, a porteira afirmava não poder, por imperativo de consciência, consentir essas liberdades, e mostrava-se agastada com o seu trabalho, referindo manter-se no cargo apenas para cumprir a ordem do arcebispo, caso contrário “a muito tempo que não estava nelle”. Acrescentava que, por medo, mantinha na portaria mais duas recolhidas, para a protegerem das agressões verbais a que estava sujeita pelos soldados e recolhidas.

A carta dirigida ao Paço não encontrou o eco desejado por Rosa da Conceição, pois o prelado não mandou inquirir os factos nem castigar as revoltosas. Por isso, passado pouco tempo remeteu-lhe nova missiva relatando uma vez mais a ocorrência e queixando-se da falta de iniciativa do prelado. Pedia-lhe para a retirar do cargo, por permanecer em constante aflição e receosa dos soldados lhe baterem. Acusava ainda as revoltosas de se sentarem às janelas do coro alto a fazer galhofas, enquanto de fora os soldados permaneciam de noite debaixo das janelas, cantando. Por causa destas algazarras, a casa do trabalho estava encerrada, ou seja, a instituição tinha alterado a sua rotina diária e existia dentro dela um motim<sup>70</sup>. Seria da casa do trabalho que os contactos visuais mais se estabeleceriam, devido à existência de várias janelas, voltadas para o campo de Santa Ana, embora todas elas fossem gradeadas e tivessem gelosias.

O ataque desferido contra a porteira era pessoal, mas era mais do que isso. Ela representava a interdição à porta de entrada e de saída, logo a ofensa estendia-se ao lugar que ocupava e punha em causa a sua honra e a da instituição<sup>71</sup>.

Após esta tomada de posição, o arcebispo ordenou ao desembargador José António Henriques de Moura e ao padre António Martins Rodrigues para se deslocarem ao recolhimento e, na capela, procederem a uma devassa, por falta de observância dos estatutos e insubordinação de algumas recolhidas. Estavam ainda incumbidos de entrar no recolhimento e observar as janelas de onde se avista o campo de Santa Ana e as que dão para a rua de São Gonçalo, bem como os muros da instituição. Janelas, portaria, grades e muros eram sempre tidos em grande preocupação, por através deles as mulheres se poderem perder, por serem consideradas fracas e incapazes de sozinhas preservarem as suas virtudes<sup>72</sup>. Quando chegaram para proceder a uma “exata averiguação”, os religiosos depararam-se com uma “grande revolta”. As teste-

70 ADB, Fundo das visitas e devassas, *Auto da devassa que se procedeu no recolhimento de Santa Maria Madalena*, 1816, doc. 41, fls. 3-5.

71 Mantecón, Movellán, Tomás A., “La violencia en la Castilla urbana del Antiguo Régimen”, in Fortea Pérez, José; Gelabert, Juan E (eds.), *Ciudades en conflicto (siglos XVI-XVIII)...*, pp. 324-325.

72 A mesma preocupação era sentida noutros recolhimentos, que mantinham sob estrita vigilância os lugares e mecanismos assinalados. Para o recolhimento da Misericórdia do Rio de Janeiro confira-se Algrant, Leila Mezan, “À sombra dos círios: o cotidiano das mulheres reclusas no Brasil colonial”, in *O rosto feminino da Expansão Portuguesa, Actas II*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, p. 471.

munhas inquiridas, algumas delas com idade avançada, como se verifica pelo quadro abaixo relataram terem ouvido os impropérios e injúrias contra a porteira, por parte de Maria da Graça, das suas irmãs e de mais três recolhidas, em voz muito alta, escutando-se fora do edifício, afiançando-lhe que levaria uma sova dos soldados quando invadissem o recolhimento. Maria da Graça tinha chamado “puta e courão” à porteira em voz elevada, agressões verbais inadmissíveis para mulheres que se encontravam num recolhimento.

O mesmo grupo de mulheres era também acusado de injuriar D. Marcelina, que, por sua vez, implicava com elas, talvez pela sua idade avançada e pelo estatuto que possuía. Esta senhora, pela forma como era tratada, devia pertencer a um estrato superior ao destas jovens.

#### Quadro 2

##### *Idade das recolhidas envolvidas na devassa de 1816*

<b>Nome</b>	<b>Idade aproximada em anos</b>
Joana Luísa do Sacramento	60
Leonor Bernarda	63
Francisca Teresa	60
Isabel Maria	83
Maria Joaquina	50
Paula Maria	41
Joana do Céu	53
Maria Teresa	43
Josefa Teixeira	43
Maria da Graça	30
Maria das Neves	20
Maria Rosa	16

Fonte: ADB, Fundo das visitas e devassas, *Auto da devassa a quês e procedeu no recolhimento de Santa Maria Madalena*, 1816, cota nº 41, fls. 3-16.

Os insultos, os impropérios, as ofensas verbais eram usados pelas mulheres de forma instantânea e livre em momentos de ataque e de violência. Serviam-se da palavra para injuriar, ofender e insultar muitas vezes como meio de ataque antes de partirem para a violência física<sup>73</sup>. Outras, ficavam-se apenas

73 A propósito da violência verbal exercida pelas mulheres veja-se Esteves, Alexandra, *Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732-1870)*, Vol. I, Braga, Universidade do Minho, 2011, pp. 78-107, tese de Doutoramento policopiada.

pela violência das palavras, talvez em algumas ocasiões mais forte, mais dolorosa e mais ofensiva que a própria agressão física.

As testemunhas assinalaram os gritos, a ameaça de matar a porteira com uma faca bem afiada que os soldados tinham passado na roda a Maria Rosa, de lhe tirar os olhos, expressões e ameaças verbalizadas a miúdo. As revoltosas eram ainda acusadas de cantarem e tocarem guitarra à porta do compartimento onde trabalhavam e às janelas, de baixo das quais se encontravam os militares a cantar também. Como tinha entrado uma guitarra no recolhimento? Quem o tinha permitido? Que uso lhe era dado para além do referido? São perguntas que se levantam sem, no entanto, encontrarmos respostas.

Estar à janela só era permitido por breves instantes, isto é, passar pelas janelas, não permanecer nelas. De forma nenhuma, as recolhidas deviam permanecer nas janelas e manter contacto, através delas, com o exterior. Observar uma mulher que vivia em clausura era devassá-la, podendo criar ocasiões pecaminosas e de risco<sup>74</sup>. Porém, é sabido que estar à janelas era uma das atividades preferidas das recolhidas. Em vários recolhimentos constata-se que era através delas que se lançavam olhares, faziam sorrisos, acenos, se conversava e se recebiam cartas<sup>75</sup>.

Entoar cantigas em tom de desafio acontecia também em algumas destas casas. Isto mesmo foi verificado no recolhimento de Santo António, da cidade, no século XVII, onde uma recolhida recorria a esta estratégia para desconsiderar as companheiras<sup>76</sup>.

Depois da ocorrência da carta, a regente repreendeu Maria da Graça e meteu-a no tronco, mas por poucas horas, uma vez que o motim se deslocou para a porta dessa cela e a superiora teve de aliviar o castigo, tais eram os insultos contra ela e as restantes gestoras<sup>77</sup>. Com a clausura em causa, os abusos sucediam-se. Do exterior, na ponta de grandes paus, os soldados

74 Para este assunto consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, "Mulheres, honra e clausura em Portugal (séculos XVIII)", in Rubio Pérez, Laureano M. (dir.), *Instituciones y centros de reclusión colectiva. Formas y claves de una respuesta social (s. XVI-XX)*, León, Universidad de León, 2012, p. 93.

75 Estas práticas eram seguidas em finais do século XVIII pelas mulheres do recolhimento da Misericórdia da Bahia. Veja-se Gandelman, Luciana Mendes, *Mulheres para um império: órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia (Salvador, Rio de Janeiro e Porto-século XVIII)*, Campinas, Universidade de Campinas, 2005, p. 258, tese de Doutoramento policopiada. No recolhimento de Santo António do campo da Vinha de Braga, as recolhidas usavam também as janelas para conversarem com as pessoas que passavam na rua. Leia-se ainda Araújo, Maria Marta Lobo de; Machado, Manuela, "Janeleiras" e "faladoras": o quotidiano das mulheres no recolhimento de Santo António de Braga (séculos XVII-XVIII), comunicação apresentada no XVI Encontro Regional de História da ANPUH, in [http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=1](http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1)

76 Machado, Manuela, *Entre a clausura e o século: o recolhimento de Santo António do campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)...*, p. 128.

77 Acerca da fragilidade das regentes e da falta de condições que algumas apresentavam para o exercício do cargo consulte-se Lopes, Maria Antónia, "Transgressões femininas no recolhimento da Misericórdia do Porto, 1732-1824", in *Saúde, Ciência e Património. Atas do III Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Porto, Santa Casa da Misericórdia, 2016, pp. 105-106.

faziam chegar cartas às janelas, que se abriam para as receber. Eram também eles que, à noite, atacavam com paus as paredes do edifício, batendo-lhe com força, causando grande alarido, medo e escândalo.

As três irmãs eram acusadas de encabeçarem a rebelião, classificadas como arrogantes e desobedientes, conflituosas, ansiosas de liberdade e, nas palavras da porteira, eram “da erva”, expressão repetida que aponta para um ambiente rural, parecendo classificar as jovens como pouco polidas e com falta de comportamentos civilizados. Sobre Maria da Graça recaía ainda a acusação de ter mau feitio. Estava no recolhimento há 16 anos e tinha 30 anos de idade.

Na força da juventude, as três irmãs queriam romper com a rigidez das normas que as subjugavam a um quotidiano indesejado, por isso, mantinham ligações com soldados, de idades aproximadas. Serviam-se das janelas, apesar das grades e das gelosias, do mirante e da roda para comunicarem com os rapazes, comportamentos altamente reprováveis, e colocavam o recolhimento em reboliço.

Nem todas as mulheres aceitavam de forma passiva a situação em que se encontravam. Sozinhas ou agrupadas, algumas manifestavam a sua discórdia e desenvolviam estratégias para alcançarem os seus intentos. Nos combates que abraçavam contavam, não raras vezes, com apoios internos e externos, quase sempre de familiares. Mulheres contra mulheres em defesa de interesses pessoais e/ou grupais.

O relatório enviado ao Paço condenava a “grande revolta e barulho” ocorridos, agravados por constituírem uma desobediência formal e insubordinação contra a porteira, defendendo castigo para as cabecilhas. Recriminava-se também o “canto de modilhas e toques de guitarras”. Reclamava-se o tronco para D. Marcelina por ser alvo de problemas e distúrbios, mas a regente também não saiu ileso, por ser considerada branda, permitir a relaxação dos costumes e ser muito “addida” de Maria Joaquina, também recolhida, recomendando-se que fosse severamente repreendida, até mesmo por não ter comunicado a ocorrência ao Paço<sup>78</sup>.

É sabido que as mulheres sempre estiveram disponíveis para se revoltarem quando o assunto lhes dizia diretamente respeito e as prejudicava. Podiam integrar os movimentos de revolta ou mesmo encabeçá-los, arrastando mulheres e homens para a sua causa<sup>79</sup>.

Esta insubordinação reflete um pouco o que se vivia na cidade e no reino. Fragilizado política e socialmente após as invasões francesas, o país registava um descontentamento crescente contra a permanência da família real no Bra-

78 ADB, Fundo das visitas e devassas, *Auto da devassa que se procedeu no recolhimento de Santa Maria Madalena*, 1816, doc. 41, fls. 7-16v. As últimas páginas não se encontram numeradas.

79 Leia-se Farge, Arlette, “Agitadoras notórias”, in Farge, Arlette; Davis, Natalie Zemon (dir.), *História das Mulheres. Do Renascimento à Idade Moderna*, Porto, Afrontamento, 1994, pp. 554-556.

sil, a presença dos ingleses em Portugal, a situação económica e a carência de medidas que alterassem a situação de pobreza generalizada<sup>80</sup>.

Durante as invasões napoleónicas, Braga manteve-se cheia de soldados, fazendo-se nas vereações eco do facto, por repetidamente a população ser chamada a recolher a tropa nas suas casas. O saque e o roubo das tropas inimigas empurraram os habitantes da cidade para a pobreza, os quais reagiram em 1810, altura em que um novo contingente de militares estava a chegar à cidade. Perante a manifesta incapacidade dos habitantes, a Câmara decidiu que o alojamento dos militares se faria entre o Cabido e as comunidades religiosas masculinas, sendo os restantes repartidos equitativamente pelos moradores da cidade. Foi também solicitado às confrarias e aos moradores mais ricos que contribuíssem com camas para aquartelar a tropa restante<sup>81</sup>.

A conjugação de esforços era feita devido à incapacidade da população continuar a arcar com as despesas para uma causa que dizia respeito a todos.

Após a última derrota, os franceses debandaram, mas ficou o rasto de miséria e a cidade cheia de militares desocupados.

No recolhimento era preciso repor a ordem, preservar o bom nome das porcionistas e cuidar do restauro da honra das restantes mulheres internadas, não deixando que a reputação da instituição fosse afetada.

A análise dos três grandes conflitos que resultaram em devassas demonstra situações de grande perturbação, de mulheres contra mulheres, não se poupando umas às outras, provocando grande alarido, histeria, escândalos e dividindo a comunidade em dois grupos. As revoltas protagonizadas por algumas agitadoras levaram a mudanças, respondendo em alguns casos aos objetivos da sublevação: em 1743 a regente foi substituída, bem como em 1759, o que virá a acontecer em 1761. Porém, também se retrocedeu em relação a algumas liberdades, uma vez que se apertou a clausura e ocorreram castigos graves. Desconhecemos se em 1816 houve alguns “ganhos” para as revoltosas, mas sabemos que iriam ser castigadas. Porém, é certo que as provocações e revoltas ocasionaram mudanças e o recolhimento não permaneceu como existia até então.

### 3.2. Mulheres contra homens: as relações com a confraria de São Gonçalo

A confraria de São Gonçalo foi instituída em 1601 na ermida de São Bartolomeu, no campo de Santa Ana. Nessa altura, Braga já contava com algumas

---

80 Vargues, Isabel Nobre, “O processo de formação do primeiro movimento liberal: a revolução de 1820”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, volume quinto..., pp. 50-51.

81 Para este assunto veja-se Capela, José Viriato; Matos, Henrique; Borralheiro, Rogério, *O heróico patriotismo das províncias do Norte. Os concelhos na Restauração de Portugal de 1808*, Braga, Casa Museu de Monção da Universidade do Minho, 2008, pp. 214-215.

destas instituições, umas que vinham da Idade Média e outras eretas em quinhentos. Os instituidores da confraria de São Gonçalo desejavam venerar o seu padroeiro e fazer aumentar o seu culto. Era maioritariamente gente do mundo dos ofícios, alguns mercadores e dois clérigos. A cidade tinha já nesse momento algumas confrarias de ofícios, mas será nesta centúria que o seu número vai crescer. Foi com o contributo destes homens que a instituição de São Gonçalo aumentou a fábrica da capela e se deu vida à instituição. Em 1603 foi dotada de estatutos, aprovados no mesmo ano.

Esta instituição precisa de ser estudada para melhor se entender as relações que manteve com o recolhimento. Só uma análise mais aprofundada às fontes existentes poderia ajudar a responder a várias questões. Quem eram os seus membros? Que dimensão tinha? Com que rendimentos trabalhava? Que funções cumpria? Quantos legados geria? Que atividade religiosa mantinha regularmente? Que festas promovia para além da do padroeiro e da de São Bartolomeu? Que relações manteve com as restantes confrarias da cidade? Que relações tinha com as recolhidas em Santa Maria Madalena, para além dos conflitos existentes? Questões que se colocam de imediato, mas que não podem ser resolvidas no âmbito deste estudo. Informa-se todavia, a existência de um fundo documental capaz de responder às dúvidas deixadas.

Quando, em 1720, D. Rodrigo de Moura Teles decidiu construir o recolhimento mandou demolir o referido templo e edificar outro acoplado ao novo edifício, destinado às recolhidas. O prelado materializava a intenção de as prover com um templo onde pudessem assistir aos ofícios divinos e praticar atos de culto.

Com o recolhimento a funcionar e com nova capela, a confraria elegeu em 1722 o arcebispo D. Rodrigo para seu juiz perpétuo. Quando foi assumir esse cargo, assistiu à festa do padroeiro e festejou-o com toda a solenidade, pagando à sua custa toda a cera despendida. No mesmo ano, o prelado foi também nomeado juiz da confraria do Bom Jesus do Monte, posto que ocupou até à sua morte. Foi ainda juiz perpétuo da confraria das Almas da Sé, que ele próprio mandou fundar. Em 1717 foi designado juiz perpétuo da confraria de São Sebastião das Carvalheiras, sediada na capela reedificada, do mesmo santo<sup>82</sup>. Era irmão de várias das confrarias da cidade, demonstrando a sua ligação a este movimento espiritual. A ligação do arcebispo ao mundo confraternal da cidade é inquestionável, bem como o apoio que algumas destas instituições receberam durante a sua prelatura.

Em 1723, a confraria de São Gonçalo mandou redigir novos estatutos, substituindo os de 1603, e procedeu à reforma e aquisição de paramentos e alfaias religiosas. Estava num momento renovador, que não se prendia somente com

---

82 Leia-se Oliveira, Eduardo Pires de, "A capela de S. Sebastião, em Braga", in *Forum*, nº 36, 2004, pp. 76-78.

o facto de ter casa nova e um outro contexto, mas também por ser presidida pela figura mais proeminente da Igreja bracarense.

A capela de São Gonçalo passou a ser o local de culto do recolhimento, obrigando os confrades a interagir amiudadamente com as recolhidas. Nos estatutos de 1723 deve já ter ficado consignada a possibilidade das convertidas poderem integrar a instituição, como posteriormente em 1739 se verificará, todavia, desconhecemos esse facto. Para lhe pertencer, as recolhidas pagavam uma joia de entrada de 4.800 réis em 1750, montante elevado, que só algumas podiam despender. Saber, por exemplo, quem das recolhidas integrou esta instituição constituía uma informação importante para se perceber os círculos religiosos e de sociabilidades a que tinham acesso.

A ligação da capela ao recolhimento colidiu com o sentimento de posse que os confrades de São Gonçalo tinham relativamente à mesma. Porém, a capela pertencia ao recolhimento e a confraria estava apenas nela albergada, contribuindo para algumas das suas despesas. Todos os dias o capelão do recolhimento celebrava para as mulheres e demais fiéis, sendo necessário prover a sacristia e capela de hóstias, vinho, azeite, paramentos, alfaias litúrgicas, etc. Quem zelava pelo altar-mor eram as recolhidas, limpando-o e embelezando-o com flores. Porém, a confraria contribuía com dinheiro para as hóstias e vinho, enviando-o regularmente à regente. Ou seja, havia uma divisão de despesas entre ambas as instituições.

Apesar da delimitação de esferas de competências, em 1730 as relações entre as partes azedaram, sendo as recolhidas acusadas de quer “inovar encargos e proibir liberdades”. Desconhece-se exatamente o que estava em causa, mas repartir este espaço, funcionalidades e direitos levou ao desgaste das relações existentes. O entendimento deixou de ser possível e em meados desse ano a confraria elegeru quatro deputados e atribuiu-lhes grandes poderes, porquanto sem os quais nada se podia decidir, sob pena de ser anulado o acordado. Ao longo desse ano foram várias as despesas registadas na demanda que corria contra as recolhidas e no final dele cortaram com um elo forte entre as duas instituições que era o capelão do recolhimento, ao proibir a sua eleição para qualquer cargo da irmandade. Com esta atitude, o órgão diretivo da confraria fechava-se ao recolhimento, não possibilitando que este interferisse, através do seu capelão, nos seus assuntos internos. Ao mesmo tempo, impedia que ele se constituísse em veículo transmissor de informação.

O capelão-mor era o único a poder ser eleito para qualquer cargo da confraria, porque estes estavam vedados a mulheres. Apesar de invulgar, a confraria das Almas da igreja de São Vítor de Braga teve como juíza uma senhora que durante a década de 20 até meados da seguinte do século XVIII deu importantes esmolos a essa instituição<sup>83</sup>.

83 Apesar de juíza, não se conhecem nenhuma função atribuídas, pelo que se pensa exercer apenas teoricamente esse cargo. Veja-se Ferraz, Tiago, *A morte e a salvação da alma na Braga*

Como se desenvolveu o assunto entre os confrades e as recolhidas, que fim teve e como lidaram as partes com o desfecho constituem matéria sobre a qual não existe informação, todavia, em 1733 os confrades de São Gonçalo confessavam que “as convertidas deste Recolhimento pretendem lançar fora esta irmandade desta capela”, e por não quererem ceder às suas exigências decidiram novamente enfrentá-las na justiça, nomeando um procurador para tratar do assunto. Que problemas persistiriam? Que força tinham estas mulheres para continuarem a disputa com a confraria? Pretendiam as recolhidas ficar senhoras absolutas da capela, considerando os confrades uns intrusos? Habitadas a grande autonomia, estariam estas mulheres preparadas para dividir poderes e funções?

Está ainda por estudar o papel das mulheres no seio confraternal e o seu contributo para o incentivo do culto. As informações disponíveis para os conventos femininos bracarenses apontam para um envolvimento ativo das freiras na fundação e manutenção de confrarias nos espaços claustrais. Trata-se de um mecanismo difusor de práticas religiosas e de obtenção de benefícios espirituais e de assistência à morte quer para as próprias, quer para outros crentes. Nesse sentido, o convento interagiu com o exterior, proporcionando importantes serviços no campo da gestão dos sufrágios e da salvação da alma<sup>84</sup>.

Em apenas dois dos seis conventos femininos da Braga Moderna existiam 11 confrarias: cinco no de Nossa Senhora dos Remédios e seis no de Nossa Senhora da Conceição. Este facto atesta capacidade organizativa, poder financeiro e vontade de agregar cultos, devoções e festas ao espaço a que as religiosas estavam confinadas.

A confraria de Nossa Senhora da Graça, do convento de Nossa Senhora dos Remédios era administrada por uma religiosa, eleita pela comunidade. Porém, a Mesa integrava irmãos do sexo masculino, que estabeleciam as ligações necessárias extra-muros. Mas esta não foi a única irmandade conventual gerida por freiras. Existiam outras que serviam igualmente de palco de poder a estas mulheres, como se comprova no trabalho de Ricardo Silva<sup>85</sup>.

Sem que se conheçam as verdadeiras razões, em 1733 a confraria de São Gonçalo uniu-se à do Menino Deus da igreja de São Vítor. A escritura de união salvaguarda todas as prerrogativas dos irmãos de São Gonçalo, sublinhando o papel da instituição na assistência à morte, a satisfação dos legados e as festas de São Bartolomeu e do santo padroeiro<sup>86</sup>. A fusão de uma ou mais confrarias acontecia quando se encontravam com falta de membros e especialmente

.....  
*setecentista*, Braga, Universidade do Minho, 2014, pp. 97-102, tese de Doutoramento policopiada.  
 84 Abreu, Laurinda, *Memórias da alma e do corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Viseu, Palimage Editores, 1999, pp. 65-66.  
 85 Silva, Ricardo, “Confrarias conventuais em Braga na Época Moderna”, in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *As confrarias de Braga na época barroca*, Vila Nova de Famalicão, Humus, 2016, pp. 65-75.  
 86 A assistência à alma era uma das mais importantes funções destas instituições. Veja-se entre muitos outros, os trabalhos de Tarifa Fernández, Adela, “Cofradías y Hermandades entre la religiosidade popular y la asistencia social. Aproximación a su historia en Jaén y en Úbeda”, in *I Congreso*



Imagem 5. Menino Jesus

em situação de penúria financeira. Para não acabarem com o culto e com o suporte espiritual que cada uma destas instituições oferecia aos seus membros, juntavam-se a uma mais forte, agregando normalmente o seu nome ao da sua recetora<sup>87</sup>.

.....  
*Nacional de Historia de las Cofradías Sacramentales. Minerva. Liturgia, fiesta y fraternidad en el Barroco Español*, Segovia, Cofradía del Corpus de Sepúlveda, 2008, pp. 324-351; Marcos Martín, Alberto, "La asistencia domiciliaria en la España del Antiguo Régimen: el caso de la Cofradía de la Caridad de Palencia", in Pérez Álvarez, María José; Araújo, Maria Marta Lobo de (coords.), *La respuesta social a la pobreza en la Península Ibérica durante la Edad Moderna*, León, Universidad de León, 2014, p. 91. Torremocha Hernández, Margarita, *Solidaridad en el más allá. La cofradía Sacramental y de Anima de la Iglesia de la Magdalena de Valladolid*, Valladolid, Ayuntamiento de Valladolid, 2003, pp. 77-78; Flynn, Maureen, *Sacred Charity. Confraternities and social welfare in Spain 1400-1700*, London, The Macmillan Press, 1989; Lozano Ruiz, Carlos, "Solidaridad Urbana en las Cofradías Palentinas ante el Óbito. Cofrades en la Vida y en la Muerte", *I Congreso Histórico Internacional As Cidades na História: População. Actas*, vol. 3, Guimarães, Câmara Municipal, 2013, págs. 203-225.

87 Durante o século XVIII, várias das confrarias de Braga conheceram este processo de fusão. Veja-se Gomes, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e confrades em Braga no tempo de Pombal. (contributo para o estudo do movimento e organização confraternal bracarense século XVIII)*, Braga, Universidade do Minho, 2002, pp. 141-146, dis. de Mestrado policopiada.

Entretanto, os estatutos reformados de 1739 da irmandade de São Gonçalo introduzem um capítulo referente às atitudes a tomar com as recolhidas. Recordam-se os mesários da “devida cortesia e respeito que se lhes deve” e a necessidade de relevar “com prudencia alguns requerimentos que elas fizeram com menos fundamento contra os decretos destes Estatutos”, mas advertem também para o recurso à justiça, quando se justificar. O mote estava dado: cortesia, prudência, mas ação em casos justificados. Os confrades parecem não estar seguros das relações futuras com as recolhidas, abrindo desde logo a possibilidade de as fazer responder na justiça.

Com a fusão das duas confrarias, registou-se uma maior atividade religiosa e em 1742 surgiu uma contenda entre a confraria e o pároco de São Vítor devido aos confessos na capela do recolhimento. A confraria promovia confessos nos dois confessionários existentes para os seus membros e para outros fiéis, retirando serviço à igreja paroquial, o que não era bem visto pelo respetivo pároco, que se queixou ao arcebispo. Este permitiu a continuidade desta prática na capela, após consentimento do respetivo sacerdote de São Vítor, exceto na Quaresma, período em que os fregueses tinham de aliviar as suas culpas na sua igreja paroquial.

A resposta do prelado satisfazia as duas partes, mas era mais limitativa para os confrades de São Gonçalo e do Menino Deus, porquanto ficavam estes dependentes da autorização dos padres da freguesia e na Quaresma, quando todos os fiéis eram obrigados a confessar-se, tinham de frequentar a igreja da sua paróquia. Como muitos eram da de São Vítor, era na sua igreja que tinham de se confessar.

O mal-estar continuava e a decisão dos confrades de São Gonçalo de efetuar um certo pagamento à regente para evitar discórdias, em 1764, atesta isso mesmo.

Após a união, a confraria manteve-se na capela, mas mais forte, todavia, em 1766 os irmãos queixavam-se de estarem muito “vexados e os senhores da meza não podiam fazer as mezas sem se poder guardar o segredo que se propunha por causa das madres convertidas lhes fazem algazarras e descomposições”, não havendo quem a servisse nem a procurasse como irmãos. Por essa razão, a instituição estava em vias de extinção, afirmavam. Apesar dos lamentos, a normalidade parece estar garantida, porquanto nesse mesmo ano, a regente acordou com os confrades o pagamento anual de 480 réis, vinho e hóstias para o padre Manuel José Murta celebrar três missas anuais da confraria<sup>88</sup>.

Periodicamente, as recolhidas voltavam a importunar. Como se explica que fizessem algazarras num momento solene da confraria? Como se compreende que quisessem saber o que se passava numa outra instituição? Que razões as

88 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as congras que se receberem para sustento deste Recolhimento...*, nº 3, não paginado.

levavam a esta atitude de desafio e afronta? Desejavam agastar os confrades ao ponto de se despedirem da capela? Desejariam ficar sozinhas a governar a confraria e com isso ganhar maior visibilidade e protagonismo no exterior? Se o conseguissem, as recolhidas usufruiriam de um outro enquadramento social e religioso, à semelhança do já verificado em alguns conventos femininos da cidade, onde se tinham fundado várias destas instituições. Seriam estas as verdadeiras razões ou o problema era mais profundo e residia na falta de irmãos e de verbas?

Se se apoderassem da gestão da confraria, as recolhidas alcançariam um outro patamar de poder e novos círculos de relações, ainda que vivessem em clausura. Parece-nos que este constituiria um forte motivo, embora nunca tenha sido assumido. O certo é que se os homens largassem a confraria, elas podiam assenhorear-se dela.

Parece também que o que mais interessava era agregar esforços e associar-se a uma congénere mais forte, fosse qual fosse. O tempo era de dificuldades para quase todas as confrarias da cidade e não só. O movimento de união e mesmo de extinção estava em marcha e tinha já suprimido muitas destas associações. A falta de legados, a concorrência existente entre elas, principalmente em torno do negócio dos enterros, os gastos elevados com as festas, as leis pombalinas, o surgimento de outros círculos de sociabilidades e a progressiva secularização fizeram diminuir a procura destas instituições, levando-as a unirem-se ou a extinguirem-se.

Como a escolha ficou em aberto, em 1766 a confraria de São Gonçalo e do Menino Deus uniu-se à de Santa Cruz, instituição forte e com muitos irmãos. A igreja de Santa Cruz era sede de várias confrarias e com o movimento de união tornou-se ainda num pólo de maior atração de cultos, muito embora o tempo fosse de retração e não de crescimento<sup>89</sup>. Com esta atitude, a confraria ganhou um novo enquadramento, deixando a capela somente para as recolhidas.

---

89 Sobre o templo de Santa Cruz leia-se Costa, Luís, *O templo de Santa Cruz*, Braga, Irmandade de Santa Cruz, 1993, pp. 65-68.



# CAPÍTULO VI

## 1. NO VIVER E NO MORRER

### 1.1. O quotidiano e a limpeza

Os cuidados com o corpo vão acentuar-se ao longo do século XVIII. Todavia, já mesmo antes se tomavam providências para prevenir a doença: resguardar do frio, vestindo mais roupa, e evitar as correntes de ar eram, por exemplo, algumas das precauções tomadas, fugir dos lugares da peste, constituía outra medida que pretendia assegurar a saúde<sup>1</sup>. Estas medidas vão intensificar-se ao longo de setecentos, assistindo-se em termos particulares e públicos à tomada de disposições para combater a doença. A nova corrente higienista traz alterações, que lentamente se vão introduzindo quer nas instituições públicas, quer na vida das populações. Os diferentes tratados médicos, a progressiva intervenção do Estado e o surgimento de um corpo médico cada vez mais preocupado com estes assuntos, promovem visibilidade no que diz respeito às questões da higiene e da saúde pública<sup>2</sup>.

Em termos públicos, os Municípios trataram de combater os períodos de peste e de doença com maior higiene nas vias públicas, proibindo a circulação de alguns animais nas cidades, como era o caso dos porcos, ordenando a limpeza das fontes e a existência de água corrente, assim como mais higiene nos açougues. Ao mesmo tempo obrigavam-se as pessoas a manterem limpas as portadas das casas, impedindo ainda a entrada de forasteiros nas cidades e vilas, potenciais portadores de doença. Sempre que era necessário intervir, a Câmara de Braga ordenou a limpeza dos espaços públicos, como se verificou em 1726 quando se mandou aos moradores da cidade a lavagem das ruas e das frontarias das casas e se proibiu os residentes do campo de Santa Ana de lançarem os lixos de suas casas e o entulho para o referido campo, sob pena de pagarem uma multa de 6.000 réis. Este dinheiro era aplicado da seguinte

---

1 Dinges, Martin, "Health care and poor relief in regional Southern France in the Counter-Reformation", in Grell, Ole Peter; Cunningham Andrew; Arrizalaga, Jon (dir.), *Health care and poor relief in Counter-Reformation Europe*, London, Toutledge, 1999, pp. 240-279.

2 Sobre a progressiva preocupação do movimento higienista na conservação e saúde dos povos veja-se o trabalho de Magalhães, Vera, "Prevenção, higiene social e saúde pública sob o signo das Luzes", in Esteves, Alexandra et al (coords.), *Dos riscos à criminalidade*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 2015, p. 56.

forma: metade para as despesas concelhias e o restante para o acusador. Interditava-se também os residentes do campo de São Sebastião de largarem entulho no local, sendo igualmente multados com o referido montante<sup>3</sup>.

No campo de Santa Ana existiam nessa altura dois recolhimentos e um convento masculino. Em 1727, o recolhimento de Penha de França passou a convento, por ordem do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles e a pedido das recolhidas.

Sempre que perigava a saúde pública dos habitantes da cidade, o Município tomava medidas para a tornar mais limpa, com a ameaça de quem procedesse contra o ordenado seria multado e, por vezes, ameaçado com pena de cadeia. Com estas medidas, a Câmara procurava impedir que a doença se instalasse ou depois de ter entrado, os seus efeitos fossem minimizados. Quando chegava a notícia de que a peste estava perto, era preciso agir. Por vezes, impediam-se os aglomerados de pessoas, como acontecia nas festas. De acordo com a situação em causa, o poder camarário devia acionar as medidas que considerasse mais adequadas<sup>4</sup>.

As vias e as praças públicas, as portas da cidade, as casas e as fontes eram quase sempre visadas para que a doença não entrasse ou fosse mais facilmente combatida. Era preciso que a cidade se mantivesse salubre, embora todos estivessem conscientes dessa dificuldade.

Por diversas ocasiões, os vereadores ordenaram a limpeza das ruas, o impedimento de circulação de porcos e de lançar sujidades nas vias públicas, obrigando a população a limpar em determinados dias da semana, como aconteceu em 1635<sup>5</sup>.

Durante a guerra da Restauração, com a cidade cheia de soldados, muitos deles de passagem para a praça-forte de Monção, que se encontrava cercada, a saúde pública perigou novamente, sendo necessário tomar mais medidas para combater a doença. Esta aliava-se nessa altura à fome e às más condições de vida das populações<sup>6</sup>. A pobreza dos militares era grande e sem sabermos verdadeiramente a situação em que muitos se encontravam, vagueavam na cidade e pediam ajuda à Misericórdia local para sobreviver<sup>7</sup>. A indisciplina, a incapacidade de aguentar as duras condições a que estavam sujeitos e a falta de pagamento de soldos ajudam a compreender a deserção<sup>8</sup>.

3 AMB, *Livro das actas de vereação 1726*, nº 40, fl. 17.

4 Sobre este assunto confira-se Abreu, Laurinda, *O poder e os pobres. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Gradiva, 2014, pp. 63-75.

5 AMB, *Livro das vereações 1648-1651*, 34, fl. 147.

6 Oliveira, António de, *Capítulos de História de Portugal*, vol. II, Coimbra, Palimage, 2015, pp. 647-651.

7 A propósito das fugas dos militares das fileiras do Exército consulte-se Costa, Fernando Soares, *A Guerra da Restauração 1641-1668*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, p. 28.

8 Rodríguez Hernández, Antonio José, *Los tambores de Marte. El reclutamiento em Castilla durante la segunda mitad del siglo XVII (1648-1700)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2011, pp. 76-85;

O certo é que Braga não era uma exceção. Todas as cidades da Europa eram sujas na época, apesar das medidas de higiene que os seus responsáveis iam tomando. Era importante manter a salubridade, porque a doença não escolhia grupos sociais. Apesar de uns estarem mais expostos do que outros, todos a podiam contrair.

As instituições de reclusão, essencialmente os hospitais, embora o termo reclusão assumia nestas instituições um carácter diferente do dos conventos e recolhimentos, manifestavam de igual forma preocupação com a higiene. No hospital de São Marcos de Braga, foram crescentes as medidas de higiene no decorrer dos séculos XVII e XVIII<sup>9</sup>. Também no recolhimento de Santa Maria Madalena, os estatutos de 1722 previam ações concretas de higiene pessoal e do edifício, assegurando limpeza e asseio.

A documentação sobre estas instituições para o período em estudo nem sempre permite analisar as preocupações existentes com a limpeza dos espaços, todavia, o primeiro regulamento de Santa Maria Madalena aponta, em algumas partes, para a necessidade de asseio e limpeza, quer nos espaços comuns, quer nas celas e também na capela. Mas curiosamente existe ainda algum aprumo e alinhamento no que diz respeito ao pátio ou claustro e à horta. Constata-se os cuidados a ter com a higiene, apontando-se de alguma forma para uma crescente preocupação com esta matéria.

Depois de se levantarem, as recolhidas deviam proceder à higiene pessoal nas suas celas, embora os estatutos não mencionem em que consistia. Como se sabe, não existiam espaços particulares para a higiene, sendo no quarto que se levavam algumas partes do corpo, como era geralmente a cara e as mãos<sup>10</sup>. É sabido que durante a Idade Moderna, o corpo não era lavado e que apenas a cara e as mãos eram sujeitas à limpeza da água<sup>11</sup>. Este facto não significava falta de preocupação com a limpeza<sup>12</sup>. Acreditava-se que a água podia ser prejudicial à saúde, removendo-se, por isso, a roupa, normalmente a camisa, que estava em contacto com as secreções corporais, e não se lavando senão algumas partes do corpo. Como refere Georges Vigarello, na Idade

---

Contreras Gay, José, "Las milicias en el Antiguo Régimen. Modelos, características generales y significado histórico", in *Chronica Nova*, 20, 1992.

9 Para uma melhor compreensão leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Memória e quotidiano: as visitas e as devassas ao hospital de S. Marcos de Braga na Idade Moderna*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2014, pp. 114-135.

10 Wear, Andrew, "The History of Personal Hygiene", in Bynum, W. F.; Porter, Roy (eds.), *Companion Encyclopedia of the History of Medicine*, vol. 2, London and New York, Routledge, 2001, pp. 1300-1301.

11 Vigarello, Georges, *O limpo e o sujo. A higiene do corpo desde a Idade Média*, Lisboa, Fragmentos, 1988.

12 Rafalella Sarti considera que durante a Idade Moderna a preocupação com a limpeza aumentou. Veja-se Sarti, Raffaella, *Casa e Família. Habitar, comer e vestir na Europa da Idade Moderna*, Lisboa, Estampa, 2001, p. 326.

Moderna a “higiene das pessoas é a roupa”<sup>13</sup>, por ser essa que se lavava, mas também ela não era muito frequentemente sujeita a água. Porém, ainda que sejam vagos, os estatutos apontam para a lavagem do corpo ao referirem que as mulheres “se lavarão enquanto se não tocar ao Exercício”, período em que tinham também de fazer a cama<sup>14</sup>. Desconhecemos se para além da passagem da água pelas partes do corpo mencionadas, se pelo menos algumas das internadas usariam alguns produtos na sua higiene pessoal, como acontecia em alguns estratos sociais mais elevados: “água de flores” ou “pastilhas” eram produtos usados por certas mulheres na sua higiene pessoal<sup>15</sup>.

Na instituição em estudo, a cama era feita todos os dias, devendo as recolhidas varrerem igualmente as celas diariamente. O lixo era colocado atrás da porta, onde se manteria até ao dia de sábado, data em que era varrido para o corredor e este limpo.

Para evitar contágio de doenças, exigia-se à “enfermeira” cuidados especiais na limpeza das celas das doentes. As suas camas deviam ser feitas diariamente e as celas varridas sempre que fosse necessário, de maneira a permanecerem limpas e bem cheirosas. Cabia à “enfermeira” proceder a estes trabalhos, tentando encontrar ervas aromáticas para perfumar o ambiente e afastar os maus cheiros. Procurava-se apagar os maus cheiros e proporcionar bons odores às doentes, combatendo também desta forma a doença.

Desconhecemos, se à semelhança do verificado nos hospitais, as camas das enfermas eram desinfetadas com vinagre, ou com outro qualquer produto que funcionasse como antídoto das febres.

Era importante afastar a doença para que a propagação não ocorresse. Facilitar a entrada da doença nestas casas era muito perigoso, porquanto podia fazer perigar a saúde de toda a comunidade.

As “companheiras” estavam encarregues de proceder à limpeza do corredor, assim como das escadas que davam acesso ao local de trabalho, no dia referido, tendo horas para desempenhar este serviço. Deviam cumpri-lo antes do toque do sino para as recolhidas irem ao coro. Ou seja, a higiene corporal e a limpeza do edifício faziam-se bem cedo, antes de qualquer outra atividade relevante, facto que denota a importância que lhes era dada. Ao mesmo tempo, inculciam-se regras de higiene nas mulheres, ensinando-se-lhes práticas diárias de limpeza.

O mesmo sentimento e prática deviam estar presentes na cozinha, pois as refeições deviam ser confeccionadas com limpeza. Faz-se menção a este

13 Vigarello, Georges, *O limpo e o sujo...*, p. 66.

14 Grieco, Sara F. Matthews, “O corpo, aparência e sexualidade”, in Farge, Arlette; Davis, Natalie Zemon (dir.), *História das Mulheres. Do Renascimento à Idade Moderna*, Porto, Afrontamento, 1994, p. 80.

15 Algumas receitas cosméticas eram mencionadas em certos livros da época quer para lavar os olhos, quer as mãos. Confira-se Ortego Austín, María Ángeles, “Discursos y prácticas sobre el cuerpo y la higiene en la Edad Moderna”, in *Cuadernos de Historia Moderna*, VIII, 2009, p. 70.

assunto ao chamar a tenção das recolhidas para atuarem com asseio na preparação dos alimentos. Esperava-se que as mulheres se comportassem no refeitório com “quietação, paridade e limpeza”, por ser um momento solene de reunião de todas, assistindo às leituras em silêncio e portando-se com civildade à mesa.

A água chegava ao interior do edifício através de uma mulher, em alguns momentos trazida pela criada de dentro, mas na década de noventa de setecentos, a instituição pagava a uma mulher para carregar a água. Esta alteração deve ter estado associada ao crescimento do recolhimento. Só a cozinha gastava muita água, o que exigia força para a carregar várias vezes ao dia. Inicialmente vinha do poço, que estava localizado no pátio, o qual era limpo periodicamente para manter a água com alguma qualidade. Depois, devia ser depositada para ser consumida, de acordo com as necessidades da instituição e das recolhidas. Mais tarde, correrá em canos até à fonte que se encontra situada perto da cozinha.

Os espaços do recolhimento eram também tidos como locais onde devia imperar um certo asseio. Estava atribuída à regente a tarefa de inspecionar a casa do trabalho, cuidando de averiguar a sua limpeza, devendo zelar para que as mulheres a tivessem aseada e em ordem, devendo varrê-la todas as semanas. O lixo acumulado durante oito dias seria considerável, se atendermos ao número de recolhidas, aos materiais usados e mesmo ao pó existente.

Mas não só o espaço de internamento, também a capela devia estar limpa. Cabia à criada de fora varrer semanalmente a sacristia, bem como lavar a roupa que servia nesse espaço de culto: toalhas e corporais, todas as vezes que fosse considerado necessário, devendo também engomar as referidas peças. Era ainda esta mulher que assumia a responsabilidade de dois em dois dias varrer os coros de baixo e de cima. Como se constata, o asseio ou as preocupações com ele não eram iguais para todos os espaços. Os de maior significado e importância como eram o caso dos coros e da capela estavam sujeitos a maior esmero. O significado religioso e a dignidade destes espaços exigia cuidados dobrados.

A chamada de atenção para a limpeza dos espaços de internamento e da capela reflete a crescente preocupação com o asseio a que não apenas os prédios mas também os bens<sup>16</sup> e as pessoas passaram a estar sujeitas no decurso do século XVIII. Os espaços exteriores passaram igualmente a ser considerados. Cabia à “campeira” zelar para que os caminhos da horta e de outros locais exteriores estivessem limpos e varridos, de forma a facilitar a passagem das recolhidas nos pequenos passeios que efetuavam durante o dia.

A atenção conferida à higiene e à limpeza aponta para uma visão global do edifício e do espaço, deixando de estar focada num ou noutro pormenor ou

16 Apelava-se à “despertadora” para que tivesse as lâmpadas dos dormitórios sempre limpas e asseadas.

sítio, embora, como referimos, os espaços religiosos fossem tidos em maior consideração. Estamos, no entanto, longe de ver concretizados os objetivos expostos por alguns teóricos portugueses e estrangeiros setecentistas sobre a higiene e a saúde pública<sup>17</sup>.

## 1.2. O abastecimento de água

O abastecimento de água era muito importante para o quotidiano da instituição e para as ações de asseio e limpeza. Constituiu igualmente um dos problemas com que a instituição teve de lidar. O recolhimento tinha no pátio um poço de onde tirava água para consumo interno. Com necessidade dela para cozinhar, limpeza do edifício e das recolhidas, para a lavagem da roupa e rega da horta, a preocupação para ser abastecido levou as regentes a procurarem auxílio junto do Paço, quando o assunto se colocava. Era ainda uma questão de independência. A água chegava até ao local de ser colhida através de um cano, que custou 49 mil réis, em 1743<sup>18</sup>. Em 1775 a superiora informava D. Gaspar de Bragança das obras que tinha em curso no poço, do pátio ou claustro e pedia auxílio para as acabar. Já tinha comprado os alcatruzes e o azeite para os betumes, porém e com o passar do tempo, o azeite tinha sido consumido na comunidade, mas ela própria tinha oferecido “três moedas”, dinheiro recebido da entrada de uma porcionista, embora faltasse o restante para a conclusão da obra. Para erguer a nora na cerca, precisava da ajuda do prelado, pedindo-lhe que assumisse a restante despesa<sup>19</sup>.

A modernização e o crescimento da cidade no século XVIII expressaram-se também nas preocupações dos arcebispos relativamente à canalização de águas e à construção de fontes. A necessidade sentida pelos “Senhores da cidade” levou-os a empreender obras neste setor<sup>20</sup>. Quer D. Rodrigo de Moura Teles, que ordenou a canalização das águas da cidade e fez que esta, nessas condições, chegasse ao hospital de São Marcos, quer D. José de Bragança que mandou construir as fontes de Infias, dos Pelames e a obra das Sete Fontes<sup>21</sup>, quer D. Gaspar de Bragança, que ordenou a abertura de várias fontes:

17 Para este assunto consulte-se o trabalho de Barreiros, Bruno, “O discurso higienista no Portugal do século XVIII: tradição e modernidade”, in *Arte Média e Imagem do Corpo. De Hipócrates ao final do século XVIII*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, pp. 129-131.

18 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro da despesa 1722-1826*, Pasta 1083, fl. 44.

19 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1081, doc. avulso, não paginado.

20 Situação semelhante foi conhecida noutras vilas e cidades europeias. Veja-se para Ferrol o trabalho de Martín García, Alfredo, “Higienismo y asistencia en la Galicia urbana de finales del Antiguo Régimen”, in Pérez Álvarez, María José; Araújo, Maria Marta Lobo de (coords.), *La respuesta social a la pobreza en la Península Ibérica durante la Edad Moderna*, León, Universidad de León, 2014, pp. 116-118.

21 Leia-se Ribeiro, Maria do Carmo Franco; Martins, Maria Manuela, “Contributo para o estudo do abastecimento de água à cidade de Braga na Idade Moderna. O livro da cidade de Braga (1737)”, in Martins, Maria Manuela; Freitas, Isabel Vaz de; Val Valdiviesco, María Isabel del (coord.), *Caminhos da água. Paisagens e usos na longa duração*, Braga, CITCEM, 2012, pp. 188-190.

no campo das Hortas, nas praças do Gavião e de São Sebastião, ao mesmo tempo que mandou proceder à reparação de dois aquedutos, proporcionando melhores condições de abastecimento à população, empreenderam grandes obras neste setor<sup>22</sup>. Era preciso criar melhores condições de habitabilidade à população urbana e contribuir para a saúde pública.

A instituição tinha recebido para a obra que desejava concretizar alguns donativos das recolhidas, mas como não eram suficientes, recorria-se ao arcebispo para contribuir com o restante, pois considerava-se que não devia ultrapassar 15 moedas, já com todo o trabalho incluído. A dívida de esmolas em determinados momentos a estas casas estava associada à realização de obras. Podiam ser as próprias recolhidas a fazê-lo, cofinanciando os projetos, ou pessoas exteriores à instituição<sup>23</sup>. Sempre que havia um grande projeto a realizar, era necessário agregar vontades para o concretizar.

O despacho do Paço de 1775, ordenava ao vigário geral da Mitra para contactar o pedreiro Paulo Vidal, o qual já tinha feito a medição e o risco para a obra, pois para além da nora, o projeto integrava também a construção de um tanque e a passagem da água de fora para o recolhimento.

Paulo Vidal devia gozar de muita reputação na cidade. Em 1773 foi conjuntamente com o mestre pedreiro Ambrósio da Silva nomeado pela Câmara para examinar as obras da “Porta Nova”<sup>24</sup>.

O risco concebido pelo referido pedreiro ilustra a circulação da água, faz referência ao tipo de canalização a montar, localiza o tanque e estabelece como orçamento “pouco mais ou menos” 220. 000 réis, pois seria preciso mover “penedos que a rua mostra” e “abrir a rota”.

Para que a água chegasse ao recolhimento, vinda do Reduto, foi preciso proceder a obras na cerca. Na altura em que o trabalho se estava a realizar, a regente voltou a contactar o arcebispo para solicitar a abertura de uma porta que permitisse a entrada da lenha e a saída do estrume das cloacas, deixando de ser utilizada a porta que fica localizada perto do refeitório e da cozinha para possibilitar a passagem dos produtos referidos. O estrume da instituição era utilizado na horta, mas quando era excedentário, vendia-se a homens e a mulheres que o pagavam. A superiora descansava o arcebispo ao afiançar que a nova porta não constituía nenhum risco, nem facilitaria a fuga de recolhidas, por já existirem na cerca mais duas portas antes do muro, servindo assim de antecâmaras protetoras. Recordava que a anterior fuga de uma recolhida pela cerca só foi

22 Sobre esta matéria consulte-se Bandeira, Miguel Sopas de Melo, *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*, Porto, Afrontamento, 2000, pp. 150-151.

23 O recolhimento de Santo António do campo da Vinha recebeu na segunda metade do século XVIII duas doações destinadas a melhoramentos da instituição. Veja-se Machado, Manuela, *Entre a clausura e o século: o recolhimento de Santo António do campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (século XVII-XIII)*, Braga, Universidade do Minho, pp. 55-56, 2014, dis. de Mestrado policopiada.

24 AMB, *Livro de Verações de 1773*, fl. 45.





Imagem 2.  
Tanque

possível porque “dorubou a parede do mesmo recolhimento”<sup>25</sup>, o que só terá conseguido com a ajuda de terceiros, certamente. Perante as garantias dadas, a abertura da porta foi concedida, sublinhando-se, no entanto, a necessidade de a fazer segura. A história viria a dar razão às preocupações do arcebispo, uma vez que outras mulheres galgaram o muro para fugirem da instituição.

D. Gaspar de Bragança concedeu, em 1782, autorização às recolhidas para usarem a água encanada que vinha da fonte nova do Reduto<sup>26</sup>.

Este projeto era muito importante para a instituição. Com o crescimento de recolhidas, a água era precisa cada vez em maior quantidade e a casa não podia depender de outros para ter acesso a este líquido. Deixar de cuidar deste assunto era ficar na mão de outras pessoas e instituições da cidade para lhe concederem mais água. A diligência da superiora deve ser entendida também como uma forma de autonomia e de afirmação da instituição em termos locais.

Por outro lado, a água era essencial ainda para a horta e para lavar a roupa de uma casa onde residiam várias dezenas de mulheres.

25 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1081, doc. avulso, não paginado.

26 ADB, Fundo do Registo Geral, Livro nº 208, fl. 53.

## 2. A ASSISTÊNCIA À DOENÇA

Contrariamente a outros recolhimentos que possuíam um espaço destinado às doentes, como acontecia, por exemplo, no de Santo António, de Braga, em Santa Maria Madalena esse compartimento não existia<sup>27</sup>. Também nos conventos havia um espaço destinado a acolher as enfermas, uma vez que por serem freiras, teoricamente, não podiam sair do cenóbio para serem tratadas<sup>28</sup>. Na instituição em análise, as recolhidas que estavam doentes mantinham-se nas suas celas e eram aí cuidadas por uma companheira, designada pela regente para as auxiliar nas enfermidades. Era a “enfermeira”. Isto acontecia, até que o caso fosse considerado grave ou contagioso e pusesse em perigo a vida da recolhida ou a das restantes.

Contrariamente a outros regulamentos que ordenavam que as doentes fossem visitadas pelas companheiras para as ajudar e consolar, como acontecia no de S. Tiago, da Misericórdia de Viana do Castelo, o de Santa Maria Madalena não especificava esta obrigação<sup>29</sup>. Como se tratava de um lugar de grande sensibilidade, um dos requisitos que se pedia à “enfermeira” era que trouxesse “diante dos olhos o merecimento que ha de ter para com Deos no exercido desta obra de miziricordia”<sup>30</sup>, ou seja, fosse cuidadosa com as suas companheiras enfermas.

Desconhecemos as tarefas exatas que estavam atribuídas à “enfermeira” para além das enunciadas. Presumimos também que fosse ela que administrava as mezinhas às enfermas e lhes servisse as refeições, quando estivessem incapacitadas de as tomarem de forma autónoma. A alimentação era fundamental para a cura, por isso, não podia ser descurada. Assistiria também os profissionais de saúde e consolaria com palavras as que sofriam em suas camas.

Sempre que era preciso mudavam-se os lençóis, uma vez que as camas deviam estar decentes quando as doentes recebessem o Santíssimo Sacramento.

27 O recolhimento de Santo António do campo da Vinha foi fundado por um religioso em finais do século XVI e entregue em 1608 à administração da Misericórdia local, por morte do seu instituidor. Destinava-se a recolher seis mulheres, embora na Idade Moderna contasse com um número mais elevado. Sobre esta instituição veja-se Machado, Manuela, *Entre a clausura e o século: o recolhimento de Santo António do campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)...*, p. 56.

28 Veja-se Silva, Ricardo, “Atitudes perante a doença nos conventos femininos bracarenses”, in Esteves, Alexandra et al (coords.), *Dos riscos à criminalidade...*, p. 14.

29 Para o recolhimento de S. Tiago, da Misericórdia de Viana do Castelo consulte-se, Arquivo Distrital de Viana do Castelo, Fundo da Misericórdia, *Livro dos estatutos de S. Tiago, 1728*, não paginado.

30 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro dos antigos estatutos*, Pasta nº 36, doc. avulso, não paginado.

A doença parece ter estado muito presente nesta instituição. Logo em maio de 1722, poucos dias após a abertura, Brígida da Purificação adoeceu e a regente menciona ter despendido 510 réis no seu tratamento<sup>31</sup>.

Vivendo em clausura, era natural que as mulheres fossem tratadas no espaço em que se encontravam, todavia, em 1723 temos notícia que Josefa da Conceição foi para ao hospital e que outra também se recolheu lá em setembro de 1726, com autorização do arcebispo para se curar em São Marcos. O registo do facto não menciona a doença de que padeciam e a necessidade de ir para o hospital, sabe-se somente que a regente pagou 2.960 réis à instituição pelo tratamento, do segundo caso<sup>32</sup>. Porém, a ordem para limpar a cidade, saída da Câmara e especialmente o campo de Santa Ana, parece indiciar a existência de peste. Como a regra era serem assistidas dentro de portas, que razões teriam levado o arcebispo a autorizar a trasladação destas mulheres para São Marcos? Estariam doentes de sífilis? O hospital abria as suas enfermarias para este tratamento duas vezes no ano: uma na primavera e outra no começo do outono. No mês de setembro dava início a este tratamento que se prolongava normalmente até outubro. A procura era muito grande, levando a Santa Casa a abrir as referidas enfermarias mais do que uma vez durante os períodos assinalados. O exercício da prostituição expunha parte das mulheres de Santa Maria Madalena a vários perigos, como era o da sífilis. Por isso, quando a suspeita se levantava no momento de ingresso, as interessadas eram inspecionadas para se verificar do seu estado.

Entre 1733 e 1734 o recolhimento conheceu dois casos de mulheres portadoras de enfermidades que se propagavam. Eram ambas sustentadas pela Mitra e foram despedidas por terem “mal contagiozo”<sup>33</sup>. Esta situação não deixava alternativa à regente, uma vez que colocava em perigo toda a comunidade.

Também Ana da Conceição e Mariana Brito Ferreira deixaram a instituição a 16 de abril de 1749 com a justificação de que saíam para se curar. A explicação é sucinta, mas parece indiciar alguma doença contagiosa que atacou as duas<sup>34</sup>. Para que não se propagasse mais, foram autorizadas a tratarem-se fora da instituição.

Em finais do século XVIII, a cidade conheceu graves doenças que se refletiram nas taxas de mortalidade<sup>35</sup> e no recolhimento. A partir da década de 80 verificaram-se muitos casos de recolhidas que saíram doentes para se curarem e voltarem já tratadas. Em 1788 D. Custódia obteve licença do arcebispo para

31 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro de despeza 1722-1826*, Pasta 1083, fl. 1.

32 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1083, fl. 19.

33 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fls. 16-16v.

34 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fls. 19v.-20.

35 Acerca das doenças de finais de setecentos e da sua incidência na cidade veja-se David, Henrique, “Aspectos da mortalidade no concelho de Braga (1700-1880). A sazonalidade e as crises”, in *Bracara Augusta*, 44, 1993, pp. 75-103.

ir para casa de seu pai “procurar remédio para a sua molestia”<sup>36</sup>. Outras eram autorizadas a sair “para banhos”<sup>37</sup> e “para tumar ares”<sup>38</sup>, numa alusão clara a epidemia de tuberculose que grassava pela cidade. Muitas destas recolhidas após melhorarem, regressavam ao recolhimento, abrindo-se um período de muitos reingressos, às vezes pela terceira vez.

Desde a Antiguidade clássica que a água era considerada com propriedades curativas e se acedia às termas para o bem corporal e espiritual. Porém, após o grande interlúdio da Idade Média até ao século XVIII, a água voltou a ser usada em força, tal como ressurgiu o termalismo, associado ao higienismo, assumindo a água várias funções, entre elas a de curar<sup>39</sup>.

Desconhecemos a que tipo de banhos se referiam, mas estamos convictos que muito provavelmente se mencionavam os banhos, como significado de termas, que podiam ser em hospitais, como acontecia nas Caldas da Rainha ou simplesmente em estâncias termais<sup>40</sup>. O Minho é, aliás, uma região rica em caldas, algumas delas situadas bem perto de Braga.

A alusão à tuberculose faz-se em Braga ainda no século XVIII, todavia, enquanto esta doença não atingiu grandes proporções, tal como aconteceu no resto da Europa, não preocupou a sociedade em geral. Foi apenas quando grassou e alarmou é que foi levada mais a sério e conduziu à tomada de medidas sanitárias e preventivas<sup>41</sup>.

Enquanto se mantinham fora, estas mulheres eram igualmente sustentadas pelo recolhimento, no caso de serem das do número. Quando em 1768 se mencionou que duas recolhidas estavam fora, acrescentou-se que permaneciam “comendo em dinheiro a sua reçam”, ou seja, continuavam a ser mantidas pela instituição. Estas duas mulheres estavam em suas casas, por se encontrarem enfermas<sup>42</sup>.

36 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 51v.

37 Veja-se a propósito Steward, J., “The culture of water cure in nineteenth century Austria, 1800-1914”, in Anderson, S. and Tabbs, B. (Eds.), *Water, leisure and culture: European historical perspectives*, Oxford, New York, Berg, pp. 23-35.

38 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fls. 64, 66.

39 Confira-se Esteves, Alexandra, “Lugares de cura e de lazer: praias e termas do norte de Portugal entre os finais do século XIX e inícios de noventa”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra; Silva, Ricardo; Coelho, José Abílio (coord.), *Sociabilidades na vida e na morte (séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM, 2014, pp. 295-296.

40 Para um melhor conhecimento da importância do hospital termal das Caldas da Rainha, o mais importante de Portugal leia-se o trabalho de Rézio, Maria Margarida Dinis, *Transformação urbana e vivência termal. O caso das Caldas da Rainha*, vol. I, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012, tese de Doutoramento policopiada; Rodrigues, Lisbeth de Oliveira, *Os hospitais portugueses no Renascimento (1480-1580): o caso de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha*, vols. I, II, Braga, Universidade do Minho, 2013, tese de Doutoramento policopiada.

41 Veja-se o trabalho de Ferreira, Maria de Lurdes de Carvalho, *A doença do peito. Contributo para o estudo histórico da tuberculose*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, dis. de Mestrado policopiada, pp. 17-19.

42 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 2, não paginado.

Quando saíam nem sempre era registado que tinham ido para São Marcos, o que nos impede de conhecer todos os locais de tratamento. Porém, por vezes, é referido no assento de reingresso que estiveram a tratar-se no hospital<sup>43</sup>. A menção à saída ou ao regresso do hospital foi mais frequente em 1802, quando várias recolhidas aí foram internadas. Mariana esteve internada durante 15 dias em São Marcos, no mês de julho e depois de ter dado entrada no recolhimento, saiu na companhia da sua mãe, o que indicia que não estava tratada, mas não podia permanecer na instituição. Esta recolhida já anteriormente tinha tido autorização para se ausentar do recolhimento para se tratar<sup>44</sup>. O pico da doença parece ter sido atingido na instituição em 1803, quando várias mulheres foram internadas no hospital e uma delas aí morreu<sup>45</sup>. Esta realidade esteve presente noutras cidades europeias, onde muitas mulheres foram internadas nos hospitais com problemas semelhantes.

Embora os primitivos estatutos não contemplassem a existência de um cirurgião, referindo somente o médico e o sangrador, o certo é que ele existiu desde sempre. Logo após a abertura do recolhimento, o arcebispo fundador dotou-o de profissionais de saúde, estabelecendo contratos com validade desde o início do mês de maio de 1722 com um sangrador, um cirurgião e um médico. Os visados ficaram providos nos partidos referidos até o prelado cessar o contrato. Nesse documento cada um era elogiado pelas suas competências técnicas e pelas informações recolhidas, sendo valorizada também a experiência. Estabelecia-se ainda o salário a auferir, o qual era pago aos quartéis pela Mitra. Com a assinatura do contrato, os profissionais referidos entraram de imediato em funções<sup>46</sup>.

A rapidez com que o arcebispo nomeou estes profissionais de saúde para assistir na doença as recolhidas é bem elucidativa do investimento por si feito na instituição, uma vez que urgia cuidar deste aspeto, tendo em conta as características da casa e de algumas das suas residentes.

.....  
43 Em 1800 vieram do hospital Teresa de São José, Ana de São João e Ana de S. Joaquim. No ano seguinte foi a vez de Maria da Graça.

44 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fl. 68.

45 Foram internadas: Ana Alves, Maria de Jesus, Custódia Domingas e D. Rita. Esta última faleceu na instituição, em novembro desse ano. ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fls. 69-69v.

46 ADB, Registo Geral, Livro nº 56, fls. 211v.-212v.

Quadro 1  
Os médicos (1722-1834)

Anos	Médicos
1722	Pedro Saraiva
1723	António Fernandes; Constantino Fernandes do Vale
1732	António Fernandes Varela
1744	Caetano José Pereira Sampaio
1760-1774	Caetano Luís Pereira Caetano José de Sampaio Peixoto
1777	João Rodrigues Coura
1778-1781	(a)
1781-1785	António José Lopes
1790-1807	Pedro de Jesus
1807-1817	José Carlos Silva Pacheco
1821-1834	José Carlos Silva Pacheco

Fonte: ADB, Fundo do Registo Geral.

(a) Entre 1778 e 1781 não foi contratado médico, ficando o cirurgião com as suas funções. O mesmo se deve ter passado entre 1785 e 1790, uma vez que não se conhecem pagamentos a nenhum médico.

O prelado sabia bem da necessidade destes homens numa instituição de reclusão, por isso, vai prover o recolhimento dos seus serviços.

Mas se estes profissionais foram importantes ao longo de todo o período em estudo, os finais do século XVIII demonstram de sobremaneira a sua presença junto das doentes. Foram várias as que saíram para o hospital, mas estamos certos de que pelo menos entre 1794 e 1795 foram muitas mais as tratadas dentro de portas. Todos os meses eram referidas rações para doentes em grande quantidade, atestando o que acabamos de afirmar.

Muitos dos profissionais de saúde que assistiam as mulheres trabalhavam também no hospital de São Marcos da cidade, como quase sempre acontecia. Não devemos esquecer que nesta altura era grande a falta de médicos em várias localidades<sup>47</sup>. Médicos, cirurgiões e sangradores desempenhavam funções em várias instituições em simultâneo e ainda faziam clínica privada. O Dr. Jerónimo Saraiva exerceu nesse estabelecimento em 1686 e 1692 e entre 1694 e 1695, ganhando na altura 5.000 réis anualmente. Igualmente, o Dr. António Fernandes do Vale exerceu no mesmo hospital, devendo ser já pessoa com alguma idade quando assistiu no recolhimento, porquanto morreu em 1753. Os Drs. Caetano Luís Pereira e Caetano José de Sampaio Peixoto, da cidade,

47 Pina, Luiz de, "Aspectos da vida médica nos séculos XVII e XVIII", in *Revista Medicina*, n.ºs 29, 30, 1938, p. 28.

exerceram em São Marcos em simultâneo com o trabalho do recolhimento<sup>48</sup>. Já sobre o médico António José Lopes sabemos apenas que se ocupou também dos doentes do hospital, mas desconhecemos em que período.

Embora a acumulação de serviços fosse importante em termos remuneratórios, o certo é que na cidade também não abundariam os médicos. E quando entramos quer nos conventos, quer nos recolhimentos de Braga vemos que a circulação dos profissionais de saúde era grande e muitos trabalhavam em várias destas instituições em simultâneo. O mesmo se passa relativamente aos boticários. Eram muitos os que serviam as várias instituições de clausura existentes.

A importância de possuir médicos próprios acentuava-se numa instituição de clausura. No caso das mulheres que vinham com a honra manchada era ainda fundamental para as examinar antes do ingresso. Procurava-se saber se eram portadoras de doenças contagiosas que pusessem em perigo a comunidade. Devido ao pecado da carne, podiam contrair doenças sexualmente transmissíveis, sendo, por isso, alvo da maior vigilância. Quando se tratava de um caso desses e sobretudo se havia suspeitas, a regente solicitava os serviços do médico para a examinar e emitir parecer<sup>49</sup>. Tendo em conta os constrangimentos da época e o facto de se tratar de um corpo feminino, desconhecemos os procedimentos adotados pelos profissionais de saúde para analisar estas mulheres. A sífilis, doença em progressão na Idade Moderna e muito associada a uma vida dissoluta era temida e podia ser uma das que colocava o recolhimento em alerta, exigindo cuidados especiais de despiste<sup>50</sup>. Por mais do que uma vez, o médico foi chamado a observar e a pronunciar-se sobre algumas das que solicitaram admissão às do número. O clínico podia também emitir parecer sobre as capacidades físicas da petionária, sublinhando num caso a falta de robustez para o trabalho e as restantes tarefas diárias, bem como eventuais gravidezes das petionárias. Era preciso acautelar tudo, quando se sabia que algumas tinham uma vida dissoluta. Embora a sífilis fosse muito contagiosa e uma doença que na época não tinha cura, mas fosse possível atenuar os seus efeitos, existiam formas de a tratar e compêndios que

48 Para este assunto consulte-se o trabalho de Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga. A assistência no hospital de S. Marcos*, vol. IV, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga e Autora, 2008, pp. 359-365.

49 ADB, Fundo do Registo Geral, Livro nº 166, fls. 310v.-312.

50 Leia-se Jutte, Robert, "Syphilis and confinement", in Junker, Detlef; Mattern, S. Daniel (eds.), *Institutions of Confinement: Hospitals, Asylums and Prisons in Western Europe and North America: 1500-1950*, Cambridge, University Press, 1996, pp. 97-115. A propósito do tratamento da sífilis em Braga no hospital de São Marcos leia-se Castro, Maria de Fátima, "Assistência no Hospital de S. Marcos da 2ª metade do século XVII a cerca de 1710", in *Revista Bracara Augusta*, XLIV, 1993, pp. 45-73; Araújo, Maria Marta Lobo de, "O tratamento das boubas no hospital de S. Marcos de Braga na Época Moderna", in Pérez Álvarez, María José; Araújo, Maria Marta Lobo de (coords.), *La respuesta social a la pobreza en la Península Ibérica durante la Edad Moderna...*, pp. 31-54.

recomendavam procedimentos a adotar<sup>51</sup>. Existiam ainda hospitais para tratamento das boubas e alguns hospitais gerais abriam duas curas anuais para cuidar dos seus portadores.

Apesar de a sífilis ser grave e de se alastrar com frequência, outras doenças eram igualmente temidas, como era o caso da tuberculose<sup>52</sup>. Em 1775 morreu uma recolhida na sua cela de tísica<sup>53</sup>. Posteriormente, este mesmo espaço entrou em obras, não se especificando a remodelação efetuada. Altamente contagiosa, a doença criava grande temor entre todos e exigia cuidados acrescidos num ambiente de clausura.

Por essa altura, existia um grande surto desta doença na cidade. O hospital de São Marcos debateu-se com um número crescente de doentes tuberculosos e decidiu em 1788 construir uma enfermaria isolada para tratar tísicos. Embora só nessa data tenha tomado essa decisão, desde as primeiras décadas de setecentos que morriam neste hospital doentes “tísicos”.

Desconhecemos como lidou o recolhimento com esta companheira que contraiu a doença, mas o certo é que a manteve até à morte dentro de portas. Mas quando se registou esse momento? Até que ponto contactava com as restantes recolhidas? Que isolamento foi possível manter? Registou-se apenas este caso, ou houve mais?

Nestas instituições não ingressavam mulheres com doenças contagiosas, nem com defeitos físicos ou mentais, embora os primeiros estatutos de Santa Maria Madalena sejam omissos quanto a esta matéria. Todavia, em 1762, Isabel Tomásia, jovem de cerca de 20 anos de idade, mas há muito com desejo de ingressar numa casa de clausura, foi admitida para ocupar o lugar de uma mulher cega, que apesar de lhe ter sido deferido o pedido, não chegou a ingressar<sup>54</sup>. Que razões levaram esta mulher a desistir da sua solicitação? Teria a autorização sido dada sem total conhecimento da sua limitação? Como poderia uma mulher cega adaptar-se a uma casa com estas características? Provavelmente, após conhecimento das suas limitações, o arcebispo retrocedeu na autorização dada e inviabilizou a sua admissão.

Sempre que eram assistidas no recolhimento, as mulheres doentes eram alvo de atenção particular, desde logo alimentar. Como já referimos, Brígida da Purificação ficou doente mal ingressou na instituição, em 1722<sup>55</sup>. Mas

51 Consulte-se Arrais, Duarte Madeira, *Do methodo de conhecer e curar o morbo gallico: propoemse diffinitivamente a essencia, specias, causas, sinais, pronostico e cura de todos os affectos gallicos e largamente se trata do azougue, salsa parrilha, guaycão, pao santo, raiz da China e todos os mais remedios della e enfermidades*, Lisboa, Antonio Crasesbeeck de Mello, Impressor de S. A., 1633.

52 Para esta doença leia-se Marques, Abilio Gonçalves, *A guerra á tuberculose*, Porto, Escola Médico Cirurgica, 1901, p. 28.

53 Veja-se para os sinais da doença Ferreira, Maria de Lurdes de Carvalho, *A doença do peito. Contributo para o estudo histórico da tuberculose*, Porto, Faculdade de Letras, 2005, pp. 4-6.

54 ADB, Fundo do Registo Geral, Livro nº 156, fls. 284-285.

55 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1083, *Livro do de despeza de 1722 a 1826*, fl. 1.

como não deve ter sarado, no ano seguinte, em março voltou a estar enferma, durante mais 15 dias, o que causou três tostões de despesa. Refira-se, aliás, que neste ano várias mulheres adoeceram: D. Rosa, Francisca da Trindade (15 dias), Josefa da Conceição (60 dias), Luísa (21 dias), Rosa Maria (12 dias), Joana Baptista (15 dias), Joana de Jesus (40 dias), Josefa do Rosário (25 dias), Ângela do Espírito Santo (6 dias) e mais uma recolhida que não foi identificada<sup>56</sup>. O registo das enfermas tornou-se a partir desta data muito esporádico, sabendo-se, contudo, que a doença não abandonou a instituição. Quando prolongada e suportada com ânimo, a doença podia transformar-se num instrumento de penitência, pois através deste sofrimento a recolhida podia alcançar a perfeição. Resignação, aceitação da doença e força anímica eram considerados fortes ingredientes para agradar a Deus.

No ano seguinte, uma das convertidas que estava doente, saiu, o que parece significar que não encontrando cura na instituição teve de a procurar noutro local. Seria a mesma que foi para o hospital? Desconhecemos se se tratava da mesma mulher, uma vez que não foi mencionada a sua identidade, mas sublinha-se a particular atenção dada a esta recolhida que se encontrava doente.

Como se constata, a doença era frequente e atingia várias mulheres ao longo do ano e por tempos prolongados, fazendo acreditar que o contágio podia acontecer, mas que a vida em clausura também potenciava falta de saúde, embora as doenças não sejam normalmente discriminadas.

De acordo com a sintomatologia, o recolhimento chamava o profissional de saúde adequado. Para questões de Medicina, requisitava os serviços do médico<sup>57</sup>. A informação que possuímos sobre estes médicos é muito parca e diz respeito apenas a alguns. Por exemplo, sobre Caetano José de Sampaio Peixoto é referido ser aprovado pela universidade de Coimbra. Ocupava também o partido dos pobres da cidade, pago pela Mitra. Foi provido em simultâneo nos dois partidos, mas ressaltou-se que fosse pronto e diligente na assistência às recolhidas<sup>58</sup>.

Na segunda metade do século XVIII, os médicos, os cirurgiões e os sangradores deixaram de ter contratos com tempo indeterminado, passando a ser contratados apenas por um ano, o que facilitava o seu despedimento, em caso de descontentamento. Com esta medida acentuava-se a sua precariedade laboral na instituição, como forma de se exigir melhores serviços.

A análise do livro dos salários demonstra que nem sempre existiram contratos com o médico, sangrador e cirurgião. Em determinados momentos fica-

56 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1083, *Livro do de despeza de 1722 a 1826*, fl. 4v.

57 A propósito da prática médica consulte-se Astrain Gallart, Mikel, "La práctica médica en el medio rural castellano. *El Memorial de Vicente Crespo (1785)*", in *Dymanis*, 22, 2002, pp. 461-472.

58 ADB, Fundo do Registo Geral, Livro nº 139, fl. 123.

-se com a sensação de que só lhes era pago o serviço realizado. Porém, na segunda metade de setecentos e no século seguinte a instituição mudou de atitude e manteve contratos certos com os referidos profissionais de saúde, pagando com regularidade os seus salários. Esta situação esteve provavelmente associada ao facto da cidade ter conhecido em finais de setecentos várias doenças, principalmente na última década<sup>59</sup>.

A partir do século XVIII, a medicina passou a recomendar para algumas doenças a frequência de termas e curas com banhos de mar<sup>60</sup>. Hospitais e instituições de reclusão mandavam os seus doentes para estas curas e o recolhimento de Santa Maria Madalena seguiu também as prescrições médicas. Para sair, as interessadas tinham de solicitar autorização ao arcebispo e no final do tratamento deviam regressar à instituição. Mas este não foi o caso de Ana Álvares que em dezembro 1807, depois de ter tomado banhos de mar e regressado à sua paróquia, referiu ao seu pároco não desejar voltar ao recolhimento, argumentando com a necessidade de tratamentos anuais nas referidas águas<sup>61</sup>. A doença não estava resolvida e Ana contrapunha desta forma, talvez também para se eximir ao rigor da clausura. Ou estaria em causa o receio imposto pelas invasões francesas? Com a cidade tomada pelas tropas invasoras e cheia de militares, Ana Álvares preferiu manter-se em casa, mais distantes da confusão em que Braga tinha caído. Por outro lado, o tempo era também desfavorável à clausura. Se muitas mulheres eram internadas em Santa Maria Madalena contra vontade e viviam vidas que não desejavam, qualquer pretexto servia para o abandonarem num tempo incerto, mas cheio de mudanças.

59 Abreu, João Paulo, *Em Braga de 1790 a 1805. D. Frei Caetano Brandão: um reformador contestado*, Braga, Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia de Braga; Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1997, pp. 164-165.

60 Esteves, Alexandra, "Lugares de cura e de lazer: praias e termas no norte de Portugal entre os finais do século XIX e o início de novecentos", in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra; Silva, Ricardo; Coelho, José Abílio (coord.), *Sociabilidades na vida e na morte (séculos XVI-XX)...*, pp. 311-316.

61 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1036, documento avulso, não paginado.

Quadro 2  
Os cirurgiões (1722-1834)

Ano	Nome
1722-1723	Manuel de Miranda e Sousa
1760-1764	Matias Lopes <sup>(a)</sup>
1764-1798	António José Ferreira <sup>(b)</sup>
1798-1808	Pedro Varela
1808	Pedro Manuel Vieira
1810	Pedro Varela de Azevedo <sup>(c)</sup>
1812	Manuel Luís da Silva
1815-1834	Manuel Luís da Silva

Fonte: ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1093, doc. avulso, não paginado.

(a) Este profissional de saúde atuava, por vezes, também como sangrador.

(b) Este cirurgião já trabalhava no recolhimento, mas só fez contrato em 1764. Servia igualmente os conventos do Carmo e do Pópulo e ainda o recolhimento de Santa Teresa. Foi admitido no lugar por serem boas as informações colhidas sobre si, ser homem prudente e reunir competências para o cargo. Pedia-se-lhe, no entanto, que acudisse prontamente quando fosse chamado.

(c) Ficou também sangrador em 1810.

Estes profissionais de saúde não tinham a mesma preparação que os médicos e eram vistos socialmente num patamar inferior. Estavam associados às artes mecânicas e foi preciso aguardar muito tempo até que o seu estatuto fosse alterado<sup>62</sup>.

Manuel de Miranda e Sousa ingressou no hospital de São Marcos em 1730 como cirurgião e morreu em 1764. Era, por conseguinte, um homem já com certa idade quando começou a trabalhar no partido do recolhimento, em 1760.

A idade dos homens que exerciam em Santa Maria Madalena era provavelmente um fator a ter em consideração na altura de fazer o contrato. Procurava-se homens com experiência em termos profissionais, mas também com alguma idade, sinónimo de amadurecimento e assento.

A ocupação dos dois cargos aconteceu em vários hospitais e decorre da imagem destes profissionais de saúde junto das populações, mas não só! A indefinição de fronteiras entre a sua área de competência e a dos sangradores justificou a acumulação de funções<sup>63</sup>, ainda que de forma temporária.

62 Abreu, Laurinda, "A organização e regulação das *profissões médicas* no Portugal Moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados", in *Arte Médica e Imagem do Corpo. De Hipócrates ao final do século XVIII...*, pp. 111-113.

63 Este assunto encontra-se analisado em Abreu, Laurinda, "A organização e regulação das *profissões médicas* no Portugal Moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados", in *Arte Médica e Imagem do Corpo...*, p. 112.

Entre 1818 e 1820 a instituição não teve médico. Era o cirurgião que tratava os doentes e recebia também pelo partido do clínico.

Os sangradores estavam encarregues das sangrias e de lançar as sanguessugas, mas podiam igualmente tirar dentes e ainda proceder a pequenas cirurgias. Mas a sua principal ocupação era o trabalho com a lanceta, fazendo sangrias. Ocupavam o lugar mais baixo na hierarquia dos profissionais de saúde que davam apoio a Santa Maria Madalena e deixaram de ser contratados a partir de 1808. Porém, já entre 1778 e 1783 este lugar deve ter sido desempenhado pelo cirurgião, uma vez que não se pagou a nenhum sangrador.

Quadro 3  
*Os sangradores (1722-1808)*

Ano	Nome
1722	Cipriano Pereira
1760-1770	Manuel Lopes
1770-1778	Luís de Sá
1783-1808	Luís de Sá

Fonte: ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1093, doc. avulso, não paginado.

Durante o tempo que exerceu no recolhimento, o sangrador Luís de Sá trabalhou também no hospital de São Marcos, demonstrando que tal como outros profissionais de saúde trabalhavam em várias instituições e muitos faziam clínica particular. As fontes disponíveis não possibilitam perceber se entre 1778 e 1783 também serviu no recolhimento.

Quando os profissionais de saúde receitavam determinados medicamentos, faziam-no em papel próprio que a regente mandava comprar para o efeito.

### 3. MORRER NA CLAUSURA

Na maioria dos casos, os últimos momentos da vida destas mulheres eram passados na cela, onde morriam.

Quando a morte rondava por perto, a superiora devia mandar chamar o capelão para ministrar os sacramentos necessários à que ia partir, ajudando-a também a bem morrer. A morte devia ser preparada, tendo os sacerdotes um papel muito importante nesse momento. Ajudar a ter uma boa morte era aconselhar a elaboração do testamento, quando fosse caso disso, ministrar os sacramentos, consolar com palavras e levar o moribundo a aceitar o seu destino<sup>64</sup>. Os

64 Veja-se Maria, frei João de Jesus, *Exercícios quotidianos com que se justifica a alma para se obter uma boa morte*, Lisboa, s. e., 1777.

manuais de bem morrer foram muito divulgados na Época Moderna, ganhando popularidade entre os membros da Igreja.

As constituições diocesanas de Braga já referidas anteriormente determinavam que a santa unção fosse ministrada aos que estivessem em “perigo evidente de morte, [...] desastre ou velhice”. A não aceitação do sacramento por parte do doente ou moribundo e a falta da sua administração pelo sacerdote, desde que avisado, ficavam sujeitas a pesadas penas<sup>65</sup>.

Para além do capelão, juntavam-se também as restantes recolhidas e a regente, ajudando a agonizante a enfrentar o momento da passagem<sup>66</sup>. Como uma família, a comunidade reunia-se em torno da moribunda, ajudando-a espiritualmente com orações e palavras de conforto. O temor imposto pela morte levava a que estes momentos fossem vividos em coletivo. Depois, era preparada, colocada na tumba e levada pelas companheiras para o coro baixo.

Depois de mortas, como já referimos, as recolhidas eram depositadas no coro baixo, onde eram veladas, mas um pequeno número teve o seu velório na capela, como aconteceu com Paula Rebelo, em 1812.

O estudo da morte no recolhimento é dificultado pela falta de fontes. O facto de existirem poucos testamentos destas mulheres<sup>67</sup> e de só termos estudado alguns registos de óbito limita-nos a análise, não apenas sobre os cultos venerados, os santos da proteção de cada uma, a forma como sentiam e viviam a morte, enfim informações que nos ajudassem a compreender o universo mental e religioso destas mulheres, mas também o lado prático da morte. Isto é, que hábito escolhiam? Onde quiseram ser sepultadas? Quantas missas instituíram? Como dispunham da herança, quando a tinham? Quem beneficiava dela? Que relações mantinham com as suas companheiras de muitos anos? Que papel desempenhava a regente neste momento?

Apesar destas nossas preocupações, a análise das fontes consultadas prova de forma muito clara a pobreza em que vivia a maioria das que habitavam em Santa Maria Madalena no momento da morte<sup>68</sup>.

65 *Constituições Sinodais do arcebispado de Braga ordenadas pello Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha no anno de 1639 e mandadas emprimir a primeira vez pelo Illustrissimo Senhor D. João de Sousa Arcebispo e Senhor de Braga*, Lisboa, Na Officina de Miguel Deslandes, 1697, pp. 93-98

66 Após lhes serem ministrados os sacramentos, as recolhidas juntavam-se à volta da moribunda, orando pela sua alma. Consulte-se Morujão, Isabel, “Morrer ao pé da letra: relatos da morte na clausura feminina portuguesa”, in *Via Spiritus*, 15, 2008, pp. 171-174.

67 Uma abordagem sobre a importância do testamento para o estudo da morte e das mentalidades encontra-se em Rodrigues, Cláudia, “O uso dos testamentos nas pesquisas sobre atitudes diante da morte em sociedades católicas de Antigo Regime”, in Guedes, Roberto; Rodrigues, Cláudia; Wonderley, Marcelo da Rocha (orgs.), *Últimas vontades. Testamento, sociedade e cultura na América ibérica [séculos XVII e XVIII]*, Rio de Janeiro, Manuad; FAPERJ, 2015, pp. 17-49.

68 Acerca da pobreza feminina veja-se o trabalho de Marcos Martín, Alberto, “Carità e società nella Spagna Moderna”, in Ammannati, F., *Assistenza e Solidarietà in Europa secc. XIII-XVIII/Social Assistance and Solidarity in Europe 13th to the 18th centuries, Atti della 44 Settimana di Studi 2012*, Firenze, I. F. Datini/Firenze University Press, 2013, pp. 1-2.

### 3.1. A mortalha

A maioria das recolhidas que faleceu no recolhimento foi amortalhada com o hábito que usava, ou seja, o da Ordem Terceira franciscana, mas houve quem preferisse o de São Domingos, o de Nossa Senhora da Conceição, o de Santo Agostinho, o de Santa Teresa e o de Nossa Senhora do Carmo.

Habitadas a envergarem o hábito de terceiras franciscanas, pelo menos enquanto permaneceram em vigor os primeiros estatutos, foi com ele que muitas quiseram partir, acreditando nos seus benefícios espirituais. Os hábitos franciscanos eram os mais pedidos, precisamente por recaírem neles maiores benefícios e, dessa forma, pensar-se ser mais fácil colocar a alma no caminho da salvação<sup>69</sup>.

Em Braga, existia no século XVIII um interessante mercado de confeção e venda de hábitos, principalmente da ordem franciscana, para serem usados no dia-a-dia e na partida da vida terrena. Estas peças eram confeccionadas em alguns conventos femininos da respetiva Ordem, tendo no dos Remédios o centro de maior produção<sup>70</sup>.

As informações que possuímos sobre a morte destas mulheres não abundam, mesmo assim foi possível conhecer vários aspetos da sua morte. Ficamos, no entanto, com a certeza de que imperava a pobreza na maioria das mortes estudadas. Muito poucas fizeram testamentos por não terem bens para testar. Eram “pobres”, “muito pobres” ou “pobrisssimas”, como os sacerdotes da freguesia de São Vítor tantas vezes referiram. As declarações da regente atestam o que cada uma delas devia ao recolhimento, deixando as peças de ouro que trouxeram como penhor para se manterem ou pedindo dinheiro a juro à comunidade para se alimentarem<sup>71</sup>.

Todas as estudadas morreram com todos os sacramentos, com exceção de Rosa, que, por ser demente, não levou senão a santa unção, por “não estar capaz dos mais”. O sacerdote devia confessar e ministrar também a comunhão à que esperava a morte.

Quando se presenciava a morte, era altura de a tomar em maior atenção e pedir o que se desejava para este momento final. Teresa de Jesus Maria Oliveira declarou por escrito ter vontade de ser acompanhada no estado de moribunda pelo padre Manuel Carvalho, para a ajudar a bem morrer<sup>72</sup>. Pediu também que António da Caridade lhe tratasse do enterro e que o servo da

69 González Lopo, Domingo, *Los comportamientos religiosos en la Galicia del Barroco*, Santiago de Compostela, Xunta da Galicia, 2002.

70 Silva, Ricardo, “O uso da mortalha franciscana em Braga na Época Moderna”, em publicação. Agradeço ao autor a possibilidade de poder ler e citar este trabalho antes da sua publicação.

71 ADB, Fundo Monástico-conventual, *Livro para assentos dos depósitos feitos na arca*, F556A, fls. 22-22v.

72 Sobre os cuidados dispensados aos doentes na hora da morte consulte-se Costa, Ana Filipa Ladeira Felix, *Assistência ao doente moribundo no século XVIII*, Porto, Universidade Católica Portuguesa, 2012, pp. 41-43, dis. de Mestrado policopiada.

confraria de São Vicente, de quem era irmã, chamasse os irmãos para a acompanharem à última morada. A este serviçal deixou uma “coroa” e a António da Caridade duas pelo serviço prestado<sup>73</sup>. A assistência espiritual neste momento decisivo era fundamental para o ultrapassar. Como sacerdote à cabeceira a aconselhá-la a sofrer com resignação, a arrepender-se dos pecados, a pedir perdão a Deus, a aceitar o seu destino e a implorar pela sua alma, a morte era enfrentada com maior segurança e tranquilidade.

Pertencer à irmandade de São Vicente implicava custos: o pagamento de uma joia de entrada e os anuais. Era necessário ter algum poder financeiro para a integrar. Porém, também se recebia. Nos seus estatutos de 1723, texto não alterado nos estatutos reformados de 1768, determinava-se aos irmãos visitantes dos doentes e enfermos que mandassem celebrar as missas pelos irmãos defuntos e no caso de serem pobres lhes comprassem um hábito para serem sepultados. Na eventualidade de morrerem com os anuais atrasados e se fosse comprovada a necessidade em que se encontravam, as missas eram igualmente mandadas celebrar. Todos os restantes incumpridores eram sancionados, não se lhes mandando dizer as missas a que cada irmão tinha direito. A confraria acompanhava em corpo os seus irmãos, com o seu guião e tochas acesas, devendo cada um rezar pela alma do falecido “uma estação” na igreja onde o seu corpo fosse velado<sup>74</sup>.

O caso de Teresa de Jesus Maria Oliveira foi excepcional, porque a maioria das estudadas nada possuía ou tinha poucos bens. Ao contrário, tinham dívidas umas às outras ou à comunidade<sup>75</sup>. Mas é ainda possível analisar as relações que mantinham dentro da instituição, alguns bens que possuíam nas suas celas, as preferências familiares e a ligação ao recolhimento.

Os móveis ou outro tipo de património que possuíam eram modestos, estando em linha com outros recolhimentos estudados<sup>76</sup>.

### 3.2. Os acompanhamentos

A cerimónia fúnebre era determinada pelas posses de cada uma. Por isso, o número de padres presentes variava de acordo com a sua capacidade financeira. D. Maria da Anunciação pediu em 1734 a presença de sete padres, mas

73 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, Pasta 1036, doc. avulso, não paginado.

74 AIPSV, Fundo da confraria de São Vicente, *Estatutos da Irmandade do Martyr S. Vicente-reformados no anno de 1723*, fls. 18v., 26v.-27.

75 D. Joana Margarida, casada com Manuel de Barros Sousa e Alvim, faleceu em 1775 no recolhimento e aí foi sepultada. Deixou seu filho por herdeiro e seu terço a sua mãe. Seu marido ficou encarregue de pagar as suas dívidas à regente, a outras recolhidas e a um mercador da cidade. ADB, Fundo Paroquial, *Livro de óbitos da freguesia de São Vítor 1751-1776*, fl. 191.

76 No recolhimento de Santo António do Sacramento de Torre de Moncorvo verificava-se uma situação semelhante. Consulte-se Fernandes, Maria Adília, *O recolhimento de Santo António do Sacramento de Torre de Moncorvo (1661-1814)*, Coimbra, Palimage Editores, 2014, pp. 301-303.

Joana Vitória solicitou 52. Já Teresa Maria pediu em 1828 mais de 40 padres, que participaram no ofício de corpo presente e foram pagos por um seu tio padre<sup>77</sup>. Como se constata, o volume era muito variado e a cerimónia até podia contar só com o sacerdote de São Vítor, como aconteceu no funeral de Maria Josefa, em 1742<sup>78</sup>. Quase sempre o volume de sacerdotes que marcava presença no funeral não ultrapassava os 10, mas como o quadro mostra este volume era desigual. Nem sempre o número de sacerdotes faz transparecer a capacidade financeira da falecida, pois vários deles participavam gratuitamente nestas cerimónias, como se menciona nos registos de óbito. A análise de 54 registos de óbito possibilitou também constatar a pobreza de muitas destas mulheres à hora da morte e a sua incapacidade de arrolar confrarias para o momento, mais padres e mandar celebrar missas. As confrarias presentes eram quase sempre aquelas a que pertenciam, fazendo-o por obrigação estatutária. Não há a requisição destas instituições mediante pagamento, como acontecia em muitos outros casos. Só um número muito limitado de recolhidas pediu o acompanhamento de confrarias. Algumas eram irmãs da de São Gonçalo, logo eram assistidas por ela e talvez por essa razão, os registos de óbito não a mencionem. Porém, para lhe pertencer tinham de desembolsar 4.800 réis, montante que só por si fazia a triagem dos seus membros. As que integravam esta irmandade passaram também a partir de 1740 a contar com a oração de um terço por cada um dos irmãos falecidos, benefício instituído pela recolhida Maria de São Bento, mais as missas determinadas nos estatutos<sup>79</sup>. Das restantes só Joana Vitória Soares solicitou a presença da dos Santos Passos e da de São Vicente e Paula de Jesus foi acompanhada pela Ordem Terceira franciscana da cidade, associação de que era irmã. Desejava que esta instituição acompanhasse o seu cortejo fúnebre, conferindo maior prestígio às exéquias solenes, realizadas em sua honra<sup>80</sup>. Pediu também que o seu corpo fosse acompanhado por 27 clérigos, entrando neste número os padres coreiros da Sé. A presença destes padres abrilhantava a cerimónia e dignificava o ato. Este pedido não foi vulgar, porque exigia pagamento.

As que eram irmãs de São Gonçalo lucravam das missas que a confraria oferecia. Assim, os seus estatutos de 1603 determinavam todos os domingos a celebração de uma missa cantada e oficiada por cantores e na impossibilidade de os juntar era celebrada rezada. No final da missa era feita uma procissão com responso e, depois rezada uma oração por todos os irmãos. Perante a

77 ADB, Fundo Paroquial, *Livro de óbitos da freguesia de São Vítor 1821-1833*, nº 308, fl. 36.

78 ADB, Fundo Paroquial, *Livro de óbitos da freguesia de São Vítor 1737-1751*, fl. 104. O mesmo aconteceu a Joana Luísa do Sacramento, menina de 14 anos, que faleceu no hospital de São Marcos em 1814 e foi enterrada no recolhimento apenas pelo padre de São Vítor, por ser pobre. *Livro de óbitos da freguesia de São Vítor 1811-1821*, fl. 82.

79 AISC, Fundo da confraria de São Gonçalo, *Livro dos termos da Meza, juntas e eleições desde 20 de janeiro de 1727 até 20 de abril de 1776 em que se uniu a de Santa Cruz*, fl. 262.

80 Sobre esta matéria leia-se Araújo, Ana Cristina, "Despedidas triunfais-celebração da morte e cultos de memória no século XVIII", in Jancsó, Isteván e Kantor, Iris (org.), *Festa. Cultura e Sociabilidades na América Portuguesa*, vol. I, São Paulo, Imprensa Oficial, 2001, pp. 30-31.

morte de um confrade, a campanha chamava-os na cidade para que juntos fossem com círios e a cruz até à casa do defunto e daí à igreja onde este fosse sepultado. As tochas deviam arder até o corpo ser devolvido à terra. Regressados à capela de São Gonçalo, e quando não existiam ofícios, os irmãos rezavam cinco Padre Nossos e igual número de Ave Marias pela alma do defunto e assim se procedia também em todas as missas que sufragavam a sua alma.

A confraria dispunha de tumba própria para os irmãos, devendo os próprios carregá-la com “obediencia e humildade”, sob pena de serem castigados ao arbítrio da Mesa<sup>81</sup>. Mais tarde, aquando da reforma das suas normas em 1723, a preocupação com os defuntos continua a manter-se, afirmando-se mesmo que “o enterro dos mortos é uma das principais obras de misericórdia que esta confraria há muitos annos observa com os seus confrades, ordenamos que daqui em diamte se continue este piedoso costume”<sup>82</sup>.

Quando morria um irmão, este era acompanhado pelo procurador e dois mordomos, que com as suas opas brancas, levavam tochas e a cruz, desde a sua casa até ao local de sepultura. A falta a esta cerimónia implicava o pagamento de uma multa de 50 réis, paga em cera para a instituição<sup>83</sup>. O mesmo tipo de acompanhamento era disponibilizado para os que não fossem seus membros, mediante o pagamento de 300 réis ou mais, dependendo da distância a percorrer.

Quadro 4  
*Os acompanhamentos (1734-1820)*

Ano	Nome	Nº de Sacerdotes	Confrarias/ Ordens Terceiras	Observações
1734	D. Ana da Assunção	7	-	Pobre
1734	Maria Teresa	5	-	“Pobrissima”
1738	Custódia do Sacramento	-	-	Pobre
1739	Cristina	10	-	-
1739	Joana Vitória Soares	52	Santos Passos e São Vicente	-
1742	Maria Josefa	1	-	Pobre
1742	D. Josefa Luísa	9	-	Pobre

81 ADB, Registo Geral, Livro nº 7, fls. 283v.-284.

82 AISC, Fundo da confraria de São Gonçalo, *Livro dos estatutos da confraria do glorioso São Gonçalo, sita no recolhimento de Santa Maria Madalena e São Gonçalo, de novo fundada no campo de Santa Ana pelo senhor D. Rodrigo de Moura Teles, no anno de 1723*, fls. 13, 15-15v.

83 AISC, Fundo da confraria de São Gonçalo, *Livro dos estatutos da confraria do glorioso São Gonçalo, sita no recolhimento de Santa Maria Madalena e São Gonçalo...*, fl. 10v.

Quadro 4 (cont.)

Ano	Nome	Nº de Sacerdotes	Confrarias/ Ordens Terceiras	Observações
1742	Paula de Jesus	27	Ordem Terceira	-
1747	Andreia Maria	10	-	-
1749	Marinha de Araújo	10	-	Pobre
1759	Joana de Jesus	10	-	-
1760	Maria da Trindade	6	-	-
1762	Joana de São Francisco	3	-	-
1762	Teresa Margarida	16	-	Pobre
1762	D. Isabel de São José	12	-	Muito pobre. Tinha dívidas
1763	D. Ana Teresa	10	-	Pobre
1763	Paula Joana de São José	6	-	Pobre
1766	D. Graça Josefa	5 ou 6	-	Pobre
1766	Isabel do Sacramento	9	-	-
1770	Mariana Teresa	10	-	Pobre
1772	Catarina Jacinta	11	-	Tinha a despesa do enterro por pagar
1773	Catarina Josefa	15	-	Pobre
1773	Ana Maria de S. Bento	10	-	Tem dívidas
1775	D. Joana Margarida	20	-	Tem dívidas
1775	Ana Maria de S. Bento	-	-	Pobre
1775	D. Inácia de Vasconcelos	5	-	-
1776	Mariana Josefa	10	-	-
1778	Josefa do Espírito Santo	40	-	-
1782	D. Eufrásia	10	-	-
1782	D. Joana de Jesus	20	-	-
1782	Isabel Maria	15	-	Pobre
1782	D. Joana Antónia	20	-	-
1784	Rosa Teresa	7	-	-
1786	Maria de Oliveira	4	-	Pobre
1793	Rosa Teresa	15	-	Pobre
1794	Custódia Teresa	-	-	-
1799	D. Leonor Maria	20	-	Pobre
1803	Maria do Carmo	20	-	Pobre
1804	Rosa Maciel	12	-	Pobre
1805	D. Luísa Antónia	20	-	Pobre
1805	Josefa Rosa	10	-	-

1805	Engrácia Maria de São José	-	-	-
1806	Maria da Assunção	12	-	-
1811	Margarida Josefa	8	-	-
1812	Josefa Rebelo	9	-	-
1812	Rosa	9	-	Pobre
1818	Francisca Teresa	15	-	-
1819	Custódia	27	-	Pobre
1819	Joana Luísa do Sacramento	-	-	Pobre
1819	Isabel Maria	18	-	-
1820	Francisca Fernandes	-	-	Muito Pobre
1828	Teresa Maria	Mais de 40	-	-
1829	Leonor Maria	-	-	Pobre
1829	D. Joaquina Rosa	-	-	-
1831	Joana do Céu	-	-	Muito pobre
1833	Maria do Carmo	-	-	-

Fonte: ADB, Fundo Paroquial, *Livro de óbito da Freguesia de São Vítor 1715-1737*; *Livro de óbito da Freguesia de São Vítor 1737-1751*; *Livro de óbito da Freguesia de São Vítor 1751-1776*; *Livro de óbito da Freguesia de São Vítor 1776-1798*; *Livro de óbito da Freguesia de São Vítor 1798-1811*; *Livro de óbito da Freguesia de São Vítor 1811-1821*; *Livro de óbitos da freguesia de São Vítor 1821-1833*.

O pedido de confrarias para acompanhar à última morada alargava a rede de instituições protetoras, com a finalidade de rezarem pela alma da falecida. Ao mesmo tempo, com a sua presença conferiam maior solenidade ao ato<sup>84</sup>. Todavia, era necessário pertencer-lhe ou ter dinheiro para lhes pagar, o que não acontecia com as recolhidas estudadas. Só apenas duas contaram com acompanhamentos para além das que teriam sido levadas à cova pelas instituições de São Gonçalo e de São Vicente.

Se, por um lado, os acompanhamentos eram úteis a quem os solicitava, por outro, também revertiam a favor das próprias confrarias, desde logo por ser um serviço pago, mas também por lhes conferir visibilidade. Para as instituições de maior envergadura era igualmente uma forma de ostentarem a sua capacidade mobilizadora e organizativa, servindo-se do pretexto para evidenciar a sua força social<sup>85</sup>.

No caso do recolhimento, os acompanhamentos decorriam num espaço muito limitado, porquanto o coro baixo é muito pequeno e está separado da capela apenas pela grade com gelosia. Ora, os irmãos das confrarias teriam

84 Para este assunto consulte-se Araújo, Ana Cristina, *A morte em Lisboa: atitudes e representações 1700-1830*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997, p. 338.

85 Ferraz, Tiago, "Acompanhar ao outro mundo: a morte nas confrarias de Braga no século XVIII. Estudo preliminar", in *CEM*, nº 3, 2012, p. 169.

que permanecer na capela e acreditamos que, no caso das que eram irmãs, e em que eles tinham obrigação estatutária de estar presentes, se acotovelassem na capela, se existissem mais alguns fiéis.

Assistir espiritualmente os seus confrades na hora da morte, fazer-lhes o acompanhamento e o enterro e interceder pelas suas almas com missas e responsos era o principal objetivo das confrarias. Faziam-no através do que disponibilizavam para os irmãos, por vezes destinadas aos vivos e aos defuntos, mas também nas celebrações coletivas da morte: dia dos Santos e dos Fiéis Defuntos e ainda no “aniversário” dos irmãos. Todas se esmeravam nestas ocasiões para honrarem os seus confrades mortos, mas também os que pagando, chamavam os seus serviços. Algumas destas instituições, ajudavam ainda materialmente e a bem morrer os seus membros. Conhecendo a situação de partida em que estes se encontravam, em algumas delas os irmãos iam de forma rotativa para a sua cabeceira, rezando, aconselhando-lhes os sacramentos e lembrando-lhes que perdoassem as ofensas recebidas em vida<sup>86</sup>.

A maioria das recolhidas era levada até ao local de sepultura numa tumba que depois regressava à sacristia da instituição. Mas D. Joana Margarida, casada com Luís Manuel de Barros Sousa e Alvim, foi em 1775 num caixão, tal como Josefa do Espírito Santo, em 1778. Isabel Maria teve direito a “tumulo e esquife”, em 1819<sup>87</sup>. Situação semelhante conheceu Maria do Carmo em 1833, ao ser velada em “tumulo e caixão”.<sup>88</sup>



Imagem 3. Caixão com móvel



Imagem 4. Caixão

86 Consulte-se Mantecón Movellán, Tomás A., *Contrarreforma y religiosidad popular en Cantabria*, Cantabria, Asambea Regional de Cantabria, 1990, pp. 88-105.

87 ADB, Fundo Paroquial, *Livro de óbitos da freguesia de São Vítor 1751-1777*, fl. 191; *Livro de óbitos da freguesia de São Vítor 1776-1798*, fls. 25v.-26; *Livro de óbitos da freguesia de São Vítor 1811-1821*, fl. 82v.

88 ADB, Fundo Paroquial, *Livro de óbitos da freguesia de São Vítor 1821-1833*, nº 308, fl. 74v.

O uso do caixão surge em Braga na segunda metade do século XVIII, mas eram muito raras as pessoas que podiam pagar este móvel fúnebre, sendo, por isso, corrente o uso da tumba<sup>89</sup>.

### 3.3. Missas e ofícios

A crença no Purgatório e a esperança de que os vivos intercedessem pelos mortos, levava a que se mandasse rezar e cantar missas com o objetivo de alcançar a salvação<sup>90</sup>. Local de sofrimento, o Purgatório funcionava como um lugar intermédio de onde as almas podiam sair e deixar o sofrimento em que se encontravam. Era, por conseguinte, importante investir para tornar possível essa remoção, sendo de sublinhada importância a solidariedade que os vivos deviam demonstrar com os mortos.

Mesmo antes de a morte ocorrer, os ofícios podiam estar já a acontecer, intercedendo pela alma do moribundo. Depois, quando existia disponibilidade financeira ou patrimonial, pediam-se missas e ofícios celebradas durante o velório para ajudar a colocar a alma no caminho da salvação, auxiliando o primeiro julgamento. As que tinham posses, deixaram legados, solicitando a celebração de algumas missas.

Os sufrágios que alcançaram maior popularidade no pós-Trento foram as missas, invocando principalmente a alma do legatário e/ou dos seus familiares próximos. O temor do juízo final levou o homem moderno à junção de preces, na tentativa de alcançar a salvação<sup>91</sup>.

As recolhidas contavam com 10 missas mandadas celebrar pela instituição por cada falecida, porém as que pertenciam a confrarias beneficiavam do número de sufrágios que cada uma dessas instituições lhes disponibilizava. Mas as que tinham algumas condições financeiras cuidavam de pôr a sua alma no caminho da salvação, contando com a intercessão dos vivos, determinando missas e ofícios pela sua alma.

O volume de sacerdotes presente nos ofícios dependia do poder económico que cada uma tinha para lhes poder pagar. A participação de um clérigo num ofício custava 210 réis, em 1763. Por esta razão, foram em número muito reduzido as que solicitaram ofícios ou missas gerais. Uma vez mais Paula de Jesus constituiu uma exceção e mandou celebrar 100 missas num altar privilegiado, a 120 réis cada uma, mais 300 em qualquer altar, pelo pagamento de

89 A propósito do uso do caixão em Braga na segunda metade do século XVIII consulte-se Ferraz, Tiago, *A morte e a salvação da alma na Braga Setecentista*, Braga, Universidade do Minho, 2014, tese de Doutoramento policopiada.

90 Le Goff, Jacques, *O nascimento do Purgatório*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 25-28.

91 Veja-se a propósito Lorenzo Pinar, Francisco Javier, "El comercio de la muerte en la Edad Moderna: el caso de Zamora", in *Muerte, Religiosidad y Cultura Popular, siglos XIII-XVIII*, Saragoza, Eliseo Serrano Editor, 1994, p. 435.

100 réis cada<sup>92</sup>. Após o seu falecimento foi também celebrado um ofício no convento do Pópulo, onde se encontrava frei Simão da Graça, seu irmão e testamenteiro, que assumiu esta tarefa conjuntamente com frei Rafael de Araújo, da mesma comunidade<sup>93</sup>. Esse ofício era também assistido pelos párocos de São João do Souto e de São Vítor. Pediu que no dia do seu falecimento ou, no seguinte, todos os religiosos do convento do Pópulo lhe celebrassem uma missa por sua alma, pagando à referida instituição quatro moedas de ouro e 4.800 réis pelas ditas missas, ofício e sepultura<sup>94</sup>.

Andreia Maria José mandou em 1740 celebrar 40 missas pela sua alma na igreja de São Vítor. O caso de Josefa do Espírito Santo apresenta-se pela singularidade. De todos os registos de óbito estudados foi a única que em 1778 solicitou missas gerais ao longo de cinco dias, embora não os determinasse. Seriam provavelmente celebradas após a morte, como comumente era pedido para ajudarem no primeiro julgamento.

As fracas possibilidades económicas destas mulheres levaram-nas a canalizarem os seus recursos para atenderem quase exclusivamente a sua alma, deixando no esquecimento a de alguns familiares próximos, como era vulgar surgirem nos testamentos<sup>95</sup>. Igual procedimento era tido pela instituição, pois quando morreu Joana de São Francisco, em 1761, decidiu aplicar o dinheiro remanescente, que a própria tinha pago para o seu sustento, em missas pela sua alma. Porém, esta não era uma prática seguida em todos os casos, pois os parentes de Teresa Margarida reclamaram, após a sua morte, os sobejos do que esta já tinha pago<sup>96</sup>.

Quando existiam algumas posses, cumpriam-se os usos e os costumes da freguesia, que consistiam na celebração de dois ofícios de vinte padres cada e 57 missas rezadas. Se fosse pessoa nobre eram-lhe celebradas mais duas missas cantadas. Talvez por este motivo, apenas foi referido em quatro registos de óbito o cumprimento de tais usos e costumes e muito amiudadamente a menção de que estes não foram executados por a falecida ser pobre. Outras vezes, o ofício geral foi celebrado, mas por caridade, pois não havia como pagar os usos e costumes da freguesia<sup>97</sup>.

92 Na Misericórdia de Ponte da Barca, em 1750, as missas dos irmãos eram pagas a 100 réis cada. Veja-se para esta instituição o estudo de Pereira, Maria das Dores de Sousa, "A assistência à alma na Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)", in *NW. Noroeste. Revista de História*, 1, 2005, p. 163.

93 ADB, Fundo Paroquial, *Livro de óbitos da freguesia de São Vítor 1737-1751*, fl. 129v.

94 ADB, Fundo da Provedoria, doc. nº 8174, fls. 2-5.

95 Porém, Isabel Maria, falecida em 1819, deixou 40 missas pela sua alma, celebradas de uma só vez, mais 10 pela alma de uns primos falecidos no Brasil e igual número pela alma do seu marido, já falecido. ADB, Fundo Paroquial, *Livro de óbitos da freguesia de São Vítor 1811-1821*, fl. 82v.

96 ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as congras que se receberem para sustento deste Recolhimento...*, nº 3, não paginado.

97 Assim aconteceu em 1829 com Leonor Maria, a quem foi celebrado um ofício de corpo presente, por caridade e não pagou direitos à paróquia, por não ter como o fazer. ADB, Fundo Paroquial,

Com falta de dinheiro, algumas recolhidas tentaram angariar recursos para pagar algumas missas com os poucos haveres que possuíam, deixando o encargo à regente de os vender para o efeito. O número de missas a celebrar ficava nestes casos dependente do dinheiro conseguido com a venda dos bens, tal como acontecia com alguns testadores dos grupos sociais mais desfavorecidos que pediam o volume possível de missas, de acordo com a herança deixada<sup>98</sup>.

As relações que se estabeleciam dentro da instituição aproximavam ou afastavam as mulheres. Porém, era através das sociabilidades estabelecidas dentro de portas que se conhecia a vida de umas e de outras, sendo certo que alguns assuntos ficariam num círculo muito restrito, como seria natural. Era também nesse núcleo que se contavam as necessidades e se pedia ajuda. Maria da Trindade tinha emprestado meia moeda de ouro a D. Maria de São Tiago, também ela recolhida em Santa Maria Madalena, quantia que deixou para lhe celebrarem missas por sua alma<sup>99</sup>. Era, por conseguinte, no círculo mais chegado das relações de cada uma que se resolviam as situações mais problemáticas. Como nem sempre conseguiam pagar o que deviam, na hora da morte, algumas dessas dívidas foram perdoadas, principalmente quando se tratava de casos de pobreza, como aconteceu com D. Isabel de São José. Natural de Valença, morreu muito pobre e por isso mesmo o pároco de São Vítor perdoou-lhe os direitos paroquiais, por não os poder pagar. Esta recolhida tinha já penhorado os dois pares de brincos que possuía para continuar a ser sustentada pela instituição.

Perante a precariedade da vida da maioria, os sacerdotes que as acompanhavam à última morada faziam o serviço “por amor de Deos” ou “por caridade”. Quando eram novas, trabalhavam para o exterior, ganhando algum dinheiro e podendo com ele fazer face a despesas inerentes ao seu internato, uma vez que o dote que pagavam no início era apenas para um determinado tempo. Porém, muitas prolongavam a sua estadia, precisando de se sustentar. Quando idosas, com falta de vista, sem forças e com achaques, deixavam de poder trabalhar, agravando a sua situação de pobreza.

As que eram irmãs de São Gonçalo e tivessem as contas saldadas com a instituição beneficiavam de cinco missas, tal como os restantes irmãos, mandadas celebrar quatro no altar da capela de São Gonçalo e outra, não tendo ele privilégio, em altar privilegiado. Para os restantes, o volume de celebrações ficava ao arbítrio da Mesa, ponderando-se o tempo, o trabalho e despesas efetuadas com a instituição. Estas missas deviam ser mandadas celebrar com celeridade

.....  
*Livro de óbitos da freguesia de São Vítor 1721-1833*, fl. 43v.

98 Veja-se a propósito Rodrigues, Manuela Martins, “Morrer no Porto: piedade, pompa e devoções. Alguns exemplos das freguesias da Sé, Santo Ildefonso e Campanhã (1690-1724)”, in *Colóquio Internacional do Barroco. Actas*, vol. I, Porto, Reitoria da Universidade do Porto, 1991, p. 329.

99 ADB, Fundo Paroquial, *Livro de óbitos da freguesia de São Vítor 1751-1777*, fl. 64.

para ajudarem na salvação, ao mesmo tempo que se exortavam os confrades vivos a rezarem pela alma do falecido cinco Pai Nossos e igual número de Ave Marias em honra de São Gonçalo para que intercedesse pela alma do defunto. Nesta altura, a confraria não possuía esquiife para levar os seus irmãos, mas as recolhidas não necessitavam dele, por possuírem este móvel<sup>100</sup>.

A confraria mandava celebrar todos os domingos uma missa pela alma dos irmãos vivos e defuntos, estando dois mordomos obrigados a assistir com as suas opas. Depois desta missa, o celebrante estava vinculado a rezar um responso e a oração “Deus veniae Largitor”, pelos confrades defuntos. Mas ao longo do ano outros sufrágios eram celebrados pelos mesmos: nos dias 25 de dezembro; nas vésperas de Todos os Santos; a 12 de março; e a 2 de fevereiro, esta última pela alma de João Gomes e Filipa Antónia<sup>101</sup>. Enquanto eram celebradas as missas, ardiam quatro círios e duas tochas, pagas pela confraria<sup>102</sup>. Os irmãos beneficiavam de vários sufrágios em datas especiais, percebendo-se o cuidado com o cumprimento das missas instituídas por legatários. Refira-se, aliás, que esta preocupação está presente em vários locais dos estatutos, demonstrando a necessidade de cumprir as missas a que a instituição estava obrigada.

Anualmente, os irmãos passavam a responsabilidade da gestão da irmandade à Mesa eleita, mas os “novos” oficiais não tomavam contas aos “velhos” sem que as missas estivessem celebradas. Este mecanismo de pressão obrigava ao cumprimento ou criaria um enorme entrave no funcionamento institucional. Para controlar estas celebrações, a confraria dispunha de livro próprio onde se assentavam as já cumpridas, o nome do celebrante e o preço pago por cada uma.

### 3.3.1. Os altares

A cidade de Braga estava no século XVIII povoada de igrejas, capelas e ermidas com altares. Porém, nem todos eram iguais. Neste período destacavam-se o de São Pedro de Rates, na Sé, e o de São Vicente, na igreja da confraria de São Vicente, por serem privilegiados. Porém, à medida que a centúria avançou, várias confrarias e igrejas paroquiais solicitaram breves a Roma para possuírem altares privilegiados, assistindo-se a uma verdadeira concorrência em torno de legados, o que significava celebrações, capelães e servos. Possuir este recurso era fundamental para se manterem concorrentes num setor muito importante como era o das celebrações. Acontecia também que algumas confrarias tinham altares privilegiados apenas para as celebrações dos seus irmãos.

.....  
100 AISC, Fundo da confraria de São Gonçalo, *Livro dos estatutos da confraria do glorioso São Gonçalo, sita no recolhimento de Santa Maria Madalena e São Gonçalo...*, fls. 15-15v.

101 AISC, Fundo da confraria de São Gonçalo, *Livro dos estatutos da confraria do glorioso São Gonçalo, sita no recolhimento de Santa Maria Madalena e São Gonçalo...*, fl. 18.

102 AISC, Fundo da confraria de São Gonçalo, *Livro dos estatutos da confraria do glorioso São Gonçalo, sita no recolhimento de Santa Maria Madalena e São Gonçalo...*, fl. 15.



Imagem 5. Tribuna e Altar mor

A escolha do altar onde as missas seriam rezadas e cantadas não era feita ao acaso. Pretendia-se locais de celebração que fossem beneficiados, onde recaíam maiores benefícios, bem como outros de devoção especial dos petição-nários. Acreditar na intercessão era fundamental para quem na hora da morte se mantinha expectante na sua ação<sup>103</sup>. Como referimos, nem todos os altares tinham os mesmos benefícios espirituais. Sobre os privilegiados recaíam mais benesses para as almas neles sufragados. O tempo de que o altar gozava desse estatuto variava, podendo recair apenas em alguns dias da semana ou em todos eles, ou em dias de algumas festas e, normalmente, por um período de tempo que o breve estabelecia. Findo o prazo, se houvesse interesse em mantê-lo com esse atributo tinha que ser renovado junto do papa.

.....  
<sup>103</sup> Para este assunto consulte-se Abreu, Laurinda, *Memórias da alma e do corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Viseu, Palimage Editores, 1999, pp. 100-103.



Imagem 6. Pormenor do pano de altar

Apesar de algumas recolhidas terem optado por escolher os altares onde desejavam que a sua alma fosse sufragada, a maioria não o fez e teve missas pela sua alma no altar da capela da instituição. Era aqui que também a confraria de São Gonçalo implorava pelas almas das que lhe pertenciam.

Como no altar-mor recaíam todos os olhares, ele devia estar sempre bem limpo, com paramentos engomados, asseados e flores frescas. O cuidado com as flores era grande, bem como a aquisição de jarras que o ornamentassem. Para embelezar a capela, na horta e no pátio existiam flores, evitando a sua aquisição. A instituição preocupava-se com a auto suficiência em alguns aspetos, impedindo gastos desnecessários. O cuidado em possuir flores naturais era grande, pois proibiam-se todas as mulheres de as poderem cortar, com exceção da regente, uma vez que só a “campeira” o podia fazer, como já referimos em capítulo anterior. Mesmo assim, na segunda metade do século XVIII compravam-se ramos para o altar.



Imagem 7. Jarras

O inventário de jarras do recolhimento prova o investimento feito neste setor, assim como o zelo da recolhida que cuidava do altar-mor.

### 3.4. Os locais de sepultura

Viver neste recolhimento significou quase para todas as que lá morreram, ficar enterradas no coro baixo ou na capela de São Gonçalo. Todavia, era preciso pagar 200 réis para aceder a uma sepultura na capela e nem todas eram possuidoras dessa quantia. Sabemos, porém que esta regra deve ter sido alterada, porquanto na década de 20 de oitocentos todas as falecidas foram enterradas na capela, e das cinco mortas, duas não pagaram os direitos paroquiais por serem pobres, nem solicitaram qualquer missa por alma. Ora, não possuindo bens para pagar os direitos paroquiais e nem para pedir missas, como pagariam a sepultura? Estamos convencidos de que nessa altura existira uma maior possibilidade de sepultura na capela, uma vez que os cinco casos estudados no período assinalado, todos foram exumados na capela. Porém, mesmo assim, no tempo analisado a grande maioria ficou para sempre no coro baixo. Aqui não jaziam apenas as recolhidas. Também algumas criadas tiveram nele a última morada, como foi o caso de Marinha de Araújo, mulher viúva e pobre.

Esta, como tantas outras recolhidas, não teve hipóteses de escolher a última morada. A importância que era dada ao local de sepultamento ganhava relevo nos testamentos, quando se expressava o desejo de ser enterrado num sítio determinado. Quem podia tinha sepultura familiar e nesse caso a vontade era, normalmente, de se juntar aos seus. Outros, escolhiam não apenas a igreja, mas também o sítio dentro dela onde queriam permanecer para sempre. As igrejas eram lugares muito hierarquizados, correspondendo preços distintos a sítios diferenciados. Só esta razão limitava as opções dos de menores posses, pois tinham que se resignar com o local correspondente às suas possibilidades financeiras.

Apesar de essa ser a regra, houve também quem não desejasse a sua última morada no recolhimento e preferisse a capela de Nossa Senhora a Branca, vizinha do recolhimento, a igreja de São Vicente, por ter ligações à confraria de São Vicente e o convento do Pópulo, quando se mantinham laços familiares com esta última instituição. Como se constata, eram as relações com o exterior que ditavam a última morada. Quem não as tinha e não podia pagar sepultura fora, resignava-se a ficar em Santa Maria Madalena para sempre.

Quando por alguma razão se encontravam fora do recolhimento e morriam, podiam ser enterradas no local do falecimento, como aconteceu a Josefa Rosa, que foi sepultada em Laundos, em 1804, localidade onde se encontrava por estar a tomar águas. Todavia, no recolhimento foram mandadas celebrar as missas a que tinha direito, cumprindo-se integralmente os estatutos, uma vez que estava ausente com autorização superior.

Quem podia, escolhia onde desejava ter a última morada e para que a sua vontade fosse atendida ou a deixava em testamento ou em alternativa mencionava o seu desejo, como fez Custódia Teresa em 1794, quando a escolheu perante duas testemunhas.

#### 4. MORRER NO HOSPITAL

Se a grande maioria das recolhidas morreu na clausura, houve quem falecesse no hospital de São Marcos, local para onde tinha sido removida por questões de doença. Helena Maria foi internada para tratamento no hospital, onde faleceu, em abril de 1793. Era criada no recolhimento e faleceu com todos os sacramentos. Foi enterrada no cemitério da instituição onde se encontrava à hora da morte<sup>104</sup>, como acontecia a todos os outros pobres que não tinham quem lhes fizesse o enterro.

A saída e entrada de recolhidas para se tratarem fora aconteceu com alguma regularidade ao longo do século XVIII. Em 1742 Ana do Espírito Santo e

.....  
104 ASCMB, *Livro de entrada e falecimento 1787-1810*, fl. 68.

Mariana de Brito ou do Santíssimo Sacramento saíram para se curar<sup>105</sup>. Deixar a clausura, ainda que por razões de doença, era sempre motivo para preocupações particulares. As recolhidas deviam ser acompanhadas por pessoas consideradas idóneas e rodear-se de todos os cuidados. Deixar uma instituição com as características referidas era expô-la a juízos públicos, carecendo todas as saídas de serem acauteladas. Desconhecemos os procedimentos adotados em Santa Maria Madalena, mas acreditamos que quer a regente, quer o arcebispo tomariam as medidas necessárias para limitar a circulação destas mulheres, garantindo o bom nome da instituição que as recolhia<sup>106</sup>.

D. Josefa de São José, filha de um deão da Sé, morreu em 1734 de uma febre e foi sepultada na igreja do hospital com todos os sacramentos. Contrariamente a todas as restantes, pagaram-lhe a cova, mas desconhecemos quem tomou esta medida, se a família, se o próprio recolhimento<sup>107</sup>. No ano seguinte, D. Vicência, senhora viúva, de Barcelos, faleceu em março. Tinha estado internada em Santa Maria Madalena, depois recolheu-se na casa de um irmão e mais tarde regressou ao recolhimento de onde foi para o hospital<sup>108</sup>. Foi enterrada no adro ou cemitério de São Marcos<sup>109</sup>. No começo do século XIX foram várias as recolhidas que foram internadas, como anteriormente referimos e algumas delas faleceram<sup>110</sup>. Entre 1833 e 1835 morreram mais quatro recolhidas em São Marcos: duas no primeiro ano e as restantes no segundo. Todas ficaram para sempre no cemitério do hospital<sup>111</sup>, o que significa que nem todas as defuntas jazem no recolhimento. Se atendermos ao período político que o país atravessava e às dificuldades financeiras de Santa Maria Madalena, percebemos que era vantajoso para a instituição ter quem lhe sepultasse gratuitamente as suas recolhidas.

O hospital dispunha desde 1635 de um cemitério e a partir de 1725 os pobres que nele faleciam passaram a ser sepultados no pátio ou claustro do edifício. Os cadáveres eram preparados após a morte e levados vestidos para a capela mortuária existente para o efeito, a partir de 1830. Com o surto de cólera que ocorreu em 1832, o hospital exigiu aos enfermeiros que os defun-

105 ADB, Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena, *Livro de contas do legado pio que instituiu de Catherina Pinheiro para convertidas*, Pasta 1089, fl. 16v.

106 Veja-se a propósito Martins, William de Sousa, "A clausura enferma: petições para a saída do Convento da Ajuda no Rio de Janeiro para tratamento de doenças contagiosas, c. 1750-1780", in *História, Ciência, Saúde- Manguinhos*, vol. 23, nº 3, 2016, p. 728.

107 ASCMB, *Livro de defuntos 1724-1739*, fl. 72v.

108 Acerca da precariedade da vida da maior parte das mulheres viúvas que acabavam por cair na pobreza e mesmo na miséria consulte-se o trabalho de Rial García, Serrana; Rey Castela, Ofélia, "Las viudas de Galicia a fines del Antiguo Régimen", in *Chronica Nova*, 34, 2008, pp. 91-122.

109 ASCMB, *Livro de defuntos 1724-1739*, fl. 86.

110 Cecília Maria de Sá morreu em São Marcos, em 1805. Também Joana Luísa do Carmo faleceu no mesmo hospital, em 1818. ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, livro nº 1, fls. 72v., 81v.

111 ASCMB, *Livro dos doentes que faleceram no hospital de S. Marcos 1829-1840*, fls. 114, 117, 161, 165.

tos deixassem as enfermarias após cinco minutos do falecimento e fossem encaminhados para a referida capela, sob pena de expulsão. Com exceção de Joana Rosa que permaneceu em São Marcos cerca de quatro meses, as restantes ficaram apenas alguns dias e Ana Joaquina morreu no dia seguinte ao internamento. Os registos não mencionam a doença, mas sabemos que a cidade foi assolada por uma epidemia de cólera, em 1832. Teriam estas mulheres contraído a doença e sido evacuadas para o hospital, como muitos outros enfermos de Braga? Com uma enfermidade tão contagiosa, não podiam permanecer na clausura, sob pena de colocarem em risco toda a instituição.

Quer a Câmara, quer o hospital tomaram medidas excepcionais para proteger a saúde pública, mas o surto era geral, vinha da Europa e atacou muitas localidades. As condições de habitabilidade, a alimentação e a água consumida tinham incidência na morbidade<sup>112</sup>.

Defendemos que as recolhidas só foram para o hospital mediante a informação do médico da instituição. Cabia-lhe um papel determinante no aconselhamento a ser internada<sup>113</sup>, pois todos os outros casos eram tratados dentro de portas.

Mas o hospital não recebia apenas as recolhidas. Também os seus filhos lá iam parar ou nasciam nesta instituição. Em 1801 morreu Manuel, recém-nascido, filho de Ana, solteira e recolhida em Santa Maria Madalena. Como nasceu com fracos sinais vitais, lançaram-lhe imediatamente a água do batismo. Foi sepultado no cemitério do hospital<sup>114</sup>. Este caso foi inédito nas fontes, mas pensamos que outros terão ocorrido. Várias mulheres devem ter entrado grávidas e dado à luz no recolhimento ou no hospital, quando se encontravam em perigo de vida. Nesta altura, nascia-se em casa e apenas alguns casos chegavam ao hospital. Tratando-se de uma instituição com as características que conhecemos, duvidamos que se quisesse tornar público o acontecimento. Todavia, em situações extremas, algumas das convertidas teriam ido para o hospital, local onde nasciam os seus filhos.

Por vários hospitais europeus conhecem-se taxas de mortalidade com significado para finais do Antigo Regime. A crise que grassava e as epidemias que proliferavam atiraram para os leitos dos hospitais muitas pessoas, morrendo várias com doenças contagiosas<sup>115</sup>.

112 Ribeiro, Vitor, *Historia da beneficencia pública em Portugal*, Coimbra, Imprensa Universitária, 1907, pp. 265-295.

113 Acerca do papel do médico nesses momentos veja-se Esteves, Alexandra, "Estar enfermo e ser pobre: assistência à saúde no Alto Minho de oitocentos", in Santos Carlota (Coord.), *Família, Espaço e Património*, Braga, CITCEM, 2011, p. 202.

114 ASCMB, *Livro dos defuntos 1792-1802*, fl. 176.

115 Para Zamora veja-se o trabalho de Pérez Álvarez, María José, "Vida urbana y exclusión social en Zamora durante la Edad Moderna", in *As cidades na História. Atas do Congresso Histórico Internacional*, vol. III, s. I., Câmara Municipal de Guimarães, 2013, pp. 56-80.

O estudo das que morreram no hospital de Braga só foi possível com o cruzamento das fontes da Santa Casa. Sem essa metodologia de trabalho não teríamos conhecido as que ficaram no cemitério de São Marcos.

Se a pobreza era o traço que unia quase todas as que se encontravam em Santa Maria Madalena na hora da morte, as falecidas no hospital apresentam também essa característica. Como a historiografia mais recente tem demonstrado, a solidão e o isolamento eram factores com grande peso na análise da pobreza. Mulheres sós, sem o amparo da família na velhice ou quando não podiam trabalhar eram quase sempre sinónimo de pobreza<sup>116</sup>. Doença, menor capacidade de trabalho por falta de vista, tolhimento de membros, fraqueza ou outras doenças, carência de conforto e falta de recursos eram muito frequentemente os traços comuns às mulheres que na última fase da vida não tinham apoio familiar. As solteiras e as viúvas encontravam-se mais expostas a esta situação.

---

116 Veja-se o trabalho de Rial García, *Serrana*, "Mujeres "solas" en la sociedad semi urbana gallega del siglo XVIII", in *Obradoiro de Historia Moderna*, nº8, 1999.



## CONCLUSÃO

Estudar o recolhimento de Santa Maria Madalena entre o seu começo e a instauração definitiva do Liberalismo em Portugal constituiu um desafio, abraçado com entusiasmo e vontade de o conhecer melhor. O nosso estudo evidencia alguns aspetos desconhecidos desta instituição, destinada ao fim específico de converter mulheres pecadoras. Fundada por D. Rodrigo de Moura Teles nos começos do século XVIII, a instituição, única na cidade com o propósito de “converter” mulheres, constituiu uma oportunidade para muitas deixarem para trás um percurso de vida pouco recomendado e muito condenado pela Igreja Católica e pelos seus agentes. Não terá sido por acaso que a maioria destas casas foi instituída por homens da Igreja. É também importante referir que eram instituições urbanas, localizadas em cidades, locais onde a prostituição ganhava maior visibilidade. Num período em que a Igreja Católica cumpria os rigores impostos por Trento e fez cair sobre a mulher pesadas normas de conduta, a perseguição às que praticavam a prostituição ou tinham perdido a sua honra tornou-se um fim, enclausurando-as e desviando-as do caminho da perdição.

Todavia, para além deste objetivo maior, a instituição cumpria outros ao receber porcionistas e mesmo educandas. O recolhimento acolhia mulheres solteiras, casadas e viúvas de diferentes idades e com estatutos sociais diversos: existiam nele senhoras de algum estatuto social e outras mais humildes e pobres. Contudo, todas estavam unidas por uma vida de clausura, dedicada à oração, à penitência e ao trabalho, veículos que as aproximariam da santidade. Eram vários os caminhos que as podiam levar até Deus e salvarem as suas almas, mas o cumprimento estrito dos estatutos era fundamental. Por isso, quando D. Rodrigo abriu a instituição, dotou-a de regulamentos para normalizar o dia-a-dia destas mulheres, preenchendo-o com um conjunto de atividades, mas também de muito tempo dedicado à oração e à penitência.

Ajudar pobres era uma obra de caridade que todos deviam praticar. Os bispos deviam fazê-lo por constituir uma das suas missões. As mulheres, pela vulnerabilidade social em que se encontravam, sempre foram vistas e consideradas como alvo prioritário. Por isso, em todas as instituições de caridade elas assumem relevância. Foram também criadas instituições para as acolher e até mecanismos particulares de caridade para as proteger – os dotes. Quer solteiras, casadas ou no estado de viúvas, as mulheres eram vistas pela sociedade

como incapazes de conservarem as suas virtudes, precisando de ser tuteladas pelo pai, marido ou mesmo irmãos. Quando faltava a tutela masculina, o seu estado podia perigar e com facilidade podiam perder-se. Era, por conseguinte, útil, em termos morais e conveniente em termo sociais, contribuir para que casassem, através da concessão de dotes de casamento.

Para as que não conseguiam cumprir as normas morais e comportamentais e resvalavam para a prostituição, surgiram estas instituições de reclusão, muito frequentemente associadas ao nome de Santa Maria Madalena, a pecadora, mas também a convertida, onde se podiam regenerar moralmente. Com uma forte componente repressiva e de clausura, os recolhimentos para pecadoras encontram-se muito pouco estudados. Se os restantes recolhimentos conheceram nas últimas décadas um maior investimento em termos de análise, sobre estes não recaiu a mesma atenção, conhecendo-se mal o seu quotidiano, as mulheres que os habitaram, os programas a que se sujeitaram para mudar de vida, os espaços internos da instituição, a vida que lá viveram, a doença e até a morte.

Neste nosso estudo procuramos, através do fundo documental da instituição disponível, mas também cruzando-o com outra informação, aprofundar e diversificar o seu conhecimento, desde a sua fundação até 1834, período em que se torna evidente uma alteração em curso nos seus objetivos principais. A instituição é agora mais uma casa para albergar pobres do que propriamente mulheres descaídas moralmente. Assim, para além do momento fundacional, estudamos um pouco melhor o instituidor enquanto promotor de obras de caridade, as mulheres que viveram no recolhimento, distinguindo as diferentes condições: as que caíram na desgraça de terem perdido a honra e as restantes, desvendando um universo feminino plural onde se juntavam mulheres de idades, condição social e estatuto moral muito diferentes. Damos ainda a conhecer o ritmo de entrada e a proporção entre as que eram sustentadas pela Mitra e as porcionistas. Para se conhecer o programa a que as mulheres se sujeitavam para regressarem ao século como honradas, estudamos os primeiros estatutos e analisamos o programa de reforma interna e externa que lhes era exigido. Sabemos também que todas as internas estavam sujeitas ao cumprimento das mesmas regras, embora, como referimos, o arcebispo D. frei Caetano Brandão não concordasse e tivesse intenção de as separar, de acordo com o seu percurso de vida. Desconhecemos se levou a efeito a sua intenção de reforma e, em caso afirmativo, os efeitos produzidos no quotidiano da instituição. Mas é certo que durante a sua prelatura se sentem algumas mudanças em termos de mobilidade interna.

Também a estrutura do poder foi analisada, dando particular realce à figura da regente e neste caso especial à primeira superiora, pela marca deixada, mas também pelos longos anos que passou no comando da casa. Há ainda que referir que a partir de 1739 a regente passou a ser auxiliada por outras oficiais,

alargando-se o leque de pessoas na gestão institucional. Porém, se lhe cabia o governo temporal e também espiritual da instituição, ela era assessorada pelo capelão, pessoa muito importante em termos espirituais. Embora não tivessem nenhum poder e existissem para servir, as criadas assumiam relevo numa casa em que alguns serviços não podiam ser feitos pelas mulheres que a habitavam. Falamos das relações com o exterior, mas também de algumas funções domésticas que precisavam de ser assessoradas por estas mulheres.

O cumprimento do programa a que as recolhidas se sujeitavam estava em conexão estreita com os espaços internos e externos do recolhimento. Recordamos que o edifício foi construído de raiz para os fins pretendidos e, por isso, já respondia a um espaço de clausura. Percorrer esses locais e dá-los a conhecer ao leitor pareceu-nos crucial para melhor entender a filosofia que presidia a estas instituições, mas também o percurso e rituais diários cumpridos pelas que aí se encontravam internadas.

Esta instituição foi crescendo ao longo do século XVIII e inícios do seguinte, albergando mais porcionistas que convertidas. Se o número das segundas estava limitado, o das primeiras não, podendo aumentar até ao momento em que houvesse possibilidade de construir novas celas, quando as existentes não fossem suficientes, o que veio a acontecer. Arcebispos e regentes foram cedendo à pressão exercida pelas famílias e pelas próprias mulheres para se recolherem, umas gratuitamente e outras pagando o seu internato. Enquanto umas eram sustentadas pela Mitra, as do número, as restantes pagavam para se manterem na instituição, mas na segunda metade de setecentos algumas supranumerárias eram auxiliadas pela Mitra.

As fontes de receita e a dinâmica que foram alcançando ao longo do período em estudo ajudam a perceber momentos mais desafogados e mais apertados em termos financeiros. No começo, e durante algumas décadas, a instituição não conheceu grandes problemas, mas após a morte do instituidor passou por um momento mais complicado com o Cabido. Nos anos seguintes recebeu alguns legados, não muitos, alguns deles provenientes das próprias recolhidas. Mulheres que ajudavam mulheres, percebendo bem o auxílio de que precisavam. Muitas delas eram pobres e o facto de algumas famílias não as auxiliarem, fez com que empobrecessem no recolhimento, servindo-se do pouco que tinham para dar como garantia para se alimentarem e vestirem. A pobreza é, aliás, um traço comum à maioria das que morreram na instituição. Tal como as restantes mulheres sós, que na velhice resvalavam para a pobreza, também a maioria das recolhidas experimentou a mesma situação, embora vivessem em comunidade.

As receitas e as despesas foram estudadas dentro do possível, dando a conhecer uma instituição com poucos recursos económicos, mas onde os juros assumiam uma importância significativa no começo do século XIX. Já as despesas elucidam os setores mais absorventes de dinheiro, demonstrando

que a alimentação, a doença, a aquisição de alfaias litúrgicas e as festas constituíram os maiores gastos nos anos 20 do século XIX.

Num período em que grandes festas religiosas eram sinal de fé e de devoção, as manifestações festivas do recolhimento eram variadas e realizavam-se ao longo do calendário litúrgico. Porém, as recolhidas não participavam apenas nas festividades que promoviam, também as da confraria de São Gonçalo, localizada na capela do recolhimento, contavam com a presença destas, através das grades. Foi possível estudar as despesas e a sua composição e entender o significado alcançado em termos de sociabilidade. Mas não deixa de ser interessante compreender também como as recolhidas se serviam destas manifestações de fé para através delas alcançarem a salvação e promoveram certos cultos. Instituir ou pagar algumas destas festas, era um mecanismo que podia contribuir para esse objetivo.

Nos momentos festivos existiam ainda refeições melhoradas. A mesa era um ritual diário onde se cruzavam vários sentimentos e comportamentos, estes últimos normalizados pelos estatutos. Porém, sabemos que entre o que estava regulamentado e a realidade podia ir um longo caminho, pois o incumprimento caminhava lado a lado com o respeito pelas regras. Nem todas as mulheres eram cumpridoras em todos os momentos e muitas fizeram mesmo eclodir conflitos violentos. De qualquer forma, procurava-se harmonia, civilidade e cortesia à mesa, local onde imperava o recolhimento, a oração, as leituras e a verticalidade de relações.

Mas as sociabilidades cruzaram-se nesta casa, como noutras congêneres com a conflitualidade. As lutas mais violentas conheceram-se entre as mulheres. Por várias vezes o recolhimento entrou em reboliço, demonstrando as divisões internas e a luta pelo poder. Mulheres contra mulheres, mulheres violentas, que não respeitavam a clausura, nem o silêncio, nem o recato e provocavam ostensivamente o poder instituído, quando não o desafiavam diretamente. Batiam, insultavam e formavam grupos opositores. Através das devassas a que esses acontecimentos deram origem foi possível conhecer o desregramento de algumas e a devassidão existente em certas ocasiões. Analisamos apenas três grandes momentos de conflitos, mas estamos convencidos de que existiram outros e que muitos não terão subido ao conhecimento do arcebispo. Só terá tido conhecimento dos mais graves, para atuar e repor a ordem. O castigo era certo e o tronco ou mesmo a expulsão eram hipóteses tornadas realidade.

Em Santa Maria Madalena as tensões rebentaram de igual forma com a confraria de São Gonçalo, mostrando mulheres contra homens. Obrigadas a repartir responsabilidades e funções com a irmandade citada, as recolhidas cedo se incompatibilizaram com os confrades e criaram relações muito difíceis entre as partes que levaram a um corte com a citada confraria. De facto, existia

uma questão de poder e domínio do espaço que deixou de ser possível conciliar, a partir de um determinado momento.

Num século em que cresceram as preocupações com a higiene pessoal e pública, o recolhimento não ficou imune aos novos ideais e desde o reglamento às práticas diárias se mostra o aumento da limpeza e a maior preocupação com o asseio. Também a saúde e o combate à doença ganharam espaço em setecentos e no começo de oitocentos, por isso, cuidar das doentes, pagar a profissionais de saúde e atender com carinho as que padeciam dos males do corpo eram questões presentes no dia-a-dia do recolhimento. Importante para preservar a saúde e contribuir para o bem-estar era possuir água para o funcionamento da instituição. As medidas tomadas pelas regentes procuravam dotá-la de autonomia em termos de abastecimento de água, tanto mais que se tratava de uma casa de clausura. Apesar de todos os cuidados, várias adoeceram, mas raramente conhecemos o mal contraído. E quando não se conseguiam curar, a morte foi inevitável. Muitas morreram na clausura onde passaram muitos anos e chegaram a velhas, outras eram mulheres novas ou até muito jovens. Mas nem todas tiveram as companheiras na despedida da vida terrena, porque faleceram no hospital, para onde tinham transitado com licença do arcebispo. As que morreram em casa foram acompanhadas pelas irmãs, levadas para o coro baixo para serem veladas e aí sepultadas. Só algumas, poucas, tiveram possibilidade de ter a última morada na capela. Era preciso pagar e ter destaque social para se usufruir de alguns privilégios e benefícios espirituais. Como a grande maioria era pobre teve poucos padres, poucos ofícios, poucas missas e morreu abintestada. Foram raros os casos que contaram com o acompanhamento de confrarias e de muitos sacerdotes. A morte constituiu também a altura para saldar dívidas com o recolhimento ou com algumas companheiras, servindo os poucos trastes que possuíam nas suas celas para remediar esses males. Foi ocasião ainda para analisar a pobreza destas mulheres e entender que sem ajuda exterior, o recolhimento escondia a sua pobreza, mas não a evitava, ao mesmo tempo que preservava a sua honra, possibilitando que não vivessem e morressem isoladas e sós.



## ANEXOS

### Cópia dos antigos estatutos do recolhimento de Santa Maria Madalena

Faça a Regente observar os Estatutos, e que se pratique os exercicios Espirituais da oraçãõ Terço de Nossa Senhora, e os mais que elles determinaõ e que em tudo mostrem as recolhidas que procuraõ a Caza de Deos só para o fim de servirem e amarem, tenha A Regente especial vegilancia não entrarem nas Celas humas das outras sem persederem licença da Regente sem haver necessidade, e que se não levante de vós nem haja satisfaçoins de palavras, e menos por obras, e toda que fizer o contrario, mande A Regente logo emserrala no tronco, e logo disto dará parte pena de que não obrando assim será castigada, e deposta do seu governo, e assim o tenha por entendido. Visto achar-se impedida a primeira Porteira que foi nomiada na eleiçãõ, vá continuando A atual, e lhe adevirta A Regente, e a companheira a vegilancia com que devem servir os seus cargos, e que não deve de ser pessoa alguma a falar na portaria sem primeiro pedir licença A Regente do que se devem certificar as ditas porteiros pera de se lhe dar em culpa e que nenhuma pessoa entre dentro da portaria sem licença da Regente, ainda que seja com o pretexto de comer, e somente poderá entrar as pessoas que forem indispensaveis para o servisso da caza.

### Capitulo primeiro

do Numero de pessoas que hade aver neste Recolhimento, e qualidade dellas, e como seraõ admetidas

havera neste recolhimento primeiramente hua de maior de quarenta annos honesta e de bons costumes, e de bom intendmento e pordencia, e de condissaõ branda para conçoilaçãõ das recolhidas porem inteira para guardar, e exezicutar as couzas de sua obrigaçãõ zelozas da honestidade, e que tenha exercicio da vida Espiritual que servirá De Regente, haverá outra Recolhida com as mesmas qualidades, e de munta confiança, que servirá de Porteira, e de Regente por impedimento desta. Haverá mais doze recolhidas, e Regente, e Porteira fazem quatorze de Número, e estas será o Número das recolhidas, e a Estas he que determinamos, e asinamos a congra sustentaçãõ: porem não impedimos que pelo discurso dos tempos, e ocurrência de necessidades Espirituais se possaõ ademitir as que comodamente couberem na dita caza, com a obrigaçãõ de se sustentarem a sua custa, e de vestirem da mesma sorte, e terem a vida comua [sic] com as mais.

## Capitulo segundo

De como serãõ recebidas A Regente, Porteira, e Recolhidas ao dito Recolhimento.

A Regente, e Porteira serãõ por nós, e nossos sessucessores ou por quem nos-  
sas vezes fizer especialmente para isso Admetidas aos ditos lugares tendo as  
qualidades Apontadas no capitulo primeiro, e exzicutarão as suas ocupasoins  
emquanto, o ouvermos por bem, e não Mandarmos o contrario para o que  
se lhe dará despacho por Escrita as recolhidas asim do numero como fora do  
numero se ademetirão na mesma forma para o que nos Requererãõ por petis-  
saõ lhe deferiremos Atendendo a sua hidade emdegenia de recolhimento  
para a segurança da sua salvaçaõ.

## Capitulo terseiro

Da forma, e qualidades de vestidos de que honde uzar As ditas recolhidas;  
Posto que na qualidade, e forma do havito exterior não consiste a virtude  
comtudo he congruente que pela modestia decencia e humildade delle se  
manifeste o desprezo do mundo, ou o alinhio da conciencia, e adorno do aRe-  
pendimento de que a alma deve andar vestida pelo que o vestido que todas as  
pessoas que se recolherem nesta caza honde trazerem ha de ser de soria em  
forma de havito todo direito como o das Religiozas de S. Francisco ajustado  
no pescosso, e mangas estreitas e se cingiraõ pela sinta com hum cordão de  
Esparto, e cobriraõ a cabeça com toucas lizas, e sem cresp (ilegível) Ajustadas  
Ao Rosto e por sima dellas hua tualha liza que não pasem dos hombros, e  
teraõ Mantos da mesma soria, que cobriraõ pelos hombros apertados adiente  
com hum colchete, e que não pase no comprimento quatro dedos abaixo do  
juelho dos quais uzaraõ quando se confessarem e comungarem, e nos mais  
actos que forem nessesarios, e por baixo do dito havito traraõ os fatos que lhe  
pareser comtanto que sejaõ honestos, e penitentes, e o calçado será cham, e  
honesto, e das sellas não sairaõ nunca sem esta compustura.

## Capitulo quarto

Da vida e Exercicios que se honde observar [sic] por todas as Recolhidas  
que houver na caza, e repartição das horas do dia que devem guardar, e de  
tudo que a ellas pertense em commum.

A vida das Recolhidas será comua pelas utilidades que desta Resultaõ para o  
Espiritual, e terá A A [sic] Regente cuidado dos provimentos nesesarios para

o sustento hua ves que lhe mandamos meios para os fazer, e determinará todas os dias a noute o que honde comer no seguinte dia o que a que fizer a cozinha terá cuidado saber della para o dispor para as horas competentes, e para o sustento, e determinará todos os dias para o que concorreraõ todas igualmente as do Numero como as mais, e se fará hua só panela ou guizado para todas exseto para as que estiverem doentes que essas seguiraõ a ordem do Medico.

Levantarsehaõ da cama pela manhaõ sedo e dipois de fazerem o signal da crus, e atos de fé Esperança e caridade, e os de virtude que Deos nosso Senhor lhe inspirar, e ofereserem ao mesmo Senhor todas as boas obras do qual dia, e Rezarem a salva [sic] Rainha a nossa Senhora, e hum Padre nosso, e hua Ave Maria ao santo do seu nome outro ao Anjo da Guarda, e mais santos da sua devossaõ, faram a cama varreraõ as cellas para trás da porta, e nos sábados lançaõ o sisco o corredor para dipois observarem, e se lavaõ, e emquanto se não tocar ao Exercicio comum se enterteraõ na occupaõ honesta que lhe pareser, não sahindo das cellas exseto as officiaes, ou para alguma necessidade.

Governarsehaõ pelo Relogio dos Padres da congregaçã por lhe ficar perto, e desde o primeiro de Abril athe o ultimo de setembro se tocará o sino interior as cinco horas da manhaõ, e desde o primeiro de outubro athe o fim de Março se tocará as seis horas da manhaõ, e tanto que tocar o dito sino se ajuntaraõ todas no coro de cima e fazendo cada hua dellas oraçaõ breve, e dando graças a Deos pelos Beneficios recebidos, e pedindo-lhe o seu auxilio para o não ofenderem no discurso daquele dia, Rezaraõ todas a ladainha A Ladainha [sic] de Nossa Senhora emtoada, e dipois della A Salva [sic] Rainha e hum Padre nosso, e Ave Maria A Santa Maria Magdalena sua Protetora, e feito esto teraõ meia hora de oraçaõ Mental.

He hua coiza muito boa a oraçaõ Mental hua Elevaçã do Espirito a Deos, ou hum colloquio e trato familiar de hua alma com o mesmo Deos das suas Exselencias, e grandes Efeitos para o aproveitamento Espiritual, podem ser testemunhas todos os santos, e pessoas virtuozas que nenhuma ouve que não caminhase por esta estrada Real do Ceo como lhe chamaõ os Mestres de Espirito, e sirva do Exzemplo aquela glorioza, e Maj de penitencia Santa Maria Magadalena que no que achou verdadeiro Remedio de seus males foi a meditaçaõ, e contemplaçaõ aos pes de Jezus christo seu Espozo-A necessidade que deste Santo Exercicio tem as almas para a sua perfeiçaõ, e perseverança na virtude, e para a guarda dos mandamentos da lei de Deos, e dezarrregar vicios, e maus costumes, e asegurar a salvaçaõ encaresem tanto que S. felipe Nere [sic] afirma que a alma que não tem oraçaõ se não deferença [sic] de hum Bruto o modo pratico de ter oraçaõ Mental emsinaõ todos os Doutores Misticos, quando alguma das Recolhidas saiba ler o pode encinar as outras pelos tais livros, e quando Não saibaõ O Padre Capelaõ terá esse cuidado E porque

he nessesario preseder lição para a materia della sabendo ler alguma das recolhidas lerá o primeiro ponto sobre que honde Meditar e quando não saiba ler minhua, então A Regente dará aponto sobre que honde ter oração que será Regularmente sobre a paixão de christo Senhor nosso, e seus misterios, exseto algum dia ou festividade de Misterio como o da Encarnação Ressureição.

Acavada a oração mental que durará meia hora para o que teraõ hum Relojo, e della ouviraõ Missa quando esteja prompta no que emcommendamos ao capelaõ, ou a quem a diser na capella, tenha esse cuidado, e Na missa dipois que o sacerdote levantar a hostia cantaraõ o Bendito e louvado seja o santissimo Sacramento, alternadamente athe o sacerdote consumir. Acavada a Missa hiraõ todas recolheerse ao seu trabalho para o labor aonde trabalharaõ No misterio que lhe pareser que será em fiar cozer, ou Rendilhar dobar, e cada hua trabalhará para si exseto quando houver alguma obra para a capella ou comunidade que então trabalharaõ todas nella conforme A Regente determinar, e Emquanto Estiverem no Exercicio do trabalho conversaraõ huas com outras: porem em couzas honestas, e sans especialmente nas vidas dos Santos, e de nenhuma maneira falaraõ nas vidas alheias murmurando dos proximos, nem cantaraõ cantigas nem conversaraõ em couzas que não sejaõ de modestia e virtude e não sahiraõ da dita caza se não para alguma alguma nececidade, Estaraõ neste Exercicio desde o primeiro de Abril athe o ultimo de Setembro athe as des horas, e desde o primeiro de Outubro athe o [sic] ultimo de Março athe as honze, e o mesmo observaraõ em qualquer tempo nos dias de jejum os quais se tocará o sino interior e hiraõ todas ao Refeitorio aonde estando em pé no meio delle dirá a Regente A benção de Deos venha sobre tudo o que está posto, e se nos puzer nesta meza para o sustento do corpo, e lhe infunda a virtude para que sirva Ao Espirito, e se não rebele contra a alma em nome do Padre, e do filho, e do Espirito Santo e logo rezaraõ todas hum Padre nosso, e hua Ave Maria em vos entuada, e dará sinal A Regente para se sentarem. Enquanto tomarem o sustento havendo alguma Recolhida que saiba ler o fará por algum libro Espiritual, ou de vida de Santos que para isso haverá de lugar, e Em vós que oussaõ todas, e não havendo quem saiba ler estaraõ todas em silencio sem falarem huas com outras conciderando nos grandes beneficios que recebem da mão de Deos especialmente no da criação de todas as creaturas para servisso, e Regalo do homem, e comeraõ com quietação, gravidade, e limpeza no que A Regente terá cuidado, advertindo as fora daquele lugar do que lhe pareser nessesario.

Tanto que acabarem de comer todas dará sinal A Regente, e se levantaraõ, e postas em pé no meio do Refeitorio dirá A Regente damos vos Senhor muitas grasas por todos os vossos Beneficios com que secorreis estas miseraveis peccadoras e logo rezaraõ hum Padre nosso, e hua Ave Maria em vós emtuada, e findo este diraõ outro pelas Almas do fogo do Purgatório, e findo este ato se divertiraõ todas honestamente no menisterio, e ocupação que lhe pareser,

e poderaõ conversar modestamente huas com outras nos lugares comuns, e tanto que der o Relogio hua hora se tuará o sino interior, e hiraõ todas ao coro, e Rezaraõ hua Estaçaõ ao Santissimo Sacramento, hua Salva Rainha E hum Padre Nosso com hua Ave Maria A cada hum dos Santos cuja Imagem estiver na capela, e feito isto hiraõ para a caza do labor aonde continuaraõ com o seu trabalho na forma que fica dito.

E tanto que o Relogio der seis horas desde o primeiro de Abril athe o ultimo de Setembro e cinco desde o primeiro de Outubro athe o ultimo de Março se tuará o sino interior E hiraõ todas ao coro aonde alternadamente rezaraõ o terço do Rozario de Nossa Senhora em vós emtoada, e havendo algua que saiba ler o rezaraõ por hum dos livros que para isso haverá, e naõ havendo quem saiba ler A Regente meditará os Misterios.

Acabado o terço teraõ meia hora de oraçaõ mental na forma que asima fica dito, e finda esta rezaraõ cinco Padre Nossos, e cinco Ave Marias as cinco chagas de Jesus Christo, e rezaraõ pela exaltaçaõ da santa fé catholica extirpaçaõ das herizias pelo Estado do Sumo Pontifise, e Prelados da Igreja pelo Arcebispo deste Arcebispado, pela pás e concordia entre os Prinsepes delle, pelos frutos do Mar e da terra pelos seus benfeitores, e pelas almas do fogo do Purgatório por cada hua destas tensoins hum Padre Nosso, e hua Ave Maria, e dipois de nosso falecimento nos diraõ taõbem hum Padre Nosso, e hua Ave Maria pela nossa alma.

Feito isto, e tumada a bençaõ a Deos, e a sua Maj Santissima, e a Santa Maria Magdalena se tocará o sino interior hiraõ todas ao Refeitório aonde se haverá na forma que asima vaj disposto ao gentar sahindo deste ato se devirtiraõ honestamente no trabalho cada hua na sua sella, ou nos lugares comuns com lus athe as nove horas desde o primeiro de Abril athe o ultimo de Setembro athe as des horas, e desde o primeiro de Outubro athe o [sic] ultimo de Março as quais horas se tocará o sino interior a Recolher, e cada hua se recolherá a sua sella, e ahi dipois feito exzame de consciencia Dos pecados, e faltas, e defeitos daquele dia prostada de juelhos os confessará a Deos Nosso Senhor dizendo a confissaõ Geral, e logo fará o ato de contrissaõ procurando seja feito com efficacia, e logo fará atos de fé Esperança, e caridade, e Rezará a salve rainha a Nossa Senhora, hum Padre Nosso e hua Ave Maria ao santo do seu Nome, e outro ao Anjo da Guarda E mais Santos da sua devossaõ, e meditando hum pouco nos Novissimos do homem, apagaraõ a lus, e se deitará na cama com a concideraçã De que naquela noute pode morrer, e ser levada da cama a sepultura como tem sucedido A muitos, e neste santo exercicio naõ gastará mais de hum quarto de hora, e na observancia desta vida Regular, e naõ ociosa, teraõ grande cuidado Porque delle depende muito a perserverança nos Santos Prepositos, e aumentos das virtudes.

Naõ teraõ correspondencias com pessoas de fora do Recolhimento mais que com os parentes proximos em graõ, e com as que servirem do seu prestimo Nos ministerios do seu trabalho, e com estas só falaraõ com licença da Regente, e em prezença da Porteira, e nas horas que naõ estiverem no coro, e naõ aseitaraõ cartas nem Recados de outras sem que a Regente veja primeiro as cartas e as mande ler, e saiba os recados, naõ falaraõ na Roda, e porta com pessoa alguma sem licença da Regente, e em prezença da Porteira, nem falaraõ das janellas para fora palavra alguma, e guardaraõ silencio, nos coros, asim de cima como de baixo, naõ falando delles a pessoa alguma salvo ao Capellaõ ou Padres a seu bem Espiritual, e com licença da Regente.

Na confissaçõ sacramental se haveraõ de maneira que naõ molestem os confessores contando historias impertinentes descobrindo pecados alheiros, ou nomiando pessoas que os cometeraõ, e o faraõ inteiramente de todos os seus pecados sem deixar algum, referindo os na verdade e como os tem na consciencia, e com grande dor, e aRependimento de os haver cometido contra Deos infinitamente bom, e com prepozito firme de o naõ ofender mais, e animo, e vontade De satisfazer a penitencia que lhe der o confessor ao qual descobriaraõ todos os seus defeitos, e tentaçõens que mais as perseguem para como Medico de alma lhe aplicar as medicinas condosentes para vençelas como faraõ a respeito dos progressos que tem na vida Espiritual dando lhe conta de tudo o que passaõ na oraçaõ para que o Demonio Inimigo capital e declarado contra as pessoas Recolhidas lhe naõ simule emganozos laços no caminho da santidade.

Porque Jejum he morte dos vicios, vida das virtudes ornamento da vida, alento do intendimento vigor da alma muro da castidade e da santidade para naõ Erarem o caminho do Ceo pelo que alem dos Jejuns de preseitos da Igreja que inviolavelmente observaraõ naõ tendo legitimo impedimento, naõ havendo este jejuaraõ todas as sextas feiras do anno Jejum ordinario, a honrra da Morte e paixãõ de Jesus Christo nosso Senhor, e todos os sabbados a Nossa Senhora Em todas as sextas feiras do anno, e nas quartas feiras do Adevento, e quaresma a noute dipois do exercicio da oraçaõ mental tomaraõ hua deciplina emquanto alternadamente Rezarem emtoadamente hua Estaçaõ em Memoria da Paixaõ de Jesus Christo lembrandose neste acto do Rigor de cinco mil e tantos asoutes que Jesus Cristo padeseo por seu Remedio, e com animo de castigar o corpo que foi instrumento de suas offensas.

Seraõ mui obedientes á Regente, ou a quem suas vezes fizer, naõ Repugnando a couza licita que lhe mandar, nem recuzando penitencia que lhe der, conciderando que como superiora está em lugar de Deos, e que esta virtude da obediencia he a que engasta as mais na alma, e a que melhor aguarda, e conserva, e que como lhe chamaõ os Santos he navegaçaõ segura caminho que se anda dormindo, e que alevia o pezo lançando as costas de outro, e finalmente conciderando, que sem esta virtude naõ houve Santo. Seraõ mui humildes em suas

obras, e palavras e no modo de tratar huas com as outras, e principalmente com A Regente, e Porteira, e com as mais antigas porque a virtude da humildade he fundamento, e porque a oração dos mansos, e humildes sempre tive boa satisfação de Deos.

Teraõ particular cuidado em a [sic] observancia da caridade porque he esta virtude a principal das virtudes, e dos dons de Deos, e sem ella, nem há virtude, nem há salvação, e assim amarse-haõ humas as outras em Deos como Irmaons e de ninhua maneira falaraõ mal huas das outras nem teraõ duvidas, ou pendencias nem chamaraõ nomes, ou diraõ palavras descompostas, e injuriosas, e em que mais hade resplandeser este seu amor paternal, hade ser no alivio das nesecidades Espirituais procurando cada hua que vir, ou conhecer alguma das Recolhidas com tentaçoins de não perseverar na vida Espiritual e reforma que comesou reduzida com bons conselhos, e santas advertencias, e ademoestaçoins a perseverar no Santo prepozito que empredeo como taõbem emcaminhar huas as outras, e doutrinarse no que he nesenario Para a salvação e seguimento da vida Espiritual e com as doentes exercitaraõ especialmente esta virtude, assistindolhe, e consolandoas, e divirtindoas quanto lhe for pocivel porem não teraõ amizades particulares pela occaziaõ que daõ as suspeitas, e dezordens.

Confessarsehaõ sacramentalmente, e comungaraõ hua ves todos os mezes no dia que a Regente determinar que será sempre algum dia mais sinalado, [sic] ou de Nossa Senhora, ou de algum aPostolo, e alem disso se confessaraõ nas quatro festas principais do anno, e as mais vezes que puderem para Gaharem Indulgencia Plenaria asim como dia de Santa Maria Magdalena E na quaresma se confessaraõ com licença do Parocho, e comungaraõ da sua mãõ, e nestes Atos se haveraõ com a modestia, e humildade e aparelho que convem, sendo sertas que na boa dispuzição com que se resebem os sacramentos consiste o Proveito delles e que na sua fracuencia se alenta a alma, e se anima a virtude, e todos os bens Espirituais.

Nos dias santos de preseito em que não he licito trabalhar se ajuntaraõ de manhaõ nas horas do labor na caza delle as horas costumadas, e ahi se exercitaraõ em actos de virtude dizendo cada hua os seus defeitos prostadas [sic] diante da Regente, e dipois de todas fazerem esta santa serimonia a Regente fará capitulo a todas ademoestandoas no que lhe pareser nesseario e adevirtindo lhe os meios de que honde uzar para a emenda delles, e dipois lhe lerá algum livro Espiritual, ou de vidas de santos meia hora, e dipois teraõ sua conferencia sobre a doutrina christaõ emsinando as que não souberem, e dizendo todas, as orações dela para que as aprendaõ as que as não souberem que todas ouviraõ attentamente, e nestes exercicios, e outros conversasoins honestas, e virtuosas gastaraõ o tempo athe serem horas de tocar ao Refeitório, e de tarde dipois de no coro fazerem o exercicio custumado, Rezaraõ entoadamente todo o Rozario da Senhora e acabado elle se recolheraõ a caza

do labor aonde a Regente lhe lerá por espasso de meia hora parte destes Estatutos de maneira que cada mes sejaõ lidos todos hua ves desde o capitulo quarto per diante, e naõ havendo quem o leia, fará esta deligencia o capellaõ A grade do coro de baixo, e elle lerá taõbem algum Mestre do Espirito a respeito do modo de ter a oraçaõ mental quando comodamente lhe parecer nos dias santos, e finda ella sahiraõ a Recrearse pela horta, e claustro com a modestia devida athe serem horas de tocar ao coro.

Naõ falaraõ em vozes altas, e dezentoadas pelos dormitorios, horta, e janelas, e mais lugares do recolhimento em forma que se possaõ ouvir fora, e nas janellas se naõ dilataraõ tempo concideravel, e dipois que entrarem para o dito recolhimento naõ sahiraõ mais fora dele que he justo se naõ veja, nem ouça mais quem foi visto.

Naõ concintiraõ que homem, ou Mulher algua de qualquer qualidade que seja entre no recolhimento, exseto o Capellaõ o Parocho o Medico Surirgiaõ, [sic] ou Sangrador quando for nessesario asim como algum ofecial que seja nese-sario para algum conserto, o Reparo do recolhimento e algum trabalhador para granjiar a horta, ou Recolher lenha, ou desfazela, ou outro semelhante servisso, que as Recolhidas naõ possaõ fazer e quando entrar se dará sinal no sino interior a que acudirãõ logo as duas que forem companheiras que haverá nomeadas pela regente o acompanharaõ sendo Parocho Capellaõ Medico Sirurgiaõ desde que entrar athe sahir, e as mais Recolhidas, se recolherãõ as suas sellas, e sendo homem de trabalho o acompanharaõ athe o lugar do trabalho onde o vigiaraõ athe o acompanhar ao sahir.

Naõ levaraõ para o Recolhimento os vestidos que usaraõ no seculo, e na sella naõ terãõ mais que hua Arca pequena, e hum banquinho para se sentarem, e huma meza para porem o havito quando de noute se despirem, e a cabeseira da cama terãõ hua crus, ou curseficio [sic], e naõ terãõ nellas outras alfaias, e as terãõ sempre desfechadas por dentro, e só a noute quando se deitarem as poderaõ fichar, e naõ entraraõ nas sellas huas das outras salvo quando algua estiver doente, nem viverãõ duas juntas em hua sella, e somente acontecendo que alguna cazada tenha algua filha donzela para que o separala de si naõ seja occasiaõ de Ruina della, ou lhe sirva de embaraço ao Retiro, e separaçãõ, poderã levala para o recolhimento e tela concigo na mesma sella, vestindoa do mesmo havito, e sustentandoa a sua custa athe ter hidade para cazar, ou servir em algum convento.

Teraõ hua Mulher que as sirva de fora da Porteira para lhe fazer os recados que lhe forem nessesario para o sustento, a qual se poderã recolher dentro do recolhimento a dormir, e entrará nelle a levar o nessesario, e será Mulher de boa vida, e prosedimento e de maior hidade, e andarã vestida do mesmo havito, e se lhe daraõ dous mil, e quinhentos reis cada anno.

No dia que entrar cada hua das recolhidas se confessará, e commungará, e satisfeito isto lhe vestirá a Regente o havito no coro de sima ademoestandoa,

e advertindo a não desmaie em tam santa empreza, e que se vá dispondo para dahi a hum mes se confessar geralmente por ser esta confissão geral meio mui necessario para a preseverança.

Adoesendo alguma recolhida terá o cuidado de a vizitar, e consolar, assistindo lhe com toda a caridade, especialmente a enfermeira que para isso haverá feita pela Regente e a Regente terá grande cuidado em que se lhe administrem todos os sacramentos a tempo e havendo se lhe de administrar o sagrado viatico se dará parte ao Parocho, e sendo de manhaõ lhe administará, ou o Capellaõ sendo levado pela grade do coro de baixo que para esse effeito se abrirá, e acompanhará todas com belas azezas, e não entrará da grade adentro mais que o sacerdote que o levar e o capellaõ, e o mesmo observará quando seja necessario administrar se lhe a outra hora entrando pela Portaria o sacerdote que o levar, e o capellaõ somente, e também se observará o mesmo na administração do sacramento da unção, e estando o capellaõ impedido, ou não se achando entrará em seu lugar outro sacerdote, ou Ministro que mais prontamente se achar.

Falesendo alguma das recolhidas será amortalhada no seu havito, e levado seu corpo para o coro de baixo, e se dará logo parte ao parocho para lhe fazer os suffragios conforme o costume da Igreja, e sua possibilidade, e os bens moveis que na caza ficaraõ della se daraõ aos seus herdeiros, satisfeitos os bens da alma os quais se lhe faraõ na mesma capella aonde também se lhe fará o sinal, e o capellaõ lhe dirá des Missas havendo de seus bens com que pela Esmolla competente E fazendo Testamento se observará o que dispus nelle, este modo de vida Recolhimento e exercicio devossoins penitenciais, e mais ordenaçõs asima expremidas observará inviolavelmente sobre as penas que abaixo irãõ declaradas.

## Capitulo 5º

### Da Regente, e do que a seu cargo pertense

Tanto que a Regente for por Nós, ou nossos susseores nomeada, e se lhe passar Provição do dito cargo hirá tomar posse delle de que se fará entrega, e termo em hum libro que para isso haverá, e se lhe fará entrega de todo o movel mantimentos, e dinheiro que houver na caza per inventario que ella asinará, e se recolherá na arca, que para os livros, e dinheiro haverá.

Naõ ademitirá nenhuma recolhida sem primeiro lhe apresentar lisença nossa a qual Rezervará, e fará asento no livro que para isso haverá declarado o dia mes, e o anno em que entra o nome della, e se deus Pais, e Patria, e quando succeder sahir, ou faleser a margem do asento fará declaração do dia em que

faleceo, ou que sahio e não lançará ninhua recolhida fora sem especial ordem nossa.

Tratará as recolhidas que na caza achar, e as que dispois entrarem com brandura, e palavras amorozas tratandoas pelo nome de filhas terá as chaves todas do recolhimento, a saber da Portaria grade da capella da horta, e das janelas, e pela manhaõ o tocar o sino ahir para o coro as entregará a Porteira, e mais officiais, e todas seraõ obrigadas a entregalas a noute tanto que rezarem As ave Marias, e desde entaõ athe tocar o sino de manhaõ se não Abriraõ mais as ditas portas, e janelas excepto para algua neccidade de sacramento: porem a chave da grade do coro de baixo a terá sempre em seu poder.

5º quando entrar algua recolhida de novo nos primeiros dias a tratará mais affavel, e mimozamente que as outras, e se recolherá algumas vezes com ella, secretamente, e aconsilhará com amor, e caridade christaõ, dizendo lhe os beneficios que Deos nosso Senhor lhe fes de a trazer para a caza de oraçaõ para lhe fazer muitos serviços de o amar, e servir para utilidade de sua salvaçaõ, e a Regente a persuada para que se confese geralmente instruindoa para isso no que lhe for nesessario.

6º Não consentirá a Regente que haja bandos, nem mexericos entre as recolhidas, e procurará conformalas em licita, e honesta amizade huas com outras, e sendo nesessario falar com algumas em particular para as comfomar, o fará, e chegando a couza a termos que seja nesessario Reprençaõ particular lhe dará, e não bastando a Reprençaõ oculta se não se imemendar, a Reprenderá publicamente, e o mesmo modo terá quando tiver a serteza de algumas andarem inquietas, e quando não bastarem estes Remedios prosederá a castigo athe chigar ao do tronco, e quando com elle o não Remedeie nos dará conta.

7º Será mui Riguroza em dar licença as recolhidas para falarem a Porta, ou Roda, ou Raro [sic] ainda que seja para falarem a seus Pais, e Irmaons, e quando lhá der trabalhará por se achar presente, a pratica e quando não possa mandará assistir a Porteira e por nenhum modo permitirá que algua fale com pessoa de que se faça suspeita, nem taõbem com seus criados.

8º Acontesendo que venhaõ alguns presentes para as Recolhidas senaõ Reco-lhaõ sem primeiro A Regente exzeminar [sic] de quem saõ, e sendo de Paj ou Maj, ou Parente em graõ conhecido lhe permitirá os aseitem, e mandando-lhe algua pessoa algua couza por via de Esmola satisfaçaõ, ou restituçaõ poderá dar lisença para os aseitar.

9º visitará A Regente a meudo as offecinas do Recolhimento para ver pessoalmente o cuidado com que as couzas se fazem, e a limpeza, e ordem com que nellas se prosede, e procurará, que nada se perca, nem danefique e que se proveja do nesessario para o sustento a tempo havendo, e a officiais entregará por hum Rol as Roupas que a seus officios pertenserem e acabando ellas lhe

tomará conta de tudo o que lhe entregou, e faltando alguma couza por descuido, ou culpa lha fará pagar, e a mesma ordem terá com as que Resederem nos tais officios.

10º Terá cuidado de mandar cobrar no principio de cada mes do nosso Esmoler, ou Thezoureiro Geral da Mitra, que pelo tempo for a congra do tal mes pertensente a ella, e a Porteira, e as doze recolhidas do numaro, e da mesma sorte do Esmoler do Micho, o Paõ pertensente ao tal mes, e de tres em tres mezes mandará cobrar do mesmo nosso Esmoler, ou Thezoureiro da Mitra oito mil, e sento e vinte e cinco reis para pagamento dos ordenados do Capellaõ e Medico, e Sangrador, e creada, e para algum Reparo, ou necicidade perçiza do recolhimento e o mesmo cuidado terá de cobrar os doze carros de lenha do official da Mitra que tiver a imcumbencia della a tempo conveniente.

11º E sobre tudo o seu maior cuidado, e vigilancia no que muito lhe encarregamos a consciencia será em fazer guardar pontualmente a todas as recolhidas os presentes Estatutos primeiramente com o exzemplo sendo ella a primeira que inteiramente os guarde, e ob-serve, [sic] e segunda com ad-vertencias [sic] ad-moestaçoins [sic], e castigos naõ desimulando os leves defeitos para que se naõ faselitem para a total transgreçaõ delles e contra qualquer que os naõ guardar inteiramente prosederá primeiramente com ademoestaçoins, e naõ se emendando a meterá no tronco, e nos dará parte, e o mesmo castigo dará a que falar com alguma pessoa sem licença da Regente, ou que cometer outra grave culpa que seja de Escandalo as mais, e que puzer maons, ou diser palavras injuriosas, ou furtar alguma couza, a outra companheira.

Haverá hua Arca, e nella estaraõ quatro livros de maõ de papel cada hum se ajuntaraõ as contas, hum para os asentos das entradas da Regente, e mais recolhidas, outro para os recibos, e outro para as despezas da caza pelos quais no fim de cada hum anno se ajuntaraõ as contas, e findará para as officiais da caza o anno em vespora de Santa Maria Magdalena, e se fará nova Elleiçaõ.

Da Arca que tiver cada hua das recolhidas na sua sella terá a Regente hua chave para as vezitar quando lhe pareser, e ver o que cada nellas conserva para lhe permitir o que lhe pareser, e mandar se disfaça logo do que achar lhe naõ convem ter.

Em vespora de Santa Maria Magdalena nomeará A Regente as officiais que houveram de servir no anno seguinte a sachristaõ Espertadora Infermeiras despenseira Campeira zaladora, e companheiras e o servisso do Refeitorio que faraõ as semanas por giro E os mezes a fabrica de cozer o Paõ, e em tudo mais se haverá como Maj, e Governadora das ditas Recolhidas que tem a seu cargo da qual hade dar contas a Deos, todas as noutes meia hora dipois de

tocar ao Recolher dará bolta pelos dormitórios a vegiar se estaraõ todas Reco-  
lhidas nas suas sellas, e se tem apagado a lus, e se não llhá fará apagar.

## Capitulo 6º

### Da Porteira, e do que a seu officio pertese

A Porteira será em tudo mui obediente A Regente como sua subdita que he, e trabalhará quanto em si for per com prazer lhe [sic], e ajudala em tudo o que convem para o bem, e proveito da caza, e para bom governo e direçaõ das Recolhidas.

Pela manhaõ pouco antes de se tocar o sino interior ao coro hira a sella da Regente pedir as chaves da Portaria, e Roda, e da horta, e janelas hirá abrir estas, e a porta da horta, e a da parte de fora da Portaria, e a da Roda as não abrirá se não quando for nesessario, e dipois hirá para o coro com as mais, e quando as Recolhidas forem para a caza do labor, hirá para a caza da Portaria interior e ahi estará trabalhando, e o mesmo fará de tarde, não abrirá a porta interior a pessoa algua ainda que sejaõ Mulheres de qualidade sem licença da Regente, exçeto ao Medico Surgiaõ, e Capellaõ, ou Parocho quando for nesessario para materias de seus officios e quando algum destes houver de entrar fará sinal para que acudaõ as companheiras que houverem de acompanhar, que viraõ prontamente, e tanto que entrarem fichará outra ves a porta, e o mesmo fará com qualquer outra pessoa que entrar como offeciais, ou trabalhadores nesessarios.

Naõ deixará falar as Recolhidas com pessoas de fora nem tomará para ellas recados, e cartas, ou presentes E ainda Esmolas sem primeiro o dizer a Regente Ainda que as cartas, e recados sejaõ de Paj, ou Maj, e a Regente paresendo-lhe que as cartas, e recados se devem dar as Recolhidas lerá primeiro as cartas, e saberá a sustancia dos recados, e entaõ sendo conveniente as mandará participar as recolhidas E os recados, e cartas que as recolhidas derem para fora comunicará primeiro a Regente, e quando algua das recolhidas com licença da Regente falar com algua pessoa se a mesma Regente naõ estiver presente o estará a Porteira, e quando lhe parecer muito tempo os despedirá com prudencia, e cortezia.

Tanto que a Mulher de fora chigar com os Recados lhe abrirá logo a Portaria Assim que der Ave Marias a noute fechará todas as portas da Portaria janelas Roda, e horta, hirá logo entregar as chaves a Regente e ficaraõ em seu poder athe pela manhaõ e terá grande vigilancia, e cuidado neste seu Menisterio que delle depende muita uniaõ e conservaçaõ no servisso de Deos das recolhidas, e o bom governo da caza no que muito lhe emcarregamos a consciencia, e a Regente A admoestará dos defeitos que cometer no seu officio, e a castigará

sendo necessario, e não se emendando nos dará conta, estando a Regente impedida fará as suas vezes e lhe obedeseirão todas as recolhidas.

### Capitulo 7º

#### Da christaõ, [sic] e do que a seu officio pertense

A Sáchristaõ terá cuidado da limpeza da capella, e sachristia, mandando a varrer pela creada de fora, hua ves cada semana mandará lavar a Roupa da sáchristia toalhas do Altar, e corporais, todas as vezes que for necessario, e estes emgomará, e procurará, quando lhe for pocivel ter aseado, o Altar, e terá cuidado de ter sera hostias, e vinho, para as Missas, e tucará o sino a cada hua das Missas, que se disserem na capela, e Repicará quando o santissimo for pelo campo, ou venha as doentes, e barrerá de dous em dous dias os coros de baixo, e de cima, e terá prromptos os livros que a Regente houver de ler no coro, e quando para algum dos ditos menisterios for necessario se abra a Roda da sáchristia dará para isso parte a Porteira que a hira abrir, e fichar feito o nesessario Tocará as Ave marias as horas competentes, que todas Rezaraõ de joelhos, e no fim dellas hum Padre Nosso, e hua Ave Maria pelas almas, terá sempre provimento de agoa benta no coro de baixo E de sima, e a noute em tocando a recolher hirá buscar a caldeira de agoa benta ao coro de sima e hirá dar a agoa benta a Regente, que a lançará sobre si, e na sella, e a deitará a ella sáchristaõ e dipois hirá pelos dormitórios encomendendo as almas, e deitando agoa benta a cada hua das Recolhidas que para isso a esperaraõ a porta das sellas, e satisfeito tornará a caldeira ao seu lugar.

### Capitulo 8º

#### Da zaladora e do que a seu officio pertenser

A zaladora será sempre hua das mais Antigas da caza, e das mais observantes prudente, e discreta, e vigiará sempre e observará as faltas, e defeitos de cada hua na observança destes Estatutos, e no mais que pertense a sua obrigaçaõ, ou do officio que tenha da vida, e as adevirtirá delles com caridade brandura amor, e pordencia, e quando se não emmendem o fará a saber a Regente para prover nisso como lhe parecer mais serviço de Deos, e a Esta, e a Porteira adevirtirá taõbem suas Faltas, mas com submiçaõ, e humildade, e se quando cada hua se acuzar publicamente dos seus defeitos, e não fizer mençaõ dos que lhe observou, sendo publicos a acuzará deles, e finalmente zelará tudo que for para bem da caza, e proveitamento das Recolhidas.

## Capitulo da despenseira

A despenseira terá a chave do seleiro do Paõ que se recolher na caza, e terá cuidado de o dar para o Moinho a tempo de maneira que andem sempre as fornadas, adientadas em forma que nunca as do Numaro Exprementem falta de Paõ e o dará lançando conta as recolhidas do Numaro de sorte que para cada hua he meio alqueire para cada semana, e ao medir, e dar o Paõ para o Moinho asistirá a forneira, terá taõbem as chaves das despença [sic], aonde estará todo o comestivo para se cozinhar, e a que fizer a cozinha terá cuidado na vespóra a noute de proguntar [sic] a Regente o que se hade fazer na cozinha, e faraõ o que ella determinar.

## Capitulo

### Das companheiras, e de que seu officio pertense

As companheiras seraõ obrigadas acompanhar o Parocho Capellaõ Medico Surirgiaõ quando Entrarem no recolhimento, para o que a Porteira dará sinal a que acodiraõ prontamente, e acompanharaõ sempre emquanto estiverem dentro athe sahirem, e quando entrar hortelom, ou outro qualquer official o acompanharaõ da mesma sorte athe o lugar aonde houverem de trabalhar, e ahi o deixará, mas sempre de quando em quando o vigiaraõ, e ao sahir o acompanharaõ outra ves, e quando forem acompanhando algum dos sobreditos, levará hua delas hua campainha que hirá tocando para que se recolhaõ as suas sellas, e acautelando alguns descuidos, e teraõ cuidado de barrer os dormitorios, escadas da caza do labor cada semana hua ves aos sabados antes de se tocar ao coro, e cada hua barrerá o seu dormitorio.

## Capitulo

### Da Espertadora e de que seu officio pertense

A Espertadora pela manhaõ as horas que determina o Estatuto tocará o sino interior a hir ao coro, e o mesmo fará dipois de Gentar, e a noute, e ao recolher para o que terá sentido no Relogio dos Padres da congregaçãõ pelo qual mandamos se governem, terá outro sim cuidado as Ave marias de asender as lampadas dos dormitorios, e de a prover de azeite para toda a noute, e telas sempre limpas e asiadas como taõbem hua que haverá no coro de sima que estará aseza athe se acavar o Exercicio da noute, e quando alguma Recolhida falte no coro, e mais Exercicios costumados terá cuidado de a hir chamar, ou saber a cauza porque naõ acudio ao sino quando tucou.

### Capitulo da campeira de que seu offico pertense

A campeira terá cuidado da horta tendo a sempre provida plantada, e granjada conforme os tempos das hortalses, especialmente fará deligencia por ter nella hervas de prestimo para as mezinhas ordinarias, e borrages, e finalmente fará muito por ter felores [sic] e nella, e nos claustros para a capella, e para o nessario dos grangeos, e terá sempre limpos, e barridos os caminhos que houver para se andar por ella, e ninhua das Recolhidas colherá couza algua da dita horta nem flores sem licença da campeira exseto A Regente, e havendo na horta hortelise que possa servir para a comunidade a colherá a seu tempo, e a dará.

### Capitulo das imfermeiras de que seu offico pertense

As imfermeiras para cumprir com a obrigação de seu cargo ha de ter a condissão branda para com a caridade assistir as doentes, e sofrida para aturar as condisoins, e mais achaques das enfermas, e Robusta para poder com o trabalho, e para com deligencia acodir as importunaçoens, e asidentes das doenças, e para melhor o fazer hade trazer diente dos olhos o merecimento que ha de ter para com Deos no exercicio desta obra de miziricordia [sic], terá particular cuidado na limpeza da sella da doente, e da cama fazendo a todos os dias, e barrendo a sella todas as vezes que for nessario tendo a sempre limpa e procurando naõ haja nella maõ cheiro antes procurará que cheire sempre bem buscando hervas cheirozas que pelo tempo houver para conçoção das doentes e do Medico, e pessoas que a vezitarem, que as vezitas naõ sejaõ demoradas para naõ morteficar a doente, e a imfermeira se impinhará quando lhe seja percizo [sic] o sacramento.



## FONTES MANUSCRITAS

### ADB – Arquivo Distrital de Braga

Fundo do recolhimento de Santa Maria Madalena

*Livro da despeza 1722-1826, Pasta 1083.*

*Livro das lembranças dos dinheiros que prezentemente trás a juro o Recolhimento de Santa Maria Magdalena e de S. Gonçalo desta cidade de Braga, 1818.*

*Cópia dos antigos estatutos do recolhimento de Santa Maria Madalena*

*Livro de contas do legado pio que instituiu Catherina Pinheiro para convertidas por huma doação feita em 21 de Fevereiro de 1739.*

*Devoção ao Santíssimo Coração de Jesus, instituida e propagada em varios Reynos da Christandade, Coimbra, António Simoens Ferreyra, 1734.*

*Este livro he aonde se deve carregar todo o dinheiro que receber tanto da renda do recolhimento como o recebido de nosso Prelado para sustento das recolhidas.*

*Mapa das recolhidas no recolhimento de Santa Maria Magdalena.*

*Este livro he pera se lançarem nelle as pagas do foro que se paga destas cazas a Nossa Senhora a Branca.*

Pastas nº 36, nº 1036, 1079, 1081, 1082, 1089, 1090, 1094, 1068, 1070, 1071, 1073, 1099, 1091.

Documentos avulso: nº 1047, 1049, 1050, 1051, 1053, 1054, 1955, 1056, 1058, 1062.

Documentos avulso Ms. nº 896; nº 5705.

Thadim, Manuel José da Silva, *Memórias de Braga*, 1054, vol. I; Ms. 1055, vol. II.

Coleção Cronológica:

Docs. nº 2373, nº 2560, nº 2634, nº 2810.

Fundo monástico-conventual:

*Livro dos assentos dos depósitos da Arca 1722-1829, F566A; F556B.*

*Livro de testamentos e ultimas vontades da Congregação do Oratório de Braga desde a sua fundação athe 1812, 0-9.*

Fundo das visitas e devassas:

*Auto da devassa que se procedeu no recolhimento de Santa Maria Madalena, 1816, doc. 41*

Fundo do Registo Geral:

Livros nº 7, nº 56, nº 62, nº 82, nº 90, nº 93, nº 102, nº 103, nº 108, nº 134, nº 139, nº 148, nº 156; nº 157, nº 159, nº 161, nº 166, nº 182, nº 235, nº 305.

Fundo Notarial:

Livro nº 208, nº 810, nº 677, nº 669, nº 910.

Fundo da Provedoria:

Doc. nº 4920, nº 8174

Fundo Paroquial:

*Livro de óbitos da freguesia de São Vítor 1715-1751.*

*Livro de óbitos da freguesia de São Vítor 1737-1751.*

*Livro de óbitos da freguesia de São Vítor 1751-1777.*

*Livro de óbitos da freguesia de São Vítor 1776-1798.*

*Livro de óbitos da freguesia de São Vítor 1801-1821.*

Livro de óbitos da freguesia de São Vítor 1811-1821.

Livro de óbitos da freguesia de São Vítor 1821-1833.

Fundo do Governo Civil

Distrito Administrativo:

Livros nºs 1, 2.

*Este livro ha de servir para nelle se lançarem as congras que se receberem para sustento deste Recolhimento de Santa Maria Magdalena e de S. Gonçalo, nº 3.*

## **Arquivo Distrital de Viana do Castelo**

Fundo da Misericórdia:

*Livro dos estatutos de S. Tiago, 1728.*

## **AEGCB – Arquivo do Extinto Governo Civil de Braga**

*Livro das Constituições dadas por Sua Alteza Real o Serenissimo Senhor D. Gaspar Arcebispo e Senhor de Braga e Primaz das Hespanha as Recolhidas da ordem de Penitencia de S. Domingos desta cidade de Braga, 1767.*

## **AFTUCP – PB – Arquivo da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa – Pólo de Braga**

*Livro de termos da Mesa da irmandade de São Pedro dos clérigos 1712-1728, não numerado.*

## **AISC – Arquivo da igreja de Santa Cruz**

Fundo da confraria de São Gonçalo:

*Livro dos estatutos da confraria do glorioso São Gonçalo, sita no recolhimento de Santa Maria Madalena e São Gonçalo, de novo fundada no campo de Santa Ana pelo senhor D. Rodrigo de Moura Teles, no anno de 1723.*

*Livro dos termos da Meza, juntas e eleições desde 20 de janeiro de 1727 athe 20 de abril de 1776 em que se uniu a de Santa Cruz.*

### **AIPSV – Arquivo da Igreja Paroquial de São Vicente**

Fundo da confraria de São Vicente:

*Estatutos da Irmandade do Martyr S. Vicente-reformados no anno de 1723.*

### **AMB – Arquivo Municipal de Braga**

*Livro das actas de vereação 1726, nº 40.*

*Livro das vereações 1648-1651, 34.*

*Livro de Vereações de 1773.*

### **ASCMB – Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Braga**

*Livro de defuntos 1724-1739.*

*Livro de entrada e falecimento 1787-1810.*

*Livro dos defuntos 1792-1802.*

*Livro dos doentes que faleceram no hospital de S. Marcos 1829-1840.*

### **ASB – Arquivo da Sé de Braga**

*Livro dos estatutos do recolhimento da Caridade, 1768.*

### **BA – Biblioteca da Ajuda**

49-II-29.

## FONTES IMPRESSAS

- Antonio, Manuel, *Panegyrico ao Excelentissimo e Reverendissimo Senhor D. Rodrigo de Mouta Teles*, Lisboa, Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1739.
- Amaral, António Caetano do, *Memorias para a Historia da vida do Venerável arcebispo de Braga D. Frei Caetano Brandão*, tomo II, Lisboa, s. e., 1868.
- Aranha, Boaventura Maciel, *Epitome da vida, e virtudes do excelentissimo senhor D. Rodrigo de Moura Telles, arcebispo de Braga Primaz das Hespanhas*, Lisboa, Officina Pinheirense, 1743.
- Aranha, Boaventura Maciel, *Cuidados da vida e descuidos da morte, representados em varias cartas, que o Author escreveo aos seus Irmãos persuadindo-os a que fação vida benemerita da eterna, nos estados de Sacerdote, Religioso, e Casado, dos quais diffusamente se trata por estilo clarissimo, que se exorna com muitas authoridades da Sagrada Escritura, com copiosos exemplos dos mayores Sãtos da Igreja de Deos, e có innumeraveis sentenças, e documentos Espirituais, Moraes e Politicos. Accrescentados com hum Epitome da vida, e da morte do Ecell.mo e Rever.mo Senhor Dom Rodrigo de Moura Telles Arcebispo e Senhor de Braga, Primaz das Espanhas*, Lisboa, Na Officina Pinheirense da Música e da Sagrada Religião de Malta, 1743.
- Arrais, Duarte Madeira, *Do methodo de conhecer e curar o morbo gallico: propoemse diffinitivamente a essencia, specias, causas, sinais, pronostico e cura de todos os affectos gallicos e largamente se trata do azougue, salsa parrilha, guaycão, pao santo, raiz da China e todos os mais remedios della e enfermidades*, Lisboa, Antonio Crasesbeeck de Mello, Impressor de S. A., 1633.
- Braga desconhecida*, II edição, Braga, Associação Juvenil "A Bogalha", 2003.
- Céu, Maria Benta do, *Jardim do Ceo plantado no convento de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Braga*, Lisboa, Na Officina de Manoel Coelho Amado, 1766.
- Constituiçoes Sinodais do Arcebispado de Braga ordenadas pello Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos Noronha no anno de 1639 E mandadas emprimir a primeira vez pelo Illustrissimo Senhor D. João de Sousa Arcebispo e Senhor de Braga Primas das Espanhas*, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, 1697.
- Diário da República*, 2ª série, nº 215, 2012.
- Espanca, Joaquim José da Rocha, *Memórias de Vila Viçosa*, nº 22, Vila Viçosa, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1984.
- Henriques, Francisco da Fonseca, *Âncora medicinal para conservar a vida com saúde*, 2ª edição, Lisboa, Officina de Miguel Rodrigues, 1731.
- Maria, frei João de Jesus, *Exercícios quotidianos com que se justifica a alma para se obter uma boa morte*, Lisboa, s. e., 1777.
- Marques, Abilio Gonçalves, *A guerra á tuberculose*, Porto, Escola Médico Cirurgica, 1901.
- Pontes, Sebastião do Vale, *Oração fúnebre de D. Rodrigo de Moura Telles*, Lisboa, s. e., 1730.
- Sousa, de Macedo, Antonio de, *Eva e Ave ou Maria Triumphante Theatro da erudicam e da philosophia*, Christam, Lisboa, 1676.
- Vieira, Gomes, João Baptista, *Memórias de Braga*, n.º 334.

## BIBLIOGRAFIA

- Abreu, João Paulo, *Em Braga de 1790 a 1805. D. Frei Caetano Brandão: um reformador contestado*, Braga, Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia de Braga; Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1997.
- Abreu, Laurinda, *Memórias da alma e do corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Viseu, Palimage Editores, 1999.
- Abreu, Laurinda "O arcebispo D. Teotónio de Bragança e a reestruturação do sistema assistencial na Évora Moderna", in Abreu, Laurinda (ed.), *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*, Lisboa, Colibri/CIDHEUS, 2004, pp. 156-165.
- Abreu, Laurinda, "A organização e regulação das *profissões médicas* no Portugal Moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados", in *Arte Média e Imagem do Corpo. De Hipócrates ao final do século XVIII*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, pp. 97-136.
- Abreu, Laurinda, *O poder e os pobres. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Gradiva, 2014.
- Algranti, Leila Mezan, *Honradas e devotas: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil 1750-1822*, São Paulo, José Olympo Editora, 1993.
- Algranti, Leila Mezan, "À sombra dos círios: o cotidiano das mulheres reclusas no Brasil colonial", in *O rosto feminino da Expansão Portuguesa. Congresso Internacional. Actas*, II, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, pp. 467-490.
- Algranti, Leila Mezan, *Livros de devoção, atos de censura. Ensaios de História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821)*, São Paulo, Hucitec, 2004.
- Almeida, Suely Creusa Cordeiro de, *O sexo devoto. Normatização e resistência feminina no Império Português XVI-XVIII*, Recife, Imprensa Universitária da UFRPE, 2005.
- Alonso Romo, Eduardo Javier, "Ejercicios y Penitencia en obra de Tomé de Jesus", in *Revista Via Spiritus*, 16, 2010, pp. 94-112.
- Amorim, Inês, "Património e crédito: Misericórdia e carmelitas de Aveiro (séculos XVII e XVIII)", in *Análise Social*, vol. XLI, 2006, pp. 693-729.
- Araújo, Ana Cristina, *A morte em Lisboa: atitudes e representações 1700-1830*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997.
- Araújo, Ana Cristina, "Despedidas triunfais-celebração da morte e cultos de memória no século XVIII", in Jancsó, Isteván e Kantor, Iris (org.), *Festa. Cultura e Sociabilidades na América Portuguesa*, vol. I, São Paulo, Imprensa Oficial, 2001, pp. 18-33.
- Araújo, António de Sousa, "D. Rodrigo de Moura Teles, arcebispo de Braga e a sua terceira visita "ad limina" (1723)", in *Itinerarium*, 46, 116, 2000, pp. 117-154.
- Araújo, António de Sousa, "D. Rodrigo de Moura Teles, Arcebispo de Braga, e a sua segunda visita "ad limina" (1713)", in *Itinerarium*, XLVIII, 2003, pp. 375-442.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, *Pobres, honradas e virtuosas: os dotes de D. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima (1670-1850)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, "Uma religiosa em fuga: a opção de D. Maria Xavier de

- regressar ao seculo”, in *Homens e mulheres: um caminho comum*. Revista da Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres, 2006, pp. 199-209.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, “The Archbishops of Braga and their Assistance to the Poor in Early Modern – Portugal”, in *The Journal of the Mediterranean Studies*, vol. XVII, Manchester, Manchester University Press, USA, 2008, pp. 97-117.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Misericórdia de Monção: fronteira, guerra e caridade (1561-1810)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Monção, 2008.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, “Filhas de famílias pobres: honra, pobreza e caridade nas Misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVIII)”, in Leandro, Maria Engrácia (coord.), *Laços Familiares e Sociais*, Viseu, Psicossoma, 2011, pp. 249-265.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, “Mulheres, honra e clausura em Portugal (séculos XVIII)”, in Rubio Pérez, Laureano M., *Instituciones y centros de reclusión colectiva. Formas y claves de una respuesta social (s. XVI-XX)*, León, Universidad de León, 2012, pp. 77-98.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, “Das origens à atualidade: um itinerário de 500 anos”, in Capela, José Viriato, Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, pp. 19-86.
- Araújo, Maria Marta Lobo de; Machado, Manuela, “Janeleiras” e “faladoras”: o quotidiano das mulheres no recolhimento de Santo António de Braga (séculos XVII-XVIII), comunicação apresentada no XVI Encontro Regional de História da ANPUH, in [http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=1](http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1)
- Araújo, Maria Marta Lobo de, “O tratamento das boubas no hospital de S. Marcos de Braga na Época Moderna”, in Pérez Álvarez, María José; Araújo, Maria Marta Lobo de (coords.), *La respuesta social a la pobreza en la Península Ibérica durante la Edad Moderna*, León, Universidade de León, 2014, pp. 31-54.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, *Memória e quotidiano: as visitas e as devassas ao hospital de S. Marcos de Braga na Idade Moderna*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2014.
- Astrain Gallart, Mikel, “La práctica médica en el medio rural castellano. El Memorial de Vicente Crespo (1785)”, in *Dymanis*, 22, 2002, pp. 461-472.
- Atienza López, Ángela, “De beaterios a conventos: nuevas perspectivas sobre el mundo de las beatas en la España Moderna”, in *Historia Social*, nº 57, 2007, pp. 145-168.
- Atienza, López, Ángela, “Nobleza, poder señorial y conventos en la España Moderna. la dimensión política de las fundaciones nobiliarias”, in Sarana Sánchez, E.; Serrano Martín, E., (coords.), *Estudios sobre señorío y feudalismo: homenaje a Julio Valdeón*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 2010, pp. 235-269.
- Austín, María Ángeles, “Discursos y prácticas sobre el cuerpo y la higiene en la Edad Moderna”, in *Cuadernos de Historia Moderna*, VIII, 2009, pp. 65-82.
- Bandeira, Miguel Sopas de Melo, *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*, Porto, Afrontamento, 2000.
- Barbeito, Maria Isabel, “Mujeres eremitas y penitentes. Realidad y ficción”, in *Revista Via Spiritus*, nº 9, 2002, pp. 185-215.
- Barbosa, António Francisco Dantas, *Tempos de festa em Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, Braga, Universidade do Minho, 2013, tese de Doutoramento policopiada.
- Barreiros, Bruno, “O discurso higienista no Portugal do século XVIII: tradição e modernidade”, in *Arte Média e Imagem do Corpo. De Hipócrates ao final do século XVIII*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, pp. 123-136.

- Basto, A. de Magalhães, *O recolhimento do Ferro*, Porto, Edições Marânus, 1943.
- Beauvalet-Boutouyrie, Scarlett, *Les femmes à l'époque moderne (XVIe-XVIIIe siècles)*, Paris, Belin, 2003.
- Bechtel, Guy, *A carne, o diabo e o confessor*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999.
- Birriel Salcedo, Margarita María, "El mueble en la provincia de Granada Pinos del Valle en el siglo XVIII", in Saavedra Alías, Inmaculada Arias de (ed.), *Vida cotidiana en la España de la Ilustración*, Granada, Universidad de Granada, 2012, pp. 159-186.
- Bourdieu, Pierre, *O poder simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.
- Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, *Do primeiro almoço à ceia. Estudo de História da Alimentação*, Sintra, Colares Editores, 2004.
- Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, *Cultura, Religião e Quotidiano*, Lisboa, Hugin, 2005.
- Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, "Vaidades nos conventos femininos ou dificuldades em deixar a vida mundana (séculos XVII-XVIII)", in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 10, tomo I, 2010, pp. 305-322.
- Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, "Ovos, ovos e mais ovos. Cultura, Economia, Dietética e Gastronomia", in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 13, 2013, pp. 399-432.
- Braudel, Fernand, *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII. As Estruturas do Quotidiano*, Lisboa, Teorema, 1992.
- Callahan, William, "Caridad, sociedad y economia en el siglo XVIII", in *Moneda y Crédito*, 146, 1987, pp. 66-97.
- Candau Chacón, María Luísa, "Un mundo perseguido. Delito sexual y justicia eclesiástica en los Tiempos Modernos", in Fortea, José I.; Gelabert, Juan E.; Mantecón Movellán, Tomas A., (eds.), *Furor et rabies. Violencia, conflicto y marginación en la Edad Moderna*, Cantabria, Univesridad de Cantabria, 2002, pp. 403-432.
- Candau Chacón, María Luisa, "Las mujeres y las emociones en la Edad Moderna", in García Hurtado, Manuel Reys (ed.), *El siglo XVIII en femenino. Las mujeres en el Siglo de las Luces*, Madrid, Ed. Síntesis, 2016, pp. 113-150.
- Capela, José Viriato; Ferreira, Ana Cunha, *Braga Triunfante ao tempo das Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, s. e, 2002.
- Capela, José Viriato; Matos, Henrique; Borralheiro, Rogério, *O heróico patriotismo das províncias do Norte. Os concelhos na Restauração de Portugal de 1808*, Braga, Casa Museu de Monção da Universidade do Minho, 2008.
- Carapinha, Aurora, "A cerca e o jardim do calustro. Dois espaços do nosso descontentamento", in *Monumentos*, 2001, pp. 73-77.
- Carasa Soto, Pedro, "Presentación. Las familias garantizaron la viabilidad de las elites y la sostenibilidad de los pobres", in *Historia Contemporánea*, 49, 2014, pp. 403-434.
- Carbonell, Monteserrat; Carrasco, Eva, "Pobres, rebels i prostitutes: dones i marginación en L'Antic Règim", in *L'Avenc*, nº 142, 1990, pp. 48-55.
- Carboni, Mauro, *Le doti della "povertà". Famiglia, risparmio, previdenza: il Monte del Matrimonio di Bologna (1583-1796)*, Bologna, Il Mulino, 1999.
- Cardoso, Ana Cláudia Dias, *A jóia como complemento da moda*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 2010.
- Carvalho, Joaquim Ramos de, "Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época

- Moderna”, in Mattoso, José (dir.), *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, pp. 32-70.
- Carvalho, José Adriano de Freitas, “Um espaço de oração na Época Moderna. O oratório particular: os usos. E também os abusos?”, in *Revista Via Spiritus*, 7, 2000, pp. 145-162.
- Castro, Maria de Fátima, “Assistência no Hospital de S. Marcos da 2ª metade do século XVII a cerca de 1710”, in *Revista Bracara Augusta*, XLIV, 1993, pp. 45-73.
- Castro, Maria de Fátima, “O recolhimento das beatas de Santo António do campo da Vinha”, in *Revista Bracara Augusta*, vol. XLVI, 1995/96, pp. 169-250.
- Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga. A assistência no hospital de S. Marcos*, vol. IV, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga e Autora, 2008.
- Castro, Xavier, “Cada viño reclama o seu sacramento”. Cultura do viño e gastronomia en Galicia”, in *Semata*, 21, 2009, pp. 107-140.
- Cavallo, Sandra, *Charity and power in early modern Italy. Benefactors and their motive in Turin 1541-1789*, Cambridge, University Presss, 1995.
- Chartier, Roger, “As práticas da escrita”, in Ariès, Philippe; Duby, Georges, (dir.), *História da vida privada. Do Renascimento ao século das Luzes*, Porto, Afrontamento, 1990, pp. 113-161.
- Chauvin, Charles, “Ignace et les courtisanes. La Maison Sainte Marthe (1542-1548)”, in Plazaola, J., (ed.), *Ignacio de Loyola y su tiempo*, Bilbao, Universidad de Deusto, 1992, pp. 551-562.
- Coates, Timothy J., *Degredados e órfãs: colonização dirigida pela Coroa no império português 1550-1755*, Lisboa, Comissão para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1998.
- Contreras Gay, José, “Las milicias en el Antiguo Régimen. Modelos, características generales y significado histórico”, in *Chronica Nova*, 20, 1992, pp. 75-104.
- Costa, Américo, *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães (caridade e assistência no meio vimaranense dos séculos XVII-XVIII)*, Guimarães, Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 1999.
- Costa, Ana Filipa Ladeira Felix, *Assistência ao doente moribundo no século XVIII*, Porto, Universidade Católica Portuguesa, 2012, dis. de Mestrado policopiada.
- Fernando Soares, *A Guerra da Restauração 1641-1668*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.
- Costa, Luís, *O templo de Santa Cruz*, Braga, Irmandade de Santa Cruz, 1993.
- David, Henrique, “Aspectos da mortalidade no concelho de Braga (1700-1880). A sazonalidade e as crises”, in *Bracara Augusta*, 44, 1993, pp. 75-103.
- Díaz P. Domínguez, P., *Las mujeres en la Historia de España (siglos XVIII-XX)*, Madrid, s. e. 1988.
- Dinges, Martin, “Health care and poor relief in regional Southern France in the Counter-Reformation”, in Grell, Ole Peter; Cunningham Andrew; Arrizalaga, Jon (dir.), *Health care and poor relief in Counter-Reformation Europe*, London, Routledge, 1999, pp. 240-279.
- Dinis, Celeste; Barbosa, António Francisco, “Pobreza e caridade: a acção assistencial do Cabido Bracarense (1728-1741)”, in *Cadernos do Noroeste. Série História*, 2, 20 (1-2), 2003, pp. 497-522.
- Durães, Margarida Pereira Varela, *Herança e Sucessão. Leis, práticas e Costumes no Termo de Braga (séculos XVIII e XIX)*, vol. II, Braga, Universidade do Minho, 2000, tese de Doutoramento policopiada.

- Elias, Luís Filipe da Cruz Quaresma, "A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra e o empréstimo de dinheiro a juros (1753-1765)", in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, tomo I, 10, 2010, pp. 261-283.
- Esteves, Alexandra, *Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732-1870)*, Vol. I, Braga, Universidade do Minho, 2011, tese de Doutoramento policopiada.
- Esteves, Alexandra, "Estar enfermo e ser pobre: assistência à saúde no Alto Minho de oitocentos", in Santos Carlota (Coord.), *Família, Espaço e Património*, Braga, CITCEM, 2011, pp. 201-221.
- Esteves, Alexandra, "Lugares de cura e de lazer: praias e termas no norte de Portugal entre os finais do século XIX e o início de novecentos", in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra; Silva, Ricardo; Coelho, José Abílio (coord.), *Sociabilidades na vida e na morte (séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM, 2014, pp. 295-316.
- Esteves, Alexandra, *Crime e criminosos no norte de Portugal. O Alto Minho oitocentista*, Lisboa, Cáritas, 2015.
- Esteves, Lídia Máximo; Barreto, Angélica Cruz, *Aspectos do Traje Popular nos arredores de Braga na mudança do século (XIX-XX)*, Braga, Museu Nogueira da Silva, 1988.
- Fargas Peñarrocha, Mariela, "Topografias de lo privado y de lo público: joyas, familia y género en la Época Moderna", in Saavedra Alías, Inmaculada Arias de; Guadalupe Muñoz, Miguel Luis López (eds.), *Vida cotidiana en la Monarquía Hispánica. Tiempo y espacios*, Granada, Universidad de Granada, 2014, pp. 215-229.
- Farge, Arlette, "Agitadoras notórias", in Farge, Arlette; Davis, Natalie Zemon (dir.), *História das Mulheres. Do Renascimento à Idade Moderna*, Porto, Afrontamento, 1994, pp. 554-572.
- Fernandes, Adília, *O recolhimento de Santo António do Sacramento de Torre de Moncorvo (1661-1814). Clausura e destinos femininos*, Coimbra, Palimage Editores, 2015.
- Fernandes, Maria de Lurdes Correia, "Ignorância e confissão nas primeiras décadas do século XVII em Portugal", in *Estudos de homenagem a João Francisco Marques*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, pp. 427-438.
- Fernández Chaves, Manuel F., *Comercio y Cultura en la Edad Moderna*, CD-Rom, Sevilla, Editorial da Universidad de Sevilla XIII, 2005, pp. 1757-1758.
- Fernández Sobremazas, Ainhoa, "Prostitutas en la España Moderna", in *História*, 16, 2006, pp. 8-37.
- Ferraz, Tiago, "Acompanhar ao outro mundo: a morte nas confrarias de Braga no século XVIII. Estudo preliminar", in *CEM*, nº 3, 2012, pp. 163-177.
- Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, *A morte e a salvação da alma na Braga Setecentista*, Braga, Universidade do Minho, 2014, tese de Doutoramento policopiada.
- Ferreira, Mons. Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (sec. III - sec XX)*, tomo III, Famalicão, Edição da Mitra Bracarense, 1932.
- Ferreira, J. A. Pinto, *O recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança (fundado na cidade do Porto no século XVIII)*, Porto, Câmara Municipal do Porto, s. d.
- Ferreira, Maria de Lurdes de Carvalho, *A doença do peito. Contributo para o estudo histórico da tuberculose*, Porto, Faculdade de Letras, 2005.
- Flandrin, Jean-Louis, "Le goût et la nécessité: sur l'usage des graisses alimentaires dans les cuisines d'Europe Occidentale (XIV-XVIII siècles)", in *Annales ESC*, nº 3, 1983, pp. 369-401.

- Flandrin, Jean-Louis, "A distinção pelo gosto", in Ariès, Philippe; Duby, Georges (dir.), *História da vida privada. Do Renascimento ao século das Luzes*, Porto, Afrontamento, 1990, pp. 225-248.
- Flores, Maria José Vieira de Azevedo, *A confraria do Menino Deus e a paróquia de Maximinos (1700-1850). População, Sociedade e Assistência (1700-1850)*, Braga, Universidade do Minho, 1994, dis. de Mestrado policopiada.
- Flynn, Maureen, *Sacred Charity. Confraternities and social welfare in Spain 1400-1700*, London, The Macmillan Press, 1989.
- Foucault, Michel, *A vontade de saber, história da sexualidade*, Lisboa, Relógio d'água, 1994.
- Franco Rubio, Glória, "La vivienda en el Antiguo Régimen: de espacio habitable a espacio social", in *Chronica Nova*, 35, 2009, pp. 63-103.
- Furtado, Júnia Ferreira, "Desfilar: a Procissão barroca", in *Revista Brasileira de História*, nº 33, 1997, pp. 251-279.
- Gandelman, Luciana Mendes, *Mulheres para um império: órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia (Salvador, Rio de Janeiro e Porto-século XVIII)*, Campinas, Universidade de Campinas, 2005, tese de Doutorado policopiada.
- Gélis, Jacques, "El cuerpo, la Iglesia y lo Sagrado", in Corbin, Alain; Courtine, Jean-Jacques; Vigarello, Georges (dir.), *Historia del cuerpo. Del Renacimiento a la Ilustración*, Madrid, Taurus, 2005, pp. 27-111.
- Gomes, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e confrades em Braga no tempo de Pombal. (contributo para o estudo do movimento e organização confraternal bracarense século XVIII)*, Braga, Universidade do Minho, 2002, dis. de Mestrado policopiada.
- Gómez García, María Carmen, *Mujer y clausura. Conventos Cistercienses en la Málaga Moderna*, Málaga, Universidad de Málaga, 1997.
- Gonçalves, Armanda da Silva, *A alimentação na Idade Moderna. O recolhimento de Santa Maria Madalena e de S. Gonçalo (século XVIII)*, realizado no âmbito da UC Investigação Histórica, do Mestrado em Ensino de História e Geografia do 3º Ciclo e Secundário, Braga, Universidade do Minho, 2013, p. 10. Policopiado.
- González Heras, Natalia, "Domestic religiosity in the 18 century Spanish Court: elite women, every day life spaces and material culture. An approach to a study in progress", in *Revista Portuguesa de História*, t. XLVII, 2016, pp. 93-108.
- González Lopo, Domingo, *Los comportamientos religiosos en la Galicia del Barroco*, Santiago de Compostela, Xunta da Galicia, 2002.
- Gouveia, António Camões, "O enquadramento pós-tridentino e as vivências do religioso", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, quarto volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 290-299.
- Gouveia, António Camões, "A Sacralização dos ritos de passagem", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 529-601.
- Griseri, Angela, *Ourivesaria barroca*, Lisboa, Editorial Presença, 1989.
- Grieco, Sara F. Matthews, "O corpo, aparência e sexualidade", in Duby, Georges; Perrot, Michelle, *História das Mulheres. Do Renascimento à Idade Moderna*, Porto, Afrontamento, 1991, pp. 71-119.
- Groppi, Angela, "Dots et institutions: la conquête d' un "patrimoine" (Rome, XVIIIe-XIXe siècle)", in *Clio. Histoire, Femmes et Sociétés. Femmes, Dots et Patrimoines*, 7, 1998, pp.

139-154.

- Guadalupe Muñoz, Miguel Luis López, "Sublimar lo cotidiano. Vida de clausura en la Granada barroca: el convento del Ángel Custodio en el siglo XVIII", in Saavedra Alías, Inmaculada Arias de; Guadalupe Muñoz, Miguel Luis López (eds.), *Vida cotidiana en la Monarquía Hispánica. Tiempo y Espacios*, Granada, Universidad de Granada, 2014, pp. 421-442.
- Hatherly, Ana, "Tomar a palavra. Aspectos de vida da mulher na sociedade barroca", in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, nº 9, 1996, pp. 269-280.
- Hespanha, António Manuel, "A família", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, quarto volume, Lisboa, Círculo de leitores, 1993, pp. 273-285.
- Hufton, Olwen, "Mulheres, trabalho e família", in Farge, Arlette; Davis, Natalie Zemon (dir.), *História das Mulheres. Do Renascimento à Idade Moderna*, Porto, Afrontamento, 1991, pp. 23-69.
- Jesus, Elisabete Maria Soares de, *Poder, caridade e honra. O Recolhimento do Anjo do Porto (1672-1800)*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2006, dis. de Mestrado policopiada.
- Johnston, Norman, *Forms of constraint. A History of prison architecture*, Chicago, University of Illinois Press, 2000.
- Jutte, Robert, "Syphilis and confinement", in Junker, Detlef; Mattern, S. Daniel (eds.), *Institutions of Confinement: Hospitals, Asylums and Prisons in Western Europe and North America: 1500-1950*, Cambridge, University Press, 1996, pp. 97-115.
- Le Goff, Jacques, *O nascimento do Purgatório*, Lisboa, Ed. Estampa, 1995, pp. 18-27.
- León Vegas, Milagros, "Abstinencia sexual en tiempo de Cuaresma. La prostitución en Antequera a comienzos del siglo XVII", in *Baetica. Estudios de Arte, Geografía e Historia*, 26, 2004, pp. 321-339.
- Liberato, Marco, "Trento, a Mulher e o Controlo Social: o Recolhimento de S. Manços", in Abreu, Laurinda (ed.), *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*, Lisboa, Colibri/CIDHEUS, 2004, pp. 275-289.
- Lisboa, João Luís; Miranda, Tiago C. P. dos Reis, "A cultura escrita nos espaços privados", in Mattoso, José (dir.), *História da vida privada. A Idade Moderna*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, pp. 334-394.
- Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social (1750-1850)*, vol. I, II, Viseu, Palimage Editores, 2000.
- Lopes, Maria Antónia, "Repressão de comportamentos femininos numa comunidade de mulheres-uma luta perdida no recolhimento da Misericórdia de Coimbra (1702-1743)", in *Revista Portuguesa de História*, 2005, pp. 189-229.
- Lopes, Maria Antónia, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna*, Coimbra, Imprensa Universitária, 2010.
- Lopes, Maria Antónia, "Dominando corpos e consciências em recolhimentos portugueses (séculos XVIII-XIX)", in Rubio, Pérez, Laureano M. (Coord.), *Instituciones y centros de reclusión colectiva. Formas y claves de una respuesta social (s. XVI-XX)*, León, Universidad de León, 2012, pp. 99-130.
- Lopes, Maria Antónia, "Transgressões femininas no recolhimento da Misericórdia do Porto, 1732-1824", in *Saúde, Ciência e Património. Atas do III Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Porto, Santa Casa da Misericórdia, 2016, pp. 95-123.

- López-Cordón, M. V., "Mujer e historiografía: del androcentrismo a las relaciones de género", in *Reflexiones políticas desde los feminismos*, Oviedo, s. e., 2004, pp. 1-30.
- López-Cordón, M. V., "Los estudios históricos sobre las mujeres en la Edad Moderna. estado de la cuestión", in *Revista de Historiografía*, 20, 2015, pp. 147-181.
- Lorenzo Pinar, Francisco Javier, "El comercio de la muerte en la Edad Moderna: el caso de Zamora", in *Muerte, Religiosidad y Cultura Popular, siglos XIII-XVIII*, Saragoza, Eliseo Serrano Editor, 1994, pp. 431-448.
- Loreto López, Rosalva, *Los conventos femeninos y el mundo urbano de la Puebla de los Ángeles del siglo XVIII*, México, Colegio de México; Centro de Estudios Históricos, 2000.
- Lousada, Maria Alexandra, "A rua, a taberna e o salão: elementos para uma geografia histórica das sociabilidades", in Ventura, Maria da Graça A. Mateus (coord.), *Os espaços de sociabilidade na Ibero-América (sécs. XVI-XIX)*, Lisboa, Colibri, 2004, pp. 95-120.
- Lozano Ruiz, Carlos, "Solidaridad Urbana en las Cofradías Palentinas ante el Óbito. Cofrades en la Vida y en la Muerte", *I Congresso Histórico Internacional As Cidades na História: População*. Actas, vol. 3, Guimarães, Câmara Municipal, 2013, pp. 203-225.
- Lozano Ruiz, Carlos, "Mozas de servicio ante la Real chancillería de Valladolid en las postrimerías del Antiguo Régimen, una primera aproximación", in Iglesias Rodríguez, Juan José; Pérez García, Rafael; Fernández Chaves, Manuel F. (eds.), *Comercio y Cultura en la Edad Moderna*, CD-Rom, Sevilla, Editorial da Universidad de Sevilla XIII, 2015, pp. 1755-1767.
- Machado, Machado, *Entre a clausura e o século: o recolhimento de Santo António do campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (século XVII-XVIII)*, Braga, Universidade do Minho, 2014, dis. de Mestrado policopiada.
- Machado, Manuela; Araújo, Maria Marta Lobo de, "Janeleiras" e "faladoras": o quotidiano das mulheres no recolhimento de Santo António de Braga (séculos XVII-XVIII), comunicação apresentada no XVI Encontro Regional de História da ANPUH, in [http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=1](http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1)
- Machado, Manuela, "Os tratamentos termais e os banhos de mar promovidos pela Misericórdia de Braga aos doentes (século XIX)", in Esteves, Alexandra et al (coords.), *Dos riscos à criminalidade*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 2015, pp. 23-42.
- Madureira, Nuno Luís, *Lisboa 1740-1800. Cidade, espaço e quotidiano*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992.
- Magalhães, António, "Um refúgio de "mulheres nobres principaes"? O recolhimento de S. Tiago na Viana do Castelo do século XIX", in Santos, Carlota (Coord.), *Família, Espaço e Património*, Braga, CITCEM, 2011, pp. 223-234.
- Magalhães, António, "Pouco importa ter sangue nobre e ser de procedimento vil": mulheres em conflito no recolhimento de S. Tiago (século XVIII)", in *Estudos Regionais*, 133, II série, nº 6, 2012, pp. 133-152.
- Magalhães, António, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*, Viana do Castelo, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, 2013.
- Magalhães, Vera, "Prevenção, higiene social e saúde pública sob o signo das Luzes", in Esteves, Alexandra et al (coords.), *Dos riscos à criminalidade*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 2015, pp. 53-61.
- Mantecón Movellán, Tomás A., *Contrarreforma y religiosidad popular en Cantabria*, Cantabria, Asambea Regional de Cantabria, 1990.

- Mantecón, Movellán, Tomás A., "La violencia en la Castilla urbana del Antiguo Régimen", in Fortea Pérez, José; Gelabert, Juan E (eds.), *Ciudades en conflicto (siglos XVI-XVIII)*, Madrid, Marcial Pons, 2008, pp. 307-334.
- Marcos Martín, Alberto, "Carità e società nella Spagna Moderna", in Ammannati, F., *Assistenza e Solidarietà in Europa secc. XIII-XVIII/Social Assitance and Solidarity in Europe 13th to the 18th centuries, Atti della 44 Settimana di Studi 2012*, Firenze, I. F. Datini/Firenze University Press, 2013, pp. 1-11.
- Marcos Martín, Alberto, "La asistencia domiciliária en la España del Antiguo Régimen: el caso de la Cofradía de la Caridad de Palencia", in Pérez Álvarez, María José; Araújo, Maria Marta Lobo de (coords.), *La respuesta social a la pobreza en la Península Ibérica durante la Edad Moderna*, León, Universidad de León, 2014, pp. 89-110.
- Marques, João Francisco, "Orações e Devoções", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 603-670.
- Martín García, Alfredo; Martín García, Ana, *Las cofradías de la Orden Tercera de Ferrol. Estudio histórico-artístico*, Ferrol, Concelho de Ferrol. Cultura, 2007.
- Martín García, Alfredo, "Higienismo y asistencia en la Galicia urbana de finales del Antiguo Régimen", in Pérez Álvarez, María José; Araújo, Maria Marta Lobo de (coords.), *La respuesta social a la pobreza en la Península Ibérica durante la Edad Moderna*, León, Universidad de León, 2014, pp. 116-128.
- Marston, Edward, *Prision. Five hundred years of life behind bars*, Surrey, The National Archives, 1998.
- Martins, William de Sousa, "A clausura enferma: petições para a saída do Convento da Ajuda no Rio de Janeiro para tratamento de doenças contagiosas, c. 1750-1780", in *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, vol. 23, nº 3, 2016, pp. 719-732.
- Martins, Moisés; Gonçalves, Albertino; Pires, Helena, *A Romaria de Nossa Senhora da Agonia. Vida e Memória da cidade de Viana*, Viana do Castelo, Grupo desportivo e cultural dos trabalhadores dos estaleiros navais de Viana do Castelo, 2000.
- Matos, Artur Teodoro, "Vivências, comportamentos e percursos das recolhidas de Santa Bárbara de Ponta Delgada nos séculos XVII a XX: contributos para uma monografia", in *Colóquio Comemorativo dos 450 anos da cidade de Ponta Delgada – Actas*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1999, pp. 141-152.
- Matos, Artur Teodoro, "Empréstimos e penhores de uma confraria de Goa no século XVIII", in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVI, 2002, 2003, pp. 555-563.
- Matos, José Sacramento, "O Recolhimento de Santos-o-Novo das Comendadeiras de Santiago", in *Monumentos*, 2001, pp. 9-13.
- Melossi, Dario; Pavarini, Massimo, *Cárcere e fábrica. As origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)*, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2006.
- Mendes, José Amado, "Evolução da economia portuguesa", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 315-337.
- Mendes, Paula Almeida, "Em busca da perfeição cristã: práticas espirituais e devotas dos leigos em Portugal (séculos XVI-XVII)", in *Revista Portuguesa de História*, t. XLVII, 2016, pp. 45-92.
- Mendonza García, Eva M<sup>a</sup>, "Mujer y beneficencia: el Hospital de Inválidos de Málaga", in *Iglesia Española y las Instituciones de Caridad*, Madrid, Instituto Escorialenses de Investigaciones Históricas y Artísticas, 2006, pp. 329-349.

- Milheiro, Maria Manuela de Campos, *Braga. A cidade e a festa no século XVIII*, Braga, NEPS, 2003.
- Monteiro, Nuno Gonçalo, *O crepúsculo dos Grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003.
- Monzón, M, E., "Marginalidad y prostitución", in Morant, Isabel (dir.), *Historia de la Mujeres en España y América Latina, II. El Mundo Moderno*, Madrid, Cátedra, 2005, pp. 378-389.
- Moreno Mengívar, Andrés; Vásquez García, Francisco, "Formas y funciones de la prostitución hispánica en la Edad Moderna: el caso Anadaluz", in *Norba. Revista de História*, vol. 20, 2007, pp. 53-84.
- Morgado García, A., "Pecado y confesión en la España Moderna. Los manuales de confesores", in *Trocadeo*, n.ºs 8 e 9, 1996-1997, pp. 119-148.
- Morujão, Isabel, "Morrer ao pé da letra: relatos da morte na clausura feminina portuguesa", in *Via Spiritus*, 15, 2008, pp. 163-194.
- Muir, Edward, *Fiesta y Rito en la Europa Moderna*, Madrid, Editorial Complutense, 2001.
- Nazzari, Muriel, "Sem perda da honra: a preservação da reputação feminina no Brasil colonial", in Silva, Maria Beatriz Nizza da (coord.), *Sexualidade, Família e Religião na Colonização do Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 65-75.
- Neto, Margarida Sobral, "O papel da mulher na sociedade portuguesa setecentista. Contributo para o seu estudo", in Furtado, Júnia Ferreira (odr.), *Diálogos Oceânicos. Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Português*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2001, pp. 21-44.
- Oliveira, António de, *Capítulos de História de Portugal*, vol. II, Coimbra, Palimage, 2015.
- Oliveira, Aurélio de, *A abadia de Tibães 1630/1680-1813*, 2.º volume, Porto, Faculdade de Letras, 1979, tese de Doutoramento policopiada.
- Oliveira, Aurélio, "Renda agrícola em Portugal durante o Antigo Regime (séculos XVII-XVIII): alguns aspectos e problemas", in *Revista de História Económica e Social*, 6, 1980, pp. 1-56.
- Oliveira, Eduardo Pires, *O recolhimento de Santa Maria Madalena e São Gonçalo ou das Convertidas [Braga]*, Braga, Governo Civil de Braga, 2002.
- Oliveira, Eduardo Pires de, "A capela de S. Sebastião, em Braga", in *Forum*, n.º 36, 2004, pp. 71-112.
- Olival, Fernanda, "Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios", in Mattoso, José (dir.), *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, pp. 244-275.
- Oliveira, Flávia, *As damas descalças: o Carmelo feminino da Braga Moderna e Contemporânea (séculos XVIII-XX)*, Braga. Policopiado.
- Ortego Austin, María Ángeles, "Discursos y prácticas sobre el cuerpo y la higiene en la Edad Moderna", in *Cuadernos de Historia Moderna*, VIII, 2009, pp. 67-92.
- Paiva, José Pedro, "O episcopado e a "assistência" em Portugal na Época Moderna (séculos XVI-XVIII)", in Abreu, Laurinda (ed.), *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*, Lisboa, Colibri/CIDHEUS, 2004, pp. 170-177.
- Paiva, José Pedro, *Os Bispos de Portugal e do Império 1495-1777*, Coimbra, Imprensa Universitária, 2006.
- Pardal, Rute, *Práticas de caridade e assistência em Évora (1650-1750)*, Évora, Universidade

- de Évora, 2012, tese de Doutoramento policopiada.
- Pazzis di Corrales, Magdalena; García Hernán, David, "Aproximación al modo de vida conventual de los Franciscanos Descalzos. La provincia de San Juan Bautista en el siglo XVIII a través de los libros de patentes", in *Cuadernos de Historia Moderna*, nº 16, 1995, pp. 430-448.
- Pereira, Maria das Dores de Sousa, "A assistência à alma na Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)", in *NW. Noroeste. Revista de História*, 1, 2005, pp. 137-165.
- Pérez Álvarez, María José, *La familia, la Casa e el Convento. Las mujeres leonesas durante la Edad Moderna*, León, Universidad de León, 2012.
- Pérez Álvarez, María José, "Vida urbana y exclusión social en Zamora durante la Edad Moderna", in *As cidades na História. Atas do Congresso Histórico Internacional*, vol. III, s. l., Câmara Municipal de Guimarães, 2013, pp. 56-80.
- Pérez García, Rafael M., *La imprenta y la literatura espiritual castellana en la España del Renacimiento*, Sevilla, Ediciones Trea, S. L, 2006.
- Pérez Molina, Isabel, "La normativización del cuerpo femenino en la Edad Moderna: el vestido y la virgindad", in *Espacio, Tiempo y Forma. Historia Moderna*, t. 17, 2004, pp. 103-116.
- Pérez Samper, María de los Ángeles, "Fiesta y Alimentación en la España Moderna: El Banquete como Imagem Festiva de Abundância y Refinamiento", in *Espacio, Tiempo y Forma, História Moderna*, série IV, nº 10, 1997, pp. 45-68.
- Pérez Samper, María de los Ángeles, "Mujeres en ayunas: el sistema alimentario en los conventos femeninos de la España Moderna", in *Contrates*, 11, 2006, pp. 33-80.
- Pérez Samper, María de los Ángeles, "La alimentación cotidiana en el España del siglo XVIII", in García Hurtado, Manuel Reyes (ed.), *La vida cotidiana en el España del siglo XVIII*, Madrid, Silex, 2009, pp. 11-45.
- Pilosu, Mário, *A Mulher, a Luxúria e a Igreja na Idade Média*, Lisboa, Ed. Estampa, 1995, pp. 134-147.
- Pina, Luiz de, "Aspectos da vida médica nos séculos XVII e XVIII", in *Revista Medicina*, nºs 29, 30, 1938, pp. 4-36.
- Piponnier, Françoise, "Do lume à mesa: arqueologia do equipamento alimentar no fim da Idade Média", in Flandrin, Jean-Louis; Montari, Massimo (dir.), *História da Alimentação. Da Idade Média aos tempos actuais*, Lisboa, Terramar, 2001, pp. 123-132.
- Pons Fuster, Francisco, "Modelos de mujeres espirituales. El ejemplo de las beatas valencianas y su evolución histórica", in Burrieza Sánchez, Javier (ed.), *El alma de las mujeres. Ámbitos de espiritualidad femenina en la modernidade (siglos XVI-XVIII)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2015, pp. 216-237.
- Português, Ernesto, *Monsenhor Airosa – Pedagogo-Empresário. História do Colégio de Regeneração de Braga 1869-1931*, Vols. 1-2, Braga, Instituto Monsenhor Airosa, 2015.
- Quellier, Florent, *La table des Français. Une Histoire culturelle (XVIe – début du XIXe siècles)*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2007, pp. 126-132.
- Ramos, Anabela; Claro, Sara, *Alimentar o corpo e saciar a alma. Ritmos alimentares dos monges de Tibães, século XVII*, Porto, Cultura Norte; Afrontamento, 2013.
- Ramos, Odete, *A gestão dos bens dos mortos na Misericórdia dos Arcos de Valdevez: caridade e espiritualidade (séculos XVII-XVIII)*, Arcos de Valdevez, Santa Casa da Misericórdia dos Arcos de Valdevez, 2015.

- Rangel, Leonardo Coutinho de Carvalho, "Livre dentro dos muros: o caso de madre Brígida de Santo António (1576-1655)", in *Revista Via Spiritus*, nº 18, 2011, pp. 55-81.
- Reis, Maria de Fátima, "Caridade e clausura: honra e virtude feminina em Lisboa na Modernidade", in Abreu, Laurinda (ed.), *Asistencia y caridad como estrategias de intervención social: Iglesia, Estado e Comunidad (s. XV-XX)*, Bilbao, Universidad del País Vasco, 2007, pp. 315-322.
- Rézio, Maria Margarida Dinis, *Transformação urbana e vivência termal: caso das Caldas da Rainha*, vol. I, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012, tese de Doutoramento policopiada.
- Rey Castelao, Ofelia; Iglesias Estepa, Raquel, "The domestic service of the clergy in Spain, 1750-1836", in Fauve-Chamoux, Antoinette (ed.), *Domestic service and the formation of European Identity, Understanding the globalization of domestic work, 16<sup>th</sup>-21<sup>st</sup> centuries*, New York-Oxford, Peter Lang, 2004, pp. 127-140.
- Rey Castelao, Ofelia, "El comercio de libros en la Galicia del Antiguo Régime", in *Obradoiro de História Moderna*, nº 17, 2008, pp. 277-302.
- Rey Castelao, Ofelia; Rial García, Serrana, "Las viudas de Galicia a fines del Antiguo Régimen", in *Chronica Nova*, 34, 2008, pp. 91-122.
- Rey Castelao, Ofelia, "La historia de las mujeres en Galicia. Un estado de la cuestión (1988-2008)", in *Minius*, 17, 2009, pp. 191-234.
- Rey Castelao, Ofelia; Rial García, Serrana, *Historia de las mujeres en Galicia. Siglos XVI-XIX*, Galicia, Bretama, 2011.
- Rheinheimer, Martin, *Pobres, mendigos y vagabundos. La supervivencia en la necesidad, 1450-1850*, Madrid, Siglo XXI, 2008.
- Rial García, Serrana, "Mujeres "solas" en la sociedad semi urbana gallega del siglo XVIII", in *Obradoiro de Historia Moderna*, nº8, 1999, pp. 169-197.
- Rial García, Serrana, "Una mirada a la evolución historiográfica de la historia de las mujeres", in *Semata*, 20, 2008, pp. 155-188.
- Rial García, Serrana; Rey Castelao, Ofelia, "Las viudas de Galicia a fines del Antiguo Régimen", in *Chronica Nova*, 34, 2008, pp. 91-122.
- Rial García, Serrana; Rey Castelao, Ofelia, *Historia de las mujeres en Galicia. Siglos XVI-XIX*, Galicia, Bretama, 2011.
- Ribeiro, Vitor, *Historia da beneficência pública em Portugal*, Coimbra, Imprensa Universitária, 1907.
- Ribeiro Maria do Carmo Franco; Martins, Maria Manuela, "Contributo para o estudo do abastecimento de água à cidade de Braga na Idade Moderna. O livro da cidade de Braga (1737)", in Martins, Maria Manuela; Freitas, Isabel Vaz de; Val Valdiviesco, María Isabel del (coord.), *Caminhos da água. Paisagens e usos na longa duração*, Braga, CITCEM, 2012, pp. 185-203.
- Rocha, Maria Manuela, "A actividade creditícia em Lisboa (1770-1830)", in *Análise Social*, vol. XXXI, (136-137), 1996, pp. 579-598.
- Rocha, Maria Manuela; Sousa, Rita Martins de, "Moeda e crédito", in Lains, Pedro; Silva, Álvaro Ferreira (orgs.), *História económica de Portugal 1700-2000, O século XVIII*, vol. I, Lisboa, ICS, 2005, pp. 209-236.
- Rodrigues, Cláudia, "O uso dos testamentos nas pesquisas sobre atitudes diante da morte em sociedades católicas de Antigo Regime", in Guedes, Roberto; Rodrigues, Cláudia;

- Wonderley, Marcelo da Rocha (orgs.), *Últimas vontades. Testamento, sociedade e cultura na América Ibérica [séculos XVII e XVIII]*, Rio de Janeiro, Manuad; FAPERJ, 2015, pp. 17-49.
- Rodrigues, Lisbeth de Oliveira, *Os hospitais portugueses no Renascimento (1480-1580): o caso de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha*, vol. I e II, Braga, Universidade do Minho, 2013, tese de Doutoramento policopiada.
- Rodrigues, Manuela Martins, "Morrer no Porto: piedade, pompa e devoções. Alguns exemplos das freguesias da Sé, Santo Idefonso e Campanhã (1690-1724)", in *Colóquio Internacional do Barroco. Actas*, vol. I, Porto, Reitoria da Universidade do Porto, 1991, pp. 323-349.
- Rodríguez Hernández, Antonio José, *Los tambores de Marte. El reclutamiento en Castilla durante la segunda mitad del siglo XVII (1648-1700)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2011.
- Roque, João Lourenço, "Dramas individuais e familiares na biografia de algumas mulheres do Paço do Conde", in *Biblos*, vol. LXIII, 1987, pp. 223-262.
- Roulet, Antoine, "Poder y cuerpo en los conventos de Carmelitas Descalzas", in *Historia Social*, nº 78, 2014, pp. 3-16.
- Sá, Isabel dos Guimarães, "Práticas de caridade e salvação da alma nas Misericórdias metropolitana e ultramarinas (séculos XVI-XVIII). Algumas metáforas", in *Oceanos*, 35, 1998, pp. 42-50.
- Sá, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.
- Sá, Isabel dos Guimarães, "Os espaços de reclusão e a vida nas margens", in Mattoso, José (dir.), *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, pp. 276-299.
- Santos, Eugénio, "Missões do interior e festa barroca: um aspecto da sensibilidade colectiva", in *I Congresso Internacional do Barroco. Actas*, II volume, Porto, Reitoria da Universidade do Porto; Governo Civil do Porto, 1991, pp. 641-648.
- Santos, Eugénio, "Missões do interior (Época Moderna)", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 221-231.
- Sarti, Raffaella, *Casa e Família. Habitar, comer e vestir na Europa da Idade Moderna*, Lisboa, Estampa, 2001.
- Silva, Ricardo, *Casar com Deus: vivências religiosas e espirituais femininas na Braga Moderna*, Universidade do Minho, 2011, tese de Doutoramento policopiada.
- Silva, Ricardo; Araújo, Maria Marta Lobo de, "A infância entre muros na Diocese de Braga na Época Moderna", in *Diálogos*, 19 (2), 2015, pp. 549-564.
- Silva, Ricardo, "Alimentar o corpo e o espírito no convento de Nossa Senhora dos Remédios de Braga no século XVII", in Araújo, Maria Marta Lobo de et al, *O tempo dos alimentos e os alimentos no tempo*, Braga, CITCEM, 2012, pp. 73-90.
- Silva, Ricardo, "Fundações conventuais femininas franciscanas no arcebispado de Braga na Época Moderna", in Peláez, Rosal Manuel (dir.), *El Franciscanismo en la Península Ibérica. El viaje de San Francisco por la Península Ibérica y su legado (1214-2014)*, Actas, vol II, Córdoba, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 2012, pp. 393-405.
- Silva, Ricardo, "Atitudes perante a doença nos conventos femininos bracarenenses", in Esteves, Alexandra et al (coords.), *Dos riscos à criminalidade*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 2015, pp. 13-22.

- Silva, Ricardo, "Confrarias conventuais em Braga na Época Moderna", in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *As confrarias de Braga na época barroca*, Vila Nova de Famalicão, Humus, 2016, pp. 65-75.
- Silva, Ricardo, "O uso da mortalha franciscana em Braga na Época Moderna", em publicação.
- Silva, Sara, "A contabilidade da confraria de Nossa Senhora do Carmo (1758-1834)", in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *As confrarias de Braga na época barroca*, Vila Nova de Famalicão, Humus, 2016, pp. 95-114.
- Soares, Franquelim Neiva, *A arquidiocese de Braga no século XVII. Sociedade e Mentalidades pelas visitas pastorais (1550-1700)*, Braga, Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho; Governo Civil de Braga, 1997.
- Soares, Franquelim Neiva, *Relatórios das visitas ad limina da arquidiocese de Braga (1585-1910)*, vol. II, Braga, Arquidiocese de Braga, 2015.
- Soares, Ivone da Paz, "Seduções das recolhidas", in *Cadernos do Noroeste*. Série História 3, 20 (1-2), 2003, pp. 293-312.
- Sousa, Gonçalo de Vasconcelos e, "A joalheria portuguesa nos séculos XVII a XIX à luz da documentação" in *Museu*, IV série, nº 3, 1995, pp. 222-237.
- Steward, J., "The culture of water cure in nineteenth century Austria, 1800-1914", in Anderson, S. and Tabbs, B. (Eds.), *Water, leisure and culture: European historical perspectives*, Oxford, New York, Berg, s.d., pp. 23-35.
- Tarifa Fernández, Adela, "Cofradías y Hermandades entre la religiosidade popular y la asistencia social. Aproximación a su historia en Jaén y en Úbeda", in *I Congreso Nacional de Historia de las Cofradías Sacramentales*. Minerva. Liturgia, fiesta y fraternidad en el Barroco Español, Segovia, Cofradía del Corpus de Sepúlveda, 2008, pp. 324-351.
- Tavares, Pedro Vilas Boas, *Beatas, inquisidores e teólogos. Reacção portuguesa a Miguel de Molinos*, t. 1, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, tese de Doutoramento policopiada.
- Torremocha Hernández, Margarita, *Solidariedad en el más allá. La cofradía Sacramental y de Anima de la Iglesia de la Magdalena de Valladolid*, Valladolid, Ayuntamiento de Valladolid, 2003, pp. 77-78.
- Torremocha, Hernández, Margarita, "Donde se recogen las mujeres herradas ynccontinentes". Prostitución: acción y repersión social en el Antiguo Régimen", in Pérez Álvarez, María José; Araújo, Maria Marta Lobo de (coords.), *La respuesta social a la pobreza en la Península Ibérica durante la Edad Moderna*, León, Universidad de León, 2014, pp. 299-330.
- Torremocha Hernández, Margarita, *De la mancebía a la clausura. La casa de Recogidas de Magdalena de San Jerónimo y el convento de San Felipe de la Penitencia (siglos XVI-XIX)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2014.
- Vargues, Isabel Nobre, "O processo de formação do primeiro movimento liberal: a revolução de 1820", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, volume quatro, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 45-63.
- Veloso, Carlos, *A alimentação em Portugal no século XVIII nos relatos dos viajantes*, Lisboa, Minerva histórica, 1992.
- Vigarello, Georges, *O limpo e o sujo. A higiene do corpo desde a Idade Média*, Lisboa, Fragmentos, 1988.

- Vigarelo, Georges (dir.), *Historia del cuerpo. Del Renacimiento a la Ilustración*, Madrid, Taurus, 2005.
- Vilaça, Olanda, *Cultura material e património móvel no mundo rural do Baixo Minho no Antigo Regime*, Braga, Universidade do Minho, 2012, tese de Doutoramento policopiada.
- Vitorino, Pedro, "As Convertidas do Pôrto", in *Jornal do Médico*, nº 73, 1942, pp. 3-8.
- Vizuet Mendonza, Carlos J., "Caridad episcopal. Arzobispos de Toledo y los pobres", in *Iglesia Española y las Instituciones de Caridad*, Madrid, Instituto Escorialenses de Investigaciones Históricas y Artísticas, 2006, pp. 33-50.
- Wear, Andrew, "The History of Personal Hygiene", in Bynum, W. F.; Porter, Roy (eds.), *Companio Encyclopedia of the History of Medicine*, vol. 2, London and New York, Routledge, 2001, pp. 1300-1310.



# ÍNDICE

Agradecimentos	5
Abreviaturas	7
Introdução	9

## CAPÍTULO I

1. A FUNDAÇÃO, O FUNDADOR E AS RECOLHIDAS	17
1.1. A fundação e os seus objetivos	17
2. O FUNDADOR E A ASSISTÊNCIA: BREVE ABORDAGEM	23
3. A ENTRADA NA INSTITUIÇÃO	29
3.1. O perfil das recolhidas	32
3.2. A presença de crianças na instituição	51
4. OS RITMOS DE ENTRADA	52
5. A SAÍDA DO RECOLHIMENTO	57
5.1. As fugas e as expulsões	62

## CAPÍTULO II

1. AS NORMAS, O EXERCÍCIO DO PODER E O PROGRAMA DE CONVERSÃO INTERIOR E EXTERIOR	65
1.1. Os primeiros estatutos	65
2. A ESTRUTURA DO PODER	69
2.1. A primeira regente	78
2.2. Os curadores de almas	83
3. AO SERVIÇO DO PODER: AS CRIADAS	85
4. UM PROGRAMA DE CONVERSÃO: DOMINAR O CORPO E ALMA	88

## CAPÍTULO III

1. OS ESPAÇOS DE PENITÊNCIA	101
1.1. A portaria	102
1.2. As rodas e os ralos	103
1.3. As celas	104
1.4. O tronco	108
1.5. O coro alto	110
1.6. O coro baixo	112
1.7. A capela e a sacristia	114
1.8. A biblioteca e o arquivo	118
1.9. A casa de labores	121
1.10. A cozinha e o refeitório	122

1.11. A varanda	123
1.12. O claustro ou pátio e a cerca	124
2. OUTROS EQUIPAMENTOS	128
3. OS SÍMBOLOS DO PODER	129

#### CAPÍTULO IV

1. O SUPORTE FINANCEIRO	131
1.1. Os legados e as esmolas	142
2. OS BENS PATRIMONIAIS DAS RECOLHIDAS	150
3. AS DESPESAS	154

#### CAPÍTULO V

1. AS SOCIABILIDADES E OS CONFLITOS	163
1.1. A reunião das recolhidas à mesa: alimentar o corpo e o espírito	163
2. AS FESTAS NA CLAUSURA	178
3. A CONFLITUALIDADE	181
3.1. Mulheres contra mulheres	181
3.2. Mulheres contra homens: as relações com a confraria de São Gonçalo	197

#### CAPÍTULO VI

1. NO VIVER E NO MORRER	205
1.1. O quotidiano e a limpeza	205
1.2. O abastecimento de água	210
2. A ASSISTÊNCIA À DOENÇA	214
3. MORRER NA CLAUSURA	224
3.1. A mortalha	226
3.2. Os acompanhamentos	227
3.3. Missas e ofícios	233
3.4. Os locais de sepultura	239
4. MORRER NO HOSPITAL	240

Conclusão	245
Anexos	251
Fontes Manuscritas	267
Fontes Impressas	270
Bibliografia	271
Índice de Quadros	289
Índice de Gráficos	289
Índice de Mapas	289
Índice de Imagens	289

## INDICE DE QUADROS

Capítulo I	
Quadro 1 – Mulheres na instituição (1722-1734)	54
Quadro 2 – Mulheres na instituição (1737-1816)	56
Capítulo II	
Quadro 1 – As regentes (1722-1842)	73
Quadro 2 – Os capelães (1723-1822)	83
Quadro 3 – As criadas (1723-1830)	87
Capítulo IV	
Quadro 1 – Empréstimos feitos a recolhidas (1793-1796)	139
Quadro 2 – Receitas anuais do recolhimento (1761-1765)	150
Quadro 3 – Joias das recolhidas	152
Quadro 4 – Pagamento de ordenados (1726 e 1837)	158
Quadro 5 – Despesa com a festa de Santa Maria Madalena (1731-1736)	159
Capítulo V	
Quadro 1 – Idade das recolhidas envolvidas na devassa de 1759	191
Quadro 2 – Idade das recolhidas envolvidas na devassa de 1816	194
Capítulo VI	
Quadro 1 – Os médicos (1722-1834)	218
Quadro 2 – Os cirurgiões (1722-1834)	223
Quadro 3 – Os sangradores (1722-1808)	224
Quadro 4 – Os acompanhamentos (1734-1820)	229

## INDICE DE GRÁFICOS

Capítulo I	
Gráfico 1 – Ritmo de entrada de mulheres na instituição (1722-1834)	53
Gráfico 2 – As que casaram na instituição e as que saíram para casar (1723-1820)	58
Capítulo IV	
Gráfico 1 – Receitas do recolhimento (julho de 1799 a julho de 1800)	134
Gráfico 2 – Despesas efetuadas entre 1826 e 1828 (em réis)	160

## INDICE DE MAPAS

Capítulo I	
Mapa 1 – Proveniência geográfica das recolhidas (1722-1833)	39

## INDICE DE IMAGENS

Capítulo I	
Imagem 1 – Recolhimento	18

Imagem 2 – D. Rodrigo de Moura Teles	24
Imagem 3 – Janelas das celas voltadas para o claustro	50
Capítulo II	
Imagem 1 – Sino interior	77
Imagem 2 – Assinatura da primeira regente	79
Imagem 3 – Sacrário	89
Imagem 4 – Pormenor do teto da capela	92
Imagem 5 – Genuflexório	94
Capítulo III	
Imagem 1 – Porta interior da portaria	103
Imagem 2 – Ralo e Roda	104
Imagem 3 – Celas e corredor	105
Imagem 4 – Oratórios	106
Imagem 5 – Tronco	109
Imagem 6 – Coro alto	111
Imagem 7 – Coro baixo	113
Imagem 8 – Púlpito	115
Imagem 9 – Recolhimento em 1914	116
Imagem 10 – Lavatório da sacristia	117
Imagem 11 – Varanda	124
Imagem 12 – Cruz	127
Capítulo V	
Imagem 1 – Armário	167
Imagem 2 – Fonte que abastecia a cozinha	173
Imagem 3 – Banco de pedra da portaria	177
Imagem 4 – Santa Maria Madalena	180
Imagem 5 – Menino Jesus	201
Capítulo VI	
Imagem 1 – Risco de Paulo Vidal	212
Imagem 2 – Tanque	213
Imagem 3 – Caixão com móvel	232
Imagem 4 – Caixão	232
Imagem 5 – Tribuna e altar-mor	237
Imagem 6 – Pormenor do pano de altar	238
Imagem 7 – Jarras	239









Na cidade de Braga havia apenas um recolhimento para mulheres que tinham manchado a sua honra e que procuravam, através da oração, penitência e trabalho, mudar de vida: o recolhimento de Santa Maria Madalena. De notar que, se existem vários trabalhos sobre recolhimentos para mulheres honradas, sobre os que acolheram as consideradas descaídas o número é mais limitado. Recorde-se que estas casas tiveram uma expressão menor que os restantes recolhimentos, pelo que, apesar de a vida em reclusão ter vindo a encontrar na historiografia europeia um lugar cada vez mais alargado e consolidado, estas instituições são ainda mal conhecidas.

